

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS

# Relatório de Avaliação

## Plano Plurianual 2008-2011

**ANEXO II**

**EXERCÍCIO 2009**  
**ANO BASE 2008**





# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

## Vice-Presidência da República

José Alencar Gomes da Silva

## Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República

Dilma Rousseff

## Ministro de Estado da Justiça

Tarso Genro

## Ministro de Estado da Defesa

Nelson Jobim

## Ministro de Estado das Relações Exteriores

Celso Luiz Nunes Amorim

## Ministro de Estado da Fazenda

Guido Mantega

## Ministro de Estado dos Transportes

Alfredo Pereira do Nascimento

## Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Reinhold Stephanes

## Ministro de Estado da Educação

Fernando Haddad

## Ministro de Estado da Cultura

João Luiz Silva Ferreira

## Ministro de Estado do Trabalho e Emprego

Carlos Lupi

## Ministro de Estado da Previdência Social

José Barroso Pimentel

## Ministro de Estado da Saúde

José Gomes Temporão

## Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Miguel Jorge

## Ministro de Estado de Minas e Energia

Edison Lobão

## Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

Paulo Bernardo Silva

## Ministro de Estado das Comunicações

Hélio Costa

## Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia

Sergio Machado Rezende

## Ministro de Estado do Meio Ambiente

Carlos Minc Baumfeld

**Ministro de Estado do Esporte**

Orlando Silva Junior

**Ministro de Estado do Turismo**

Luiz Barretto

**Ministro de Estado da Integração Nacional**

Geddel Vieira Lima

**Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário**

Guilherme Cassel

**Ministro de Estado das Cidades**

Márcio Fortes de Almeida

**Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**

Patrus Ananias

**Ministério da Pesca e Aquicultura**

Altemir Gregolin

**Ministro de Estado Chefe da Secretaria Geral da Presidência da República**

Luiz Soares Dulci

**Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República**

Jorge Armando Felix

**Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social**

Franklin Martins

**Advocacia-Geral da União**

José Antônio Dias Toffoli

**Ministro de Estado do Controle e da Transparência**

Jorge Hage Sobrinho

**Secretário Especial de Direitos Humanos**

Paulo de Tarso Vannuchi

**Secretária Especial de Políticas para as Mulheres**

Nilcéa Freire

**Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República**

José Múcio Monteiro Filho

**Secretária Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial**

Edson Santos

**Ministro de Estado Chefe do Núcleo de Assuntos Estratégicos**

Daniel Barcelos Vargas

**Secretário Especial de Portos**

Pedro Brito do Nascimento

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS

# Relatório de Avaliação

## Plano Plurianual 2008-2011

**ANEXO II**

**EXERCÍCIO 2009**  
**ANO BASE 2008**



**MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**  
**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS**  
**ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO K**  
**FONE: 55 (61) 2020.4080**  
**FAX: 55 (61) 2020.4498**  
**Site: [www.planejamento.gov.br](http://www.planejamento.gov.br)**  
**CEP: 70040-906 – Brasília – DF**

© 2009, Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos

#### **Normalização bibliográfica DIDAP/CODIN/SPOA**

Brasil. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimento Estratégicos – SPI.

Relatório de avaliação Plano Plurianual 2008-2011 : anexo II : exercício 2009 - ano base 2008 / Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. – Brasília : MP, 2009.

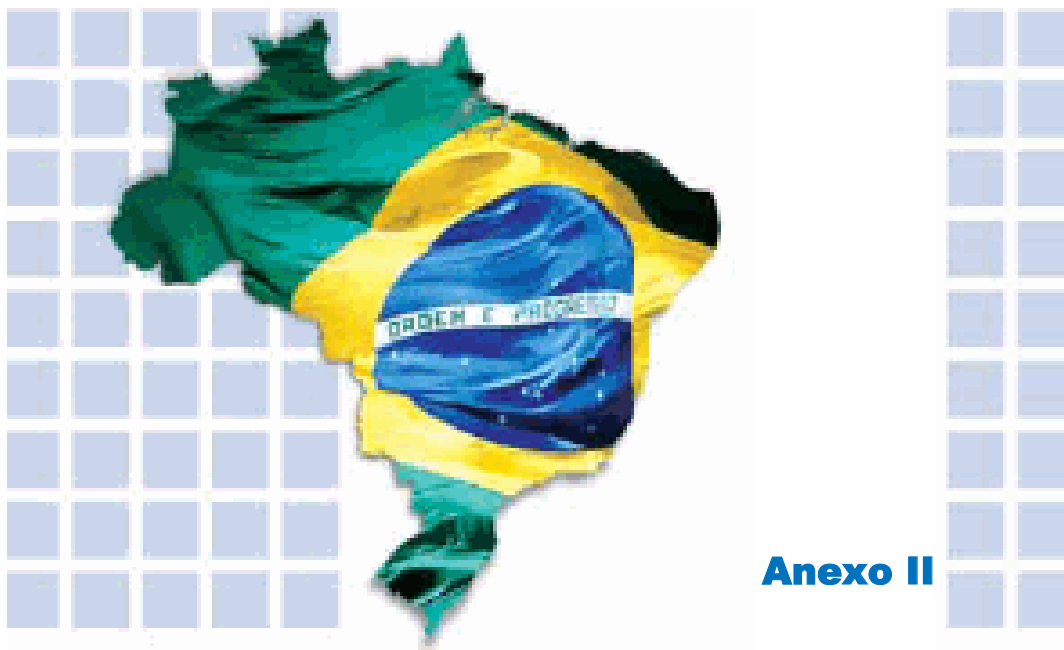
339 p.: il.

Conteúdo: v.1. Relatório de avaliação Plano Plurianual 2008-2011. v. 2. t.1. Anexo I: primeira parte. t.2. Anexo I: segunda parte. v.3. Anexo II. V. 4. Anexo III.

1. Planejamento governamental. 2. Orçamento público. 3. Administração Pública. I. Título.

CDU 3326"2009"(047)





**(Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008, Artigo 19º, incisos III e IV)**

Em atendimento ao disposto nos incisos III e IV do art. 19º da Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008, e suas alterações, o anexo II contempla:

- a) demonstrativo, por programa e por indicador, dos índices alcançados em 2008 e dos índices finais previstos; e
- b) avaliação, por programa, da possibilidade de alcance do índice final previsto para cada indicador e de cumprimento das metas, indicando, se for o caso, as medidas corretivas necessárias.





**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**

**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 0352 Abastecimento Agroalimentar **Órgão Responsável** 22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)

**Objetivo** Contribuir para a sustentabilidade da atividade agropecuária, mediante a implementação de políticas públicas e de mecanismos de apoio à produção à comercialização e ao armazenamento, bem como manter estoques de produtos agropecuários para a regularidade do abastecimento interno visando o equilíbrio de preços ao consumidor e a segurança alimentar da população brasileira

**Público-alvo** Produtor rural, agricultores familiares, agroindústrias, assentados da reforma agrária, usuários de informação e conhecimento, instituições financeiras e de comercialização, agentes de transportes e armazenamento, famílias em situação de risco nutricional, governo, segmento varejista

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Produção Nacional de Grãos (milhão de toneladas)	Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB	30/4/2004	123,20	12/2008	137,00	150,00	Alta	-
Margem de Disponibilidade de Algodão em Pluma (percentagem)	Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB	30/11/2003	15,00	12/2008	22,00	59,00	Média	Reavaliar o índice previsto, que denota estar superestimado.
Margem de Disponibilidade de Arroz em Casca (percentagem)	Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB	30/11/2003	9,00	12/2008	7,00	6,00	Alta	-
Margem de Disponibilidade de Milho (percentagem)	Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB	31/12/2003	17,00	12/2008	21,00	18,00	Alta	-
Margem de Disponibilidade de Trigo (percentagem)	Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB	28/2/2004	3,00	12/2008	15,00	3,00	Alta	-
Volume de Recursos Aplicados no Apoio à Comercialização de Produtos Agropecuários (R\$ mil)	CONAB e Banco do Brasil	30/12/2006	3.133.029,00	12/2008	1.315.367,02	4.271.152,00	Alta	-
Número de Produtores Rurais Atendidos pelos Instrumentos de Apoio à Comercialização de Produtos Agropecuários (unidade)	CONAB	30/12/2006	11.006,00	12/2008	2.544,00	17.084,00	Média	Há necessidade de implementação de mecanismos para levantamento da quantidade efetiva dos produtores atendidos, vez que os dados fornecidos referem-se aos arrematantes/liquidantes que congregam inúmeros produtores (ex: cooperativas). Resultado prejudicado em decorrência da informação disponível não corresponder à realidade que se quer demonstrar.
Volume de Recursos Aplicados no Apoio à Produção de Produtos Agropecuários (R\$ mil)	CONAB	1/8/2007	11.301.553,00	12/2008	39.987.912,30	16.639.331,00	Alta	-

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

Programa		1049 Acesso à Alimentação		Órgão Responsável		55000 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)	
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008	Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice				
<i>Prevalência de Insegurança Alimentar no Brasil (%)</i>	PNAD - Suplemento de Segurança Alimentar - IBGE; acompanhamento anual - MDS	10/1/2004	34,80	-	19,00	Alta	O indicador da Prevalência de Insegurança Alimentar está sendo reformulado, tendo em vista que sua descrição excessivamente genérica não permite medição adequada e visto que sua referência à fonte PNAD/2004 não está qualificada, o que inviabiliza a apuração.
<i>Número de Restaurantes Populares Instalados com Recursos do Governo Federal (unidade)</i>	MDS	31/8/2007	27,00	67,00	183,00	Alta	-
<i>Número de Bancos de Alimentos Instalados com Recursos do Governo Federal (unidade)</i>	SESAN/MDS	31/8/2007	34,00	55,00	123,00	Alta	-
<i>Número de Cozinhas Comunitárias Instaladas com Recursos do Governo Federal (unidade)</i>	MDS/SESAN	31/8/2007	283,00	369,00	500,00	Alta	-
<i>Número de Agricultores Familiares Beneficiados pelo Programa de Aquisição de Alimentos (unidade)</i>	SESAN/MDS	31/12/2006	118.140,00	102.432,00	167.580,00	Alta	-
<i>Número de Pessoas em Insegurança Alimentar e Nutricional Beneficiadas pelo Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (unidade)</i>	MDS/SESAN	31/12/2006	10.795.470,00	15.001.114,00	13.909.150,00	Alta	-

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 0770 Administração Tributária e Aduaneira **Órgão Responsável** 25000 Ministério da Fazenda (MF)

**Objetivo** Promover a arrecadação de tributos e realizar o controle aduaneiro, cumprindo e fazendo cumprir a legislação

**Público-alvo** Governo Federal

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Realização da Receita Administrada, inclusive a Destinada à Previdência Social, pela Receita Federal do Brasil (percentagem)	MP/SFS e Copati/SRF/MF	31/12/2006	110,00	12/2008	105,30	109,00	Média	O comportamento da arrecadação, em que se pese a importância da anulação do fisco, é bastante suscetível à parâmetros da economia como inflação, emprego e renda. Tais indicadores, assim como a própria arrecadação, são objetos de metas. As metas são revistas toda vez que haja um conjunto de premissas que se alterem com o tempo. O PPA consolida um conjunto de indicadores que irão orientar as políticas para os próximos quatro anos, mas as metas estabelecidas por ele o foram para uma situação que existiu num dado momento do tempo, situação esta que já se alterou. Em relação aos anos de 2007 e 2008 a atividade econômica se realizou com variações dos indicadores acima das projeções utilizadas no PPA. Nesse caso, tais alterações podem ser consideradas como externalidades positivas já que promoveram um crescimento da arrecadação maior que o esperado. Já o ano de 2009 apresenta uma situação de mudança na trajetória dos crescimentos recentes, podendo, mesmo, representar frustração de receitas para a União. Além disso, o cenário aponta para uma série de novas desonerações tributárias que trarão como consequência menor crescimento da arrecadação. A mudança dessa trajetória negativa (crise econômica mundial) ainda é incerta e pode acarretar o não atingimento da meta em 2011.

---

<b>Programa</b>	1102 Agenda 21	44000	Ministério do Meio Ambiente (MMA)
-----------------	----------------	-------	-----------------------------------

**Órgão Responsável**

**Objetivo** *Promover a internalização dos princípios e estratégias da Agenda 21 Brasileira na formulação e implementação de políticas públicas nacionais e locais para estabelecer as prioridades a serem executadas em parceria governo-sociedade, na perspectiva de constituição de sociedades sustentáveis*

**Público-alvo** *Governos e sociedade civil em âmbito nacional, regional e local*

**Este programa não apresenta indicador.**

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 0351 Agricultura Familiar - PRONAF **Órgão Responsável** 49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)

**Objetivo** Fortalecer a agricultura familiar, promovendo sua inserção competitiva nos mercados de produtos e fatores  
**Público-alvo** Agricultores familiares

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Atendimento aos Beneficiários do Pronaf Assentados da Reforma Agrária (percentagem)	Ministério do Desenvolvimento Agrário	30/6/2003	50,55	12/2008	61,23	85,00	Média	-
Taxa de Atendimento aos Beneficiários do Pronaf Linha B (percentagem)	Ministério do Desenvolvimento Agrário	30/6/2003	17,00	12/2008	47,34	48,00	Alta	-
Taxa de Atendimento aos Beneficiários do Pronaf Linha C (percentagem)	Ministério do Desenvolvimento Agrário	30/6/2003	30,71	12/2008	47,51	52,00	Alta	O grupo de enquadramento - C - não existe mais como perfil de agricultor familiar para contratação de operações de crédito rural ao amparo do Programa. Esse grupo, junto com os grupos D e E, deu origem a um único perfil de acesso às operações de crédito ao amparo do Pronaf, sem a especificação de grupo de enquadramento, à exceção dos Grupos A (beneficiários do PNRA e do PNCF) e do B (micro-Crédito). Para efeito de controle das operações realizadas, as operações de crédito dessa espécie estão sendo identificadas, desde julho de 2008, como Y de variável. Desta forma, será efetivada a revisão desse indicador.
Taxa de Atendimento aos Beneficiários do Pronaf Linha D (percentagem)	Ministério do Desenvolvimento Agrário	30/6/2003	44,44	12/2008	72,89	77,00	Alta	O grupo de enquadramento - D - não existe mais como perfil de agricultor familiar para contratação de operações de crédito rural ao amparo do Programa. Esse grupo, junto com os grupos C e E, deu origem a um único perfil de acesso às operações de crédito ao amparo do Pronaf, sem a especificação de grupo de enquadramento, à exceção dos Grupos A (beneficiários do PNRA e do PNCF) e do B (micro-Crédito). Para efeito de controle das operações realizadas, as operações de crédito dessa espécie estão sendo identificadas, desde julho de 2008, como Y de variável. Desta forma, será efetivada a revisão desse indicador.
Taxa de Atendimento aos Beneficiários do Pronaf Linha E (percentagem)	Ministério do Desenvolvimento Agrário	30/6/2004	20,39	12/2008	79,00	79,00	Alta	O grupo de enquadramento - E - não existe mais como perfil de agricultor familiar para contratação de operações de crédito rural ao amparo do Programa. Esse grupo, junto com os grupos C e D, deu origem a um único perfil de acesso às operações de crédito ao amparo do Pronaf, sem a especificação de grupo de enquadramento, à exceção dos Grupos A (beneficiários do PNRA e do PNCF) e do B (micro-Crédito). Para efeito de controle das operações realizadas, as operações de crédito dessa espécie estão sendo identificadas, desde julho de 2008, como Y de variável. Desta forma, será efetivada a revisão desse indicador.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 0781 Ampliação e Modernização das Instituições Financeiras Oficiais **Órgão** 25000 Ministério da Fazenda (MF) **Responsável**

**Objetivo** Melhorar a capacidade de atendimento aos clientes e facilitar o acesso ao crédito e aos serviços bancários

**Público-alvo** Clientela, os clientes em potencial, o setor produtivo, e ainda os beneficiários dos serviços de responsabilidade da União, viabilizados por intermédio da rede bancária das instituições financeiras federais

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Variação das Transações das Instituições Financeiras Oficiais (%)	Bancos Federais	-	-	12/2008	92,11	-	Muito Baixa	Modificar o nome do Indicador do Programa "Taxa de Variação das Transações das Instituições Financeiras Oficiais", para a denominação de "Índice de Representatividade das Transações em Canais Não Convencionais", com a indicação de meta 92,11%, para 2011, sob o entendimento de que acompanhamento da evolução, via série histórica, das transações em canais não convencionais evidencia a modernização na capacidade de atendimento aos clientes e ampliação do acesso aos serviços bancários.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 1279 Análise e Difusão da Política Externa Brasileira

**Órgão Responsável**

35000 Ministério das Relações Exteriores (MRE)

**Objetivo** Contribuir para a formação de opinião sobre as principais questões e temas da política externa brasileira, das relações internacionais e da preservação da história diplomática do Brasil

**Público-alvo** Sociedade e meio acadêmico e diplomático

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Evolução da Divulgação da Política Externa Brasileira em Relação ao Ano Anterior (%)	Fundação Alexandre de Gusmão	1/6/2007	23,00	12/2008	13,77	23,00	Baixa	O cálculo dos percentuais desse indicador tem como base os resultados obtidos em um exercício, divididos pelos resultados do ano anterior. Tendo em vista que os recursos orçamentários disponibilizados a cada exercício não vêm sendo ampliados, não há elasticidade para que as metas sejam ampliadas ou para que as previstas inicialmente sejam cumpridas, embora venha sendo buscada a racionalização de todos os recursos disponíveis (orçamentários, materiais e de recursos humanos). No entanto, apesar de estarem sendo superadas as metas físicas previstas, a tendência é que se estabilizem e se tornem lineares, caso não ocorram alterações para maior no orçamento, podendo a variação percentual desse indicador não só diminuir, mas chegar a ser negativa, mesmo com o alcance de metas. Diante desse cenário, foi solicitada a alteração, por meio do Projeto de Lei Orçamentária para 2010, passando o indicador proposto de 23 para 5. Deve ser destacada a necessidade de revisão da fórmula de cálculo desse indicador, com vistas ao próximo PPA.



**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 1436 Aperfeiçoamento do Trabalho e da Educação na Saúde **Órgão Responsável** 36000 Ministério da Saúde (MS)

**Objetivo** Promover a qualificação e a educação permanente dos profissionais da saúde do Sistema Único de Saúde, assim como promover a desprecuarização dos vínculos de trabalho da saúde e a qualificação da gestão do trabalho

**Público-alvo** Gestores federais, estaduais, municipais, trabalhadores da saúde, sindicatos, entidades representativas dos trabalhadores da saúde e estudantes da área de saúde

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Aperfeiçoamento do Trabalho e da Educação em Saúde (%)	Pesquisa da Assistência Médico - Sanitária	31/12/2006	22,00	12/2008	22,00	45,00	Alta	Com relação ao indicador - Taxa de Aperfeiçoamento do Trabalho e da Educação em Saúde - é importante destacar que as ações desenvolvidas terão um desempenho mais significativo nos anos seguintes, pois vários cursos de capacitação foram aproximadamente 24 meses e a apuração dos resultados só é finalizada após a conclusão dos cursos.

**Programa** 6003 Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário **Órgão Responsável** 22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)

**Objetivo** Apoiar iniciativas e projetos voltados à melhoria da infraestrutura e logística da produção agrícola e ao fomento da agroindústria, bem como permitir o atendimento de demandas de amplo efeito sócio-econômico para o desenvolvimento do setor agropecuário

**Público-alvo** Pequenos e médios produtores, cooperativas, associações de produtores e criadores, agroindústrias, pesquisadores e técnicos do setor agropecuário

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Volume de Produtos Agrícolas Exportados pelos Portos Brasileiros (milhão de t)	Companhia Nacional de Abastecimento - Conab	30/4/2005	43,05	01/2009	39,09	60,70	Baixa	Houve problemas de câmbio durante o ano e início de retração de demanda no mercado mundial, queda de preço e redução na disponibilidade de crédito bancário necessários para viabilizar a exportação. As operações de financiamento privado da fase de produção ficaram também prejudicadas em função da crise financeira internacional no final de ano, com redução das compras das trading para a exportação. O preço do milho no mercado interno aumentou inviabilizando a exportação desse produto. Além de adversidades climática na região sul do País.
Custo Médio do Transporte de Grãos (R\$/ton)	Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz - Esalq/Sifreca	30/4/2005	157,38	01/2009	134,55	124,80	Alta	-
Produção Agrícola e Derivadas Transportadas por Hidrovias no Território Nacional (%)	Associação Nacional dos Exportadores de Cereais - ANEC	31/3/2005	7,00	01/2009	7,20	8,02	Alta	-

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 0661 Aprimoramento da Execução Penal **Órgão Responsável** 30000 Ministério da Justiça (MJ)

**Objetivo** Promover a reintegração do apenado, internado e egresso do sistema penitenciário nacional e o atendimento a seus dependentes  
**Público-alvo** Pessoas presas, condenadas, internadas e egressas do Sistema Penitenciário Nacional

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcanço do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Razão entre a Lotação Padrão do Sistema Penitenciário e a População do Sistema (unidade)	Departamento Penitenciário Nacional	9/7/2007	0,69	12/2008	0,66	0,81	Média	Considerando o déficit existente da ordem de 156 mil vagas prisionais, ao custo unitário possível de R\$ 30 mil a vaga, fica visível a necessidade de ampliação da dotação proposta para a construção de unidades penais nos próximos orçamentos. Desta forma, é necessário um maior aporte de recursos, por parte da União, para a geração de vagas prisionais, mesmo considerando a responsabilidade das Unidades Federativas no que diz respeito à diminuição do déficit de vagas.
Percentual de Presos que Trabalham (%)	DEPEN	9/7/2007	0,24	12/2008	0,21	0,35	Média	Desenvolvimento, em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego, de propostas de profissionalização e geração de renda para as pessoas presas, egressos e familiares, a partir do programa de Economia Solidária e da instituição de Cooperativas. Incentivo à ampliação no número de convênios celebrados relacionados as ações laborais, pelas unidades federativas, bem como implantação e operacionalização de módulos de trabalho (oficinas) nos estabelecimentos penais estaduais.
Percentual de Mulheres em Presídios Femininos (%)	DEPEN	9/7/2007	0,63	12/2008	0,74	0,71	Alta	Sem medidas corretivas necessárias.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 0256 Aprimoramento dos Serviços Postais **Órgão Responsável** 41000 Ministério das Comunicações (MC)

**Objetivo** Garantir e ampliar o acesso e a qualidade dos serviços postais prestados à população

**Público-alvo** Sociedade

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Distritos, com População Igual ou Superior a 500 habitantes, com Atendimento Postal (percentual)	DICOM/ECT	31/12/2006	85,40	12/2008	70,00	100,00	Média	A meta estabelecida inicialmente, em 1998, previa um alcance de 1.537 distritos. Entretanto, em função das localidades criadas até 2008, a meta foi aumentada em 637 localidades, que serão contempladas na meta de realização de atendimento postal, até o ano de 2011.
Taxa Populacional com Distribuição Postal (percentual)	DIOPE/ECT	31/7/2002	79,09	-	-	89,21	Média	O índice para este indicador não foi apurado em 2008, visto que o acordo entre o IBGE e a ECT foi assinado em dezembro/2007. O órgão de pesquisa informou à ECT que a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), inicialmente prevista para ser iniciada em setembro/2007, ocorreu a partir de abril/2008 e tem previsão de conclusão, pelo IBGE, até maio deste ano de 2009. O índice será divulgado a partir dessa data.
Percepção dos clientes em relação a sua expectativa, na atividade de atendimento (percentual)	Pesquisa externa (DICOM/ECT)	31/10/2005	95,40	-	-	100,00	Média	A pesquisa externa realizada para este indicador é bianal.
Percepção dos clientes em relação a sua expectativa, na atividade de Distribuição (percentual)	Pesquisa Externa (DICOM/ECT)	31/10/2005	97,80	-	-	100,00	Média	A pesquisa externa realizada para este indicador é bianal.

Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

**Programa** 0499 Áreas Protegidas do Brasil 44000 Ministério do Meio Ambiente (MMA) **Órgão Responsável**

**Objetivo** *Expandir e consolidar o sistema nacional de unidades de conservação e outras áreas protegidas, visando a proteção da biodiversidade brasileira e a justa repartição dos benefícios decorrentes*

**Público-alvo** *População residente nas áreas de conservação e entorno, populações tradicionais e indígenas, pesquisadores, visitantes e usuários de unidades de conservação*

Este programa não apresenta indicador.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

Programa	1016 Artesanato Brasileiro	Órgão Responsável	28000	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)			
<b>Objetivo</b>	<i>Fortalecer a competitividade do produto artesanal para a geração de trabalho e renda e promover seu acesso ao mercado externo</i>						
<b>Público-alvo</b>	<i>Artistas cadastrados nos órgãos estaduais competentes</i>						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008	Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
<i>Taxa de Variação da Renda dos Artesãos Cadastrados nos Órgãos Estaduais Competentes (número índice)</i>	MDIC	Data	Índice	Data	Índice		
		31/8/2007	100,00	-	-	Média	Com relação ao único indicador do Programa, não foi possível apurar os índices em 2008. Constatando a inexistência de uma base de dados padronizada que viabilizasse a apuração do indicador, em 2006, iniciou-se o desenvolvimento de um sistema de informações do artesanato, visando unificar o cadastro dos artesãos no país. No final de 2007 o Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro - SICAB foi disponibilizado às Coordenações Estaduais do Artesanato, dando início à sua operação. Em 2008, 20 Coordenações Estaduais iniciaram o lançamento de dados no SICAB, totalizando 16.967 artesãos cadastrados até 31.12.08. Visando agilizar os processos de coleta de dados, foram estabelecidas metas de cadastramento para cada Estado, em consenso com as Coordenações Estaduais. Estabeleceu-se, também, que a definição do indicador será efetivada após o cadastramento de artesãos das 27 UF's no SICAB e a obtenção do total de 30.000 cadastros.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 0135 Assentamentos para Trabalhadores Rurais **Órgão** 49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) **Responsável**

**Objetivo** Promover a democratização do acesso à terra

**Público-alvo** Trabalhadores rurais sem-terra

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Famílias Cadastradas no SIPRA Beneficiadas no Programa Nacional de Reforma Agrária (%)	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA)	31/12/2006	14,00	04/2008	10,00	10,00	Alta	-
Unidade de Produção Familiar Gerada por Imóvel Incorporado ao Programa Nacional de Reforma Agrária (unidade)	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA)	31/12/2006	143,00	12/2008	70,00	100,00	Alta	-

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 1220 Assistência Ambulatorial e Hospitalar Especializada

36000 Ministério da Saúde (MS)

**Órgão Responsável**

**Objetivo** Ampliar o acesso da população aos serviços ambulatoriais e hospitalares do Sistema Único de Saúde, na busca da equidade, da redução das desigualdades regionais e da humanização de sua prestação  
 Sociedade

Público-alvo	Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançe do Índice Previsto	Medidas Corretivas
			Data	Índice	Data	Índice			
	Índice de Leitos Disponibilizados (1/1.000)	MS/SAS/CNES e IBGE	30/6/2006	2,66	12/2008	3,66	3,00	Alta	Atualmente o SUS dispõe de mais de 366.000 leitos que englobam todas as especialidades clínicas e cirúrgicas.
	Índice de Consulta por Habitante (Consulta per capita)	MS/SAS - SIA/SUS e IBGE	31/12/2005	2,50	12/2008	3,27	2,90	Alta	-
	Índice de Cobertura de Centros de Atenção Psicossocial - CAPS (1/100.000 habitantes)	DATASUS / IBGE / PNAD	31/12/2006	0,44	12/2008	0,55	0,70	Alta	-
	Taxa de Participação dos Serviços Extra-Hospitalares de Atenção Psiquiátrica (%)	DATASUS / IBGE / PNAD	31/12/2005	44,53	12/2007	63,35	75,00	Alta	-
	Índice de Transplantes Realizados no SUS (1/1.000.000)	SAS/MS	31/12/2006	59,60	12/2008	63,73	74,60	Alta	-
	Quociente de Internação Hospitalar no SUS (%)	SIH / SIA - MS	30/6/2007	3,43	12/2008	5,96	2,90	Alta	-



**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 1383 Assistência e Cooperação das Forças Armadas à Sociedade **Órgão** 52000 Ministério da Defesa (MD) **Responsável**

**Objetivo** Apoiar as ações governamentais de caráter cívico-sociais, de infra-estrutura, e de meio ambiente, disponibilizando os meios do Ministério da Defesa e das Forças Armadas, para a superação das dificuldades do país

**Público-alvo** Sociedade Brasileira

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcanço do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Grau de Atendimento à Demanda de Transporte Aéreo Governamental (porcentagem)</i>	Comando da Aeronáutica	-	-	-	-	-	Muito Baixa	Na revisão do ppa para o exercício de 2006, também em 2007 e na elaboração do ppa 2008-11, foi solicitada a exclusão desse indicador, visto que estava apenas relacionado à ação 8447 - APOIO AÉREO PARA O TRANSPORTE DE CARGAS E PASSAGEIROS, a cargo da Força Aérea Brasileira, essa ação foi incluída apenas no orçamento de 2005. nos anos seguintes, não foi incluída no PLOA, tendo em vista o reduzido valor dos limites oferecidos ao Comando da Aeronáutica. Desta forma, a FAB e a Unidade de Monitoramento e Avaliação do MD consideram esse indicador nas suas avaliações. A questão de viabilidade de alcance de índices previstos para 2011 não tem qualquer aplicabilidade a este indicador, visto que nem mesmo foi proposto nesse espaço temporal.
<i>Taxa de Atendimento à Demanda de Cooperação (porcentagem)</i>	Estado Maior do Exército	-	-	12/2009	39,00	-	Muito Baixa	Na verdade, este indicador tenta medir a capacidade de atendimento à demanda de participação dos Batalhões de Engenharia e Construção (BEC), do Exército, em obras de infra-estrutura solicitadas pelos diversos níveis de governo, sobretudo os estaduais e municipais. Está diretamente relacionado com a performance da ação COOPERAÇÃO COM CONSTRUÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA - 3136, cuja fonte são recursos de convênios. Na proposta orçamentária, não se tem idéia da quantidade de convênios que serão propostos. Isso resulta em manutenção histórica de dotações orçamentárias. Exemplificando: para a LOA 2008 foram alocados cerca de R\$ 85,1 Milhões, sendo executados R\$ 28,6 Milhões (capacidade de execução de 33,6%). O resultado físico atendimento de cerca de 10% (obra executada). Entretanto, o resultado de restos a pagar é de cerca de 90%. Esses valores indicam a dependência da execução desses valores a propostas consistentes de cooperação de municípios e estados, além da inadequação do fluxo de recursos para a ação. Como medida corretiva, sugere-se a exclusão desse indicador, por não se tratar de métrica ideal para medir a capacidade de atendimento à cooperação solicitada.

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011  
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Exercício 2009 - Ano base 2008  
Anexo II

Programa 1293 Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos 36000 Ministério da Saúde (MS) Órgão Responsável

Objetivo Promover o acesso da população a medicamentos e aos insumos estratégicos  
Público-alvo Sociedade

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Esquemas Terapêuticos para o Tratamento da Hanseníase Disponibilizado pelo SUS (percentagem)	Departamento de Assistência Farmacêutica (DAF)	31/12/2006	85,00	12/2008	80,00	95,00	Média	Esquema Padrão - o ideal seria de que o esquema fosse produzido no Brasil ou se isso não fosse possível que a OPAS cumprisse o cronograma de entrega em quantitativo e prazo. Esquema alternativo e antirrecional - em função do quantitativo programado ser pequeno, fosse possível aquisição para dois a cinco anos com entregas programadas em função da validade.
Taxa de Portadores de Insuficiência Renal Crônica em Tratamento com Eritropoietina (percentagem)	Departamento de Assistência Farmacêutica (DAF)	31/12/2006	70,00	12/2008	70,00	100,00	Alta	Utilização de "sistemas de monitoramento" para apuração efetiva dos indicadores do programa.
Taxa de Esquemas Terapêuticos para Tratamento da Tuberculose Disponibilizado pelo SUS (percentagem)	Departamento de Assistência Farmacêutica (DAF)	31/12/2006	90,00	12/2008	90,00	95,00	Alta	-

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 0699 Assistência Jurídica Integral e Gratuita **Órgão Responsável** 30000 Ministério da Justiça (MJ)

**Objetivo** Garantir a prestação de assistência jurídica gratuita ao cidadão, contribuindo para a democratização da Justiça  
**Público-alvo** Cidadãos que necessitam de assistência jurídica, judicial e extrajudicial, gratuita, e que não tem condições econômicas de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo do sustento próprio ou da família

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Cidadão Assistido com Prestação Jurídica Gratuita (unidade)	DPU/MJ	1/1/2007	98.970,00	12/2008	106.147,00	140.000,00	Alta	Referente a atendimento inicial. A alteração se deve em decorrência da existência de vários atendimentos não contabilizados anteriormente, portanto o número oficial de atendimentos iniciais registrados pela instituição em 2008, passou de 103.713 para 106.147.
Número de Atendimentos Prestados ao Cidadão (unidade)	Defensoria Pública da União/MJ	31/8/2007	227.000,00	12/2008	513.598,00	500.000,00	Alta	Pode-se citar como fator positivo para o alcance da meta estabelecida, a criação de duzentos cargos pela Medida Provisória n.º 440, de 29/08/2008, que no exercício de 2008, sendo nomeados e empossados 73 novos Defensores Públicos da União.  Faz-se necessária a alteração no número de atendimentos que foram contabilizados no SIGPLAN. A alteração se deve em decorrência da existência de vários atendimentos não contabilizados anteriormente, portanto o número oficial de atendimentos registrados pela instituição em 2008, passou dos 507.301 atendimentos para 513.598 atendimentos.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 1427 Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar **Órgão** 49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) **Responsável**

**Objetivo** Disciplinar, ampliar, organizar e qualificar a prestação dos serviços de Ater para os agricultores familiares e empreendedores familiares rurais

**Público-alvo** Agricultores familiares, empreendedores familiares rurais (conforme previsto na Lei nº 11.326/06), comunidades tradicionais, beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária e agentes de Ater

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Cobertura de Ater à Agricultura Familiar (%)	Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural <input type="checkbox"/> DATER/SAF	31/12/2006	37,00	12/2008	24,00	51,00	Média	O alcance do índice depende da disponibilidade de recursos humanos, orçamentários e financeiros. No ano de 2008, a falta de limite para empenho de recursos na ação 4260 - Fomento à Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultores Familiares, aliada às dificuldades operacionais com a entrada em funcionamento do Sistema de Convênios do Governo Federal - Siconv, e às mudanças de normas e procedimentos, contribuíram para o não atingimento do índice.
Taxa de Agentes de Ater Formados (%)	Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural <input type="checkbox"/> DATER/SAF	31/12/2006	20,00	12/2008	23,82	80,00	Média	O alcance do índice previsto depende fundamentalmente da solução das dificuldades operacionais e burocráticas para a assinatura de convênios (em razão das inúmeras alterações nos normativos), da ampliação dos recursos e da capacidade operacional da área encarregada da execução da ação 4448 - Formação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural.
Taxa de Contratação de Crédito Rural de Investimento (%)	Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural <input type="checkbox"/> DATER/SAF	31/12/2006	33,33	12/2008	60,00	61,00	Alta	-

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 1214 Atenção Básica em Saúde **Órgão Responsável** 36000 Ministério da Saúde (MS)

**Objetivo** Expandir a estratégia de Saúde da Família e a rede básica de saúde, mediante a efetivação da política de atenção básica: resolutiva, de qualidade, integral e humanizada

**Público-alvo** Sociedade

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcanço do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de População Coberta por Equipes de Saúde Bucal (%)	MS/SAS/DAB	30/5/2007	41,20	12/2008	45,30	66,00	Média	Com a publicação da Portaria SAS Nº 750 de 10/10/06 que definiu o SCNES – Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde para o cadastramento das Equipes de Saúde da Família – ESF, Equipes de Saúde da Família com Saúde Bucal Modalidades I e II – ESFSB Mod. I e II e Agentes Comunitários de Saúde – ACS houve uma redução no número de Equipes de Saúde da Família com Saúde Bucal em ambas as Modalidades devido a não qualificação dos gestores quanto ao preenchimento dos dados necessários ao SCNES. O MS/SAS/DAB realizou oficinas e workshops para melhor instruir o gestor municipal e ao final de 2008 observamos a cobertura de 45,3% da população, alcançando 17.807 ESFSB Modalidades I e II, ou seja, um crescimento de 13,46% em relação ao ano de 2007.
Taxa de População Coberta por Equipes de Saúde da Família em Municípios com mais de 100.000 Habitantes (porcentagem)	MS/SAS/DAB	30/5/2007	36,30	12/2008	32,80	52,00	Média	Com a publicação da Portaria SAS Nº 750 de 10/10/06 que definiu o SCNES – Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde para o cadastramento das Equipes de Saúde da Família – ESF, Equipes de Saúde da Família com Saúde Bucal Modalidades I e II – ESFSB Mod. I e II e Agentes Comunitários de Saúde – ACS houve uma redução no número de Equipes de Saúde da Família nos municípios com mais de 100.000 habitantes devido a não qualificação dos gestores quanto ao preenchimento dos dados necessários ao SCNES. O MS/SAS/DAB realizou oficinas e workshops para melhor instruir o gestor destes municípios e ao final de 2008 observamos a cobertura de 32,8% da população, alcançando 9.776 Equipes de Saúde da Família nestes municípios com mais de 100.000 habitantes.
Taxa de População Coberta por Equipes de Saúde da Família (%)	MS/SAS/DAB	30/5/2007	47,10	12/2008	49,50	70,00	Média	Com a publicação da Portaria SAS Nº 750 de 10/10/06 que definiu o SCNES – Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde para o cadastramento das Equipes de Saúde da Família – ESF, Equipes de Saúde da Família com Saúde Bucal Modalidades I e II – ESFSB Mod. I e II e Agentes Comunitários de Saúde – ACS houve uma redução no número de Equipes de Saúde da Família devido a não qualificação dos gestores quanto ao preenchimento dos dados necessários ao SCNES. O MS/SAS/DAB realizou oficinas e workshops para melhor instruir o gestor municipal e ao final de 2008 observamos a cobertura de 49,5% da população, com um total de 29.300 Equipes de Saúde da Família, ou seja, um crescimento de 7,23% em relação ao ano de 2007.
Taxa de cobertura do auxílio-reabilitação psicossocial do Programa "De Volta Pra Casa" (%)	DATASUS / Coordenação de Saúde Mental	31/12/2006	21,00	12/2008	26,60	86,00	Alta	A série histórica está abaixo do previsto em 2011 (86%) e mesmo considerando que há expectativa de avanço no aumento do número de beneficiários em função de novas estratégias adotadas, sugere-se alteração da meta de cobertura de 2011 de 86% para 60%.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 0282 Atuação Internacional na Área de Petróleo **Órgão Responsável** 32000 Ministério de Minas e Energia (MIME)

**Objetivo** Incorporar novas reservas e aumentar a participação do sistema Petrobras no mercado externo de petróleo, derivados e gás natural  
**Público-alvo** Consumidores de gás natural, petróleo e seus derivados

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Produção Média de Óleo e Líquido de Gás Natural no Exterior (mil barris por dia)	Petrobras S/A.	31/12/2003	160,90	12/2008	123,63	-	Alta	Em razão de problemas ainda não completamente esclarecidos mas, provavelmente vinculados ao sistema SIGPLAN, tendo em vista que o mesmo problema se replica à diversos programas do governo, sob responsabilidade de diversos Ministérios e não apenas aos programas da Petrobras, as metas planejadas ao final do PPA (2011) não foram incluídas no sistema. Desta forma, a informo aqui, para viabilizar os comentários solicitados sobre a mesma. O índice previsto ao final do PPA (2011) para a produção de óleo e LIGNO no exterior em mil barris por dia é de 179,40. O atingimento da meta está planejada com a entrada em operação dos campos na Nigéria e consequente estabilização da mesma, além da entrada em operação de campos na fase de desenvolvimento da produção nos EUA. Desta forma, não há medidas corretivas a serem sugeridas até o presente momento.
Produção média de gás natural no exterior (milhões de m3/dia)	Petrobras S/A	31/12/2003	14,44	12/2008	17,06	-	Alta	Em razão de problemas ainda não completamente esclarecidos mas, provavelmente vinculados ao sistema SIGPLAN, tendo em vista que o mesmo problema se replica à diversos programas do governo, sob responsabilidade de diversos Ministérios e não apenas aos programas da Petrobras, as metas planejadas ao final do PPA (2011) não foram incluídas no sistema. Desta forma, a informo aqui, para viabilizar os comentários solicitados sobre a mesma. O índice previsto ao final do PPA (2011) para a produção média de gás natural no exterior em milhões de m3/dia é de 19,79. Tendo em vista a medição ao final deste exercício (2008), nota-se que é necessário um crescimento de 16% para o atingimento do índice. A evolução planejada da produção para a Argentina e EUA, permitem o atingimento da meta. A medida necessária para tal cumprimento é: a manutenção dos níveis de investimentos nos campos em produção da Argentina e nos campos em desenvolvimento nos EUA. Não há correções a serem sugeridas até o presente momento.
Capacidade de Refino Instalada no Exterior (mil barris por dia)	Petrobras S/A	31/12/2003	129,00	12/2008	281,00	-	Alta	Em razão de problemas ainda não completamente esclarecidos mas, provavelmente vinculados ao sistema SIGPLAN, tendo em vista que o mesmo problema se replica à diversos programas do governo, sob responsabilidade de diversos Ministérios e não apenas aos programas da Petrobras, as metas planejadas ao final do PPA (2011) não foram incluídas no sistema. Desta forma, a informo aqui, para viabilizar os comentários solicitados sobre a mesma. O índice previsto ao final do PPA (2011) para a capacidade de refino no exterior em mil barris por dia é de 533,79. Tal meta será atingida com a entrada em operação dos novos projetos previstos para os exercícios subsequentes. Desta forma, não há medidas corretivas a serem sugeridas até o presente momento.

Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

**Programa** 0553 Atuação Legislativa da Câmara dos Deputados 01000 Câmara dos Deputados (Câmara dos Deputados)

**Órgão Responsável**

**Objetivo** *Apreciar proposições em geral, apurar fatos determinados, exercer a fiscalização e o controle externo dos órgãos e representantes do poder público e desempenhar as demais prerrogativas constitucionais legais e regimentais do órgão e dos seus membros*

**Público-alvo** *Sociedade*

Este programa não apresenta indicador.

Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

**Programa** 0551 Atuação Legislativa do Senado Federal 02000 Senado Federal (Senado Federal)

**Órgão Responsável**

**Objetivo** Representar a Federação, fiscalizar e controlar os atos dos agentes do poder público e desempenhar as demais atribuições constitucionais e regimentais

**Público-alvo** Unidades da Federação e sociedade

Este programa não apresenta indicador.



**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 1060 Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos

26000 Ministério da Educação (MEC)

**Órgão Responsável**

**Objetivo** Elevar o nível de alfabetização e de escolaridade da população de jovens e adultos

**Público-alvo** Jovens e adultos de 15 anos ou mais de idade não alfabetizados ou com baixa escolaridade

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Analfabetismo da População na Faixa Etária de 15 Anos ou Mais (%)	Censo Demográfico (2000; decenal) e Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios □ PNAD (anual), ambos do IBGE	24/9/2005	11,05	12/2007	9,99	6,19	Baixa	Em fevereiro de 2009, mediante acordo dos Governos Estaduais com o Governo Federal, foi ampliado o atendimento a analfabetos na Amazônia Legal e no Nordeste para 2009 e 2010. O acordo prevê o atendimento a 4,5 milhões de analfabetos (3,9 milhões no Nordeste e 0,6 milhões na Amazônia Legal), lembrando que atualmente são 14 milhões de analfabetos com 15 anos ou mais. Consideramos para o cálculo que 60% dos atendidos (cursistas de alfabetização ou alfabetizados) serão realmente analfabetos. Além disso, consideramos que a atual média dos que são alfabetizados é de 60%. Assim, o impacto na taxa de analfabetismo se daria em 3,6% dos 4,4 milhões do pacto referido. Portanto, solicitamos que o índice ao final do PPA seja alterado para 8,90 %, com alta probabilidade de alcance neste período.
Porcentagem da População na faixa Etária de 15 Anos ou Mais com Escolaridade Inferior a 4ª Série (%)	Censo Demográfico (2000; decenal) e Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios □ PNAD (anual), ambos do IBGE.	24/9/2005	23,40	12/2007	21,64	15,72	Baixa	O acordo com os Governadores da Amazônia Legal e do Nordeste também enfatiza a continuidade dos estudos, o que implica em ampliação da oferta de vagas em Educação de Jovens e Adultos, repercutindo positivamente na melhoria do indicador. Considerando que o impacto do encaminhamento ao primeiro estágio de EJA não significaria a conclusão em 2010 de todos os 4,4 milhões, solicitamos que o índice previsto ao final do PPA seja alterado para 20%, com alta probabilidade de alcance neste período.
Taxa de Analfabetismo da População na Faixa Etária de 15 anos ou mais na Região Nordeste (%)	Censo Demográfico (2000; decenal) e Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios □ PNAD (anual), ambos do IBGE.	24/9/2005	21,90	12/2007	19,94	12,28	Baixa	O mencionado acordo enfatiza o atendimento à população da região Nordeste. Em dois anos serão atendidos 3,9 milhões de analfabetos em acordo assumido pelos Governadores da Região com o Governo Federal em fevereiro de 2009. Consideramos para o efeito que 60% dos efetivamente atendidos (cursistas de alfabetização ou alfabetizados), serão efetivamente analfabetos. Além disso, consideramos que a atual média dos que são efetivamente alfabetizados é de 60% dos participantes. Assim, o impacto na taxa de analfabetismo se daria em 3,6% dos 3,9 milhões do pacto referido. O índice previsto ao final do PPA foi reestimado. Solicitamos que a meta prevista para 2011 seja alterada dos atuais 12,28% para 16,20%. A probabilidade de alcançar o novo indicador proposto é elevada.
Taxa de Analfabetismo da População na Faixa Etária de 15 anos ou mais na Área Rural (%)	Censo Demográfico (2000; decenal) e Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios □ PNAD (anual), ambos do IBGE.	24/9/2005	25,00	12/2007	23,26	14,00	Baixa	A taxa de analfabetismo na faixa etária de 15 anos ou mais na área rural, pela PNAD 2007 (23,7%) de fato era três vezes superior do que na área urbana (7,6%). Como metade dos analfabetos encontram-se no Nordeste, e destes, a maioria localizam-se na área rural (o mesmo acontece na região da Amazônia Legal), o atendimento prioritário do citado pacto contribuirá para a melhoria dos resultados na área rural. Solicitamos que a meta prevista ao final do PPA seja revista para 18%, com uma alta probabilidade de ser alcançada.
Taxa de Analfabetismo da População na Faixa Etária de 15 a 29 Anos (%)	Censo Demográfico (2000; decenal) e Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios □ PNAD (anual), ambos do IBGE.	24/9/2005	3,70	12/2007	2,90	2,09	Alta	Estímulos à educação para inserção no mundo do trabalho, em articulação com projetos de qualificação profissional.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 1045 Brasil com Todo Gás **32000** Ministério de Minas e Energia (MIME) **Órgão Responsável**

**Objetivo** Promover o uso de gás natural de forma segura e continuada a preços competitivos e aumentar a capacidade e a flexibilidade de seu transporte

**Público-alvo** Consumidores de gás natural

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcanço do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Volume de Vendas de Gás Natural no Brasil (milhões de m <sup>3</sup> /dia)	Petrobras - Unidade de Gás Natural	31/12/2002	23,80	12/2008	49,10	-	Alta	A previsão de volume de vendas para clientes externo ao Sistema Petrobras S/A, para o final do ano de 2011, término do PPA 2008-2011, esta estimada em 84,7 MMm <sup>3</sup> /dia e não foi registrado por ocasião da elaboração dos indicadores. O alcance deste objetivo é condicionado além da conclusão dos empreendimentos de interligação e consolidação das malhas de transporte de gás, a evolução do mercado, em especial, o mercado térmico, grande demandante de gás natural. Em 2008 as vendas a clientes externos atingiu a marca 49,1 MMm <sup>3</sup> /dia, com crescimento equivalente a 26% em relação ao período anterior, onde a demanda térmica representou um incremento de 247% sobre o ano anterior contribuindo de forma significativa para o recorde de geração de energia elétrica alcançado pela Petrobras em 2008, totalizando 2025 MW médios gerados.
Capacidade da rede de dutos para o transporte de gás natural (milhão de m <sup>3</sup> por dia)	Petrobras	31/12/2003	7.870,00	12/2008	35,00	-	Alta	
Extensão da malha de gasodutos da Petrobras (km)	Petrobras Transporte S.A.	-	-	12/2008	6.863,00	-	Alta	Quando da elaboração do PPA e estruturação dos indicadores, não havia previsão de um índice para o término do programa. Atualmente a Petrobras S/A trabalha com a expectativa de concluir 2011 com uma malha operacional com extensão total de 9.161 km. O exercício de 2008 finalizou com a extensão total e operacional de 6.862 km, incremento de 13% sobre o resultado alcançado ao final do ano de 2007. Este resultado foi influenciado por problemas climáticos, período chuvoso mais intenso, fato que acarretou atrasos na execução das obras, compensadas conforme a situação com a extensão da jornada de trabalho e/ou criação de turnos extras.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 1061 Brasil Escolarizado **Órgão Responsável** 26000 Ministério da Educação (MEC)

**Objetivo** Contribuir para a universalização da Educação Básica, assegurando equidade nas condições de acesso e permanência  
**Público-alvo** Crianças, adolescentes e jovens

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de frequência à escola da população na faixa etária de 0 a 3 anos (%)	Censo Demográfico (2000; decenal) e Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios □ PNAD (anual), ambos do IBGE.	24/9/2005	13,00	09/2008	17,10	54,40	Baixa	Apesar do aumento de frequência desta faixa etária às escolas, a evolução ainda é tímida, se comparado ao índice estimado para o exercício de 2011. Entre as medidas necessárias para incrementar este resultado, estão a intensificação da construção de creches e berçários, a oferta de recursos didático-pedagógicos adequados à população e a criação de ações colaborativas entre municípios, estados e União para a ampliação da rede de ensino para essa faixa etária, bem como a revisão do índice proposto para o final do período do PPA.
Taxa de frequência líquida a Pré-escola da população na faixa etária de 4 a 6 anos (%)	Censo Demográfico (2000; decenal) e Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios □ PNAD (anual), ambos do IBGE.	24/9/2005	62,90	09/2008	77,60	87,50	Média	O indicador utilizado inicialmente (Taxa de frequência à pré-escola da população na faixa etária de 4 a 6 anos) foi impactado pela expansão do ensino fundamental, que incorporou as crianças de 6 anos. Neste sentido, passou-se a utilizar novo indicador (Taxa de atendimento escolar de crianças de 4 a 6 anos). Considerando, portanto, a inclusão da criança de 6 anos e a natureza legal do ensino fundamental, é de se esperar o alcance da meta estabelecida. Sugere-se a alteração do indicador para Taxa de Atendimento Escolar de Crianças de 4 a 6 anos, do índice de referência para 72,00.
Taxa de frequência líquida ao Ensino Fundamental da população na faixa etária de 7 a 14 anos (%)	Censo Demográfico (2000; decenal) e Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios □ PNAD (anual), ambos do IBGE.	24/9/2005	94,40	09/2008	94,60	97,50	Alta	Apesar de alta, há que se intensificar a implementação de ações contínuas visando à plena eficácia.
Taxa de frequência bruta ao Ensino Médio (%)	Censo Demográfico (2000; decenal) e Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios □ PNAD (anual), ambos do IBGE.	24/9/2005	80,70	09/2008	83,60	91,90	Média	Intensificação das medidas que promovam a correção de fluxo nas etapas anteriores no ensino fundamental.
Taxa de frequência líquida ao Ensino Médio da população na faixa etária de 15 a 17 anos (%)	Censo Demográfico (2000; decenal) e Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios □ PNAD (anual), ambos do IBGE.	24/9/2005	45,30	09/2008	48,00	52,80	Alta	A expectativa pela alta possibilidade levou em consideração o resultado do indicador, em 2008, e as diretrizes da política educacional brasileira que passou a estender e intensificar sua atuação para todas as etapas da educação básica. Apesar de o resultado do indicador estar próxima da meta estimada para o final do PPA 2008-2011, há que se intensificar a implementação de ações contínuas visando a plena eficácia.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 0181 Brasil no Esporte de Alto Rendimento - Brasil Campeão **Órgão Responsável** 51000 Ministério do Esporte (ME)

**Objetivo** Democratizar o acesso ao esporte de alto rendimento, com o objetivo de diminuir as disparidades de resultados entre as modalidades esportivas e melhorar o desempenho do atleta de rendimento brasileiro em competições nacionais e internacionais, como forma de promover a imagem do País no exterior

**Público-alvo** Atletas das modalidades esportivas de alto rendimento

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Acesso ao Esporte de Alto Rendimento (percentual)	Ministério do Esporte - Secretaria Nacional de Alto Rendimento	31/12/2006	115,74	-	-	400,00	Muito Baixa	A fórmula proposta para o cálculo do primeiro indicador considerou o quantitativo de talentos descobertos e registrados no Banco de Talentos do Esporte como fonte desses números. No entanto, a estratégia para identificação de talentos foi alterada pela gerência, em 2008, do Programa, o que afetou diretamente o quantitativo de acesso por esse mecanismo, ou seja, não houve inclusão de talentos no referido Banco em 2008, acarretando em índice igual a zero para o indicador. Se isso não for reavaliado, será impossível não só atingir o índice previsto, mas também apurá-lo.
Taxa de Ranqueamento Esportivo Mundial (percentual)	Ministério do Esporte - Secretaria Nacional de Alto Rendimento	31/12/2007	44,82	-	-	60,00	Muito Baixa	Alterar o indicador, pois as modalidades esportivas olímpicas não são ranqueadas no mesmo padrão ou na mesma unidade.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

Programa		0167 Brasil Patrimônio Cultural		42000		Ministério da Cultura (MinC)		Órgão Responsável	
Objetivo		Preservar e revitalizar o patrimônio cultural brasileiro							
Público-alvo		Sociedade Brasileira							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas	
		Data	Índice	Data	Índice				
Número de Registros de Bens Culturais de Natureza Imaterial (quantidade)	IPHAN	31/12/2006	7,00	04/2009	3,00	-	Alta	Em 2008, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional efetuou 3 registros de bens culturais de natureza imaterial e existem 13 processos de registros em fase de desenvolvimento, os quais deverão ser encerrados até 2011. Nesse contexto, pode ser considerada como alta a possibilidade de se alcançar o índice previsto ao final do PPA (28 registros). Os Registros de Bens Culturais de Natureza Imaterial costumam levar, até o final de seu processo, de 2 a 3 anos. Encontrou-se em fase de estudo a implantação de um novo índice que reverbere de forma mais exata o montante de trabalho envolvido no registro desses bens. Deve-se ressaltar que o Departamento do Patrimônio Imaterial possui 15 Bens Registrados desde o ano de 2002.	
Índice de Preservação do Patrimônio Material - IPPM (percentagem %)	IpHAN/MinC	31/12/2006	70,66	04/2009	64,40	-	Alta	O índice relativo ao IPPM não atingiu o valor estipulado em virtude da redução no número das ações de pequeno valor. O IpHan, buscando maximizar as atividades, vem dando preferência às ações com maior montante de recurso e tal fato repercutiu em uma redução do citado índice já que ele leva em conta o número de identificações, acatamentos, fiscalizações, inventários e projetos de fomento. Logo, um número menor de ações com montante de recursos maior acarretou em um índice inferior ao anteriormente tido como ideal, o que não pode ser analisado de forma negativa, afinal o Instituto vem incentivando ações com um maior volume de recursos. Nas reuniões de Planejamento, o IpHan apresenta os valores dos índices ao restante do corpo técnico e discute as dificuldades e possibilidades para que o índice alcance patamares sugeridos. Nesse caso, há um trabalho de conscientização das unidades descentralizadas do IpHan e a possibilidade de alcance do índice previsto para 2011, 70,66%, é alta.	

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 1336 Brasil Quilombola

**Órgão Responsável**

20126 Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR)

**Objetivo** Assegurar às comunidades remanescentes de quilombos a propriedade de suas terras, desenvolvimento econômico sustentável, infra-estrutura adequada para suas atividades, melhoria das condições de vida, preservação do Patrimônio Cultural Material e Imaterial e capacidade para exercer controle efetivo sobre as políticas públicas que lhes são destinadas

**Público-alvo** População de comunidades - rurais ou urbanas - remanescentes de quilombos

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Atendimento às Comunidades Remanescentes de Quilombos por Ações de Fomento ao Desenvolvimento Local e Sustentável (percentual)	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial	31/12/2005	15,52	12/2008	16,70	10,00	Alta	-
Taxa de Evolução de Comunidades Quilombolas com Terras Tituladas (percentual)	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial	31/12/2006	450,00	12/2008	260,00	100,00	Média	As ações de regularização fundiária são influenciadas por diversos fatores, muitos deles externos ao órgão executor. Processos judiciais, ações de constatação à base legal e conflitos nas comunidades são fatores que incidem no avanço do processo. Sugestão de algumas medidas que poderiam impactar positivamente: contratação de novos quadros técnicos para o INCRA, fortalecimento da base legal existente e maior disponibilidade orçamentária.
Taxa de Evolução de Comunidades Certificadas como Remanescentes de Quilombos (percentual)	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial	31/12/2005	142,69	12/2008	91,33	100,00	Média	A evolução de comunidades certificadas tende a diminuir com o passar dos anos, dado que é uma ação que terá fim quando todas as comunidades forem certificadas. Das identificadas no País, mais de 50% já foram certificadas.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 1073 Brasil Universitário

**Órgão Responsável**

26000 Ministério da Educação (MEC)

**Objetivo**

*Ampliar com qualidade o acesso ao ensino de graduação, à pesquisa e à extensão, com vistas a disseminar o conhecimento*

**Público-alvo**

*Alunos e professores das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES, bem como bolsistas das IES privadas*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Taxa de Docentes (em Exercício) com Doutorado Atuando nas Instituições Federais de Educação Superior - Graduação Presencial (%)</i>	INEP - Censo da Educação Superior	31/12/2006	44,26	12/2007	48,78	56,90	Média	O Reuni aumentará o número de professores nas Universidades Federais, sendo em sua maioria contratados com nível de Doutorado, a expectativa, portanto, é que nos anos base 2008-2010, o percentual de docentes com doutorado aumente de forma mais expressiva. Devido a indisponibilidade de dados do primeiro ano de atuação do Reuni e, dessa forma, da obtenção de dados mais consistentes, reduzimos a possibilidade de alcance deste indicador para Média e sugerimos ainda a reavaliação da meta para 55%.
<i>Taxa de Docentes (em Exercício) com Mestrado Atuando nas Instituições Federais de Educação Superior - Graduação (%)</i>	INEP - Censo da Educação Superior	31/12/2006	26,32	12/2007	26,03	20,36	Média	O Projeto Reuni aumentará o número de professores nas Universidades Federais, sendo em sua maioria contratados com nível de Doutorado. A expectativa é que nos anos base 2008/2010, o percentual de docentes com mestrado reduza em maior grau que nos anos anteriores. Reduzimos a possibilidade para Média devido a indisponibilidade de dados do primeiro ano REUNI para uma avaliação mais adequada. Sugerimos ainda a reavaliação da meta para 22,26%.
<i>Taxa de Docentes (em Exercício) com Graduação Atuando nas Instituições Federais de Educação Superior - Graduação Presencial (%)</i>	INEP - Censo da Educação Superior	31/12/2006	29,40	12/2007	25,17	22,74	Alta	-
<i>Coefficiente de Alunos por Docentes em Exercício na Educação Superior (unidade)</i>	INEP - Censo da Educação Superior	31/12/2006	15,22	12/2007	15,39	16,34	Alta	As ações que visam o alcance da meta estão sendo desenvolvidas no âmbito deste Ministério com o desenvolvimento da plataforma do banco de professor equivalente em vigência desde de 2007.
<i>Taxa de Matrículas de Alunos em Cursos de Graduação Presenciais no Turno Noturno (%)</i>	INEP - Censo da Educação Superior	31/12/2006	60,13	12/2007	61,67	64,09	Alta	-
<i>Taxa de Matrícula de Alunos em Instituições Federais de Educação Superior - Graduação Presencial - no Turno Noturno (%)</i>	INEP - Censo da Educação Superior	31/12/2006	25,38	12/2007	25,55	40,09	Média	O Reuni aumentará o número de vagas noturnas nas Universidades Federais, a previsão é que nos anos base 2008-2011, o percentual de alunos noturnos seja incrementado. Reduzimos a possibilidade para Média devido a indisponibilidade de dados do primeiro ano REUNI para uma avaliação mais adequada. Sugerimos ainda a reavaliação da meta para 35% uma vez que os incrementos nas vagas noturnas levam em média de 4 a 5 anos para atingirem o nível máximo de matrículas e, aparentemente, a meta não levou em conta este tempo de maturação do indicador.

<b>Programa</b>	0169 Brasil, Som e Imagem	<b>Órgão Responsável</b>	42000 Ministério da Cultura (MinC)
<b>Objetivo</b>	<i>Ampliar a produção, a difusão, a exibição, a preservação e o acesso às obras audiovisuais brasileiras e promover a auto-sustentabilidade da indústria audiovisual</i>		
<b>Público-alvo</b>	<i>Sociedade brasileira</i>		
<b>Indicador (unidade de medida)</b>	<b>Fonte</b>	<b>Índice de Referência</b>	<b>Índice alcançado em 2008</b>
<i>Participação da produção nacional no mercado cinematográfico do Brasil (percentual)</i>	Ministério da Cultura	<b>Data</b>	<b>Data</b>
		27/5/2006	11/2008
		11,00	10,16
		<b>Índice Previsto para 2011</b>	<b>Possibilidade Alcance do Índice Previsto</b>
		-	Alta
			Medidas Corretivas
			Os índices previstos são: para 2009 - 10,67%; para 2010 - 11,20% e para 2011 - 11,76%



**Programa** 1163 Brasil: Destino Turístico Internacional

54000 Ministério do Turismo (MTur)

**Órgão Responsável**

**Objetivo** Aumentar o fluxo de turistas estrangeiros, o gasto médio e o tempo médio de permanência no país

**Público-alvo** Turistas estrangeiros - atual e potencial, trade turístico e a mídia

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Fluxo de Turistas Estrangeiros (unidade)	Polícia Federal e EMBRATUR	31/12/2002	3.800.000,00	-	-	8.800.000,00	Baixa	Precisamos corrigir o indicador do Programa de Fluxo de Turistas Estrangeiros para Entrada de Dólares no Brasil

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 0643 Calha Norte **Órgão Responsável** 52000 Ministério da Defesa (MD)

**Objetivo** *Aumentar a presença do Poder Público na região ao norte do rio Solimões/Amazonas, contribuindo para a defesa nacional, proporcionando assistência às suas populações e fixando o homem na região*

**Público-alvo** *População dos estados do Amapá, Acre, Amazonas, Rondônia, Roraima e os municípios da calha norte do Rio Amazonas no Estado do Pará e a Ilha de Marajó*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Extensão de Fronteira por Núcleo de Povoamento Integrado à Pequena Unidade Militar (km por núcleo)</i>	Ministério da Defesa	31/7/2003	375,00	12/2008	350,00	-	Média	A implantação de novos Pelotões Especiais de Fronteira (PEF), em fase planejamento, deverá, ao longo do Ciclo do PPA 2008-2011, apresentar um resultado mais significativo em relação ao comprimento médio da faixa de fronteira defendida por um PEF.
<i>Cobertura de Atendimento aos Municípios do PCN (%)</i>	Relatório Anual de Gestão do Programa	1/12/2006	78,00	12/2008	72,00	100,00	Média	O Programa Calha Norte não tem ingerência na distribuição do recursos e nas suas destinações, uma vez que as mesmas têm origem nas emendas parlamentares. Uma das medidas adotadas por este Programa foi a elevação (elaboração e publicação) de nova Diretriz Ministerial.

<b>Programa</b>	0777 Capacitação de Servidores Públicos em Finanças Públicas e Áreas Afins	<b>Órgão Responsável</b>	25000 Ministério da Fazenda (MF)				
<b>Objetivo</b>	Desenvolver recursos humanos mediante formação e educação continuada de servidores e profissionais, visando a capacitação por competências individuais						
<b>Público-alvo</b>	Servidores públicos e profissionais envolvidos no aprimoramento do sistema tributário, do sistema de execução orçamentária e financeira, do sistema de controle e de áreas afins						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008	Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice				
Grau de Satisfação dos Alunos (porcentagem)	ESAF	31/12/1999	76,00	90,00	90,00	Alta	-
Grau de Satisfação dos Contratantes (porcentagem)	ESAF	31/12/1999	85,00	88,00	-	Alta	-

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 1433 Cidadania e Efetivação de Direitos das Mulheres

**Órgão Responsável**

2012 Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SEPM)

**Objetivo** Reduzir as desigualdades entre homens e mulheres e promover uma cultura não-discriminatória por meio da incorporação da perspectiva de gênero na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas em todos os níveis de governo

**Público-alvo** Mulheres

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Cobertura Estadual dos Organismos de Políticas para as Mulheres (percentual)	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres	31/12/2006	51,85	12/2008	74,00	100,00	Alta	Como estratégia para garantir a transversalidade da temática de gênero nas políticas públicas, a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres tem trabalhado não somente junto aos órgãos da administração pública federal, mas também aos governos estaduais e municipais. Tal estratégia assume especial importância em um país de características federativas como o Brasil, no qual existem ações de responsabilidades específicas ou compartilhadas entre União, estados e municípios. Como forma de assegurar que as ações sejam desenvolvidas na realidade local, junto às diferentes secretarias estaduais e municipais, a SPM tem incentivado a criação de organismos estaduais/municipais de políticas para mulheres no âmbito dos executivos, que desempenhariam na ponta o mesmo papel exercido pela SPM no nível federal. O resultado desta linha de ação é que, em 2008, o Brasil já contava com organismos de políticas para mulheres nos poderes executivos de 74% de seus estados (ou 20 unidades da federação). Importante considerar que, em 2003, quando a SPM foi criada, existiam apenas 13 organismos desta natureza entre estaduais e municipais, número que, hoje, já é de 231, sendo 20 estaduais e 211 municipais.
Taxa de Cobertura Municipal dos Organismos de Políticas para as Mulheres (percentual)	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres	31/12/2006	2,54	12/2008	3,70	4,10	Alta	Como estratégia para garantir a transversalidade da temática de gênero nas políticas públicas, a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres tem trabalhado não somente junto aos órgãos da administração pública federal, mas também aos governos estaduais e municipais. Tal estratégia assume especial importância em um país de características federativas como o Brasil, no qual existem ações de responsabilidades específicas ou compartilhadas entre União, estados e municípios. Como forma de assegurar que as ações sejam desenvolvidas na realidade local, junto às diferentes secretarias estaduais e municipais, a SPM tem incentivado a criação de organismos estaduais/municipais de políticas para mulheres no âmbito dos executivos, que desempenhariam na ponta o mesmo papel exercido pela SPM no nível federal. O resultado desta linha de ação é que, em 2008, o Brasil já contava com organismos de políticas para mulheres nos poderes executivos de 3,7% de seus municípios (211 cidades). Ainda que este percentual pareça pequeno, é preciso considerar que o Brasil tem 5.565 municípios e que o desenvolvimento de políticas para mulheres constitui-se em uma experiência recente no campo do setor público o que torna o desafio de criar tais estruturas na maioria dos municípios brasileiros um desafio a ser vencido a médio e longo prazo. É importante considerar que, em 2003, quando a SPM foi criada, existiam apenas 13 organismos desta natureza entre estaduais e municipais, número que, hoje, já é de 231, sendo 20 estaduais e 211 municipais.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 1433 Cidadania e Efetivação de Direitos das Mulheres

**Órgão Responsável**

20122 Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SEPM)

**Objetivo** Reduzir as desigualdades entre homens e mulheres e promover uma cultura não-discriminatória por meio da incorporação da perspectiva de gênero na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas em todos os níveis de governo

**Público-alvo** Mulheres

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançe do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Evolução do Número de Organizações Certificadas com o Selo Pro-Equidade de Gênero (percentual)</i>	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres	31/12/2006	0,00	12/2008	109,00	400,00	Média	O Programa Pro-Equidade de Gênero tem como objetivo promover a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres nas empresas e instituições por meio do desenvolvimento de novas concepções na gestão de pessoas e na cultura organizacional. Para isso, a estratégia adotada pelo Programa incluiu o incentivo à adesão voluntária das empresas e à elaboração, por elas, de um plano de ação para a promoção da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no ambiente de trabalho. O Plano tem duração de um ano e, após esse período, avalia-se o cumprimento das atividades e objetivos propostos para o recebimento do Selo Pro-Equidade de Gênero. Em sua primeira edição (2005-2006), foram certificadas 11 organizações do setor público. Já na segunda edição, lançada em 2007 e referente a ações desenvolvidas em 2008, o Programa foi ampliado para contemplar não apenas as empresas públicas, mas também as empresas do setor privado com fins de lucro, sendo que receberam a certificação 23 organizações. Para o ano de 2008, portanto, o indicador apurado é de 109%, o que evidencia a ampliação do escopo do Programa Pro-Equidade de Gênero.
<i>Evolução do Número de Profissionais da Educação Formados em Conteúdos Não-Discriminatórios (percentual)</i>	Secretaria Especial de Política para as Mulheres	31/12/2006	0,00	-	-	10,00	Média	A formação de profissionais da educação nos temas de gênero, racialetaria e orientação sexual se dá no âmbito do programa Gênero e Diversidade na Escola, desenvolvido pela SPM, em parceria com o MEC, a Seppir, a Uerj e o Conselho Brasileiro. Em 2006, o programa foi implementado como uma iniciativa piloto em seis municípios brasileiros, tendo capacitado cerca de 1.200 professores/as. No ano de 2007 foi realizada ampla avaliação sobre o projeto piloto e, em 2008, o programa começou efetivamente a funcionar em larga escala. Assim, não é possível calcular o valor do indicador em 2008, visto não ter havido capacitação nesta temática em 2007. No entanto, cabe informar que em 2008 foram firmados convênios com 20 universidades que irão capacitar 15.000 profissionais da educação até final de 2009.
<i>Proporção de Atendimentos na Ouvidoria da SPM Relacionados aos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (percentual)</i>	Ouvidoria da Secretaria Especial de Política para as Mulheres	31/12/2006	46,00	12/2008	57,00	50,00	Alta	Em 2008, a Ouvidoria recebeu um total de 410 casos. Destes, 291 chegaram por meio de e-mails, cartas, fax, telefone e internet, e os demais 119 referem-se a registros de câmbio privado que são encaminhados pela Central de Atendimento à Mulher para análise e atuação por parte da Ouvidoria. Assim, do total de atendimentos realizados, 235, ou 57% deles, foram relacionados aos temas de direitos econômicos, sociais e culturais o que já se poderia esperar visto que a ampla maioria dos atendimentos relativos a casos de violência contra as mulheres acabam sendo recebidos diretamente pela Central de Atendimento – Ligue 180.
<i>Taxa de Cobertura Estadual dos Conselhos dos Direitos da Mulher (percentual)</i>	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres	31/12/2006	88,89	12/2008	93,00	100,00	Alta	Os Conselhos de Direitos das Mulheres são estruturas de importância central no campo das políticas de gênero e/ou para mulheres, pois se constituem em espaços de controle social e de interlocução da sociedade civil organizada e de ligações expressivas com os governos, via suas respectivas representações. Dedicam-se à formulação, monitoramento e avaliação de políticas públicas, uma vez que a implementação das políticas tende a recair sobre a estrutura própria de governo. A criação dos Conselhos de direitos – de caráter facultativo em cada administração estadual e municipal – tem sido uma bandeira dos movimentos feministas e de mulheres. É com o objetivo, portanto, de fortalecer a participação e o controle social e ampliar a transparência das ações públicas em todas as esferas que a SPM tem apoiado continuamente a criação e reparcelamento de tais estruturas. Em 2008, 93% dos estados brasileiros já contavam com Conselhos Estaduais na estrutura de suas administrações, faltando apenas os estados de Sergipe e Rondônia.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 1433 Cidadania e Efetivação de Direitos das Mulheres

**Órgão Responsável**

20122 Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SEPM)

**Objetivo** Reduzir as desigualdades entre homens e mulheres e promover uma cultura não-discriminatória por meio da incorporação da perspectiva de gênero na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas em todos os níveis de governo

**Público-alvo** Mulheres

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Cobertura Municipal dos Conselhos dos Direitos da Mulher (percentual)	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres	31/12/2006	3,30	12/2008	3,70	5,20	Alta	Os Conselhos de Direitos das Mulheres são estruturas de importância central no campo das políticas de gênero e/ou para mulheres, pois se constituem em espaços de controle social e de interlocução da sociedade civil organizada e de lideranças expressivas com os governos, via suas respectivas representações. Dedicam-se à formulação, monitoramento e avaliação de políticas públicas, uma vez que a implementação das políticas tende a recair sobre a estrutura própria de governo. A criação dos Conselhos de direitos – de caráter facultativo em cada administração estadual e municipal – tem sido uma bandeira dos movimentos feministas e de mulheres. É com o objetivo, portanto, de fortalecer a participação e o controle social e ampliar a transparência das ações públicas em todas as esferas que a SPM tem apoiado continuamente a criação e reparcelamento de tais estruturas. Em 2008, 37% dos municípios brasileiros contavam com Conselhos na estrutura de suas administrações, o que equivale a 211 cidades. Ainda que este percentual pareça pequeno, é preciso considerar que o Brasil tem 5.565 municípios e que o desenvolvimento de políticas para mulheres constitui-se em uma experiência recente no campo do setor público o que torna o desafio de criar tais estruturas na maioria dos municípios brasileiros um desafio a ser vencido a médio e longo prazo. Além disso, importante dizer que este número de 211 cidades refere-se apenas àqueles conselhos com os quais a SPM mantém algum tipo de contato, sendo adequado supor que seja um número significativamente maior.

Programa	1122 Ciência, Tecnologia e Inovação Aplicadas aos Recursos Naturais	Órgão Responsável	24000	Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT)				
<b>Objetivo</b>	<i>Ampliar, organizar e disponibilizar a base de informação e conhecimento técnico-científico visando à inovação tecnológica e à conservação dos recursos naturais</i>							
<b>Público-alvo</b>	<i>Comunidade científica; indústria; comunidades locais; e poder público</i>							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Número de Núcleos de Biotecnologia Institucional Constituídos (unidade)	Ministério da Ciência e Tecnologia, Institutos do MCT, Universidades	22/8/2007	0,00	-	-	5,00	Muito Baixa	A medida corretiva para 2009 é acelerar o processo de instalação dos núcleos, visto que para 2009 a ação conta com recursos financeiros.
Sistema de Informação em Biodiversidade Instalado (%)	MCT e Institutos do MCT	22/8/2007	0,00	-	-	100,00	Muito Baixa	A medida corretiva para 2009 é acelerar o processo de instalação desses sistemas visto que para 2009 a ação conta com recursos financeiros.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 1201 Ciência, Tecnologia e Inovação no Complexo da Saúde

**Órgão Responsável**

36000 Ministério da Saúde (MS)

**Objetivo** Estabelecer uma estratégia nacional de desenvolvimento e inovação para o complexo produtivo de bens e serviços de saúde no país, por intermédio da interação entre saúde, pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação no complexo de saúde, orientando, apoiando e realizando investimentos para a produção científica e de insumos estratégicos para a saúde

**Público-alvo** Usuários do SUS; Cestores e Instituições de Saúde do SUS; Laboratórios Públicos de Produção de Insumos da Saúde; Instituições de Ensino e Pesquisa; Instituições do complexo produtivo da saúde

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Número de Insumos e Produtos de Saúde Desenvolvidos pela FioCruz (unidade)	MS/Relatórios periódicos das unidades da FIOCRUZ	31/12/2006	26,00	12/2008	10,00	40,00	Média	Este indicador é decorrente do componente de desenvolvimento tecnológico da ação 8315- Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico. Entre outros objetivos, esta ação visa a fomentar, avaliar e dar transparência a projetos voltados para a aplicação imediata dos resultados da pesquisa para suprir as necessidades de saúde da população. Embora a Diretoria de Planejamento da FioCruz tenha normatizado, por meio do Manual de Programação do PPA FioCruz e de Nota Técnica, a definição de insumos/ produtos desenvolvidos, houve grande dificuldade inicial, por parte dos pesquisadores, de compreensão quanto a estes termos. Como consequência disso, a programação feita para este indicador no processo de elaboração do PPA 2008-2011 foi superestimada. Isto significa que na revisão qualitativa do PPA seria necessário adequar a referência deste indicador. Uma referência mais condizente com a realidade estaria em torno de 10 insumos/ produtos.
Número de Patentes Depositadas (unidade)	MS/Relatórios de atividades das unidades da FioCruz	31/12/2006	4,00	12/2008	25,00	10,00	Alta	Não há necessidade de medidas corretivas. O índice de referência de 2011 será alcançado.
Número de Métodos e Processos em Saúde Pública Desenvolvidos pela FioCruz (unidade)	MS/FIOCRUZ	31/12/2006	25,00	12/2008	6,00	40,00	Média	Este indicador é decorrente do componente de desenvolvimento tecnológico da ação 8315- Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico. Entre outros objetivos, esta ação visa a fomentar, avaliar e dar transparência a projetos voltados para a aplicação imediata dos resultados da pesquisa para suprir as necessidades de saúde da população. Embora a Diretoria de Planejamento da FioCruz tenha normatizado, por meio do Manual de Programação do PPA FioCruz e de Nota Técnica, a definição de métodos/ processos desenvolvidos, houve grande dificuldade inicial, por parte dos pesquisadores, de compreensão quanto a estes termos. Como consequência disso, a programação feita para este indicador no processo de elaboração do PPA 2008-2011 foi superestimada. Isto significa que na revisão qualitativa do PPA seria necessário adequar a referência deste indicador. Uma referência mais condizente com a realidade estaria em torno de 10 métodos/ processos.
Taxa de Pesquisas Publicadas em Revistas de Relevante Importância para a Comunidade Científica (%)	MS/FioCruz, MEDLINE	31/12/2006	71,00	12/2008	91,00	80,00	Alta	Não há necessidade de medidas corretivas. O índice de referência de 2011 será alcançado.
Número de Pesquisas Realizadas na Região Sul (unidade)	MS/ Relatórios de atividades das Unidades da FioCruz	31/12/2006	20,00	12/2008	24,00	50,00	Alta	Não há necessidade de medidas corretivas. O índice de referência de 2011 será alcançado.
Número de Pesquisas Realizadas na Região Nordeste (unidade)	MS/Relatórios de atividades das Unidades da FIOCRUZ	30/6/2007	112,00	12/2008	168,00	220,00	Alta	Como medidas para alcançar o índice, serão criadas duas novas unidades da FioCruz na Região: uma no Piauí e uma no Ceará. Esta medida faz parte da ação "Estruturar cinco novas unidades da FioCruz (RO, PI, CE, MS, PR)" e constitui uma estratégia de fortalecimento da capacidade técnico-científica regional e de redução das iniquidades na ciência e tecnologia em saúde. Estima-se que com a constituição das novas unidades até 2010 a FioCruz alcançará índices próximos ao estipulado.



**Programa** 1201 Ciência, Tecnologia e Inovação no Complexo da Saúde **Órgão Responsável** 36000 Ministério da Saúde (MS)

**Objetivo** Estabelecer uma estratégia nacional de desenvolvimento e inovação para o complexo produtivo de bens e serviços de saúde no país, por intermédio da interação entre saúde, pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação no complexo de saúde, orientando, apoiando e realizando investimentos para a produção científica e de insumos estratégicos para a saúde

**Público-alvo** Usuários do SUS; Cestores e Instituições de Saúde do SUS; Laboratórios Públicos de Produção de Insumos da Saúde; Instituições de Ensino e Pesquisa; Instituições do complexo produtivo da saúde

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Número de Pesquisas Realizadas na Região Norte (unidade)	MS/Relatórios de atividades das Unidades da FIOCRUZ	30/6/2007	50,00	12/2008	23,00	70,00	Alta	Para se aproximar do índice estipulado para 2011 a FioCruz está em fase de implantação de uma nova unidade técnico-científica na Região Norte. Essa medida faz parte da ação "Estruturar cinco novas unidades da FioCruz (RO, PI, CE, MS, PR)" e constitui uma estratégia de fortalecimento da capacidade técnico-científica regional e de redução das iniquidades na ciência e tecnologia em saúde. Estima-se que com a constituição da nova unidade até 2010 a FioCruz alcançará índices próximos ao estipulado.
Número de Pesquisas Realizadas na Região Sudeste (unidade)	MS/Relatórios de atividades das Unidades da FIOCRUZ	31/12/2006	797,00	12/2008	1.037,00	1.145,00	Alta	Não há necessidade de medidas corretivas. O índice de referência de 2011 será alcançado

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 1388 Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) **Órgão Responsável** 24000 Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT)

**Objetivo** Promover o desenvolvimento científico e tecnológico e inovações voltadas à melhoria da competitividade dos produtos e processos das empresas nacionais, à criação e consolidação de nichos de mercado baseados em novas tecnologias e à ampliação da inserção da economia brasileira no mercado internacional

**Público-alvo** Empresas em geral e, em especial, as de nanotecnologia e biotecnologia; de química; de materiais; de eletrônica; de energias renováveis; de software; de fármacos; de semicondutores e microeletrônica; prestadoras de serviços tecnológicos; de consultoria tecnológica, atuantes em pesquisa e desenvolvimento de produtos e processos em áreas de fronteira tecnológica; laboratórios nacionais; e comunidade científica e tecnológica

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcanço do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Pessoas em Atividades de P&D no Total de Empregados das Empresas (1/1.000)	PINTEC/IBGE	31/12/2005	9,63	-	-	12,50	Alta	A estimativa feita pela Coordenação Geral de indicadores do MCT, incluindo o setor de serviços, sinaliza o alcance do índice previsto. A Pesquisa de Inovação Tecnológica-PINTEC/IBGE será retomada em 2009 e fornecerá informações do ano de 2008 desse indicador. Para 2010 foi acertada, em reunião com a SPI, a exclusão desse indicador. O indicador "Mestres e Doutores em Atividades de P&D no Total de Pessoal em P&D das Empresas" é mais representativo do esforço das empresas em contar recursos humanos qualificados para pesquisa, desenvolvimento e inovação.
Taxa de Participação dos Gastos em Pesquisa e Desenvolvimento na Receita Líquida de Vendas das Empresas (percentual)	PINTEC/IBGE	31/12/2005	0,65	-	-	0,85	Alta	As projeções realizadas pela Coord. Geral de Indicadores do MCT indicam o alcance do índice previsto. A Pesquisa de Inovação Tecnológica-PINTEC/IBGE que será retomada em 2009 fornecerá informações do ano de 2008.
Mestres e Doutores em Atividades de P&D no Total de Pessoal em P&D das Empresas (percentual)	PINTEC/IBGE	31/12/2005	9,09	-	-	11,51	Alta	A apuração do indicador ainda não foi possível, dado sua dependência com os trabalhos da Pesquisa de Inovação Tecnológica-PINTEC/IBGE. A pesquisa será realizada em 2009, no entanto, as projeções realizadas pela Coord. Geral de Indicadores do MCT indicam o alcance do índice previsto.
Participação das Exportações de Produtos de Alta Tecnologia no Total das Exportações de Produtos Industriais (%)	Secretaria de Comércio Exterior - SECEX/MDIC	31/12/2006	8,70	03/2009	8,10	15,00	Média	A previsão de alcance do índice ao final do PPA foi demasiadamente otimista, diante de cenários globais desfavoráveis. Embora o índice venha apresentando queda, os valores exportados, em dólar, apresentam crescimento, conforme pode ser constatado no link <a href="http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl_1243260113.xls">http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl_1243260113.xls</a> . Para 2010 estamos sugerindo o indicador "Valor das exportações de produtos de alta tecnologia".
Pedido de Depósito de Patentes no INPI por Parte de Residentes (unidade)	INPI	31/12/2005	13.169,00	-	-	23.588,00	Média	A criação dos Núcleos de Inovação Tecnológica, podem vir a colaborar para o aumento dos pedidos de patentes. O INPI ainda não disponibilizou as informações relativas a 2008. No entanto, considerando os últimos números apurados o número previsto não deve ser alcançado.
Pedidos de Patentes de Invenção no Escritório Norte-Americano de Patentes (USPTO) Depositados por Residentes no Brasil (unidade)	United States Patent and Trademark Office (USPTO)	31/12/2005	340,00	-	-	451,00	Média	A criação dos Núcleos de Inovação Tecnológica, podem vir a colaborar para o aumento dos pedidos de patentes.
Certificações de Sistemas e Famílias de Produtos (unidade)	ABNT/INMETRO	31/12/2006	17.361,00	02/2009	10.620,00	23.010,00	Média	Houve uma modificação na forma de apuração desse indicador de maneira que deixou-se de considerar as certificações vencidas e, portanto, o número apurado sofreu redução. Tal fato entretanto, não altera o diagnóstico de que o número tem crescido e que se mantivesse o critério antigo, o número será alcançado.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 0471 Ciência, Tecnologia e Inovação para Inclusão e Desenvolvimento Social **Órgão Responsável** 24000 Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT)

**Objetivo** Ampliar a capacidade local e regional para gerar e difundir o progresso técnico e científico visando à melhoria da qualidade de vida das populações em situação de vulnerabilidade social

**Público-alvo** População excluída rural e urbana; pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida; povos indígenas e comunidades tradicionais; mulheres e comunidades negras; participantes do programa de juventude; pessoas com insegurança alimentar e nutricional; pequenos produtores; micro e pequenas empresas; populações de regiões deprimidas social e economicamente, especificamente, população de catadores de materiais recicláveis e suas famílias; e empreendimentos econômicos solidários

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Número de Tecnologias Difundidas no Âmbito do Programa (unidade)	SECIS/MCT	-	-	-	-	-	-	-
Número de Pessoas Capacitadas em Tecnologias de Impacto Social com Apoio do Programa (pessoas capacitadas)	Coordenação do Programa de CT&I para Inclusão e Desenvolvimento Social	-	-	-	-	-	-	-
Pessoas que Declararam muito Interesse pelo Tema Ciência e Tecnologia (%)	Pesquisa de Percepção Pública de C&T - SECIS/MCT	1/12/2006	41,00	-	-	46,00	Média	Embora a pesquisa de percepção pública do tema ciência e tecnologia não tenha sido realizada em 2008, acreditamos seja factível o alcance do índice previsto tendo em vista o aumento crescente da difusão desse tema no país por meio de eventos tais como a realização de Olimpíadas de matemática, física, astronomia, etc., Semana Nacional de C&T, feiras de ciência, Conferência Nacional de C&T, entre outros.
Número de Visitas às Instituições de Ensino e Pesquisa e Museus de Ciências do MCT (unidade)	Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP/MCT	1/12/2006	405.034,00	04/2009	422.014,00	440.000,00	Alta	-
Número de Acessos aos Sites das Instituições de Pesquisa do MCT (unidade)	Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP/MCT	1/12/2006	93.268.987,00	04/2009	29.627.225,00	98.000.000,00	Média	Considerando o índice apurado em 2008 muito aquém, tanto da referência, quanto da previsão para o final do PPA, serão necessários ajustes nesse indicador.
Número de Municípios Participantes da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (unidade)	Departamento de Difusão e Popularização da Ciência - DEPDI/SECIS/MCT	1/10/2006	363,00	02/2009	450,00	700,00	Alta	-

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

Programa	1080 Combate à Desertificação	Órgão Responsável	44000	Ministério do Meio Ambiente (MMA)		
<b>Objetivo</b>	Reduzir o nível de crescimento das áreas desertificadas ou em processo de desertificação					
<b>Público-alvo</b>	População das Áreas Suscetíveis à Desertificação - ASD					
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência Data	Índice alcançado em 2008 Índice Data	Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
Áreas atendidas por intervenções que visem o combate à desertificação (km²)	Ministério do Meio Ambiente	1/3/2005 9,730,00	12/2008 48,992,00	190,869,00	Alta	A Coordenação de Combate à Desertificação-CCD implantou desde 2006 novo procedimento de aferição dos indicadores do Programa. Utiliza-se como unidade de medida km² e calcula-se as áreas atendidas por intervenções que visem o combate à desertificação. Essa inovação passou a permitir a comparação dos níveis de intervenção em cada estado. Fruto de acompanhamento permanente, esses indicadores têm apresentado evolução positiva nos últimos anos. Em 2008, o índice apurado foi de 48.992 km², contra 12.400 km² do ano anterior. A metodologia adotada para o cálculo do indicador em 2008 correspondeu à soma das áreas dos municípios nos quais foram realizados projetos de combate a desertificação. Tais projetos visam apoiar iniciativas locais de combate à desertificação por meio da difusão de experiências endógenas nas comunidades rurais das ASD. É importante salientar que este indicador ainda está sendo aperfeiçoado pela CCD com o objetivo de tornar mais precisos os critérios de sua medição. Além de afiar o indicador acima citado, a CCD buscou introduzir novos instrumentos de acompanhamento do desempenho do Programa. Os projetos de cooperação técnicos vinculados ao Programa e outras atividades da Coordenação são monitorados e avaliados por uma equipe de técnicos que a cada três meses elaboram um relatório com os resultados alcançados e as recomendações para ajustes necessários.

**Programa** 0812 Competitividade das Cadeias Produtivas **Órgão Responsável** 28000 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)

**Objetivo** Elevar a competitividade industrial das principais cadeias produtivas do País, com ações voltadas para o incremento das exportações e dos investimentos vinculados ao aumento da competitividade e à substituição de importações

**Público-alvo** Setor industrial produtivo das principais cadeias produtivas

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcanço do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Variação Líquida das Exportações da Indústria (percentual)	BACEN e SECEX	20/1/2007	1,88	12/2008	2,22	2,63	Alta	-

**Programa** 0798 Compras Governamentais **Órgão** 47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) **Responsável**

**Objetivo** Otimizar os processos de contratação de bens, obras e serviços no âmbito do governo federal, bem como modernizar e normalizar os processos administrativos na área de logística e de serviços gerais

**Público-alvo** Órgãos e entidades da Administração Pública Brasileira, entidades conveniadas, fornecedores e prestadores de serviços

Este programa não apresenta indicador.

**Programa** 1057 Comunicações, Comando, Controle e Inteligência nas Forças Armadas 52000 Ministério da Defesa (MD) **Órgão Responsável**

**Objetivo** *Aperfeiçoar a capacidade de comando, controle e inteligência do Sistema de Defesa e a segurança da comunicação militar*

**Público-alvo** *Nação brasileira*

*Este programa não apresenta indicador.*

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

<b>Programa</b>	1145 Comunidades Tradicionais	<b>Órgão Responsável</b>	44000 Ministério do Meio Ambiente (MMA)			
<b>Objetivo</b>	Contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos integrantes de comunidades tradicionais, dinamizando as atividades produtivas e incentivando o uso sustentável dos ambientes que ocupam, por meio da valorização da cultura e das formas de organização social					
<b>Público-alvo</b>	Comunidades e entidades representativas de populações tradicionais					
<b>Indicador (unidade de medida)</b>	<b>Fonte</b>	<b>Índice de Referência</b>	<b>Índice alcançado em 2008</b>	<b>Índice Previsto para 2011</b>	<b>Possibilidade Alcançar o Índice Previsto</b>	<b>Medidas Corretivas</b>
		<b>Data</b>	<b>Data</b>			
Taxa de Comunidades Tradicionais com Beneficiamento da Produção (%)	Ministério do Meio Ambiente	31/7/2005	12/2008	50,33	Alta	-
		4,27	42,58			



**Programa** 1332 Conservação e Recuperação dos Biomas Brasileiros

44000 Ministério do Meio Ambiente (MMA)

**Órgão Responsável**

**Objetivo** Contribuir para a sustentabilidade dos biomas brasileiros, respeitando as suas especificidades, por meio da expansão e consolidação do sistema nacional de conservação e outras áreas protegidas, bem como para a definição e disseminação de políticas e práticas de conservação, uso sustentável e gestão integrada dos biomas, com a justa repartição dos benefícios decorrentes

**Público-alvo** Sociedade

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Número de instrumentos de sistema de gestão desenvolvidos (unidade)	Ministério do Meio Ambiente	31/12/2007	28,00	12/2008	32,00	40,00	Alta	-
Taxa de Proteção Integral dos Biomas (porcentagem)	Cadastro Nacional de Unidades de Conservação-MMA	15/8/2005	3,40	12/2008	5,94	10,00	Baixa	Reconhecimento da importância da conservação por outros setores do governo. Alocação suficiente de pessoal no ICMBio para trabalhar em processos de criação de unidades de conservação.
Taxa de Uso Sustentável dos Biomas (porcentagem)	Cadastro Nacional de Unidades de Conservação	15/8/2005	4,22	12/2008	10,26	11,00	Alta	-

<b>Programa</b>	0508 Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Genéticos	<b>Órgão Responsável</b>	44000 Ministério do Meio Ambiente (MMA)			
<b>Objetivo</b>	<p><i>Conhecer, conservar, recuperar e usar sustentavelmente a diversidade biológica e os recursos genéticos, promover a biosegurança, o acesso e a repartição dos benefícios decorrentes do uso dos recursos genéticos e do conhecimento tradicional associado</i></p>					
<b>Público-alvo</b>	<p><i>Povos indígenas, comunidades tradicionais e locais, produtores rurais, setor empresarial, museus e herbarários, a academia e a comunidade internacional</i></p>					
<b>Indicador (unidade de medida)</b>	<b>Fonte</b>	<b>Índice de Referência</b>	<b>Índice alcançado em 2008</b>	<b>Índice Previsto para 2011</b>	<b>Possibilidade Alcance do Índice Previsto</b>	<b>Medidas Corretivas</b>
<i>Taxa de Conservação das Espécies Ameaçadas (porcentagem)</i>	Ministério do Meio Ambiente	<b>Data</b> 15/8/2003 <b>Índice</b> 2,00	<b>Data</b> 02/2009 <b>Índice</b> 31,76	80,00	Alta	-

Programa	1426 Conservação, Manejo e Uso Sustentável da Agrobiodiversidade	Órgão Responsável	44000	Ministério do Meio Ambiente (MMA)			
<b>Objetivo</b>	<i>Assegurar a conservação e o uso sustentável dos componentes da agrobiodiversidade, visando a segurança alimentar, a geração de trabalho e renda e a retribuição por serviços ambientais</i>						
<b>Público-alvo</b>	<i>Produtores rurais, povos indígenas, comunidades tradicionais e locais, agricultores familiares e assentados de reforma agrária</i>						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008	Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice				
<i>Taxa de Participação dos Alimentos Orgânicos na Produção Agropecuária Brasileira (%)</i>	SDC / MAPA	28/2/2003	0,08	-	0,21	Média	Vários resultados foram alcançados no período de 2008 que contribuíram para o avanço na execução do Programa. No entanto, em virtude do Indicador de Resultado do referido Programa tratar de uma Ação específica, referente ao antigo Programa 1225 - Desenvolvimento da Agricultura Orgânica - Pro-Orgânico, não é possível medir quantitativamente o alcance dos resultados, pois tal análise necessita de um parâmetro adequado. A proposta é que em 2009, várias reuniões sejam realizadas com as Unidades Administrativas das Ações do Programa 1426, para definir qual o indicador ou indicadores adequados para avaliar a evolução e execução das metas e resultados do Programa.

**Programa** 1389 Controle da Atuação Administrativa e Financeira no Poder Judiciário **Órgão Responsável** 10000 Supremo Tribunal Federal (STF)

**Objetivo** Apoiar as atividades de planejamento e orçamento, bem como o controle e fiscalização da gestão administrativa do Poder Judiciário da União e dos Estados

**Público-alvo** Poder Judiciário e Sociedade

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Julgamento de Processos no Conselho Nacional de Justiça (%)	Conselho Nacional da Justiça	15/12/2006	100,00	01/2009	80,05	100,00	Alta	-

**Programa** 0550 Controle Externo **Órgão Responsável** 03000 Tribunal de Contas da União (TCU)

**Objetivo** *Assegurar a efetiva e regular gestão dos recursos públicos federais em benefício da sociedade e auxiliar o Congresso Nacional no exercício do controle externo*

**Público-alvo** *Sociedade, Congresso Nacional e gestores de recursos públicos federais*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Julgamento de Processos pelo Tribunal de Contas da União (porcentagem)	Tribunal de Contas da União	31/12/2006	45,00	12/2008	50,80	42,00	Alta	-

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 1173 Controle Interno, Prevenção e Combate à Corrupção **Órgão Responsável** 20125 Controladoria Geral da União (CGU)

**Objetivo** Desenvolver as atividades do sistema de controle interno do Poder Executivo Federal, em cumprimento ao disposto nos artigos 70 e 74 da Constituição Federal de 1988, bem como fortalecer as atividades de investigação, apuração e repressão das irregularidades no Poder Executivo com o objetivo de prevenir a corrupção, combater a impunidade e ampliar a transparência da gestão pública

**Público-alvo** Governo

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Índice de Desempenho Institucional da Controladoria-Geral da União - IDIC (%)	SIGPLAN	31/12/2008	100,00	12/2008	116,98	100,00	Alta	-

---

<b>Programa</b>	0237 Corredor Araguaia-Tocantins	39000	Ministério dos Transportes (MT)	<b>Órgão Responsável</b>
-----------------	----------------------------------	-------	---------------------------------	--------------------------

**Objetivo** Reduzir o custo do transporte de cargas na área que abrange os Estados do Pará, Tocantins, Maranhão, Mato Grosso e Goiás

**Público-alvo** Usuários de transporte nos Estados do Pará, Tocantins, Maranhão, Mato Grosso e Goiás

Este programa não apresenta indicador.

---

<b>Programa</b>	0233 Corredor Mercosul	39000	Ministério dos Transportes (MT)	<b>Órgão Responsável</b>
-----------------	------------------------	-------	---------------------------------	--------------------------

**Objetivo** Reduzir o custo do transporte de cargas entre o Brasil e os países do Mercosul

**Público-alvo** Usuários do sistema de transportes da Região Sul do País

Este programa não apresenta indicador.



Programa	0235 Corredor Nordeste	39000	Ministério dos Transportes (MT)	Órgão Responsável
----------	------------------------	-------	---------------------------------	-------------------

**Objetivo** Reduzir o custo do transporte de cargas na área que abrange os Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas

**Público-alvo** Usuários de transporte nos Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas

Este programa não apresenta indicador.

Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

**Programa** 0229 Corredor São Francisco 39000 Ministério dos Transportes (MT) **Órgão Responsável**

**Objetivo** Reduzir o custo do transporte de cargas na área que abrange os Estados da Bahia e Sergipe e o norte de Minas Gerais

**Público-alvo** Usuários de transporte nos Estados da Bahia, Sergipe e norte de Minas Gerais

Este programa não apresenta indicador.

---

<b>Programa</b>	0231 Corredor Transmetropolitano	39000	Ministério dos Transportes (MT)	<b>Órgão Responsável</b>
-----------------	----------------------------------	-------	---------------------------------	--------------------------

**Objetivo** Reduzir o custo do transporte de cargas na área que abrange o Estado de São Paulo e sudoeste do Estado de Minas Gerais

**Público-alvo** Usuários de transportes nos Estados de São Paulo e sudoeste de Minas Gerais

Este programa não apresenta indicador.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 1116 Crédito Fundiário **Órgão Responsável** 49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)

**Objetivo** Promover o acesso à terra por meio do financiamento de imóveis rurais que não se enquadram nos preceitos da desapropriação por interesse social e implantar infra-estrutura nesses imóveis

**Público-alvo** Famílias sem-terra, arrendatários, parceiros, neciros, jovens sem-terra e filhos de agricultores familiares

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Participação do Crédito Fundiário na Reforma Agrária (%)	Ministério do Desenvolvimento Agrário	31/12/2003	4,50	12/2008	0,97	13,76	Baixa	O indicador é aferido pela relação percentual entre o nº de famílias atendidas no ano com crédito fundiário e o nº de famílias cadastradas e famílias acampadas identificadas, sem dupla contagem, medida em 2003 segundo o Plano Nacional de Reforma Agrária, de 1.011 mil famílias (171 mil acampadas e 840 mil cadastradas). Portanto, o índice apurado leva em consideração somente cada exercício. O que melhor retrataria a realidade seria a acumulação do índice durante a execução do Programa. Assim, cabe ressaltar que a taxa de participação acumulativa do Crédito Fundiário na Reforma Agrária no período de 2003 a 2008 é de 6,68%, índice que, em não havendo descontinuidade de recursos nem da execução da política pública, tem alta probabilidade de alcance da meta até o final do PPA.

**Programa** 0103 Crédito Orientado ao Desenvolvimento e Geração de Emprego e Renda **Órgão Responsável** 38000 Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)

**Objetivo** Estimular o desenvolvimento econômico e social do País por meio da democratização do crédito produtivo, capaz de gerar emprego, trabalho e renda

**Público-alvo** Micro e pequenas empresas, cooperativas e associações de trabalhadores, profissionais liberais, microempreendedores, empresas pertencentes a setores prioritários de política governamentais de desenvolvimento, de arranjos produtivos locais ou de setores intensivos em mão-de-obra

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Número de trabalhadores diretamente beneficiados pela concessão de crédito (unidade)	Sistema de Acompanhamento da Execução das Ações do Proger, RAIS e CAGED	30/12/2006	1.619.007,00	03/2009	4.790.417,00	-	Alta	Na oportunidade da revisão do Plano Plurianual em 2009, será incluído o indicador para 2001 no montante de 3.065.867 trabalhadores beneficiados. A redução em relação a 2008 reflete a redução do volume proveniente dos depósitos especiais para a concessão de crédito, tendo em vista o aumento dos recursos do FAT destinados ao pagamento do seguro-desemprego e do abono salarial.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

Programa		0172 Cultura Afro-Brasileira		42000		Ministério da Cultura (MinC)		Órgão Responsável	
Objetivo		Proteger e promover a cultura e o patrimônio afro-brasileiro							
Público-alvo		Sociedade em geral, com prioridade para os/as afro-brasileiros/as							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcança do Índice Previsto	Medidas Corretivas	
		Data	Índice	Data	Índice				
Número de Comunidades Quilombolas Certificadas (unidade)	Fundação Cultural Palmares	31/12/2006	390,00	12/2008	127,00	-	Média	<p>A Fundação Palmares, no que se refere a indicadores, é uma instituição ímpar. As ações que executa são muito diversificadas e seus produtos não são facilmente mensuráveis, o que dificulta a criação de um indicador que seja realmente capaz de mensurar o desempenho do programa.</p> <p>Este indicador pode ser apurado, mas não previsto. Também não permite avaliar integralmente o desempenho do Programa.</p> <p>Em 2006 foram certificadas 390 comunidades, em 2007 foram 141 comunidades e em 2008 127 comunidades.</p> <p>A Certificação das Comunidades Remanescentes de Quilombos é uma atribuição da Palmares, regularizada pelo Decreto 4.887/03, de 26/11/07, " Art. 3º, parágrafo 4º". A autodefinição de que trata o Parágrafo 1º do art. 2º deste Decreto será inscrita no Cadastro Geral junto à Fundação Cultural Palmares, que expedirá certidão respectiva na forma do regulamento". Também trata do assunto, a Portaria FCP nº 98, de 26/11/07.</p> <p>O Programa foi alvo, em 2008 de Ofício de Modelo Lógico. O indicador está sendo reviso.</p> <p>De acordo com o parágrafo primeiro, do art. 2º do mencionado decreto, "... a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante autodefinição da própria comunidade". Assim, não é possível a FCP fazer um previsto futuro deste indicador, e a ir de encontro ao Decreto, pois a Palmares não pode provocar a comunidade para que esta se autodeclare remanescente de quilombo. Independente dos nossos esforços a quantidade de comunidades que será ou não certificada em determinado ano.</p>	
Número de Manifestações e Bens de Natureza Material e Imaterial Registrados (unidade)	Fundação Cultural Palmares	31/12/2006	7,00	-	-	-	Baixa	<p>Este indicador está em processo de análise e avaliação para adequação, visto que o Registro de Bens é atribuição do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN.</p> <p>O Programa foi alvo, em 2008, de Ofício de Modelo Lógico.</p> <p>Este Indicador foi excluído do PLOA 2010.</p>	

**Programa** 1141 Cultura Viva - Arte, Educação e Cidadania **Órgão Responsável** 42000 Ministério da Cultura (MinC)

**Objetivo** Ampliar e potencializar o acesso das comunidades excluídas ao usufruto de bens culturais e aos meios de fruição, produção e difusão das artes e do patrimônio cultural

**Público-alvo** Populações com baixo acesso aos instrumentos de produção, fruição e difusão cultural, ou com necessidade de reconhecimento da identidade cultural e crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Índice de Acesso à Cultura via Pontos de Cultura (porcentagem)	SPPC/MinC	31/12/2007	0,30	04/2009	0,46	-	Alta	

O indicador deverá ser objeto de análise mais aprofundada, visando melhorar a captação de expressão dos resultados previstos pelo Programa.

<b>Programa</b>	0581 Defesa da Ordem Jurídica					<b>Órgão Responsável</b>	34000 Ministério Público da União (MPU)
<b>Objetivo</b>	Defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis						
<b>Público-alvo</b>	Sociedade						
<b>Indicador (unidade de medida)</b>	<b>Fonte</b>	<b>Índice de Referência</b>		<b>Índice alcançado em 2008</b>		<b>Índice Previsto para 2011</b>	<b>Possibilidade Alcance do Índice Previsto</b>
		<b>Data</b>	<b>Índice</b>	<b>Data</b>	<b>Índice</b>		<b>Medidas Corretivas</b>
<i>Taxa de Processo Elaborado (%)</i>	Ministério Público da União	31/12/2003	100,00	02/2009	100,00	-	
							O Índice Previsto para o Final do PPA (2011) é de 100%.



Programa		0697 Defesa do Consumidor		30000		Ministério da Justiça (MJ)		Órgão Responsável	
Objetivo		Promover a proteção e defesa do consumidor							
Público-alvo		Sociedade brasileira							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas	
		Data	Índice	Data	Índice				
Número de Processos Municipais Integrados ao SINDEC (percentual)	SINDEC	31/12/2006	22,00	01/2009	10,00	100,00	Alta	O ritmo de municipalização do SINDEC foi comprometido em 2008 por ter sido esse um ano de eleições municipais, o que dificultou a celebração e execução de convênios. Em 2009, porém, o trabalho de municipalização foi retomado de forma satisfatória. Atualmente há mais de 60 Processos municipais integrados ao SINDEC.	
Número de Processos Administrativos Concluídos (unidade)	SINDEC	31/12/2006	60,00	01/2009	136,00	100,00	Alta		

**Programa** 0695 Defesa Econômica e da Concorrência

30000 Ministério da Justiça (MJ)

**Órgão Responsável**

**Objetivo** Combater os abusos do poder econômico e promover a defesa da concorrência  
**Público-alvo** Empresas com atuação no território nacional, consumidores e agências regulatórias

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Prazo de Instrução e Julgamento de Atos de Concentração (dias)	CADE	31/12/2006	100,00	12/2008	58,00	94,00	Alta	-
Número de Processos de Apuração de Infrações contra a Ordem Econômica Julgados pelo CADE (unidade)	Conselho Administrativo de Defesa Econômica	31/12/2006	65,00	12/2008	160,00	74,00	Alta	Obs.: O índice consiste do valor percentual de processos julgados no ano reativo ao número previsto inicialmente. Em números absolutos, foram julgados 806 processos administrativos e atos de concentração. A previsão inicial era de 699.
Valor Total das Multas Anuais Inscritas na Dívida Ativa pelo CADE (reais)	CADE - MJ	1/1/2007	440.679.608,00	12/2008	149.943.931,71	578.000.000,00	Alta	-

**Programa** 0580 Defesa Jurídica da União **Órgão Responsável** 20114 Advocacia-Geral da União (AGU)

**Objetivo** Representar a União judicial e extrajudicialmente e interpretar atos normativos, unificando a jurisprudência no âmbito do Poder Executivo

**Público-alvo** União

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançe do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Análise de Processos pela Advocacia Geral da União (AGU) (porcentagem %)	AGU	31/12/2011	100,00	12/2008	100,00	100,00	Alta	-

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 1132 Democratização das Relações de Trabalho **Órgão Responsável** 38000 Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)

**Objetivo** Promover a democratização e a modernização do sistema brasileiro de relações de trabalho, por meio do diálogo e da negociação tripartite entre trabalhadores, governo e empregadores

**Público-alvo** Trabalhadores, empresas e organizações sindicais

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcanço do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Resolução de Conflitos (%)	Dados enviados pelas DRT e CGRT	31/12/2006	71,19	12/2008	68,78	97,53	Baixa	É necessária a revisão do índice, tendo em vista que por melhor que seja a ação do MTE, haverá sempre um percentual de conflitos cuja resolução não se dará, dado o interesse das partes em buscar algo mais vantajoso na Justiça. Diante disso, entende-se que o sucesso nesta ação se dá com um índice estável de 70%.
Taxa de Eficácia das Mediações (%)	Secretaria de Relações do Trabalho SRT/MTE	31/12/2006	63,60	12/2008	58,05	72,69	Média	Tendo em vista que as negociações na data-base abrangem alto número de trabalhadores, e possuem menos chances de acordo, já que são de maior complexidade, podemos ter baixas taxas de resolução de conflitos, com taxas de eficácia das mediações mais baixas. Diante disso, este indicador não deve aumentar de maneira significativa, principalmente neste momento de crise, em que vêm ocorrendo demissões que abrangem muitos trabalhadores, e para as quais não tem sido possível a realização de acordos, visto que as empresas não têm tido condições de manter os funcionários. Com isso, espera-se até 2011 um índice em torno de 65%.
Taxa de Adesão à Análise Sindical (%)	IBGE/MTE	3/10/2006	70,27	-	-	92,58	Muito Baixa	Esta taxa não mede resultado deste programa, já que utiliza dados do IBGE, gerados a muitos anos, dos quais não se sabe se são reais à realidade. O que se tem buscado é cruzar informações de todos os envolvidos para buscar melhor a adesão à atualização sindical. É necessária a exclusão desse índice.
Número Índice de Instrumento Coletivo (número índice)	DRT/CGRT/SRT/MTE	31/12/2006	100,00	-	-	236,24	Muito Baixa	Este índice não mede resultado do programa, tendo em vista que o fôto de haver mais instrumentos coletivos registrados em um ano não significam melhorias na democratização das relações de trabalho.

Programa	1030 Democratização do Acesso à Informação Arquivística Governamental	Órgão Responsável	20101 Gabinete da Presidência da República (Presidência da República)	Medidas Corretivas	
					Índice alcançado em 2008
Objetivo	Garantir o pleno acesso à informação arquivística governamental com a finalidade de apoiar as decisões governamentais de caráter político-administrativo e o cidadão na defesa dos seus direitos, bem como contribuir para a produção de conhecimento científico e cultural				
Público-alvo	Governo e sociedade				
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência	Índice alcançado em 2008	Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto
		Data	Data		
Evolução do Atendimento a Demanda de Acesso à Informação pelos Cidadãos e Órgãos Públicos (%)	Arquivo Nacional	31/12/2003	12/2009	-	Alta
		100,00	7,89		
<p>Este índice foi apurado conforme a fórmula = demandas atendidas no ano corrente (2008) - demanda atendida em 2003/demanda atendida em 2003 x 100</p> <p>As informações das demandas atendidas foram extraídas da ação 4282 - Sistema de Atendimento ao Usuário: exercício de 2003 = 62.500, exercício de 2008 = 67.434.</p> <p>No PPA 2008-2011 foi criada a ação 2D42 - Promoção de Eventos, e dentro da referida ação criou-se a atividade Divulgação do Acervo Documental, surgindo um impasse quanto à apropriação de dados obtidos pelos contadores dos sites, se na ação Sistema de Atendimento aos Usuários ou na recém criada ação de Promoção de Eventos.</p> <p>Os números obtidos pelos contadores dos sites dos programas do CONARQ (152.876 acessos), HISTÓRIA COLONIAL (122.413), SIGA (25.152), EXPOSIÇÕES VIRTUAIS (20.261), DOCUMENTOS ELETRÔNICOS (9.202), ESCUDO AZUL (8.542), PORTALAN (6.900), ARQUIVOS MÉDICOS (9) e DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA (4). Estes dados, entretanto não foram lançados nem na Ação de Atendimento ao Usuário nem na Ação de Promoção de Eventos (Divulgação do Acervo Documental), gerando o percentual distorcido de 15,27% na ação Sistema de Atendimento ao Usuário. Quando a situação foi constatada e solicitada a correção no SIGPLAN, o mesmo já estava fechado para acertos. Se o número de 345.359 acessos, somados aos outros 67.434 tipos de atendimentos, perfazendo um total de 412.793 usuários atendidos, tivessem sido computados, o percentual de realização seria de 93,48%.</p> <p>Considerando esses dados o índice correto é de 560% de crescimento em relação aos números do ano de 2003.</p>					

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

Programa	1032 Democratização do Acesso à Informação Jornalística, Educacional e Cultural	Órgão Responsável	20101 Gabinete da Presidência da República (Presidência da República)	Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
				Data	Índice			
<b>Objetivo</b>	<i>Ampliar o acesso da população a informações jornalísticas, educacionais e culturais, contribuindo para a inserção social e desenvolvimento de sua cidadania</i>							
<b>Público-alvo</b>	<i>Sociedade</i>							
<b>Indicador (unidade de medida)</b>	<b>Fonte</b>							
<i>Total de Matérias Jornalísticas (unidade)</i>	Radiobrás	31/5/2005	181.585,00	12/2008	502.126,00	-	Alta	As alterações verificadas na estrutura da EBC em relação à antiga Radiobrás tomam necessárias as modificações dos indicadores para atender a nova realidade. Em 2008 a Radiobrás funcionou oficialmente até 08/06/2008 quando passou a compor a EBC.
<i>Transmissão de Eventos da Presidência da República (%)</i>	Radiobrás	31/12/2004	100,00	12/2008	100,00	-	Alta	A cobertura obrigatória das atividades do Presidente da República passou a ser responsabilidade da Diretoria de Serviços.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

Programa	1295 Descentralização dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros	Objetivo	1295 Descentralização dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros	Órgão Responsável	56000	Ministério das Cidades (MCI) cidades	Indicador (unidade de medida)	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcanço do Índice Previsto	Medidas Corretivas
								Data	Índice	Data	Índice			
			Melhorar os sistemas de transporte ferroviário urbano de passageiros e transferir a sua gestão para os governos locais											
			População das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Recife, Fortaleza, Salvador e Porto Alegre e das cidades de Macaé, João Pessoa e Natal											
			Taxa Ponderada de Transferência da Gestão dos Sistemas de Trens Urbanos (porcentagem)											
			Fonte											
			CBTU/MCidades											
			31/12/2003											
			73,40											
			12/2008											
			75,40											
			99,30											
			O valor do indicador deverá permanecer estável no mesmo valor atingido em 2005, quando da última atualização ocorrida (Salvador), uma vez que a prioridade do Governo Federal é a conclusão das obras incluídas no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC. Os índices previstos para alcance em 2011 foram revisados e os seus valores atualizados foram propostos no processo de elaboração do PLOA 2010.											
			Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte - MG (milhar)											
			CBTU/Ministério das Cidades											
			31/12/2003											
			30.941,00											
			12/2008											
			43.988,00											
			70.500,00											
			Alta											
			Faça ao andamento verificado nas intervenções para ampliação do sistema e demais intervenções acordadas no PAC, não será possível atingir o valor programado inicialmente. Foi proposta uma revisão deste indicador para 80.080 mil passageiros em 2011, para a elaboração do PLOA-2010.											
			Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de Fortaleza - CE (milhar)											
			CBTU/Ministério das Cidades											
			31/12/2003											
			48.329,00											
			12/2008											
			58.712,00											
			101.000,00											
			Baixa											
			Faça ao andamento verificado nas intervenções para ampliação do sistema e demais intervenções acordadas no PAC, não será possível atingir o valor programado inicialmente. Foi proposta uma revisão deste indicador para 80.080 mil passageiros em 2011, para a elaboração do PLOA-2010.											
			Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de Salvador - BA (milhar)											
			CBTU/Ministério das Cidades											
			31/12/2003											
			10.399,00											
			12/2008											
			7.358,80											
			26.940,00											
			Muito Baixa											
			Faça ao andamento verificado nas intervenções para ampliação do sistema e demais intervenções acordadas no PAC, não será possível atingir o valor programado inicialmente. Foi proposta uma revisão deste indicador para 8.200 mil passageiros em 2011, para a elaboração do PLOA-2010.											
			Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de Alegre - RS (milhar)											
			CBTU/Ministério das Cidades											
			31/12/2003											
			4.259,00											
			12/2008											
			4.129,30											
			77.985,00											
			Muito Baixa											
			Faça ao andamento verificado nas intervenções para ampliação do sistema e demais intervenções acordadas no PAC, não será possível atingir o valor programado inicialmente. Foi proposta uma revisão deste indicador para 60.060 mil passageiros em 2011, para a elaboração do PLOA-2010.											
			Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de Porto Alegre - RS (milhar)											
			Trensurb/Ministério das Cidades											
			31/12/2003											
			44.683,00											
			12/2008											
			47.038,80											
			45.621,94											
			Alta											
			Faça ao andamento verificado nas intervenções para recuperação do sistema, não será possível atingir o valor programado inicialmente. Foi proposta uma revisão deste indicador para 3.080 mil passageiros em 2011, para a elaboração do PLOA-2010.											
			Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de Macaé - AL (milhar)											
			CBTU/Ministério das Cidades											
			31/12/2003											
			1.611,00											
			12/2008											
			1.738,00											
			7.963,00											
			Baixa											
			Faça ao andamento verificado nas intervenções para recuperação do sistema, não será possível atingir o valor programado inicialmente. Foi proposta uma revisão deste indicador para 3.080 mil passageiros em 2011, para a elaboração do PLOA-2010.											
			Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de João Pessoa - PB (milhar)											
			CBTU/Ministério das Cidades											
			31/12/2003											
			2.050,00											
			12/2008											
			3.138,00											
			7.612,00											
			Baixa											
			Faça ao andamento verificado nas intervenções para recuperação do sistema, não será possível atingir o valor programado inicialmente. Foi proposta uma revisão deste indicador para 3.632 mil passageiros em 2011, para a elaboração do PLOA-2010.											
			Número de Passageiros Transportados no Sistema de Trens Urbanos de Natal - RN (milhar)											
			CBTU/Ministério das Cidades											
			31/12/2003											
			2.262,00											
			12/2008											
			2.318,00											
			13.032,00											
			Baixa											
			Faça ao andamento verificado nas intervenções para recuperação do sistema, não será possível atingir o valor programado inicialmente. Foi proposta uma revisão deste indicador para 2.683 mil passageiros em 2011, para a elaboração do PLOA-2010.											

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 0379 Desenvolvimento da Agricultura Irrigada **Órgão Responsável** 53000 Ministério da Integração Nacional (MI)

**Objetivo** Desenvolver a agricultura irrigada, com aumento da produtividade, como contribuição para o desenvolvimento regional

**Público-alvo** Irrigantes de perímetros públicos e privados

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcanço do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Área Incorporada à Agricultura Irrigada Pública (ha)	DDH/SIH/Ministério da Integração	12/1/2002	120.000,00	12/2008	9.387,00	-	Baixa	A maioria dos projetos deste Programa encontra-se em fase de construção (captação, reservação e adução). A mensuração do índice somente se torna possível quando da implantação da infra-estrutura de irrigação de uso comum (área irrigável). Porém o MI vem adotando medidas no sentido de modular os projetos para obtenção de áreas produtivas parciais.
Taxa de Transparência da Gestão de Perímetros Públicos de Irrigação para os Usuários/Produtores (%)	DDH/SIH/Ministério da Integração Nacional	1/5/2003	0,00	-	-	-	Muito Baixa	Não foi previsto meta para o índice referência.
Consumo Anual de Água em Perímetros Públicos de Irrigação (m³/ha)	SIH/MI e Cadastro Nacional de Agricultura Irrigada	-	-	-	-	-	Muito Baixa	Não foi previsto meta para o índice referência.
Consumo Anual de Água na Agricultura Irrigada Privada (m³/ha)	SIH/MI e Cadastro Nacional de Agricultura Irrigada	-	-	-	-	-	Muito Baixa	Não foi previsto meta para o índice referência.



**Programa** 1409 Desenvolvimento da Agroenergia **Órgão Responsável** 22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)

**Objetivo** Ampliar a participação da agroenergia na matriz energética nacional, de forma sustentável e competitiva

**Público-alvo** Produtores rurais, suas associações e cooperativas, produtores industriais, fabricantes de bens de capital, instituições de pesquisa, consumidores finais de energia e países com potencial para o desenvolvimento de suas indústrias locais de biocombustíveis

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Participação da Agroenergia na Matriz Energética Nacional (%)	Balanco Energético Nacional, apurado pela Empresa de Pesquisa Energética - MME	31/5/2006	27,40	03/2008	31,50	29,50	Alta	-

---

<b>Programa</b>	0630 Desenvolvimento da Aviação Civil	52000	Ministério da Defesa (MD)	<b>Órgão Responsável</b>
-----------------	---------------------------------------	-------	---------------------------	--------------------------

**Objetivo** *Promover o desenvolvimento da Aviação Civil Brasileira a fim de melhorar a qualidade da prestação dos serviços oferecidos à Sociedade*

**Público-alvo** *Usuários e pessoal especializado da aviação civil*

*Este programa não apresenta indicador.*

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

Programa	0350 Desenvolvimento da Economia Cafeteira	Objetivo	Público-alvo	Índice de Referência	Índice alcançado em 2008	Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar Índice Previsto	Medidas Corretivas	Órgão Responsável	22000	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)
Consumo Interno de Café (milhão de sacas)	Associação Brasileira da Indústria de Café - ABIC	5/1/2003	13,60	12/2008	18,10	21,00	Média	Segundo a ABIC, a meta para o consumo interno atingir 21 milhões de sacas, parece que vai ficando um pouco mais distante. O resultado de 18,10 milhões de sacas em 2008 exigiria um crescimento de 19% nos anos de 2009 a 2011, o que parece muito difícil de alcançar por duas razões básicas. Primeiro porque as indústrias se veem diante de um enorme desafio: se o café já é consumido por 97% dos brasileiros com mais de 15 anos de idade, como aumentar ainda mais a demanda? a resposta, conforme indicou a pesquisa da TNSInterScience, está em fazer com que as pessoas tomem mais xícaras de café por dia, aumentando a frequência diária do consumo. Esse aumento da demanda, como apontou o estudo, virá do lançamento de produtos diferenciados, de alta qualidade, superiores, ou de inovações como os cafés gelados e preparados prontos para consumo. Outros fatores importantes serão a popularização e a maior oferta de equipamentos a preços competitivos, como máquinas para café 'espresso' (sachê e cápsulas) e sistemas combinados para café filtrado (máquina e café), para uso nos lares, escritórios, consultórios e academias. A segunda razão é a atual situação mundial. "O consumo não deve cair em 2009, mas é justo que se espere uma redução na velocidade de crescimento em função dos efeitos da crise econômica atual", analisa o presidente daquela entidade, Almir José da Silva Filho. Por estas razões, a ABIC deverá rever a meta dos 21 milhões de sacas, que talvez sejam alcançados em 2012.			
Volume de Produção de Café (milhão de sacas)	Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB	5/1/2003	29,00	12/2008	46,00	35,00	Alta	Até o momento não há necessidade de medidas corretivas à produção de café. Os resultados obtidos, já em 2008, superaram as metas previstas para 2011. Segundo a CONAB, o acréscimo na previsão da safra está diretamente relacionado com a melhoria dos tratos culturais e a recuperação das lavouras, verificada após a regularização das chuvas na segunda quinzena de outubro de 2008. Numa próxima reavaliação do PPA, deverão ser previstos novos índices para 2011.			
Volume de Exportação de Café (milhão de sacas)	MDIC - Secretaria de Comércio Exterior - SECEX	5/1/2003	17,30	12/2008	29,50	28,40	Alta	Em 2008, não se observou ponto de atenção ao longo do ano. As exportações brasileiras de café mantiveram fluxo regular neste período, bem como foi superado em 3,87% o índice previsto para 2011. Numa próxima reavaliação do PPA, deverão ser previstos novos índices de exportação de café para 2011.			

<b>Programa</b>	1391 Desenvolvimento da Economia da Cultura - PRODEC		42000		Ministério da Cultura (MinC)		<b>Órgão Responsável</b>	
<b>Objetivo</b>	Fortalecer as atividades e cadeias produtivas da cultura, promovendo seu desenvolvimento econômico							
<b>Público-alvo</b>	Empreendedores, empresas e arranjos produtivos dos diversos segmentos da Economia da Cultura							
<b>Indicador (unidade de medida)</b>	<b>Fonte</b>	<b>Índice de Referência</b>		<b>Índice alcançado em 2008</b>		<b>Índice Previsto para 2011</b>	<b>Possibilidade Alcance do Índice Previsto</b>	<b>Medidas Corretivas</b>
Volume de Negócios Promovidos pelas Empresas Apoiadas (reais)	Mine/SEBRAE	<b>Data</b>	<b>Índice</b>	<b>Data</b>	<b>Índice</b>			
		12/1/2006	8.000.000,00	06/2009	6.500.000,00	25.000.000,00	Alta	-

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 1374 Desenvolvimento da Educação Especial **Órgão Responsável** 26000 Ministério da Educação (MEC)

**Objetivo** Apoiar, em caráter suplementar, os sistemas de ensino na implementação da inclusão educacional dos alunos com necessidades educacionais especiais, na oferta do atendimento educacional especializado e na organização das condições de acessibilidade

Público-alvo	Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
			Data	Índice	Data	Índice			
Alunos com necessidades educacionais especiais	Taxa de Prevalência da Educação Inclusiva nos Municípios Brasileiros (%)	INEP - Censo Escolar	26/3/2006	57,00	05/2008	65,40	72,00	Alta	-
	Taxa de Qualificação Docente para Atendimento de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais na Educação Básica (%)	INEP - Censo Escolar	26/3/2006	2,10	05/2008	3,60	5,50	Alta	-
	Taxa de Matrícula de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais em Classes Comuns de Escolas Regulares na Educação Básica (%)	INEP - Censo Escolar	26/3/2006	46,40	05/2008	54,00	68,00	Média	A evolução das matrículas de alunos com necessidades educacionais específicas, em classes comuns do ensino regular, demonstra a capacidade de melhoria dos índices de acesso ao ensino regular, a partir da efetivação das políticas públicas para promoção da acessibilidade na escola. Em 2009 a projeção de matrículas de alunos com necessidades educacionais específicas será de 57,3%. Para 2010 a projeção indica que 61,6% dos alunos serão atendidos, a previsão para 2011 é de atender 65,9% dos alunos. Portanto, sugerimos alterar a meta do índice previsto ao final do PPA para 65,9%.
	Taxa de Escolas Públicas da Educação Básica com Acessibilidade Física (%)	INEP - Censo Escolar	26/3/2006	12,80	05/2008	18,60	25,00	Alta	-
	Taxa de Municípios com Matrícula na Educação Especial (%)	INEP - Censo Escolar	26/3/2006	89,00	05/2008	96,00	97,00	Alta	-
	Índice de Acesso à Educação Básica (%)	INEP - Censo Escolar	26/3/2006	39,00	05/2008	38,00	97,00	Baixa	Alteração da meta prevista considerando que o acesso do público alvo da educação especial a educação básica demonstra um crescimento contínuo nas matrículas, no entanto este aumento vem ocorrendo de forma gradativa e não corresponde a ascensão da meta prevista para 2011. Foram feitas novas projeções do avanço do índice até o final de 2011. Em 2009 a previsão do Índice de Acesso do público alvo da Educação Especial à Educação Básica é de 46,8%. Para 2010 a projeção indica que o índice será de 55,6%. Em 2011 a projeção é de 64,5%. Solicitamos que a meta do índice previsto ao final do PPA seja alterada para 64,5%.
	Índice de Matrícula de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais na Rede Pública de Ensino (%)	INEP - Censo Escolar	26/3/2006	59,70	05/2008	69,00	100,00	Média	Os indicadores de matrícula de alunos público alvo da educação especial na rede pública de ensino tem crescido em média 3% ao ano, devendo alcançar neste período o índice de 78%. Em 2009 a previsão é que o índice alcance 72%. Para 2010 a projeção indica que o índice será de 75%. Ao final do PPA, em 2011, a previsão é que o índice alcance 78%.
	Índice de Atendimento Educacional Especializado (índice numérico)	INEP - Censo Escolar	20/3/2006	100,00	05/2008	139,60	160,00	Alta	-

**Programa** 1062 Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica **Órgão Responsável** 26000 Ministério da Educação (MEC)

**Objetivo** Ampliar a oferta da educação profissional nos cursos de níveis técnico e tecnológico, com melhoria da qualidade

**Público-alvo** Jovens e adultos que buscam formação profissional técnica, e superior tecnológica e professores da Educação Básica e da Educação Profissional

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Número-Índice de Matrículas Iniciais na Educação Profissional de Nível Técnico (índice numérico)	INEP - Censo Escolar	26/3/2006	100,00	01/2009	115,55	224,64	Alta	O programa irá continuar no período de 2008-2011 com uma previsão de construção de mais de 150 unidades de ensino da rede federal até o final de 2010. Esta ação terá impacto na ampliação de vagas e matrículas.
Número-Índice de Matrículas Iniciais na Educação Profissional de Nível Tecnológico (índice numérico)	INEP - Censo da Educação Superior	26/3/2006	100,00	01/2009	124,80	224,64	Alta	O programa irá continuar no período de 2008-2011 com uma previsão de construção de mais de 150 unidades de ensino da rede federal até o final de 2010. Esta ação terá impacto na ampliação de vagas e matrículas.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 0631 Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária **Órgão Responsável** 52000 Ministério da Defesa (MD)

**Objetivo** Aumentar a capacidade e melhorar a eficiência do sistema de infra-estrutura aeroportuária brasileira  
**Público-alvo** Usuários do sistema aeroportuário brasileiro

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Grau de Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária (porcentagem)	Estado-Maior da Aeronáutica	31/12/2004	68,25	12/2008	16,32	-	Alta	No início do exercício de 2009, a empresa implantou o Plano de Ação para custeio e investimentos, objetivando o controle da execução das ações para agilizar seu cumprimento e fortalecer o planejamento e a gestão, mediante a geração de informações qualificadas sobre os resultados alcançados e as restrições enfrentadas no decorrer do processo, para auxiliar a tomada de decisão. A gestão do Plano de Ação objetiva o alcance de resultados mediante a utilização de processos estruturados e instrumentos adequados a integração das Ações em torno dos Programas, motivando a tomada de decisão e a correção de rumos a partir de indicadores. Os Programas e Ações foram criados e integrados com foco na melhoria organizacional cujo objetivo é o estabelecimento de um conjunto de soluções para o desenvolvimento da infraestrutura aeroportuária. Apesar do Plano de Ação estar em processo de maturação, acreditamos que até 2011, os objetivos traçados serão alcançados e estimamos o efetivo alcance do índice previsto para o indicador ao final do PPA (80%).

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011  
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Exercício 2009 - Ano base 2008  
Anexo II

Programa 0801 Desenvolvimento de Competências em Gestão Pública  
Órgão Responsável 47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP)

Objetivo Aumentar a capacidade governamental na gestão das políticas públicas por meio do desenvolvimento das competências de seus servidores a fim de contribuir para o fortalecimento das competências institucionais  
Servidores da Administração Pública

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Número de Horas de Capacitação Realizadas (hora)	Escola Nacional de Administração Pública/ ENAP	31/12/2006	576.047,00	01/2009	738.289,00	570.000,00	Alta	-
Número de Servidores Capacitados (unidade)	Escola Nacional de Administração Pública/ ENAP	31/12/2006	20.379,00	01/2009	31.734,00	21.500,00	Alta	-
Número de Servidores Capacitados por meio de Destaques Orcamentários (unidade)	Escola Nacional de Administração Pública/ ENAP	31/12/2006	2.230,00	01/2009	648,00	2.300,00	Média	Os valores alcançados em 2008 refletem uma priorização na utilização de contratos em vez de destaques orçamentários. Em relação ao atingimento do índice previsto para o final do PPA, não é possível redimensionar a programação no momento, pois tais índices podem variar muito de acordo com o comportamento dos contingenciamentos durante cada exercício.
Número de Downloads Realizados no Site da ENAP (unidade)	Escola Nacional de Administração Pública/ ENAP	31/12/2006	101.896,00	01/2009	220.066,00	115.000,00	Alta	-



**Programa** 0419 Desenvolvimento de Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte  
**Órgão Responsável** 28000 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)

**Objetivo** *Aprimorar o tratamento privilegiado às Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte nas áreas de tecnologia, formação e capacitação, acesso à informação, comércio exterior, acesso ao crédito e infraestrutura, bem como implementar políticas públicas de caráter vertical com vistas à promoção do desenvolvimento integrado dessas empresas em arranjos produtivos locais, possibilitando a geração de emprego e renda e o estímulo às exportações*

**Público-alvo** *Microempresas e empresas de pequeno e médio porte, com base na Lei Complementar nº723/06, de 14 de dezembro de 2006*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Participação das Micro, Pequenas e Médias Empresas no Número de Empregos Formais no País (porcentagem)	RAIS / CAGED	31/12/2005	65,42	12/2008	65,21	65,42	Média	O DEPME/MDIC solicitou alteração do índice de referência apurado em 2005 para o valor apurado em 31/12/2007 (64,23%) e das metas do PPA previstas para 2009, 2010 e 2011, que passam a constar do valor do índice de referência de 2007. Neste caso, comparando-se o valor apurado em 2008 ao índice almejado em 2007, observa-se crescimento de 1,53% no valor absoluto do índice, tendo como projeção estimada para 2011, o valor de 68,24%.
Participação das Micro, Pequenas e Médias Empresas nas Exportações Brasileiras (porcentagem)	Sistema ALICE	31/12/2005	8,58	12/2008	6,63	8,58	Média	O DEPME/MDIC solicitou alteração do índice de referência apurado em 2005 para o valor apurado em 31/12/2007 (7,91%) e das metas do PPA previstas para 2009, 2010 e 2011, que passam a constar do valor do índice de referência de 2007. Por outro lado, a redução no valor apurado para o indicador em 2008 comparativamente ao índice de referência abcorre dos efeitos da crise internacional, que tem afetado sensivelmente as exportações das MPEs.

**Programa** 1437 Desenvolvimento do Agronegócio no Comércio Internacional **Órgão Responsável** 22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)

**Objetivo** Assegurar a inserção e o desenvolvimento do agronegócio brasileiro no comércio internacional de forma competitiva e sustentável, por meio da diversificação de sua pauta exportadora de produtos e de mercados de destino, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social do País

**Público-alvo** Produtores, importadores e exportadores de produtos agropecuários

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Participação do Brasil no Mercado Mundial de Produtos Agropecuários (%)	Organização Mundial do Comércio - OMC	31/12/2005	4,10	12/2008	5,10	5,40	Alta	-
Taxa de Variação Anual das Exportações do Agronegócio (%)	MAPA	31/12/2006	13,40	12/2008	22,90	12,00	Alta	-

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 0412 Desenvolvimento do Comércio Exterior e da Cultura Exportadora **Órgão Responsável** 28000 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)

**Objetivo** Expandir as vendas externas brasileiras em quantidade, qualidade e variedade de produtos, mercados de destino e de empresas brasileiras participantes no mercado internacional

**Público-alvo** Segmentos econômicos: importadores e exportadores; potenciais e efetivos

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Variação das Exportações Brasileiras (percentagem)	SISCOMEX	31/12/2006	16,20	12/2008	23,20	10,00	Alta	A taxa de variação das exportações nacionais busca aferir o percentual de variação das exportações brasileiras em relação ao ano anterior, refletindo o desempenho das vendas externas do País. Tal indicador apresentou melhora contínua, de 2006 a 2008, a despeito da crise financeira internacional iniciada em agosto do ano passado, fato que não chegou a comprometer os principais indicadores para o exercício de 2008.
Taxa de Participação de Produtos de Maior Valor Agregado no Valor Total das Exportações (percentagem)	SISCOMEX	31/12/2006	54,30	12/2008	46,82	55,20	Alta	A taxa de participação de produtos de maior valor agregado no valor total das exportações brasileiras também constitui um dos indicadores básicos utilizados na gestão do Programa. De 2005 a 2008, houve queda da participação relativa dos produtos manufaturados em relação ao total das exportações nacionais, de aproximadamente 55% para 46,82%. Tal decréscimo representa a perda de participação dos produtos manufaturados no valor total das exportações brasileiras, em detrimento dos produtos básicos e semimanufaturados.
Participação em Mercados de Destino Relevantes (índice de concentração) (número índice)	SISCOMEX	31/12/2006	18,10	12/2008	20,36	21,00	Alta	Outro indicador do bom desempenho das exportações brasileiras é a participação em mercados de destino relevantes, também conhecido como índice de concentração de Hanna & Kay. Se comparado ao ano de 2007, em que o valor apurado foi de 19,70, houve melhora no resultado do indicador. O valor obtido demonstra ampliação do número de países relevantes para as exportações brasileiras, reduzindo-se assim a dependência do Brasil em relação aos parceiros tradicionais. Esse é, na verdade, o significado do Índice de dependência de Hanna & Kay, em que o crescimento do índice, em relação ao parâmetro de referência, Concentração de Hanna & Kay, demonstra a desconcentração das exportações brasileiras por mercados de destino, o que representa menor vulnerabilidade externa, em vista da ampliação do leque de países compradores significativos.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 1375 Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica **Órgão Responsável** 26000 Ministério da Educação (MEC)

**Objetivo** Formar pessoal de alto nível no país e no exterior, com vistas à produção do conhecimento científico, para a solução dos grandes desafios educacionais, econômicos e sociais do Brasil  
**Público-alvo** Alunos de Pós-Graduação, professores de ensino superior, pesquisadores, bem como o cidadão graduado que demonstre interesse em capacitação pós-graduada

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Índice de Mestres Titulados no País (1/100.000)	CAPES - DataCapes e SAC Acompanhamento	31/12/2006	16,46	04/2009	17,59	20,44	Média	Apesar do bom desenvolvimento dos indicadores verificado ao longo dos anos, as metas estabelecidas para estes no PPA para o ano de 2011 (a uma taxa de crescimento de 2,3% para o índice de mestres) levariam aproximadamente 5 anos para serem cumpridas. Portanto, conclui-se que é necessário incremento na destinação de recursos públicos para esta fundação, permitindo-se que esta amplie o número de programas de bolsas, atingindo maior público alvo.
Índice de Doutores Titulados no País (1/100.000)	CAPES - DataCapes e SAC Acompanhamento	31/12/2006	4,81	04/2009	5,65	6,28	Média	Apesar do bom desenvolvimento dos indicadores verificado ao longo dos anos, as metas estabelecidas para estes no PPA para o ano de 2011 (a uma taxa de crescimento de 2,8% para o índice de doutores) levariam aproximadamente 4 anos para serem cumpridas. Portanto, conclui-se que é necessário incremento na destinação de recursos públicos para esta fundação, permitindo-se que esta amplie o número de programas de bolsas, atingindo maior público alvo.
Índice de Qualidade da Pós-graduação Nacional (nota)	CAPES - Estatísticas da Pós-graduação	31/12/2006	4,21	02/2009	4,10	4,38	Baixa	Este indicador não retenta fidedignamente a qualidade da pós-graduação, sendo necessária sua exclusão.

**Programa** 0778 Desenvolvimento do Mercado de Valores Mobiliários **Órgão Responsável** 25000 Ministério da Fazenda (MF)

**Objetivo** Assegurar as condições para o aperfeiçoamento e desenvolvimento do mercado de valores mobiliários  
**Público-alvo** Agentes econômicos atuantes no mercado de valores mobiliários

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Emissões Primárias da Economia (percentagem)	CVM e IBGE	31/12/2002	9,70	12/2008	23,50	-	Alta	-
Taxa de Participação das Companhias Abertas Listadas em Bolsa e em Balcão Organizado no Produto Interno Bruto (PIB) (percentagem)	Bolsa de Valores, Mercado de Balcão Organizado e IBGE	31/12/2002	34,00	12/2008	47,60	-	Alta	-
Número de Acessos à Home-Page da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) (unidade)	CVM	31/12/2002	2.604.935,00	12/2008	5.023.344,00	-	Alta	-

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 0393 Desenvolvimento do Sistema de Propriedade Intelectual **Órgão Responsável** 28000 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)

**Objetivo** Promover o uso estratégico e reduzir a vulnerabilidade do Sistema de Propriedade Intelectual de modo a criar um ambiente de negócios que estimule a inovação, promova o crescimento e o aumento da competitividade das empresas e favoreça o desenvolvimento tecnológico, econômico e social

**Público-alvo** Pessoas físicas e jurídicas nacionais e estrangeiras que podem ser beneficiadas pelo registro, uso e comercialização da propriedade intelectual em território brasileiro

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008	Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice				
Prazo de Concessão de Patentes (ano)	INPI	31/12/2006	10,00	10,35	3,50	Média	1) Admissão dos servidores do concurso 2008. 2) Um novo concurso em 2009 para atender as necessidades de recursos humanos da Diretoria de Patentes. 3) Com a capacitação dos novos examinadores e a experiência adquirida no exercício da função espera-se atingir patamares significativamente mais altos já em 2009. 4) O desenvolvimento de um sistema on line similar ao e-Marcas, aplicado à Diretoria de Patentes, garantirá melhores resultados futuros.
Prazo de Concessão de Registro de Marcas (ano)	INPI	31/12/2006	2,40	2,85	0,80	Alta	Alterar o Índice Previsto para: 2010: 6,00 / 2011: 6,00 Basicamente, dois fatores impactaram o resultado do indicador: - o expressivo aumento dos depósitos de marca (18%); e - a decisão de intensificar, a partir de maio, o tratamento dos pedidos com oposição que consomem, no mínimo, o dobro do trabalho operacional para a solução dos pedidos sem oposição. Medidas Corretivas: - Planeja-se para 2009 um monitoramento mais intenso da produtividade dos examinadores, permitindo uma estimativa de produção média entre 16 mil e 19 mil exames/mês, tendo-se por base uma distribuição equilibrada de exame de pedidos com e sem oposição. Também, em função da crise econômica mundial iniciada no final de 2008, estimou-se que não haverá crescimento de depósitos, além de não se prever qualquer tipo de contingências que possam restringir a produtividade do Instituto. O indicador já alcançou a meta estabelecida.
Prazo de Concessão de Registro de Desenho Industrial (mês)	INPI	31/12/2006	1,00	1,01	1,00	Alta	
Prazo de Análise de Contratos e Futuras de Tecnologia (mês)	INPI	31/12/2006	1,00	0,98	1,00	Alta	O indicador em 2008, assim como em 2007, superou a meta estabelecida; espera-se, portanto, manter este resultado.
Crescimento do Volume de Depósitos de Patentes de Invenção (Prioridade BR) (percentagem)	Banco de Dados do INPI	31/12/2006	5,00	-4,59	10,00	Muito Baixa	Embora o INPI desenvolvesse ações que fomentam a disseminação da cultura da propriedade intelectual com o objetivo de aumentar a geração de propriedade intelectual por empresas brasileiras, assim como sua proteção e sua comercialização, o órgão não tem como interferir na quantidade de depósitos de patentes, devido a um conjunto de fatores ligados à ciência e tecnologia, crescimento econômico, pesquisa e desenvolvimento, desenvolvimento da cultura da propriedade intelectual entre os brasileiros etc. Dessa forma, verifica-se a necessidade de ajustar a meta deste indicador.
Crescimento do Volume de Depósitos de Patentes de Modelo de Utilidade (Prioridade BR) (percentagem)	Banco de Dados do INPI	29/8/2006	10,00	1,92	15,00	Muito Baixa	Embora o INPI desenvolvesse ações que fomentam a disseminação da cultura da propriedade intelectual com o objetivo de aumentar a geração de propriedade intelectual por empresas brasileiras, assim como sua proteção e sua comercialização, o órgão não tem como interferir na quantidade de depósitos de patentes, devido a um conjunto de fatores ligados à ciência e tecnologia, crescimento econômico, pesquisa e desenvolvimento, desenvolvimento da cultura da propriedade intelectual entre os brasileiros etc. Dessa forma, verifica-se a necessidade de ajustar a meta deste indicador.

<b>Programa</b>	0776 Desenvolvimento do Sistema Financeiro Nacional		25000		Ministério da Fazenda (MF)		<b>Órgão Responsável</b>	
<b>Objetivo</b>	Assegurar a solidez e a eficiência do Sistema Financeiro Nacional							
<b>Público-alvo</b>	Governo Federal, instituições financeiras e demais instituições reguladas pelo Banco Central do Brasil, bem como usuários de informações sobre o sistema financeiro nacional							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Nível de Enquadramento às Exigências de Capitalização por Parte das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (%)	Demonstrações financeiras recebidas pelo Banco Central.	31/12/2006	99,96	11/2008	99,92	100,00	Alta	-

Programa	0779 Desenvolvimento dos Mercados de Seguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização	Órgão Responsável	25000 Ministério da Fazenda (MF)	Objetivo	Público-alvo	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
						Data	Índice	Data	Índice			
<b>Objetivo</b> <i>Estimular a expansão e garantir o adequado funcionamento dos mercados de seguros, previdência complementar aberta e capitalização, protegendo os direitos dos consumidores e os interesses da sociedade em geral</i>												
<b>Público-alvo</b> <i>Consumidores e agentes dos mercados de seguros, previdência complementar aberta e capitalização</i>												
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Data	Índice	Data	Índice							
Empresas dos Mercados de Seguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização Alinhadas Com as Regras de Capital Baseado em Risco de Subscrição (porcentagem)	SUSEP	31/3/2003	1,85	12/2008	86,20	-	Alta	Este indicador passou a ser utilizado como parâmetro para avaliação do programa a partir de janeiro/2008, e sua estimativa inicial de 13% de adequação foi baseada na Resolução CNSP Nº 158 de 26/12/2006. Além disso, consideramos a adequação em todos os segmentos supervisionados pela SUSEP: seguros, previdência e capitalização. Ocorre que em dezembro de 2007, através da Circular SUSEP Nº 355, foi realizada a reavaliação dos parâmetros de adequação. Nessa oportunidade, foi realizada nova medição, incluindo somente as operadoras de seguros, onde obteve-se o índice de 69%. Assim, para efeito de cálculo do indicador estamos considerando todas as empresas previstas na Resolução CNSP Nº 178/2007. Nesse contexto, o percentual de empresas adequadas saiu de forma marcante, pois saltou de 69% em 12/2007 para 86,2% em 12/2008. A principal causa deste salto provavelmente se deve à solicitação dos planos de Recuperação e Corretivos às sociedades seguradoras com capital inadequado, conforme previsto nas Resoluções CNSP Nºs 156 e 157/2006. Tal ação regulatória forçou as companhias a desenharem planos para fins de adequação da insuflência com prazos e metas definidos. Tendo em vista a crise financeira deflagrada no último trimestre de 2008, o índice poderia ter sido ainda melhor em 12/2008. Uma das consequências da crise foi a queda do mercado acionário. As empresas com parte da carteira investida nesta classe de ativos provavelmente foram atingidas, diminuindo sua capacidade financeira, influenciando, por fim, o índice. Tendo em vista a característica conjuntural inerente a crises, espera-se que esta situação não perdure nos próximos anos.				
Taxa de Participação das Reservas dos Mercados de Seguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização no Produto Interno Bruto (PIB) (porcentagem)	SUSEP	31/3/2003	0,42	12/2008	6,34	-	Média	A taxa referente às reservas dos mercados supervisionados manteve-se em conformidade com o previsto pela SUSEP para 2008. Foi detectado apenas o acréscimo de 0,56%, em relação à projeção inicial.				
Taxa de Participação da População Nacional nas Receitas dos Mercados de Seguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização (R\$ per capita)	SUSEP	31/3/2003	0,55	12/2008	446,37	-	Média	Em 2008, o total das receitas dos mercados de seguros, previdência complementar e capitalização superou a estimativa inicial em aproximadamente 7%. Tal acréscimo tem como origem, principalmente, as diferenças de projeções de receitas oriundas do DPVAT e VGBL.				



<b>Programa</b>	1386 Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal	<b>Órgão Responsável</b>	30000 Ministério da Justiça (MJ)
<b>Objetivo</b>	<i>Prover a Polícia Rodoviária Federal de estrutura e seus meios finalísticos de potencial laborativo, a fim de possibilitar a execução das tarefas operacionais destinadas à segurança pública</i>		
<b>Público-alvo</b>	<i>Departamento de Polícia Rodoviária Federal</i>		
<b>Indicador (unidade de medida)</b>	<b>Fonte</b>	<b>Índice de Referência</b>	<b>Índice alcançado em 2008</b>
		<b>Data</b>	<b>Índice</b>
		2/1/2007	56,12
	Departamento de Polícia Rodoviária Federal	03/2009	65,27
<b>Coefficiente de Adequação das Unidades Operacionais (%)</b>			
		80,00	
		<b>Possibilidade Alcançar o Índice Previsto</b>	<b>Medidas Corretivas</b>
		Alta	Ampliação do crédito orçamentário para aquisição de viaturas operacionais.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 1047 Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido - CONVIVER **Órgão Responsável** 53000 Ministério da Integração Nacional (MI)

**Objetivo** *Aumentar a sustentabilidade das atividades econômicas do Semi-Árido brasileiro, para a redução das desigualdades inter e intra-regionais*  
**Público-alvo** *Municípios do semi-árido*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcanço do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Taxa de Internação de Pessoas com Doenças Infecciosas e Parasitárias na Região do Semi-Árido (%)</i>	Ministério da Saúde/SE/Datasus - Sistema de Informações Hospitalares do SUS - SIH/SUS	31/12/2001	14,50	-	-	-	Muito Baixa	O indicador apresentado não se mostra coerente com os objetivos do Programa Conviver e, por isso, os índices não têm sido apurados nem previstos até 2011. Este indicador deverá ser alterado no próximo período de revisão do PPA.
<i>Taxa de População no Semi-Árido Atendida com Rede Geral de Abastecimento de Água (%)</i>	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD (2001-2002) e IBGE/Censos Demográficos (1991 e 2000).	31/12/2002	62,00	-	-	-	Muito Baixa	O indicador apresentado não se mostra coerente com os objetivos do Programa Conviver e, por isso, os índices não têm sido apurados nem previstos até 2011. Este indicador deverá ser alterado no próximo período de revisão do PPA.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 1430 Desenvolvimento Macrorregional Sustentável **Órgão Responsável** 53000 Ministério da Integração Nacional (MI)

**Objetivo** Promover o desenvolvimento e integrar os instrumentos de crédito e de financiamento público ao desenvolvimento regional

**Público-alvo** População da área de abrangência do programa, entidades representativas de classe e os diferentes níveis de governo e seus órgãos representativos

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Crescimento do emprego (RAIS) (percentual)	Relação Anual de Informações Sociais-RAIS - Ministério do Trabalho	-	-	-	-	2,50	Alta	Não se aplica à SCO
Empreendimentos produtivos, por setor, aprovados com recursos dos Fundos Fiscais de Desenvolvimento (unidade)	FDNE, FDA, Bancos do Nordeste e da Amazônia	-	-	-	-	35,00	Alta	Não se aplica à SCO
Empreendimentos novos, beneficiados com Incentivos Fiscais, por setor produtivo (unidade)	Unidades de Incentivos Fiscais das Superintendências	-	-	-	-	650,00	Alta	-
Varição anual da renda per capita sub-regional e regional (%)	IBGE	-	-	-	-	-	Alta	-
Investimentos em Inovação tecnológica (%)	IBGE, Ministério da Ciência e Tecnologia	-	-	-	-	-	Alta	-
Crescimento do número de técnicos (nível médio e superior) com qualificação profissional segundo demandas especializadas regionais (%)	Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Educação e IBGE.	-	-	-	-	-	Alta	-
Quantidade de novos segmentos, ramos ou setores anualmente criados pelos projetos estruturantes localizados na Região (%)	Entidades de planejamento dos Estados	-	-	-	-	-	Alta	-

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 1343 Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura **Órgão Responsável** 2024 Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP)

**Objetivo** Desenvolver a aquicultura sustentável, considerando sua diversidade e promovendo o fortalecimento de sua cadeia produtiva, de forma a gerar aumento da produção, proporcionar inclusão social e contribuir para o incremento da renda e da oferta de emprego

**Público-alvo** Aquicultores, comunidades e populações tradicionais, pescadores e agricultores familiares

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Produção Oriunda da Aquicultura (tonelada/ano)	Ministério do Meio Ambiente - Ibama	31/12/2005	157.780,00	-	-	750.000,00	Média	Um dos principais entraves referentes à produção pesqueira brasileira, especialmente em relação à produção aquícola, está relacionada a qualidade da informação, pela falta de um sistema regular e padronizado de coleta anual de dados de produção da aquicultura. Com este objetivo, a SEAP/PR e o IBGE estão em vias de assinar um Termo de Cooperação Técnica tratando da construção, implantação e manutenção do Sistema Nacional de Informações da Pesca e da Aquicultura - SINPEAQ. Outra iniciativa é a construção de um Plano Nacional de Monitoramento da Pesca e da Aquicultura com vistas a padronizar procedimentos de coleta de dados de produção pesqueira em todo o Brasil, que já está sendo implementado com a realização do Censo Nacional da Aquicultura (Censo Aquícola) - Produção de 2008, em parceria com a FAO/ONU, Organizações das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação. Vale ressaltar que a SEAP/PR vem criando ambientes propícios para o desenvolvimento da aquicultura, visando estimular o aumento da produção de pescado a fim de atingir o índice previsto de 750.000 toneladas no final de 2011, porém este é apenas um fator, também devem ser observadas questões inerentes às legislações em vigor, para que as mesmas favoreçam o desenvolvimento aquícola. Outros dois aspectos que também deverão ser observados são o político e o social, para tanto o Governo vem estimulando o aumento do consumo de pescado pela população.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 1342 Desenvolvimento Sustentável da Pesca

**Órgão Responsável**

20124 Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP)

**Objetivo** Promover o fortalecimento sustentável da cadeia produtiva da pesca, considerando sua diversidade, de forma a contribuir para a inclusão social, garantir a ocupação das águas jurisdicionais brasileiras e ampliar a pesca nas águas internacionais

**Público-alvo** Associações e cooperativas de pesca, pescadores industriais, artesanais e armadores

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Produção Oriunda da Pesca (Kg/hab/ano)	Ministério do Meio Ambiente - Ibama	31/12/2005	751.293,00	-	-	900.000,00	Alta	A produção de pescado e o consumo interno de pescado vêm crescendo de maneira uniforme, baseada em uma política de sustentabilidade na qual objetiva-se garantir a melhoria da renda do pescador brasileiro, observando sempre o esforço de pesca. Embora ainda estejam em fase de finalização dos dados por parte do IBAMA, os números para 2008 apontam para um crescimento uniforme do setor. O presente resultado é fruto de um processo de estruturação da pesca no Brasil, processo este que ainda está em formação, desde a criação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República. A partir do ano de 2009 a estatística pesqueira e aquícola ficará a cargo da SEAP/PR e no ano de 2008 foram firmados acordos e convênios que possibilitaram o início do levantamento estatístico.
Consumo Per Capta de Produtos Pesqueiros (Kg/hab/ano)	Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca	1/1/2007	7,00	-	-	8,00	Média	Até a presente data não estão disponíveis os dados de consumo per capita de produtos pesqueiros. Temos a previsão de termos este índice em setembro de 2009, uma vez que os dados são coletados pelo IBGE. Porém todas as ações de fortalecimento da atividade da pesca e aquíicultura e de conscientização do consumo do pescado, como a "semana do peixe" apontam para um fortalecimento da consumo.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 0362 Desenvolvimento Sustentável das Regiões Produtoras de Cacau **Órgão Responsável** 22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)

**Objetivo** Promover o aumento da geração de emprego e renda nas regiões produtoras de cacau, por meio do desenvolvimento e verticalização das atividades agropecuárias regionais, considerando, sobretudo, as relações de equilíbrio socioeconômico, capacidade de uso da mão-de-obra e sustentabilidade ambiental

**Público-alvo** Produtores e trabalhadores rurais das regiões produtoras de cacau

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Renda Agropecuária nas Regiões Cacaueiras do Brasil (R\$/ha)	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC e IBGE	31/12/2002	650,00	12/2008	978,30	-	Média	O alcance de índices de referência para o final do PPA, superior aos R\$1.250,00 programados para 2008 está condicionado ao fortalecimento das ações de Pesquisa/Desenvolvimento, Educação, Tecnológica, Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER, bem como avançar as ações do PAC-Cacau e dos Programas dos Territórios de Identidade e Cidadania. Associa-se à necessidade de políticas públicas compartilhadas com os órgãos ambientais e de fiscalização. Merece consideração, ainda, a atual conjuntura econômica mundial e dos seu efeito no mercado de commodities.
Taxa de Degradação Ambiental nas Regiões Cacaueiras do Brasil (percentagem)	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC, IBGE e IBAMA	31/12/2002	40,00	12/2008	34,00	26,00	Média	O alcance da meta de redução das áreas degradadas para índices de 26% em 2011 está condicionado ao fortalecimento das ações de Pesquisa/Desenvolvimento, Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER, bem como avançar as ações do PAC-Cacau e dos Programas dos Territórios de Identidade e Cidadania. Associa-se à necessidade de políticas públicas compartilhadas com os órgãos ambientais e de fiscalização.
Taxa de Ocupação na Agropecuária das Regiões Cacaueiras do Brasil (percentagem)	Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos - DIEESE	31/12/2002	30,00	12/2008	37,00	40,00	Média	O alcance da meta de 40% para 2011 está condicionado ao fortalecimento das ações de Pesquisa/Desenvolvimento, Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER, bem como avançar as ações do PAC-Cacau e dos Programas dos Territórios de Identidade e Cidadania.

<b>Programa</b>	0137 Desenvolvimento Sustentável de Projetos de Assentamento	<b>Órgão Responsável</b>		49000	Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)			
<b>Objetivo</b>	<i>Desenvolver, recuperar e consolidar assentamentos da Reforma Agrária</i>							
<b>Público-alvo</b>	<i>Famílias assentadas</i>							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008	Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas	
		Data	Índice					Data
Taxa de Consolidação de Projetos de Assentamento (%)	Sistema de Informação do INCRA	31/12/2006	8,25	12/2008	8,97	8,64	Alta	Destaque-se que, ao final de 2008, havia 664 projetos consolidados, incluindo projetos de assentamento (PA), projetos integrados de colonização (PIC) e projetos de assentamento dirigidos (PAD), abrangendo 184.912 famílias. O índice referido corresponde ao número de assentamentos consolidados em relação ao universo de projetos criados, representando o percentual de projetos consolidados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

Programa	1334 Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais	Órgão Responsável	49000	Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcanço do Índice Previsto	Medidas Corretivas
					Data	Índice	Data	Índice			
<b>Objetivo</b>	<b>Público-alvo</b>	<i>Promover o planejamento, a implementação e a auto-gestão do processo de desenvolvimento sustentável dos territórios rurais, bem como o fortalecimento institucional e a dinamização de sua economia</i> <i>Líderes locais e representantes das entidades que congregam interesses do desenvolvimento rural sustentável, especialmente dos agricultores familiares e assentados pela reforma agrária</i>									
<b>Indicador (unidade de medida)</b>	<b>Fonte</b>	<b>Data</b>	<b>Índice</b>	<b>Data</b>	<b>Índice</b>	<b>Data</b>	<b>Índice</b>	<b>Data</b>	<b>Índice</b>	<b>Possibilidade Alcanço do Índice Previsto</b>	<b>Medidas Corretivas</b>
<i>Taxa de Consolidação de Colegiados Rurais (%)</i>	Ministério do Desenvolvimento Agrário	31/12/2006	2,133	12/2008	19,78	12/2008	53,00		Baixa	O índice previsto para 2011 (53%) representa 238 colegiados consolidados num universo de 450 possíveis TRs no Brasil. Para que este índice seja alcançado seria necessária a incorporação, ao Programa 1334, de um número bem maior de territórios rurais o longo de 2008 e 2009 (a previsão do Programa para 2009, são 164 territórios apoiados), o que se torna impossível com os recursos, principalmente financeiros, humanos e materiais (espaço físico) realmente disponibilizados a cada ano para sua operacionalização. Como medida corretiva seria necessário um aumento significativo nos recursos citados anteriormente, já a partir de 2009, uma vez que o processo de consolidação dos colegiados demanda tempo e varia muito de acordo com a realidade vivenciada em cada espaço apoiado.	
<i>Taxa de Atendimento em Infra-Estrutura nos Territórios Rurais (%)</i>	SDT-MDA/CEF	31/12/2006	25,77	12/2008	32,00	12/2008	62,22		Baixa	Conforme explicitado para o índice anterior, para que seja possível atingir o índice previsto para 2011 (62,22%), representando 280 territórios rurais apoiados com projetos de infra-estrutura, seria necessário um aumento significativo nos recursos citados anteriormente, já a partir de 2009.	
<i>Taxa de Atendimento em Elaboração de Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável (%)</i>	SDT-MDA	31/12/2006	9,11	12/2008	24,00	12/2008	60,00		Baixa	Conforme explicitado para o índice anterior, para que seja possível atingir o índice previsto para 2011 (60%), representando 270 territórios rurais com PTDRS elaborado), seria necessário um aumento significativo nos recursos citados anteriormente, já a partir de 2009.	



**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

Programa	1442 Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio	Órgão Responsável	22000	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)	Medidas Corretivas		
						Objetivo	Índice alcançado em 2008
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência	Índice	Data	Índice		
<i>Taxa de Participação dos Alimentos Orgânicos na Produção Agropecuária Brasileira (%)</i>	SDC / MAPA	0,08	-	-	0,21	Alta	Houve um atraso na publicação do Decreto já resolvida no final de 2008 com consequente retardo na publicação das Instruções Normativas que regulam os organismos de avaliação da conformidade orgânica. A partir de então haverá a possibilidade de efetivo controle dos projetos de produção orgânicos por eles aferidos. Esse dado será fundamental para a apuração do somatório das áreas que compõem o cálculo desse Indicador e só então será possível obtê-lo, o que está previsto para o ano de 2010. A adequação do setor de produção orgânica se dará em cumprimento no disposto na publicação do projeto de Instrução Normativa de Mecanismo de Garantia e Informação da Qualidade Orgânica, ora em análise pela Consultoria Jurídica do MAPA, como parte integrante da regulamentação do Decreto 6323 de 27.12.2008 que regulamentou a Lei 1.831 de 23.12.2003.
<i>Taxa de Utilização e Manejo Adequados do Solo (%)</i>	Órgãos de Pesquisa e Assistência Técnica Estaduais.	21,10	32,40	01/2009	32,50	Alta	Os custos de combustíveis e a economicidade através da adoção de técnicas de cultivo mínimo de solo, nas culturas de grão, a adoção de integração entre lavoura, pecuária e silvicultura tem contribuído significativamente na recuperação de pastagens degradadas, fides esse que propiciaram a antecipação do alcance da meta para 2011.
<i>Taxa de Participação das Exportações Brasileiras no Mercado Mundial de Frutas (%)</i>	SISCOMEX e FAO	0,60	1,80	01/2009	2,60	Alta	-
<i>Taxa de Participação de Associados de Associações Rurais e Cooperativas na População Brasileira (%)</i>	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo	0,14	0,51	01/2009	0,21	Alta	O levantamento publicado pela Organização da Cooperativas do Brasil - OCB demonstra que houve erro na formulação do Índice de Referência. Em 2007 a população brasileira era de 188.298.099 habitantes que havia 879.649 de associados em cooperativas rurais o que significa uma taxa de 0,51. Segundo a OCB o nº de pessoas associadas a cooperativas rurais em 2008 foi de 968.767. A manter o ritmo importante e consistente de crescimento, essa tendência nos leva a propor a correção do Índice para o Final do PPA para 0,60%. Há ainda a necessidade de correção na fórmula de cálculo e no nome do indicador uma vez que não é possível levantar o nº de associados em associações rurais.
<i>Número de Tecnologias Protegidas no Âmbito do Agronegócio Nacional (unidade por ano)</i>	Instituto Nacional de Propriedade Intelectual - INPI / Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária - Embrapa / Sistema Nacional de Proteção de Cultivares - SNPC - MAPA	1.000,00	1.319,00	01/2009	1.750,00	Alta	O presente índice foi calculado exclusivamente com nº de cultivares protegidas, mantendo o mesmo padrão de Cálculo do Índice Inicial. Uma vez que o Instituto Nacional de Propriedade Intelectual não divulga estatísticas sobre a evolução de tecnologias protegidas no âmbito do agronegócio ou de qualquer outro setor econômico específico e o levantamento de tecnologias protegidas pelo Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária também não é efetuado. Apesar disso, o comportamento de índice é consistente e a evolução do nº de variedades protegidas no SNPC/EMBRAPA demonstra, por si, uma evolução tecnológica importante. Sugermos o expurgo do índice das demais tecnologias protegidas das demais fontes.

**Programa** 0476 Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia **Órgão Responsável** 32000 Ministério de Minas e Energia (MME)

**Objetivo** Apoiar o desenvolvimento e a difusão de tecnologias relacionadas ao setor energético

**Público-alvo** Institutos de pesquisa e empresas do setor produtivo relacionadas com a área energética

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Incorporação de Tecnologia (porcentagem)	MME	31/12/2003	10,00	-	-	-	Alta	-

Programa	0682	Difusão da Cultura e da Imagem do Brasil no Exterior	35000		Ministério das Relações Exteriores (MRE)	Órgão Responsável		
Objetivo	<i>Ampliar o conhecimento de governos e povos estrangeiros sobre a cultura e sociedade brasileira e as políticas interna e externa do país</i>							
Público-alvo	<i>Governos estrangeiros, entidades culturais, comunidade internacional, populações e empresas estrangeiras, meios de comunicação de massa nacionais e internacionais</i>							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Número de Alunos Estrangeiros Formados nos Cursos de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira (pessoa)</i>	Departamento Cultural/MRE	21/8/2003	20.000,00	12/2008	23.929,00	36.000,00	Baixa	O índice apresentado em 2008 está acima do índice de referência. O número de alunos estrangeiros formados nos cursos de língua portuguesa e literatura brasileira está, no entanto, diretamente relacionado ao aumento geral do interesse dos alunos estrangeiros pelo aprendizado da língua portuguesa. A previsão de alunos formados em 2011 foi reajustada para 30.000, tendo em conta a demanda moderada por cursos de língua e literatura brasileira no exterior.
<i>Número de Bolsas Concedidas a Alunos Estrangeiros (unidade)</i>	Departamento cultural/ MRE	31/12/2006	1.169,00	12/2008	2.033,00	1.200,00	Alta	Os programas de concessão de bolsas têm funcionado bem, nos limites das restrições orçamentárias. As previsões de bolsas a serem concedidas em 2010 e 2011 foram alteradas para 2.500, adequando-se ao número de bolsas efetivamente concedidas em 2008: 2.033. Não serão necessários recursos adicionais para cumprir a meta de concessão de 2.500 bolsas.
<i>Número de Eventos Apoiados (unidade)</i>	Departamento Cultural/ MRE	31/12/2006	618,00	12/2008	748,00	880,00	Média	São necessários mais recursos para contemplar mais eventos. A previsão de eventos a serem apoiados/realizados em 2011 foi ajustada para 800.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

Programa	0283 Distribuição de Derivados de Petróleo, Gás Natural, Alcool e Biocombustíveis	Órgão Responsável	32000		Ministério de Minas e Energia (MIME)		Medidas Corretivas
			Índice Data	Índice Data	Índice alcançado em 2008	Índice Previsto para 2011	
<b>Objetivo</b>	<i>Oferecer adequada infra-estrutura de produtos e serviços na distribuição de derivados de petróleo, gás natural, álcool e outros combustíveis</i>						
<b>Público-alvo</b>	<i>Consumidores de derivados, gás natural e álcool e outros combustíveis</i>						
<b>Indicador (unidade de medida)</b>	<b>Fonte</b>	<b>Índice de Referência</b>	<b>Índice alcançado em 2008</b>	<b>Índice Previsto para 2011</b>	<b>Possibilidade Alcançar o Índice Previsto</b>	<b>Medidas Corretivas</b>	
<i>Taxa de Participação da BR Distribuidora no Mercado de Derivados de Petróleo, Gás Natural e Alcool Combustível (percentagem)</i>	Agência Nacional de Petróleo	31,50 31/12/2003	34,90 12/2008	40,00	Média	A possibilidade de alcance é considerada como média, uma vez que no Plano de Negócios de 2009-2013, alinhado ao Plano Estratégico 2020, o valor previsto de market share global é de 38,8. Cabe ressaltar que esta previsão é resultante das mudanças que acontecem no ambiente econômico, relativos ao preço, demanda e às novas expectativas para premissas econômicas, como PIB, câmbio e juros. A BR procura, de acordo com seu Plano Estratégico, ajustar suas políticas comerciais de forma a fazer frente às mudanças do ambiente competitivo. Atualmente, dedicando especial atenção aos efeitos da crise financeira que se alastra por todos os mercados. Como medida corretiva, consideramos a posição da tomada pela companhia, de procurar implementar ações visando dar maior transparência ao mercado, ao mesmo tempo em que se posiciona nos diversos segmentos em que atua, de forma a preservar e consolidar a sua participação no mercado.	
<i>Taxa de frequência de Acidentados com Afastamento - TFCA (taxa)</i>	Petrobras Distribuidora S.A.	1,12 31/12/2003	0,31 12/2008	0,62	Alta	Não há medidas corretivas, pois o resultado do indicador apurado em 2008 (0,31) superou a meta prevista para o final do PPA (2011). Cabe ressaltar que a análise deste indicador é inversamente proporcional ao seu resultado, ou seja, quanto menor o resultado, melhor.	
<i>Qualidade dos produtos da BR Distribuidora - Programa de Olho no Combustível (%)</i>	Petrobras Distribuidora	86,00 31/12/2003	90,60 12/2008	-	Média	- Disseminação das vantagens da certificação dos postos pelo programa "De Olho no Combustível", através dos Assessores Comerciais; - Busca a exclusividade de aquisição de produtos pelos postos da rede; - Em virtude da capilaridade da rede de postos, buscar atuar de forma mais efetiva nos postos localizados fora dos grandes centros urbanos.	
<i>Taxa de participação da Liquigás Distribuidora no mercado de GLP (%)</i>	Liquigás Distribuidora.	21,60 31/12/2004	22,30 12/2008	23,60	Alta	Adicionalmente, constatamos que não foi incluída, à época de elaboração do PPA 2008-2011, a meta deste indicador para o ano de 2011. Estamos verificando como proceder esta correção. Diante disto, para efeito desta análise, foi utilizada a meta de 2010.	

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

Programa	0753 Divulgação dos Atos Oficiais e Produção Gráfica	Órgão Responsável	20101 Gabinete da Presidência da República (Presidência da República)	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
				Data	Índice	Data	Índice			
Objetivo	Indicador (unidade de medida)	Fonte								
	<i>Taxa de Reclamação de Assinantes do Diário Oficial (porcentagem)</i>	Imprensa Nacional	-	-	12/2008	19,15	-	Média	Não aplicável	
	<i>Taxa de Divulgação do Diário Oficial por Meio Eletrônico (porcentagem)</i>	Imprensa Nacional	-	-	12/2008	7,12	-	Média	A fórmula de cálculo é uma relação percentual entre o número de assinaturas eletrônicas e o número de assinaturas impressas do Diário Oficial da União, portanto, mesmo ficando suspensa a comercialização de assinaturas eletrônicas, há um percentual dessa relação de ordem de 7,12% (dentro do próprio exercício).	
	<i>Quantidade de Acessos ao Site da Imprensa Nacional para Consulta do Diário Oficial e da Justiça (quantidade)</i>	Imprensa Nacional	-	-	12/2008	759.416.928,00	-	Alta	Para a próxima avaliação criar parâmetros de crescimento comparando com anos anteriores.	
	<i>Quantidade Absoluta de Assinaturas do Diário Oficial da União e do Diário da Justiça (quantidade)</i>	Imprensa Nacional Coordenação-Geral de Editoração e Publicação	-	-	-	-	-	Média	Prejudicado, tendo em vista que as assinaturas eletrônicas foram suspensas em 30/04/2008 e reativadas com novos regras de mercado em 31/11/2008. Essa lacuna provocou uma redução em relação a 2007 da ordem de 43,34% no número de assinaturas do jornal eletrônico. E houve a descontinuidade de edição de 2 Seções do Diário da Justiça que passou a ser editado em 2008 em uma única Seção.	
	<i>Taxa de Evolução das Assinaturas dos Diários Oficiais e Diários da Justiça (percentual)</i>	Imprensa Nacional	31/12/2005	14,40	-	-	-	Média	Prejudicado, tendo em vista que o número de assinantes pode em determinado mês sofrer involução, assim, não há como prever crescimento ou queda. O certo seria comparar o resultado do ano em comento com o ano anterior.	

**Programa** 1138 Drenagem Urbana e Controle de Erosão Marítima e Fluvial **Órgão Responsável** 53000 Ministério da Integração Nacional (MI)

**Objetivo** Desenvolver obras de drenagem urbana em consonância com as políticas de desenvolvimento urbano e de uso e ocupação do solo  
**Público-alvo** Populações urbanas e litorâneas residentes em municípios com áreas sujeitas a inundação periódica ou erosão marinha

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Regulação da Drenagem Urbana no Brasil (percentagem)	Pesquisa Nacional de Saneamento Básico - PNSB	7/1/2000	20,70	-	-	-	Média	Estão sendo revistos os indicadores.
Taxa de Municípios com serviço de drenagem urbana superficial no Brasil (%)	PNSB/IBGE	1/7/2000	78,50	-	-	-	Média	Estão sendo revistos os indicadores.
Taxa de Municípios com sistema de drenagem subterrânea no Brasil (%)	PNSB/IBGE	1/7/2000	67,00	-	-	-	Média	Estão sendo revistos os indicadores.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 1133 Economia Solidária em Desenvolvimento **Órgão** 38000 Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) **Responsável**

**Objetivo** Promover o fortalecimento e a divulgação da economia solidária, mediante políticas integradas, visando a geração de trabalho e renda, a inclusão social e a promoção do desenvolvimento justo e solidário

**Público-alvo** Trabalhadores(as) em risco de desemprego, desempregados e autônomos, cooperativas, empresas autogestionárias, associações, agências de fomento da economia solidária e fóruns municipais e regionais de desenvolvimento

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Número de Trabalhadores Inscritos Social e Economicamente por meio de Empreendimentos Econômicos Solidários (unidade)	Sistema de Informações de Economia Solidária / MTE	31/12/2005	1.250.000,00	12/2007	1.687.496,00	2.100.000,00	Média	Em 2007, as atividades de mapeamento da economia solidária iniciadas em 2005 foram ampliadas no âmbito do Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES), a fim de incluir novos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) que ainda não haviam sido incluídos. No entanto, os recursos permitiram às equipes executoras chegar a apenas 52% dos municípios brasileiros. Ainda assim, foi possível nesta segunda etapa identificar mais 6.905 EES. Ao todo, o número de trabalhadores que participam da economia solidária subiu de 1,2 milhão para quase 1,7 milhão de pessoas, o que corresponde a 93% do índice inicialmente previsto. A discrepância, no entanto, pode ser justificada por conta dos limites, já mencionados, para executar o mapeamento da economia solidária na totalidade do território nacional. A leitura do indicador deve considerar estes limites, inclusive orçamentários, e por isso o mapeamento não pode ser considerado um censo da economia solidária. Por outro lado, reforçamos que é o único retrato de âmbito nacional da economia solidária enquanto segmento específico, não captado por outras pesquisas oficiais.
Taxa de Participação da Economia Solidária no PIB (porcentagem)	Sistema de Informações de Economia Solidária / MTE e IBGE	31/12/2005	0,59	12/2007	0,30	1,00	Média	O faturamento médio mensal dos EES, segundo os dados de 2007 do Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES), foi de R\$ 653 milhões, o que corresponde a R\$ 7,8 bilhões por ano. Se utilizarmos o valor do PIB 2007 (= R\$ 2.538 trilhões), o percentual do faturamento anual dos EES em relação ao PIB Nacional foi de 0,3%. Vale ressaltar que 6.754 dos EES não declararam faturamento mensal ou declararam faturamento igual a R\$ 0,00, o que contribui para reduzir o indicador em relação ao previsto. Além disso, houve uma alteração na metodologia do IBGE para o cálculo do PIB, que elevou o valor do PIB Nacional.
Porcentual de Trabalhadores da Economia Solidária que Recebem Menos de 1 Salário Mínimo (percentual)	Sistema de Informações de Economia Solidária / MTE	31/12/2005	76,00	12/2007	41,00	50,00	Média	Este indicador foi prejudicado nos dados do SIES 2005/2007 porque, dos 21.859 Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) mapeados, 8.894 não informaram remuneração. Dos 10.872 EES que informaram remuneração, em 4.117 (19% do total) a remuneração média mensal dos sócios é de até 1/2 salário-mínimo, e em 2.657 (12%) fica entre 1/2 e 1 SM. Somando-se estes aos 2.093 EES que informaram remuneração equivalente a R\$ 0,00, a porcentagem cuja remuneração média mensal vai até 1 SM é de 41% (em relação ao total de 21.859). Se forem considerados apenas os que informaram remuneração, a porcentagem dos EES em que a remuneração é de até 1 SM sobe para 83%. Porém, o número dos que não informaram corresponde a 40,7% do total, o que evidentemente interfere na leitura deste indicador. O formulário do mapeamento 2009, que foi amplamente reestruturado pela Comissão Gestora do SIES entre 2007 e 2008, deverá captar esta realidade com maior precisão, já que levará em conta uma tipologia de EES, até então com foco nos EES que efetuam produção e comercialização de bens, passando a coletar dados específicos para outras formas de atividade econômica coletiva e autogestionária (comercialização, trocas, finanças etc.), com suas particularidades no que se refere ao faturamento e remuneração dos sócios.

Programa	0052 Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis	Órgão Responsável	44000	Ministério do Meio Ambiente (MMA)				
<b>Objetivo</b>	Construir valores e relações sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências que contribuam para a participação de todos na edificação de sociedades sustentáveis							
<b>Público-alvo</b>	Educadores ambientais, profissionais do ensino, estudantes, gestores, técnicos, profissionais da mídia e voluntários atuantes na área ambiental e usuários e gerenciadores diretos de recursos ambientais							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008	Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas	
		Data	Índice					
Instituições Trabalhando em Parceria com as Ações do Programa (unidade)	Relatório de Gestão do quadriênio 2003-2006 do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental	31/12/2007	100,00	07/2008	100,00	400,00	Alta	Adaptação da Fonte para: Relatório de Gestão do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, sem especificação do período a que se refere, já que a fonte será alterada conforme o tempo.



**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 1350 Educação do Campo (PRONERA) **Órgão Responsável** 49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)

**Objetivo** Promover a capacitação e o acesso à educação formal dos trabalhadores e trabalhadoras das áreas de Reforma Agrária

**Público-alvo** Jovens e adultos assentados da Reforma Agrária; agricultores familiares; e profissionais egressos de cursos de áreas afins à Reforma Agrária

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcanço do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Jovens e Adultos das Áreas de Reforma Agrária Não Alfabetizados (%)	PNERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária / INEP/MEC	31/12/2004	11,00	-	-	10,40	Média	O índice de referência do indicador "Taxa de Jovens e Adultos das Áreas de Reforma Agrária Não Alfabetizados", calculado pela "relação percentual entre a quantidade de jovens e adultos de áreas de Reforma Agrária não alfabetizados e o número de pessoas com idade igual ou superior a 15 anos nos Projetos de Assentamentos do INCRA", foi apurado por meio da Pesquisa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PNERA, realizada em 2004. Tendo em vista a percepção de que essa relação percentual não mais condiz com a realidade, e que não se possui um levantamento preciso dos dados atuais, a Coordenação Geral de Educação do Campo e Cidadania, pertencente ao INCRA, encontra-se em tratativas junto ao INEP/MEC para realização de uma nova pesquisa visando a apuração de índices realistas sobre a situação existente no campo.
Taxa de Jovens e Adultos das Áreas de Reforma Agrária Matrículados no Ensino Fundamental (%)	PNERA/INEP/MEC	31/12/2004	49,00	-	-	56,48	Média	O índice de referência do indicador "Taxa de Jovens e Adultos das Áreas de Reforma Agrária Matrículados no Ensino Fundamental", calculado pela "relação percentual entre a quantidade de jovens e adultos de áreas de Reforma Agrária matrículados no ensino fundamental e o universo de jovens e adultos em Projetos de Assentamentos do INCRA", foi apurado por meio da Pesquisa realizada em 2004 pelo Instituto de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP em parceria com o INCRA. Tendo em vista a percepção de que essa relação percentual não mais condiz com os números existentes de alunos alfabetizados, cuja inscrição nos cursos tem aumentado significativamente, e que não se possui um levantamento preciso dos dados atuais, a Coordenação Geral de Educação do Campo e Cidadania, pertencente ao INCRA, encontra-se em tratativas junto ao INEP/MEC para realização de uma nova pesquisa visando a apuração de índices realistas sobre a situação existente no campo.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 1402 Educação em Direitos Humanos **Órgão Responsável** 20121 Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH)

**Objetivo** Promover uma cultura de respeito aos direitos humanos  
**Público-alvo** Sociedade brasileira

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcanço do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Estados com Comitês de Educação em Direitos Humanos (%)	Coordenação-Geral de Educação em Direitos Humanos	23/8/2007	14,00	04/2009	68,00	100,00	Alta	Uma vez que a ação é realizada em parceria com Universidades Públicas, pretende-se ampliar as negociações com a finalidade de obter projetos que permitam a celebração de Termos de Parcerias que permitam o atingimento da meta prevista.
Número de Pessoas Capacitadas em Temáticas de Direitos Humanos (unidade)	SEDH/PR	31/12/2006	18.000,00	04/2009	87.000,00	40.800,00	Alta	Não há medidas corretivas a serem apontadas tendo em vista que a meta foi superada.
Número de Municípios com Comitês de Educação em Direitos Humanos (unidade)	Coordenação-Geral de Educação em Direitos Humanos	23/8/2004	3,00	04/2009	0,00	25,00	Baixa	O não cumprimento desta meta se fundamenta na premissa de que o Governo Federal neste ano priorizou a realização da ação de implantação de comitês estaduais de Educação em Direitos Humanos nos Estados. Em 2008 a SEDH produziu um manual de informações voltadas aos municípios e entregou durante a realização do Encontro Nacional de Prefeitos Municipais em Brasília, no qual consta a possibilidade de apresentação de projetos para a implantação de comitês municipais de Educação em Direitos Humanos.
Número de Núcleos de Pesquisas em Direitos Humanos em Universidades (unidade)	Coordenação-Geral de Educação em Direitos Humanos	31/12/2006	0,00	-	-	5,00	Muito Baixa	Atualmente, a Secretaria não possui conhecimento sobre os comitês municipais existentes. Ampliar entendimentos com a ANDHEP - Associação Nacional de Direitos Humanos Pesquisa e Pós-Graduação - no sentido de identificar universidades que tenham trabalhos de pesquisa na área que permitam serem potencializados pelo apoio institucional e financeiro da SEDH.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 8010 Educação Fiscal **Órgão Responsável** 25000 Ministério da Fazenda (MF)

**Objetivo** Promover o exercício da cidadania mediante a sensibilização da população para a função sócio-econômica do tributo e o incentivo ao controle social da aplicação dos recursos públicos

**Público-alvo** Professores e alunos da educação básica e superior das escolas públicas e privadas, funcionários de órgãos governamentais, de empresas públicas, privadas e de sociedades de economia mista, integrantes e pessoas atendidas por fundações públicas e privadas, entidades sociais e organizações não-governamentais

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Atendimento com Educação Fiscal a Alunos do Ensino Médio da Rede Pública (percentagem)	ESAF	30/4/2003	6,53	04/2009	15,00	30,00	Média	É oportuno registrar que as metas físicas inicialmente previstas nas ações do Programa 8010 - Educação Fiscal, registradas no PPA, não foram revisadas para o exercício de 2008, resultando em realizações distorcidas. As previsões feitas e monitoradas pela Escola, no entanto, são as registradas nos demonstrativos do relatório de gestão 2008, um total de 5.000 capacitações.
Taxa de Atendimento com Educação Fiscal a Alunos do Ensino Fundamental da Rede Pública (percentagem)	ESAF	30/4/2003	7,00	04/2009	10,00	25,00	Média	É oportuno registrar que as metas físicas inicialmente previstas nas ações do Programa 8010 - Educação Fiscal, registradas no PPA, não foram revisadas para o exercício de 2008, resultando em realizações distorcidas. As previsões feitas e monitoradas pela Escola, no entanto, são as registradas nos demonstrativos do relatório de gestão 2008, um total de 5.000 capacitações.
Taxa de Abrangência Municipal (percentagem)	ESAF	30/4/2003	30,00	04/2009	49,00	80,00	Média	É oportuno registrar que as metas físicas inicialmente previstas nas ações do Programa 8010 - Educação Fiscal, registradas no PPA, não foram revisadas para o exercício de 2008, resultando em realizações distorcidas. As previsões feitas e monitoradas pela Escola, no entanto, são as registradas nos demonstrativos do relatório de gestão 2008.
Taxa de Capacitação de Professores da Rede Pública com Educação Fiscal (percentagem)	Esaf	12/12/2004	5,57	04/2009	10,00	25,00	Média	É oportuno registrar que as metas físicas inicialmente previstas nas ações do Programa 8010 - Educação Fiscal, registradas no PPA, não foram revisadas para o exercício de 2008, resultando em realizações distorcidas. As previsões feitas e monitoradas pela Escola, no entanto, são as registradas nos demonstrativos do relatório de gestão 2008, um total de 5.000 capacitações.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 1377 Educação para a Diversidade e Cidadania

26000 Ministério da Educação (MEC)

**Órgão Responsável**

**Objetivo** Reduzir as desigualdades étnico-raciais, de gênero, de orientação sexual, geracional, regional e cultural no espaço escolar

**Público-alvo** Alunos de todas as idades, seus familiares e os profissionais da educação

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcanço do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Índice de Igualdade das Ações Educativas Complementares (índice numérico)	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - PNAD/IBGE	1/12/2006	0,78	12/2007	0,60	0,90	Média	Os indicadores de desigualdade do 1377 sofreram uma mudança metodológica, pois utilizava comparações de pessoas com idades exatas (conclusão do fundamental com exatos 17 anos de idade, do médio com exatos 21 etc). O Projeto "Programa Mais Educação", que atenderá cerca de 5 mil escolas de, 115 municípios e 1,5 milhões de alunos, apoiado atividades que colaborem para a Educação Integral dos indivíduos deverá aumentar a probabilidade de uma educação de qualidade par o público de pessoas pobres. Esse indicador necessita de modificações. É necessário mudar o atual indicador de Índice de Igualdade das Ações Educativas Complementares (índice numérico) para Índice de Igualdade das ações de educação Integral para pobres. O índice de referência deste indicador deve ser modificado para 0,604. O índice previsto ao final do PPA deve ser modificado para 0,635. O índice de referência é o exercício 2006. Caso o índice previsto seja alterado, a possibilidade de alcançar o novo indicador proposto é alta.
Índice de Igualdade da Educação do Campo (índice numérico)	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - PNAD/IBGE	1/12/2006	0,63	12/2007	0,52	0,77	Alta	Os indicadores de desigualdade do 1377 sofreram uma mudança metodológica, pois utilizava comparações de pessoas com idades exatas (conclusão do fundamental com exatos 17 anos de idade, do médio com exatos 21 etc). Como há uma variabilidade amostral de faixas etárias exatas na PNAD, o risco de viés no indicador era grande, para solucionar esse problema os indicadores adotaram faixas etárias ao invés de idades exatas, ou seja, a proporção dos que terminaram o fundamental foi medido para as pessoas entre 17 e 20 anos de idade, o do médio para as pessoas entre 21 a 24 anos, etc). Isso mudou inclusive os índices de referência. O índice de referência deste indicador deve ser modificado para 0,493. O índice previsto ao final do PPA deve ser modificado para 0,590. O índice de referência tem como ano base o exercício 2006.
Índice de Igualdade da Educação Escolar Indígena (índice numérico)	Censo Escolar - INEP/MEC	1/12/2006	0,53	12/2007	0,53	0,51	Alta	Os indicadores de desigualdade do 1377 sofreram uma mudança metodológica, pois utilizava comparações de pessoas com idades exatas (conclusão do fundamental com exatos 17 anos de idade, do médio com exatos 21 etc). O índice de referência deste indicador deve ser modificado para 0,459 e o índice previsto ao final do PPA deve ser alterado para 0,635. O índice de referência é o exercício 2006.
Índice de Igualdade das Diversidades Étnico-Raciais (índice numérico)	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - PNAD/IBGE	1/12/2006	0,84	12/2007	0,82	0,93	Média	Os indicadores de desigualdade do 1377 sofreram uma mudança metodológica, pois utilizava comparações de pessoas com idades exatas (conclusão do fundamental com exatos 17 anos de idade, do médio com exatos 21 etc). Como há uma variabilidade amostral de faixas etárias exatas na PNAD, o risco de viés no indicador era grande, para solucionar esse problema os indicadores adotaram faixas etárias ao invés de idades exatas, ou seja, a proporção dos que terminaram o fundamental foi medido para as pessoas entre 17 e 20 anos de idade, o do médio para as pessoas entre 21 a 24 anos, etc). Isso mudou inclusive os índices de referência. Há um erro no índice de referência. O índice de referência tinha como ano base o exercício 2004, com valor mensurado de 0,804. Pedimos que o índice de referência seja modificado para o exercício 2006.O índice de referência deste indicador deve ser modificado para 0,825. O índice previsto ao final do PPA deve ser alterado para 0,859. A probabilidade de alcançar o novo índice previsto ao final de 2011 é alta.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 1377 Educação para a Diversidade e Cidadania **Órgão Responsável** 26000 Ministério da Educação (MEC)

**Objetivo** Reduzir as desigualdades étnico-raciais, de gênero, de orientação sexual, geracional, regional e cultural no espaço escolar  
**Público-alvo** *Adolescentes de todas as idades, seus familiares e os profissionais da educação*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Índice de Igualdade de Gênero (Índice numérico)	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - PNAD/IBGE	1/12/2006	0,97	12/2007	0,95	1,00	Alta	Os indicadores de desigualdade do I377 sofreram uma mudança metodológica, pois utilizava comparações de pessoas com idades exatas (conclusão do fundamental com exatos 17 anos de idade, do médio com exatos 21 etc). Como há uma variabilidade amostral de faixas etárias exatas na PNAD, o risco de viés no indicador era grande, para solucionar esse problema os indicadores adotaram faixas etárias ao invés de idades exatas, ou seja, a proporção dos que terminaram o fundamental foi medido para as pessoas entre 17 e 20 anos de idade, o do médio para as pessoas entre 21 a 24 anos, etc). Isso mudou inclusive os índices de referência. O índice de referência deste indicador deve ser modificado para 0,948. O índice previsto ao final do PPA deve ser modificado para 0,946. O ano do índice de referência é o exercício 2006.

**Programa** 1079 Educação Previdenciária **Órgão Responsável** 33000 Ministério da Previdência Social (MPS)

**Objetivo** *Informar e conscientizar a sociedade acerca dos direitos e deveres relativos à Previdência Social e dos meios para exercê-los, assegurando a proteção social aos cidadãos pela inclusão e permanência no Regime Geral de Previdência Social, bem como contribuir para a divulgação dos canais de atendimento e a socialização de informações, demonstrando compromisso com a sociedade e com a sustentabilidade do país*

**Público-alvo** *População brasileira*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Indicador de Cobertura Social (porcentagem)</i>	PNAD/IBGE/Ministério do Planejamento	31/12/2005	63,40	12/2008	65,30	65,33	Alta	Não corrigir o índice previsto para o final do PPA.

Programa		1046 Eficiência Energética		32000		Ministério de Minas e Energia (MIME)		Órgão Responsável	
Objetivo		Reduzir o desperdício e o uso ineficiente de energia							
Público-alvo		Consumidores, concessionárias, fabricantes e importadores de equipamentos							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcanço do Índice Previsto	Medidas Corretivas	
		Data	Índice	Data	Índice				
Energia Elétrica Economizada (gwh)	Ministério de Minas e Energia/Secretaria de Energia e Secretaria Executiva do PROCEL	31/12/2003	1.270,00	-	-	3.550,00	Alta	-	
Quantidade de Petróleo Conservada (m³)	Ministério de Minas e Energia/Secretaria de Energia e Secretaria Executiva do CONPET	30/11/2006	280.000,00	-	-	550.000,00	Alta	-	

**Programa** 1044 Energia Alternativa Renovável

32000 Ministério de Minas e Energia (MME)

**Órgão Responsável**

**Objetivo** Ampliar a oferta de energia por meio de fontes renováveis, em base auto-sustentável, minimizando os impactos ambientais

**Público-alvo** Concessionárias, permissionárias, agentes produtores e consumidores de energia elétrica

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcanço do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Participação de Energias Alternativas Renováveis na Matriz Energética (porcentagem)	MME	-	-	-	-	-	Alta	-
Taxa de Participação de Energias Alternativas Renováveis na Matriz Elétrica (%)	Ministério de Minas e Energia - MME	1/1/2004	3,00	-	-	-	Alta	-



**Programa** 0294 Energia na Região Nordeste **Órgão Responsável** 32000 Ministério de Minas e Energia (MME)

**Objetivo** Ampliar a capacidade de oferta de geração e transmissão de energia elétrica na Região Nordeste

**Público-alvo** Consumidores de energia elétrica da Região Nordeste

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcanço do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Acréscimo de Capacidade Instalada de Geração de Energia Elétrica (mw)	CMSE - Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico	30/6/2007	89,00	-	-	350,00	Alta	-
Acréscimo de Linhas de Transmissão de Energia Elétrica com Tensão Igual ou Superior a 230 KV (km)	CMSE - Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico	30/6/2007	220,00	-	-	775,00	Alta	-

Programa	0297 Energia na Região Norte	Órgão Responsável	32000	Ministério de Minas e Energia (MME)			
<b>Objetivo</b>	<i>Ampliar a capacidade de oferta de geração e transmissão de energia elétrica da Região Norte e exportar os excedentes para as demais regiões do Sistema Interligado Nacional</i>						
<b>Público-alvo</b>	<i>Consumidores de energia elétrica da Região Norte</i>						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008	Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice		
<i>Acréscimo de Capacidade Instalada de Geração de Energia Elétrica (mw)</i>	CMSE - Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico	30/6/2007	1.090,00	12/2009	2,15	Média	No ano de 2008, o acréscimo de capacidade instalada de geração de energia elétrica foi de 2.159,6 MW representando um acréscimo de 2,15 % na capacidade total instalada. Este índice é de abrangência Nacional. (Fonte ANEEL)
<i>Acréscimo de Linhas de Transmissão de Energia Elétrica com Tensão Igual ou Superior a 230 Kv (km)</i>	CMSE - Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico	30/6/2007	278,00	12/2008	3,84	Alta	No ano de 2008, o acréscimo de capacidade instalada de linhas de transmissão foi de 3506 km representando um acréscimo de 3,84 % na capacidade total instalada. Este índice é de abrangência Nacional. (Fonte ANEEL)

**Programa** 0295 Energia na Região Sul **Órgão Responsável** 32000 Ministério de Minas e Energia (MME)

**Objetivo** Ampliar a capacidade de oferta de geração e transmissão de energia elétrica na Região Sul

**Público-alvo** Consumidores de energia elétrica da Região Sul

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcanço do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Acréscimo de Capacidade Instalada de Geração de Energia Elétrica (mw)	CMSE - Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico	30/6/2007	1.835,00	12/2008	2.159,60	409,00	Média	sem medidas
Acréscimo de Linhas de Transmissão de Energia Elétrica com Tensão Igual ou Superior a 230 KV (km)	CMSE - Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico	30/6/2007	1.090,00	12/2008	3.506,00	151,00	Média	sem medidas

**Programa** 0296 Energia nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste **Órgão Responsável** 32000 Ministério de Minas e Energia (MIME)

**Objetivo** Ampliar a capacidade de oferta de geração e transmissão de energia elétrica das Regiões Sudeste e Centro-Oeste

**Público-alvo** Consumidores de energia elétrica das Regiões Sudeste e Centro-Oeste

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcanço do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Acréscimo de Capacidade Instalada de Geração Elétrica (mw)	CMSE - Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico	30/6/2007	470,00	12/2008	2.160,00	280,00	Alta	-
Acréscimo de Linhas de Transmissão de Energia Elétrica com Tensão Igual ou Superior a 230 KV (km)	CMSE - Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico	30/6/2007	200,00	12/2008	3.506,00	606,00	Alta	-

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 1042 Energia nos Sistemas Isolados

32000 Ministério de Minas e Energia (MIME)

**Órgão Responsável**

**Objetivo** Ampliar a oferta de geração e transmissão de energia elétrica e reduzir as perdas técnicas e comerciais nos sistemas isolados

**Público-alvo** Consumidores de energia elétrica nos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Rondônia e Roraima

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcanço do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Acréscimo de Capacidade Instalada de Geração de Energia Elétrica (mw)	CMSE - Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico	30/6/2007	0,00	12/2008	2.159,60	240,00	Alta	No ano de 2008, o acréscimo de capacidade instalada de geração de energia elétrica foi de 2.159,6 MW representando um acréscimo de 2,15 % na capacidade total instalada. Este índice é de abrangência Nacional.
Índice de Perdas Técnicas e Comerciais das Empresas Federalizadas nos Sistemas Isolados (%)	ELETROBRÁS	28/5/2007	29,89	12/2008	30,00	21,46	Média	Índice apurado por empresa CERON: 33,54% BOA VISTA ENERGIA: 16,59% MANAUS ENERGIA : 37,20% CEAM: 39,6% Execução das ações de modernização e adequação do sistema de comercialização e distribuição de energia e implementação das ações de reformulação do modelo de gestão das empresas federalizadas.
Acréscimo de Linhas de Transmissão de Energia Elétrica com Tensão Igual ou Superior a 230 Kv (km)	CMSE - Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico	30/6/2007	0,00	12/2008	3.506,00	-	Alta	No ano de 2008, o acréscimo de capacidade instalada de linhas de transmissão foi de 3.506 km representando um acréscimo de 3,84 % na capacidade total instalada. Este índice é de abrangência Nacional

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 0073 Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes **Órgão Responsável** 20121 Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH)

**Objetivo** Promover um conjunto de ações articuladas que permitam a intervenção técnico-política para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, o resgate e a garantia dos direitos sexuais e reprodutivos

**Público-alvo** Crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade em relação à violência, ao abuso e à exploração sexual e respectivas famílias

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Evolução de Atendimento às Vítimas (percentual %)	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	31/12/2006	1,99	02/2009	0,13	1,51	Alta	-
Taxa de Evolução do Número de Profissionais da Rede de Enfrentamento à Violência Sexual Capacitados (%)	Comissão Intersetorial de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes	31/12/2006	0,00	02/2009	2,84	35,00	Alta	Será necessário restabelecer a meta para 2011. Por meio do monitoramento da Agenda Social e daquele realizado pela Comissão Intersetorial de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, espera-se estabelecer uma meta que esteja mais próxima à realidade. Neste momento, porém, é proposto o índice de 5% (o dobro de 2008) para 2011.
Taxa de Evolução do Número de Denúncias Encaminhadas (%)	Secretaria Especial dos Direitos Humanos	31/12/2006	2,64	02/2009	0,30	0,37	Alta	-

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011  
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Exercício 2009 - Ano base 2008  
Anexo II

Programa	1142 Engenho das Artes	Órgão Responsável	42000	Ministério da Cultura (MinC)		
<b>Objetivo</b>	Aumentar a produção, a difusão e o acesso da população aos bens e serviços da cultura brasileira nas áreas de música, artes cênicas e visuais					
<b>Público-alvo</b>	Sociedade					
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência Data	Índice alcançado em 2008 Data	Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
Número Médio de Espectadores por Número Total de Espetáculos Culturais Promovidos pela União (porcentagem)	Ministério da Cultura/FUNARTE	31/12/2006 1.473,00	12/2008 2.555,00	-	Média	O número médio de espectadores deve ser de valor absoluto e não percentual como consta no SIGPlan. Em relação ao índice inicial houve um aumento considerável no número médio de espectadores apurado em 2008. Entretanto, se compararmos ao índice apurado em 2007, verifica-se que em 2008 ocorreu uma redução no número de espectadores por espetáculo, que passou de 2.885 espectadores em 2007 para 2.555 em 2008. Este decréscimo foi devido às obras de modernização dos Espaços Culturais da Funarte, que se mantiveram fechados para o público. Com a abertura dos espaços prevista para maio de 2009, estaremos oferecendo programação cultural à população e acolhendo o artista brasileiro. O índice previsto para o final do PPA (2011) é de 2.800 espectadores. Com a modernização e reequipamento dos espaços culturais, estaremos garantindo um dos compromissos fundamentais que norteiam os espaços culturais: a gratuidade das condições técnicas minimamente necessárias para o acontecimento artístico em troca de um ingresso mais acessível à população e consequentemente a formação de plateias.
Número de Espetáculos Apoiados por Região (unidade)	Ministério da Cultura/FUNARTE	31/12/2006 185,00	12/2008 78,80	-	Média	Em relação ao índice inicial houve uma diminuição no número médio de espetáculos apoiados, apurado em 2008. A redução já constatada em 2007 foi devido à greve dos servidores da Cultura e a falta de renovação pela Petrobras do patrocínio aos projetos de Circuitação de Música de Concerto, Concerto Didático nas Escolas e Pauta Funarte de Música Brasileira. Com referência ao ano de 2008, houve um acréscimo no número de espetáculos apoiados, que passou de 60 para 78, em decorrência da política de apoio aos Festivais Internacionais de Artes Cênicas de nosso país. Para o ano de 2009, por iniciativa do Programa MAIS CULTURA, a Funarte se propõe a aumentar a realização de eventos nas regiões e desconcentração das suas atividades, por meio de apoio a Microprojetos Culturais. O índice previsto para o final do PPA (2011) é de 200 espetáculos. Com a ampliação do número de programas implementados por meio de editais públicos e a política de apoio a festivais, encontros e mostras, estaremos fomentando as artes e caminhando no sentido da federalização, buscando promover e apoiar a produção artística nacional, seja ela no campo das artes cênicas, artes visuais ou da música, incentivando e disseminando as diferentes manifestações artísticas como fator de desenvolvimento, geração de emprego, renda e valorização da cidadania.

Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

**Programa** 0640 Ensino Profissional da Aeronáutica 52000 Ministério da Defesa (MD)

**Órgão Responsável**

**Objetivo** Formar e educar continuamente os recursos humanos, a fim de prover profissionais habilitados para atender às necessidades do Comando da Aeronáutica

**Público-alvo** Alunos matriculados nos estabelecimentos de ensino da Aeronáutica

Este programa não apresenta indicador.



---

<b>Programa</b>	0633 Ensino Profissional da Marinha	52000	Ministério da Defesa (MD)	<b>Órgão Responsável</b>
-----------------	-------------------------------------	-------	---------------------------	--------------------------

**Objetivo** *Formar e educar os recursos humanos, a fim de propiciar profissionais habilitados a atender às necessidades da Marinha do Brasil*

**Público-alvo** *Marinha do Brasil*

*Este programa não apresenta indicador.*

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

Programa	0685 Ensino Profissional Diplomático	35000	Ministério das Relações Exteriores (MRE)	35000	Ministério das Relações Exteriores (MRE)	Órgão Responsável	Índice alcançado em 2008				Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
							Índice	Data	Índice	Data			
<b>Público-alvo</b>	Formar e aperfeiçoar pessoal para o serviço exterior brasileiro Candidatos à carreira de diplomata, cidadãos afro-descendentes interessados na concessão de bolsos-prêmio de vocação para a diplomacia e diplomatas												
<b>Indicador (unidade de medida)</b>	Fonte												
Taxa de Habilitação de Profissionais em Relação à Demanda do Órgão (porcentagem)	Instituto Rio Branco/ MRE	14/5/2007	100,00	12/2008	100,00			100,00		Alta			
Taxa de Aprovação dos Bolsistas no Concurso de Admissão à Carreira Diplomática - CACD (%)	Instituto Rio Branco - IRBR	7/1/2007	5,64	07/2008	5,39			5,70		Baixa			O índice previsto para o final do PPA (2011), de 5,70, dificilmente será alcançado. Foi estimado à luz da demanda criada pela promulgação da Medida Provisória nº 269, de 15 de dezembro de 2005, convertida na Lei 11.292, de 26 de abril de 2006, a qual aumentou em 40% o número de diplomatas no serviço exterior brasileiro. Em razão desse aumento, as três últimas edições do Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata ofertaram número de vagas sem precedentes na história do IRBR (105, 105 e 115 vagas, respectivamente). Tal demanda, contudo, deverá ser suprida com a realização de concursos em dimensão similar em 2009 e 2010. Em 2011, há previsão de que o número de vagas se reduza as cerca de 30 vagas anuais que se vinham verificando nas edições do concurso anteriores à promulgação da MP mencionada. É razoável supor que a redução no número de vagas impactará proporcionalmente a aprovação de bolsistas em 2011, o que tenderá a influenciar, para baixo, o índice naquele ano. A fim de adequar-se a tal redução, o índice previsto para o final do PPA deve ser reduzido em 16,66%, alcançando o valor de 4,75, o que se coaduna com a perspectiva de aprovação de bolsistas no período.

---

<b>Programa</b>	0638 Ensino Profissional do Exército	52000	Ministério da Defesa (MD)	<b>Órgão Responsável</b>
-----------------	--------------------------------------	-------	---------------------------	--------------------------

**Objetivo** *Formar e capacitar recursos humanos que atendam às necessidades do Exército Brasileiro*

**Público-alvo** *Exército Brasileiro*

*Este programa não apresenta indicador.*

Programa	0107 Erradicação do Trabalho Escravo	36000	Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)	Órgão Responsável		
<b>Objetivo</b>	<i>Erradicar a prática de exploração do trabalho escravo</i>					
<b>Público-alvo</b>	<i>Trabalhadores submetidos à condição análoga à de escravos</i>					
<b>Indicador (unidade de medida)</b>	<b>Fonte</b>	<b>Índice de Referência</b> Data	<b>Índice alcançado em 2008</b> Data	<b>Índice Previsto para 2011</b>	<b>Possibilidade Alcance do Índice Previsto</b>	<b>Medidas Corretivas</b>
<i>Número de Trabalhadores Libertados (unidade)</i>	SIT/MTE	9/8/2006 1.741,00	04/2009 5.016,00	2.000,00	Alta	-

<b>Programa</b>	0068 Erradicação do Trabalho Infantil	<b>Órgão Responsável</b>	55000 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)				
<b>Objetivo</b>	Retirar crianças e adolescentes com idade inferior a 16 anos da prática do trabalho precoce, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 anos						
<b>Público-alvo</b>	Crianças e adolescentes de até 16 anos incompletos em situação de trabalho, bem como suas famílias						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008	Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice				
Taxa de Trabalho Infantil (percentagem)	IBGE - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	24/9/2005	7,20	12/2008 6,07	-	Alta	-

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 1250 Esporte e Lazer da Cidade **Órgão Responsável** 51000 Ministério do Esporte (ME)

**Objetivo** Ampliar, democratizar e universalizar o acesso à prática e ao conhecimento do esporte recreativo e de lazer, integrados às demais políticas públicas, favorecendo a inclusão social *o desenvolvimento humano e a*

**Público-alvo** Famílias com renda de até ½ salário mínimo per capita e sem rendimento

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Atendimento da Demanda por Esporte Recreativo e de Lazer às Pessoas em Situação de Vulnerabilidade Social (percentual)	Ministério do Esporte - Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e Lazer	1/12/2006	2,00	02/2009	1,76	10,00	Muito Baixa	Como previsto e avaliado nos anos anteriores, o relatório de 2008 mostra que um único indicador não dá conta de avaliar o Programa como um todo, cujas 10 ações possuem especificações diferentes. É importante lembrar que em 2008 foi dado encaminhamento para a revisão deste indicador, por meio do Ministério do Planejamento (Discussão do Modelo Lógico) e contratação de Consultoria Específica (PNLD). Medidas em andamento.

---

<b>Programa</b>	1449 Estatísticas e Avaliações Educacionais	26000	Ministério da Educação (MEC)
-----------------	---	-------	------------------------------

**Órgão Responsável**

**Objetivo** *Produzir informações claras e confiáveis aos gestores, pesquisadores, educadores e público em geral, de forma a subsidiar a formulação e implementação de políticas públicas para a área educacional.*

**Público-alvo** *Governo e Comunidade Acadêmica*

*Este programa não apresenta indicador.*

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011  
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Exercício 2009 - Ano base 2008  
Anexo II

Programa	8768 Fomento ao Desenvolvimento da Marinha Mercante e da Indústria Naval	Órgão Responsável	39000	Ministério dos Transportes (MT)		
Objetivo	Renovar e expandir a frota brasileira de embarcações construídas no País para o transporte marítimo e de navegação interior					
Público-alvo	Empresas brasileiras de navegação, empresas de exploração de petróleo e gás no mar, parque industrial de construção naval e as empresas pesqueiras					
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice			
Idade Média da Frota - Navegação de Cabotagem (ano)	FMM	-	-	-	Média	Foi desenvolvido o projeto "Metodologia Integrada de Suporte ao Planejamento, Acompanhamento e Avaliação dos Programas de Transportes", em parceria com a Universidade de Brasília - UnB, formulando os indicadores de desempenho dos programas constantes do PPA, no âmbito do Ministério dos Transportes, e que servirá como elemento de auxílio à gestão da política de transportes. No modelo conceitual proposto os indicadores são independentes dos programas e permitirá o acompanhamento contínuo do estado do transporte no país. Está em fase licitatória a contratação dos serviços de coleta de dados para o cálculo dos indicadores e para o desenvolvimento de solução computacional para a estruturação do banco de dados e de ferramenta de análise e visualização. Por este motivo não está sendo possível utilizar os indicadores.
Idade Média da Frota - Navegação de Longo Curso (ano)	FMM	-	-	-	Baixa	Foi desenvolvido o projeto "Metodologia Integrada de Suporte ao Planejamento, Acompanhamento e Avaliação dos Programas de Transportes", em parceria com a Universidade de Brasília - UnB, formulando os indicadores de desempenho dos programas constantes do PPA, no âmbito do Ministério dos Transportes, e que servirá como elemento de auxílio à gestão da política de transportes. No modelo conceitual proposto os indicadores são independentes dos programas e permitirá o acompanhamento contínuo do estado do transporte no país. Está em fase licitatória a contratação dos serviços de coleta de dados para o cálculo dos indicadores e para o desenvolvimento de solução computacional para a estruturação do banco de dados e de ferramenta de análise e visualização. Por este motivo não está sendo possível utilizar os indicadores.
Idade Média da Frota - Navegação Interior (ano)	FMM	-	-	-	Baixa	Foi desenvolvido o projeto "Metodologia Integrada de Suporte ao Planejamento, Acompanhamento e Avaliação dos Programas de Transportes", em parceria com a Universidade de Brasília - UnB, formulando os indicadores de desempenho dos programas constantes do PPA, no âmbito do Ministério dos Transportes, e que servirá como elemento de auxílio à gestão da política de transportes. No modelo conceitual proposto os indicadores são independentes dos programas e permitirá o acompanhamento contínuo do estado do transporte no país. Está em fase licitatória a contratação dos serviços de coleta de dados para o cálculo dos indicadores e para o desenvolvimento de solução computacional para a estruturação do banco de dados e de ferramenta de análise e visualização. Por este motivo não está sendo possível utilizar os indicadores.
Taxa de Participação do Modal Aquaviário na Matriz de Transporte (porcentagem)	FMM	-	-	-	Média	Foi desenvolvido o projeto "Metodologia Integrada de Suporte ao Planejamento, Acompanhamento e Avaliação dos Programas de Transportes", em parceria com a Universidade de Brasília - UnB, formulando os indicadores de desempenho dos programas constantes do PPA, no âmbito do Ministério dos Transportes, e que servirá como elemento de auxílio à gestão da política de transportes. No modelo conceitual proposto os indicadores são independentes dos programas e permitirá o acompanhamento contínuo do estado do transporte no país. Está em fase licitatória a contratação dos serviços de coleta de dados para o cálculo dos indicadores e para o desenvolvimento de solução computacional para a estruturação do banco de dados e de ferramenta de análise e visualização. Por este motivo não está sendo possível utilizar os indicadores.



Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011  
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Exercício 2009 - Ano base 2008  
Anexo II

Programa	0460 Formação e Capacitação de Recursos Humanos para Ciência, Tecnologia e Inovação	Órgão Responsável	24000	Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT)			
<b>Objetivo</b>	Formar e capacitar recursos humanos visando ampliar e consolidar a base necessária ao desenvolvimento científico, tecnológico e da inovação						
<b>Público-alvo</b>	Pesquisadores; estudantes de nível médio e superior; instituições de ensino e pesquisa; centros de pesquisa; e recursos humanos inseridos em atividades técnico-científicas nos setores público e privado						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008	Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice				
Taxa de Doutores em Relação aos Pesquisadores do Diretório dos Grupos de Pesquisa (%)	CNPq	1/8/2005	62,00	64,20	67,00	Média	O valor apurado em 2008 sinalizou que houve uma previsão muito otimista e, em decorrência, já está sendo analisada uma readequação dos índices esperados.
Taxa de Ex-Bolsistas do Programa Bolsas de Iniciação Científica (Pibic) que Ingressaram ou Tintaram na Pós-Graduação (percentagem)	CNPq	1/3/2006	30,00	31,50	31,00	Alta	-
Taxa de Bolsistas de Doutorado do Programa que Tintaram (%)	CNPq	1/3/2006	64,00	68,60	69,00	Alta	-
Taxa de Ex-Bolsistas de Doutorado do Programa Cadastrados como Pesquisadores no Diretório dos Grupos de Pesquisa (%)	CNPq	1/8/2005	49,00	46,60	62,00	Média	O valor apurado em 2008 sinalizou que houve uma previsão muito otimista e, em decorrência, já está sendo analisada uma readequação dos índices esperados.

---

<b>Programa</b>	1088 Fortalecimento da Capacidade de Gestão Pública	<b>Órgão</b>	47000	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP)
-----------------	---	--------------	-------	---

**Responsável**

**Objetivo** *Promover ações de desenvolvimento institucional e de otimização da gestão das organizações públicas alinhadas à nova concepção de gestão pública com vistas a tornar o Estado capaz de assegurar direitos aos cidadãos*

**Público-alvo** *Administração Pública*

*Este programa não apresenta indicador.*

## Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1172 Fortalecimento da Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios - PNAFM	Órgão Responsável	25000	Ministério da Fazenda (MF)			
<b>Objetivo</b>	<i>Aumentar a eficiência administrativa e fiscal dos municípios, assegurando o melhor aproveitamento do potencial arrecadatório, a ampliação da transparência e do controle social na gestão dos recursos públicos e a melhoria da qualidade do atendimento ao cidadão</i>						
<b>Público-alvo</b>	<i>Municípios</i>						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas	
<i>Índice de Autonomia Financeira IAF (número índice)</i>	Balanco Orçamentário, LRF, Art. 52 Anexo I.	Data	Índice	Data	Índice		
		31/12/2003	100,00	-	-	Baixa	O Índice de Autonomia Financeira IAF - não é aderente a execução do PNAFM, considerando que aplicabilidade se dará junto aos Municípios beneficiários da Operação de Crédito e não a Unidade de Coordenação de Programas - UCP. Assim ficou prejudicado o apuramento do índice em questão. Torna-se necessário a reavaliação desse índice nas próximas revisões do PPA ou quando da elaboração de um novo PPA.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 1136 Fortalecimento da Gestão Urbana **Órgão Responsável** 56000 Ministério das Cidades (MCI) cidades

**Objetivo** Fortalecer a capacidade técnica e institucional dos municípios nas áreas de planejamento, serviços urbanos, gestão territorial e política habitacional

**Público-alvo** Prefeituras municipais

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcanço do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Municípios Consorciados para Habitação (percentagem)	IBGE	1/1/2001	1,20	-	-	-	Média	Não disponível. Para efeito de possibilidade de alcance do índice previsto para 2011, foi indicado como possibilidade de alcance "médio" para o indicador, pelo fato de não ter ocorrido o apuramento do índice em 2008 e, consequentemente, de não se dispor de dados suficientes para a avaliação da efetividade do indicador. Durante o exercício de 2009, deverá ser feita uma análise dos indicadores visando ajustá-los para que seja possível indicar avanço ou não em relação à meta do Plano Plurianual - PPA.
Taxa de Municípios com Planos Diretores Aprovados e Elaborados (percentagem)	IBGE	31/12/2006	55,00	-	-	100,00	Média	Mantimento da divulgação do programa e da mobilização da sociedade e das prefeituras através de atividades de capacitação e divulgação de informações sobre elaboração, revisão e implementação de planos diretores.
Taxa de Municípios com Cadastros Imobiliários (percentagem)	IBGE	1/1/2001	81,50	-	-	-	Média	Não disponível. Para efeito de possibilidade de alcance do índice previsto para 2011, foi indicado como possibilidade de alcance "médio" para o indicador, pelo fato de não ter ocorrido o apuramento do índice em 2008 e, consequentemente, de não se dispor de dados suficientes para a avaliação da efetividade do indicador. Durante o exercício de 2009, deverá ser feita uma análise dos indicadores visando ajustá-los para que seja possível indicar avanço ou não em relação à meta do Plano Plurianual - PPA.
Taxa de Municípios Consorciados para Serviços de Esgotamento Sanitário (percentagem)	IBGE	1/1/2001	1,60	-	-	16,00	Média	Não disponível. Para efeito de possibilidade de alcance do índice previsto para 2011, foi indicado como possibilidade de alcance "médio" para o indicador, pelo fato de não ter ocorrido o apuramento do índice em 2008 e, consequentemente, de não se dispor de dados suficientes para a avaliação da efetividade do indicador. Durante o exercício de 2009, deverá ser feita uma análise dos indicadores visando ajustá-los para que seja possível indicar avanço ou não em relação à meta do Plano Plurianual - PPA.
Taxa de Municípios Consorciados para Serviços de Coleta de Lixo (percentagem)	IBGE	1/1/2001	2,00	-	-	20,00	Média	Não disponível. Para efeito de possibilidade de alcance do índice previsto para 2011, foi indicado como possibilidade de alcance "médio" para o indicador, pelo fato de não ter ocorrido o apuramento do índice em 2008 e, consequentemente, de não se dispor de dados suficientes para a avaliação da efetividade do indicador. Durante o exercício de 2009, deverá ser feita uma análise dos indicadores visando ajustá-los para que seja possível indicar avanço ou não em relação à meta do Plano Plurianual - PPA.
Taxa de Municípios com Processo de Fortalecimento Institucional Pactuados com o Ministério das Cidades para o Desenvolvimento de Instrumentos de Planejamento e Gestão Urbanos (%)	Ministério das Cidades	1/1/2007	0,00	-	-	95,10	Média	Não disponível. Para efeito de possibilidade de alcance do índice previsto para 2011, foi indicado como possibilidade de alcance "médio" para o indicador, pelo fato de não ter ocorrido o apuramento do índice em 2008 e, consequentemente, de não se dispor de dados suficientes para a avaliação da efetividade do indicador. Durante o exercício de 2009, deverá ser feita uma análise dos indicadores visando ajustá-los para que seja possível indicar avanço ou não em relação à meta do Plano Plurianual - PPA.

**Programa** 0154 Garantia e Acesso a Direitos **Órgão Responsável** 20121 Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH)

**Objetivo** Atuar na construção de mecanismos institucionais de intervenção com vistas a garantir os direitos de cidadania

**Público-alvo** Sociedade brasileira

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Estados com Conselhos de Direitos Humanos (percentagem)	Secretaria Especial de Direitos Humanos - SEDH	12/1/2001	18,50	05/2009	18,50	100,00	Média	Revisão da metodologia de negociação junto aos estados e municípios para a implantação dos Conselhos de Direitos Humanos
Taxa de Evolução do Atendimento dos Balcões de Direito (Fornecimento de Doc. Civil Básica e Orientação Jurídica Gratuita) (percentual)	Subsecretaria de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos SPDDH/SEDH	31/12/2004	0,00	05/2009	6,00	15,00	Alta	-

Programa	1115 Geologia do Brasil	32000		Ministério de Minas e Energia (MME)		Órgão Responsável		
Objetivo	Gerar e difundir informações geológicas e hidrogeológicas para indução de investimentos no setor mineral							
Público-alvo	Empreendedores, pesquisadores, instituições governamentais e não-governamentais							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcanço do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Percentual da área territorial nacional coberta por levantamento geológico na escala 1:250.000 (percentagem)	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais	17/6/2006	20,00	12/2008	21,11	-	Alta	A maior restrição ao cumprimento dos cronogramas dos projetos já foi superada com a inclusão das ações finalísticas de levantamentos no PAC a partir de 2009, com a garantia de liberação de recursos compatibilizada com a programação e necessidades da execução física.
Percentual da área territorial nacional coberta por levantamento geológico na escala 1:100.000 (%)	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais	17/6/2006	5,00	12/2008	9,52	-	Alta	A maior restrição ao cumprimento dos cronogramas dos projetos já foi superada com a inclusão das ações finalísticas de levantamentos no PAC a partir de 2009, com a garantia de liberação de recursos compatibilizada com a programação e necessidades da execução física.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 0138 Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas **Órgão Responsável** 49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)

**Objetivo** Conhecer a efetiva distribuição, concentração, regime de domínio, posse e uso da terra, bem como assegurar a gestão fundiária nas terras públicas e incorporar as terras federais à reforma agrária

**Público-alvo** Detentores nacionais e/ou estrangeiros de imóveis rurais a qualquer título, serviços registras de imóveis, profissionais e entidades envolvidas com a questão agrária e agrícola

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Ocupação Territorial Aparente (%)	SNCR - Sistema Nacional de Cadastro Rural	31/12/2006	65,00	09/2008	68,70	68,50	Alta	-
Taxa de Destinação de Terra Pública (%)	SNCR - Sistema Nacional de Cadastro Rural	31/12/2006	62,00	12/2008	72,00	95,80	Média	Alterações Legais, normativas, institucionais e aporte de recursos financeiros compatível.

---

<b>Programa</b>	0681 Gestão da Participação em Organismos Internacionais	35000	Ministério das Relações Exteriores (MRE)
-----------------	--	-------	--

**Objetivo**

*Assegurar a presença do governo brasileiro nos organismos internacionais de seu interesse*

**Público-alvo**

*Governo e sociedade brasileiros*

Este programa não apresenta indicador.

**Órgão  
Responsável**



**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 0360 Gestão da Política Agropecuária **Órgão Responsável** 22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)

**Objetivo** *Coordenar a formulação o planejamento e a execução da política agropecuária, gerar e difundir dados e informações de produtos específicos, visando a garantia de abastecimento, a sustentação da renda e a competitividade do agronegócio brasileiro*

**Público-alvo** Governo Federal

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Grau de Alinhamento entre o Planejamento Estratégico e o Operacional (%)	Assessoria de Gestão Estratégica - AGE	31/12/2006	20,00	04/2009	100,00	100,00	Alta	-
Índice de Capacitação em Competências (hora)	CGDP / SE e CGRH / SPOA / SE / MAPA	31/12/2005	7,00	12/2005	7,00	72,00	Alta	Índice não aferido pela secretaria responsável
Índice de Satisfação com a Comunicação Interna no MAPA (%)	Assessoria de Gestão Estratégica - AGE - Pesquisa interna / MAPA	31/12/2005	20,00	12/2005	20,00	90,00	Alta	Índice não aferido pela secretaria responsável
Taxa de Melhoria dos Processos-chave de Trabalho (%)	CMI / CGPLAN / SPOA / SE - MAPA	1/1/2007	5,00	01/2007	5,00	45,00	Alta	Índice não aferido pela secretaria responsável

---

<b>Programa</b>	1344 Gestão da Política Aquícola e Pesqueira	20124	Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP)
-----------------	--	-------	---

**Objetivo**

*Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas nas áreas da aquicultura e pesca*

**Público-alvo**

*Governo Federal*

Este programa não apresenta indicador.

**Órgão  
Responsável**

**Programa** 0773 Gestão da Política de Administração Financeira e Contábil da União **Órgão** 25000 Ministério da Fazenda (MF) **Responsável**

**Objetivo** *Contribuir para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da União, mediante administração da execução financeira dos orçamentos fiscal e da seguridade social, do ente público nacional e da administração dos haveres financeiros e mobiliários da União geridos pelo Tesouro, de modo a propiciar o alcance da meta de superávit primário estabelecida no Anexo das Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias.*

**Público-alvo** Governo Federal  
Este programa não apresenta indicador.

---

<b>Programa</b>	0473 Gestão da Política de Ciência, Tecnologia e Inovação	24000	Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT)
-----------------	---	-------	--

**Órgão Responsável**

**Objetivo** *Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de ciência, tecnologia e inovação*

**Público-alvo** *Governo*

*Este programa não apresenta indicador.*

Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

---

<b>Programa</b>	0752 Gestão da Política de Comunicação de Governo	<b>Órgão Responsável</b>	20101 Gabinete da Presidência da República (Presidência da República)
-----------------	---	--------------------------	---

**Objetivo** *Informar a sociedade sobre medidas adotadas pelo governo federal, ampliando a transparência e a prestação de contas do Estado*

**Público-alvo** *Sociedade*

Este programa não apresenta indicador.

---

<b>Programa</b>	8006 Gestão da Política de Comunicações	41000	Ministério das Comunicações (MC)
-----------------	---	-------	----------------------------------

**Objetivo**

*Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de comunicações*

**Público-alvo**

*Governo*

Este programa não apresenta indicador.

**Órgão  
Responsável**

---

<b>Programa</b>	0173 Gestão da Política de Cultura	42000	Ministério da Cultura (MinC)
-----------------	------------------------------------	-------	------------------------------

<b>Objetivo</b>	<i>Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área da cultura</i>	<b>Órgão Responsável</b>
-----------------	---	--------------------------

**Público-alvo**  
Este programa não apresenta indicador.

---

<b>Programa</b>	0625 Gestão da Política de Defesa Nacional	52000	Ministério da Defesa (MD)
-----------------	--	-------	---------------------------

**Objetivo** *Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área das Forças Armadas*

**Público-alvo** *Governo*

*Este programa não apresenta indicador.*

**Órgão  
Responsável**



---

<b>Programa</b>	0139 Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário	49000	Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)
-----------------	--	-------	---

**Objetivo** *Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de desenvolvimento agrário*

**Público-alvo** *Governo*

Este programa não apresenta indicador.

**Órgão  
Responsável**

<b>Programa</b>	1006 Gestão da Política de Desenvolvimento Social e Combate à Fome	55000	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)
-----------------	--	-------	---

**Órgão Responsável**

**Objetivo** *Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de Desenvolvimento Social e Combate à Fome*

**Público-alvo** *Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome*

Este programa não apresenta indicador.

---

<b>Programa</b>	0310 Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano	<b>Órgão Responsável</b>	56000 Ministério das Cidades (MCI) cidades)
-----------------	---	--------------------------	---

**Objetivo** *Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas nas áreas de desenvolvimento urbano, habitação, saneamento básico e ambiental, transporte urbano e trânsito*

**Público-alvo** *Governo*

Este programa não apresenta indicador.

---

<b>Programa</b>	0155 Gestão da Política de Direitos Humanos	20121	Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH)
-----------------	---	-------	---

**Objetivo**

*Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de Direitos Humanos*

**Público-alvo**

*Dirigentes, gerentes de programas finalísticos, órgãos governamentais, organizações não-governamentais e sociedade*

Este programa não apresenta indicador.

**Órgão  
Responsável**

---

<b>Programa</b>	1067 Gestão da Política de Educação	26000	Ministério da Educação (MEC)	<b>Órgão Responsável</b>
-----------------	-------------------------------------	-------	------------------------------	--------------------------

**Objetivo** *Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área da educação*

**Público-alvo** *Governo*

Este programa não apresenta indicador.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 0276 Gestão da Política de Energia

32000 Ministério de Minas e Energia (MIME)

**Órgão Responsável**

**Objetivo** Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de energia

**Público-alvo** Governo

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Capacidade Instalada de Geração de Energia Elétrica - Todas as Fontes (mw)	EPE - Empresa de Pesquisa Energética	31/12/2006	98.394,00	12/2008	99.742,00	112.394,00	Média	Por se tratar de um plano indicativo para a geração de energia elétrica, não se pode assegurar que os valores previstos serão alcançados, mas busca-se o atendimento à carga segundo os critérios estabelecidos pelo CNPE.
Linhas de Transmissão Instaladas, com Tensão Igual ou Superior a 230 Kv (km)	EPE - Empresa de Pesquisa Energética	31/12/2006	89.130,00	01/2008	86.395,00	99.503,00	Alta	O planejamento da transmissão é determinativo, fato que amplia as chances de alcance das metas previstas para 2011.
Capacidade Instalada de Geração de Energia Elétrica - Fonte Hidráulica (mw)	EPE - Empresa de Pesquisa Energética	31/12/2006	82.216,00	12/2008	84.374,00	89.325,00	Média	Por se tratar de um plano indicativo para a geração de energia elétrica, não se pode assegurar que os valores previstos serão alcançados, mas busca-se o atendimento à carga segundo os critérios estabelecidos pelo CNPE.
Capacidade Instalada de Geração de Energia Elétrica - Fonte Termelétrica (mw)	EPE - Empresa de Pesquisa Energética	31/12/2006	15.400,00	12/2008	14.112,00	20.285,00	Média	A meta deve ser alcançada devido ao fato de as termelétricas previstas para entrar em operação neste período já terem sido licitadas, mas busca-se o atendimento à carga segundo os critérios estabelecidos pelo CNPE.
Capacidade Instalada de Geração de Energia Elétrica - Fonte Biomassa (mw)	EPE - Empresa de Pesquisa Energética	31/12/2006	570,00	01/2008	4.113,00	2.464,00	Alta	A meta já foi alcançada.
Capacidade Instalada de Geração de Energia Elétrica - Fonte Eólica (mw)	EPE - Empresa de Pesquisa Energética	31/12/2006	208,00	01/2008	247,00	320,00	Alta	Está previsto um leilão de energia eólica para o final de 2009 que traz uma perspectiva favorável para que a meta proposta seja superada.
Consumo de Energia Elétrica no País (gwh)	EPE - Empresa de Pesquisa Energética	31/12/2006	380.794,00	01/2008	392.946,00	470.009,00	Média	A projeção do crescimento do consumo de energia elétrica depende de fatores incertos (e.g. crescimento econômico, eficiência energética).

---

<b>Programa</b>	1069 Gestão da Política de Geologia, Mineração e Transformação Mineral	32000	Ministério de Minas e Energia (MME)
-----------------	--	-------	-------------------------------------

**Órgão Responsável**

**Objetivo** *Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de geologia, mineração e transformação mineral*

**Público-alvo** *Governo*

*Este programa não apresenta indicador.*

---

<b>Programa</b>	0757 Gestão da Política de Integração Nacional	53000	Ministério da Integração Nacional (MI)
-----------------	--	-------	--

**Objetivo** *Coordenar o planejamento e a formulação de políticas de desenvolvimento regional e ordenamento territorial*

**Público-alvo** *Governo*

Este programa não apresenta indicador.

**Órgão Responsável**



---

<b>Programa</b>	0511 Gestão da Política de Meio Ambiente	44000	Ministério do Meio Ambiente (MMA)
-----------------	--	-------	-----------------------------------

**Objetivo**

*Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de meio ambiente*

**Público-alvo**

*Governo*

Este programa não apresenta indicador.

**Órgão  
Responsável**

---

<b>Programa</b>	0087 Gestão da Política de Previdência Social	33000	Ministério da Previdência Social (MPS)
-----------------	---	-------	--

**Objetivo** *Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de previdência social.*

**Público-alvo** *Governo*

*Este programa não apresenta indicador.*

**Órgão  
Responsável**

---

<b>Programa</b>	0780 Gestão da Política de Regulação de Mercados	<b>Órgão Responsável</b>	25000 Ministério da Fazenda (MF)
-----------------	--	--------------------------	----------------------------------

**Objetivo** *Avaliar e/ou propor marcos regulatórios e instrumentos de políticas públicas setoriais, voltadas ao crédito, ao abastecimento, à comercialização, à formação de estoques, à produção e ao consumo*

**Público-alvo** *Agentes econômicos e cidadãos*

Este programa não apresenta indicador.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

Programa	0016 Gestão da Política de Saúde	Órgão Responsável	36000	Ministério da Saúde (MS)	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcanço do Índice Previsto	Medidas Corretivas
					Data	Índice	Data	Índice			
<b>Objetivo</b>	0016 Gestão da Política de Saúde	Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área da saúde									
<b>Público-alvo</b>	Governo										
<b>Indicador (unidade de medida)</b>	Fonte										
Taxa de Adesão dos Estados ao Pacto pela Saúde (%)	MS/SE/DAD	30/6/2007	44,00	12/2008	92,60	100,00	Alta	-			
Taxa de Adesão dos Municípios ao Pacto pela Saúde (%)	MS/DAD/MS	30/6/2007	5,00	12/2008	49,40	100,00	Média	-			
Taxa de Constituição dos Colegiados de Gestão Regional (%)	MS/SE/DAD	30/6/2007	12,00	12/2008	78,00	100,00	Média	-			
Taxa de Planos Municipais de Saúde Aprovados pelo Conselho Municipal de Saúde (%)	MS/SE/SPO/CGPL	31/12/2006	49,00	-	-	100,00	Alta	-			
Taxa de Planos Estaduais de Saúde Aprovados pelo Conselho Estadual de Saúde (%)	MS/SPO/CGPL	31/12/2006	80,00	-	-	100,00	Alta	-			

---

<b>Programa</b>	0106 Gestão da Política de Trabalho, Emprego e Renda	38000	Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)
-----------------	--	-------	--

**Objetivo** *Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área do trabalho, emprego e renda*

**Público-alvo** *Governo*

Este programa não apresenta indicador.

**Órgão Responsável**

---

<b>Programa</b>	1001 Gestão da Política de Turismo	54000	Ministério do Turismo (MTur)
-----------------	------------------------------------	-------	------------------------------

<b>Objetivo</b>	Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área do turismo	<b>Órgão Responsável</b>
-----------------	--	--------------------------

**Público-alvo**  
Este programa não apresenta indicador.

---

<b>Programa</b>	0225 Gestão da Política dos Transportes	39000	Ministério dos Transportes (MT)
-----------------	---	-------	---------------------------------

**Objetivo**

*Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de transportes*

**Público-alvo**

*Governo*

Este programa não apresenta indicador.

**Órgão  
Responsável**

Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

**Programa** 1266 Gestão da Política Econômica 25000 Ministério da Fazenda (MF)

**Órgão Responsável**

**Objetivo** Formular, propor e monitorar medidas de política econômica nas áreas fiscal, monetária, industrial, agrícola, tarifária, do setor externo, do mercado de trabalho e do mercado de capitais

**Público-alvo** Governo e sociedade

Este programa não apresenta indicador.



---

<b>Programa</b>	0683 Gestão da Política Externa	35000	Ministério das Relações Exteriores (MRE)
-----------------	---------------------------------	-------	--

**Órgão  
Responsável**

**Objetivo** *Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de relações exteriores*

**Público-alvo** *Governo*

Este programa não apresenta indicador.

---

<b>Programa</b>	1003 Gestão da Política na Área de Planejamento	47000	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP)
-----------------	---	-------	---

**Objetivo**

*Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais nas áreas de planejamento, orçamento e gestão pública*

**Público-alvo**

*Governo*

Este programa não apresenta indicador.

**Órgão  
Responsável**

---

<b>Programa</b>	0497 Gestão da Política Nacional de Recursos Hídricos	44000	Ministério do Meio Ambiente (MMA)	<b>Órgão Responsável</b>
-----------------	---	-------	-----------------------------------	--------------------------

**Objetivo** *Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de recursos hídricos*

**Público-alvo** *Usuários de recursos hídricos e população das bacias hidrográficas*

*Este programa não apresenta indicador.*

---

<b>Programa</b>	0665 Gestão da Política Nacional Sobre Drogas	<b>Órgão Responsável</b>	20101 Gabinete da Presidência da República (Presidência da República)
-----------------	---	--------------------------	---

**Objetivo**

*Ampliar a capacidade nacional de reduzir a demanda e a oferta de drogas*

**Público-alvo**

*Organizações públicas, privadas e não-governamentais e sociedade*

Este programa não apresenta indicador.

Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

**Programa** 1470 Gestão da Política Portuária 20128 Secretaria Especial de Portos (SEP) **Órgão Responsável**

**Objetivo** *Coordenar a formulação, monitoramento e avaliação de políticas de infra-estrutura portuária marítima e dos portos outorgados às suas docas*

**Público-alvo** *Governo Federal*

*Este programa não apresenta indicador.*

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 1068 Gestão da Transversalidade de Gênero nas Políticas Públicas **Órgão Responsável** 20122 Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SEPM)

**Objetivo** Coordenar o planejamento, a formulação, o monitoramento e a avaliação de políticas e programas de promoção da igualdade de gênero  
**Público-alvo** Órgãos governamentais e entidades não-governamentais

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcanço do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Adesão Estadual ao Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (percentual)	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres	31/12/2006	88,00	-	-	100,00	Muito Baixa	Este indicador não foi apurado, pois do momento em que o PPA 2008-2011 foi lançado até o final do primeiro ano de sua implementação a estratégia de regionalização do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) foi profundamente alterada. Com efeito, para o I PNPM adotou-se como forma de incentivar a sua estadualização e municipalização a assinatura de termos de adesão ao Plano Nacional por parte de governadores/as e prefeitos/as. Com o fim do período de implementação do I PNPM, em 2007, avaliou-se que esta não tinha sido a melhor estratégia para garantir que as ações do Plano chegassem às mulheres na realidade local. Assim, em 2008, quando foi lançado o II PNPM, optou-se por estimular a construção de planos estaduais e municipais de políticas para as mulheres e não mais apenas a adesão política à proposta nacional. Isso significa, então, que após o lançamento do PPA 2008-2011 a opção de assinaturas de termos de adesão deu lugar a outra estratégia, não sendo possível, portanto, informar qualquer dado para este indicador que foi alterado na proposta do PLOA 2010.
Taxa de Adesão Municipal ao Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (percentual)	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres	31/12/2006	5,00	-	-	6,00	Muito Baixa	Este indicador não foi apurado, pois do momento em que o PPA 2008-2011 foi lançado até o final do primeiro ano de sua implementação a estratégia de regionalização do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) foi profundamente alterada. Com efeito, para o I PNPM adotou-se como forma de incentivar a sua estadualização e municipalização a assinatura de termos de adesão ao Plano Nacional por parte de governadores/as e prefeitos/as. Com o fim do período de implementação do I PNPM, em 2007, avaliou-se que esta não tinha sido a melhor estratégia para garantir que as ações do Plano chegassem às mulheres na realidade local. Assim, em 2008, quando foi lançado o II PNPM, optou-se por estimular a construção de planos estaduais e municipais de políticas para as mulheres e não mais apenas a adesão política à proposta nacional. Isso significa, então, que após o lançamento do PPA 2008-2011 a opção de assinaturas de termos de adesão deu lugar a outra estratégia, não sendo possível, portanto, informar qualquer dado para este indicador que foi alterado na proposta do PLOA 2010.
Evolução do número de profissionais do setor público capacitados na temática de gênero (unidade)	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres	-	-	-	-	-	Alta	Este indicador não é possível de apuração no ano de 2008, pois demanda uma comparação entre o número de servidores capacitados em 2007 e em 2008, anos em que as estratégias de execução de ações de capacitação foram bastante diferenciadas. Em 2007, ainda no PPA anterior, foram capacitados 30 servidores no âmbito do curso "Temas Transversais nas Políticas Públicas: Direitos Humanos, Gênero e Raça" que foi desenvolvido diretamente pela SPM, em parceria com SEDH e Seppir. Já para 2008, a estratégia adotada foi o apoio a projetos de capacitação oriundos de estados e municípios, tendo sido capacitados 1.200 servidores na temática de gênero e políticas públicas.

---

<b>Programa</b>	0413 Gestão das Políticas de Esporte e de Lazer	51000	Ministério do Esporte (ME)	<b>Órgão Responsável</b>
-----------------	---	-------	----------------------------	--------------------------

**Objetivo** *Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área do esporte*

**Público-alvo** *Governo*

Este programa não apresenta indicador.

---

<b>Programa</b>	0411 Gestão das Políticas Industrial, de Comércio e de Serviços	<b>Órgão Responsável</b>	28000 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)
-----------------	---	--------------------------	---

**Objetivo** *Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas nas áreas de indústria, comércio e serviços*

**Público-alvo** *Governo*

Este programa não apresenta indicador.



<b>Programa</b>	0771 Gestão das Políticas Monetária, Cambial e de Crédito	<b>Órgão Responsável</b>	25000 Ministério da Fazenda (MF)			
<b>Objetivo</b>	Assegurar o cumprimento das metas para a inflação definidas pelo Governo Federal					
<b>Público-alvo</b>	Governo Federal e sociedade					
<b>Indicador (unidade de medida)</b>	<b>Fonte</b>	<b>Índice de Referência</b>	<b>Índice alcançado em 2008</b>	<b>Índice Previsto para 2011</b>	<b>Possibilidade Alcance do Índice Previsto</b>	<b>Medidas Corretivas</b>
Variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA (percentagem)	IBGE	<b>Data</b>	<b>Data</b>	5,90	-	Alta
		31/12/2003	12/2008			
		9,30	12/2008	5,90	-	-

---

<b>Programa</b>	1004 Gestão de Políticas na Área da Presidência da República	<b>Órgão Responsável</b>	20101 Gabinete da Presidência da República (Presidência da República)
-----------------	--	--------------------------	---

**Objetivo** *Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área da Presidência da República*

**Público-alvo** *Governo*

Este programa não apresenta indicador.

<b>Programa</b>	1054 Gestão de Recursos Humanos e Democratização das Relações de Trabalho no Setor Público	<b>Órgão Responsável</b>	47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP)
-----------------	--	--------------------------	---

**Objetivo** *Garantir a democratização das relações do trabalho no serviço público, por meio da inclusão de mecanismos de participação, valorização do servidor público, melhoria e eficiência na gestão de recursos humanos*

**Público-alvo** *Servidores públicos federais*

Este programa não apresenta indicador.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 0794 Gestão do Patrimônio Imobiliário da União **Órgão Responsável** 47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP)

**Objetivo** Identificar a vocação dos imóveis que compõem o patrimônio imobiliário da União, destinando-os de acordo com princípios de gestão territorial integrada e compartilhada, de respeito à diversidade, de racionalização e eficiência do uso, de garantia da inclusão sócio-territorial e de apoio ao desenvolvimento local sustentável

**Público-alvo** Órgãos e entidades da administração pública e a sociedade em geral, priorizando famílias com renda até cinco salários mínimos e comunidades tradicionais (ribeirinhas, norzenteiras e quilombolas)

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Crescimento da Arrecadação Patrimonial (%)		31/12/2006	100,00	04/2009	167,51	146,29	Alta	Fonte: Coordenação-Geral de Receitas Patrimoniais.
Número de famílias atendidas anualmente em ações de inclusão sócio-territorial (unidade)	Secretaria de Patrimônio da União - SPU	30/9/2006	132.770,00	04/2009	29.485,00	80,00	Alta	Fonte da informação: Coordenação-Geral de Projetos Especiais

<b>Programa</b>	0802 Gestão do Plano Plurianual e dos Orçamentos da União	<b>Órgão Responsável</b>	47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP)
-----------------	---	--------------------------	---

**Objetivo** *Cerir o Plano Plurianual e os orçamentos da União de forma integrada e articulada e com a participação da sociedade civil organizada, buscando a co-responsabilidade, a transparência e a melhoria da qualidade do gasto público*

**Público-alvo** *Governo Federal, demais esferas de Governo*

Este programa não apresenta indicador.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

Programa	0570 Gestão do Processo Eleitoral	Órgão Responsável	14000	Justiça Eleitoral (Justiça Eleitoral)		
<b>Objetivo</b>	<i>Propiciar a realização de pleitos eleitorais e aperfeiçoar os níveis de atendimento jurisdicional</i>					
<b>Público-alvo</b>	<i>Eleitores, partidos políticos e sociedade</i>					
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência Data	Índice alcançado em 2008 Data	Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
<i>Prazo Médio de Votação Por Eleitor (segundo)</i>	Tribunais Regionais Eleitorais e Tribunal Superior Eleitoral	27/10/2002 60,00	04/2009 40,00	-	Alta	O índice refere-se a anos eleitorais e por isso não houve previsão para 2011. Contudo, em virtude de possíveis eleições suplementares nesse ano, informamos que o Prazo Médio de Votação por Eleitor deve subir de 40 para 95 segundos. O aumento é consequência da previsão de inserção de novas telas no processo eletrônico de votação. (Inserido pela Unidade de Monitoramento e Avaliação).
<i>Prazo Médio de Apuração Eleitoral (hora)</i>	Tribunais Regionais Eleitorais e Tribunal Superior Eleitoral	27/10/2002 4,00	04/2009 9,00	-	Alta	O índice será revisito. A estimativa de 4 horas é para definição do resultado da eleição e não para finalização das apurações em todo o território nacional. Em 2008 obteve-se a apuração mais rápida de toda a história da Justiça Eleitoral. O índice refere-se a anos eleitorais e por isso não houve previsão para 2011. Diz respeito à apuração da totalidade dos votos e, por analogia, pode ser entendido como meta a ser atingida também em 2011, quando da realização de possíveis eleições suplementares. Esta setorial orientará a necessidade de novo indicador de mensuração anual na fase de planejamento orçamentário para 2011. (Inserido pela Unidade de Monitoramento e Avaliação).

---

<b>Programa</b>	0698 Gestão e Apoio Institucional na Área da Justiça	30000	Ministério da Justiça (MJ)	<b>Órgão Responsável</b>
-----------------	--	-------	----------------------------	--------------------------

**Objetivo** *Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área da justiça*

**Público-alvo** *Governo*

Este programa não apresenta indicador.

---

<b>Programa</b>	8002 Governo Eletrônico	47000	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP)
-----------------	-------------------------	-------	---

**Objetivo** *Coordenar, normalizar e racionalizar recursos de informação e informática, assegurando aos órgãos e entidades da Administração Pública Federal um suporte adequado na área de tecnologia da informação e comunicação*

**Público-alvo** *Órgãos da Administração Direta, Autárquica e Fundacional*

Este programa não apresenta indicador.

**Órgão Responsável**



Programa	9991 Habitação de Interesse Social	Órgão Responsável	56000	Ministério das Cidades (MCI) cidades)			
<b>Objetivo</b>	<i>Ampliar o acesso à terra urbanizada, à moradia digna e promover melhoria da qualidade das habitações da população de baixa renda nas áreas urbana e rural</i>						
<b>Público-alvo</b>	<i>Famílias com renda familiar até 5 salários mínimos</i>						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008	Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcanço do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice				
<i>Deficit Habitacional Quantitativo de Famílias com Renda até 3 Salários Mínimos (unidade)</i>	Ministério das Cidades/Fundação João Pinheiro/IPEA com base nos micro dados da PNAD	31/12/2005	7.136.137,00	09/2007 7.287.551,00	4.886.666,00	Baixa	Aumento do volume de subsídios disponíveis para o acesso à moradia das famílias com renda até 3 salários mínimos.
<i>Deficit Habitacional Quantitativo de Famílias com Renda até 5 Salários Mínimos (unidade)</i>	Ministério das Cidades/Fundação João Pinheiro/IPEA com base nos micro dados da PNAD	31/12/2005	7.610.299,00	09/2007 7.287.551,00	5.211.361,00	Baixa	Aumento do volume de subsídios disponíveis para o acesso à moradia das famílias com renda até 3 salários mínimos.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 1355 Identidade e Diversidade Cultural- Brasil Plural **Órgão Responsável** 42000 Ministério da Cultura (MinC)

**Objetivo** *Garantir a inclusão cultural dos grupos e redes de produtores culturais responsáveis pelas manifestações características da diversidade brasileira, garantindo-lhes acesso aos mecanismos de apoio e fomento à cultural, de promoção e de intercâmbio cultural entre as regiões e grupos culturais do país, considerando características identitárias definidas por gênero, orientação sexual, segmentos sociais, grupos étnicos, portadores de necessidades especiais, grupos étnicos, povos tradicionais e das culturas populares*

**Público-alvo** *Grupos e redes de produtores culturais responsáveis pelas manifestações características da diversidade cultural brasileira*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Número de Projetos de Diversidade Cultural Apoiados (unidade)	MINC/SID	1/12/2006	144,00	05/2009	380,00	400,00	Alta	Os índices desse programa serão ampliados e qualificados, tendo em vista que o atual índice traduz de forma insuficiente os resultados das ações realizadas. Os novos indicadores estão em processo de discussão entre o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP e o Ministério da Cultura - MinC. O Programa foi objeto de processo de Modelo Lógico em 2008.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 1446 Implementação da Política de Promoção da Saúde **Órgão Responsável** 36000 Ministério da Saúde (MS)

**Objetivo** Promover a qualidade de vida e reduzir a vulnerabilidade e os riscos à saúde relacionados aos determinantes e condicionantes dos processos saúde-doença-condições de trabalho, habitação, ambiente, educação, lazer, cultura e acesso a bens e serviços essenciais

**Público-alvo** População brasileira

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Municípios com Programas de Intervenção de Promoção da Atividade Física e de Lazer Implantados (%)	Relatórios de Monitoramento do Pacto de Gestão pela Saúde - SINPACTO	31/12/2007	16,20	12/2008	83,60	12,20	Alta	Este indicador não é taxa e sim proporção, pois mede o percentual de Municípios com Programas de Intervenção de Promoção da Atividade Física e de Lazer Implantados (%)
Taxa de Prevalência de Fumantes nas Capitais (%)	VIGITEL - Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico/DASIS/SYS/MS	31/12/2006	16,20	12/2008	15,20	12,20	Alta	Este indicado não é a taxa de prevalência e sim Prevalência de Fumantes nas Capitais (%)
Taxa de Municípios com Projetos de Promoção de Ações de Redução das Violências e Acidentes e Cultura de Paz Implantados (%)	Formulários de Avaliação da CGDANT/DASIS/SYS/MS	31/12/2006	0,00	12/2008	83,65	79,00	Alta	Mudar para proporção de Municípios com Projetos de Promoção de Ações de Redução das Violências e Acidentes e Cultura de Paz Implantados (%)
Taxa de Mortalidade por Doenças Cardiovasculares (%)	Ministério da Saúde/SYS/SIM- Sistema de Informações sobre Mortalidade	31/12/2005	9,33	12/2007	9,10	8,00	Média	Alterar para proporção de doenças cardiovasculares evitáveis no grupo etário de 30 a 49 anos. Sugere-se a mudança na descrição do indicador para proporção de doenças cardiovasculares (DCA) no grupo etário de 30 a 49 anos. Usar-se a mortalidade precoce por DAC (doença hipertensiva – 110 a 115, doenças isquêmicas – 120 a 125, doença cerebrovasculares – 160 a 169). O cálculo expressa a redução de mortalidade por doenças cardiovasculares em grupo mais jovem (30-49 anos), portanto reduz ações de prevenção e promoção à saúde tem sido eficazes e tem ocorrido a redução esperada. A proporção caiu de 9,33% para 8,9% para 8,7% e 8,5%. Espera-se atingir a meta de 8% em 2011.
Taxa de Municípios com População Acima de 100.000 Habitantes que Realizam a Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (%)	SISAGUA e Relatório de Acompanhamento do Programa de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano VQACH/CGVAM/SYS	31/5/2007	20,00	12/2009	28,00	60,00	Alta	Proporção de Municípios com População Acima de 100.000 Habitantes que Realizam a Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (%)

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 1008 Inclusão Digital **Órgão Responsável** 47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP)

**Objetivo** Promover a consolidação de uma Sociedade do Conhecimento inclusiva, orientada ao desenvolvimento social, econômico, político, cultural, ambiental e tecnológico

**Público-alvo** Comunidades e segmentos cuja situação imponha dificuldade de participação na Sociedade do Conhecimento

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de acesso individual à internet nos últimos 3 meses (%)	Pesquisa TIC Domicílios e Usuários/ Conselho Gestor da Internet Brasil - CGI.Br	7/1/2006	27,82	11/2008	34,00	48,90	Média	Não há. Levar em consideração o comentário abaixo, referente à metodologia de apuração do indicador.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 1245 Inclusão Social pelo Esporte **Órgão Responsável** 51000 Ministério do Esporte (ME)

**Objetivo** Contribuir para a inserção social por meio da fabricação de material esportivo por detentos, adolescentes em conflito com a lei e por populações em situação de vulnerabilidade social  
**Público-alvo** Detentos cumprindo pena no sistema penitenciário, adolescentes e jovens em conflito com a lei e populações em situação de vulnerabilidade social

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa Média de Redução na Reincidência de Presos (%)	MJ - Secretaria Nacional de Justiça - Departamento Penitenciário Nacional	1/2/2004	33,33	-	-	45,00	Muito Baixa	Mudança de indicador conforme comentários adicionais.

---

<b>Programa</b>	0088 Indenizações e Pensões Especiais de Responsabilidade da União	33000	Ministério da Previdência Social (MPS)	<b>Órgão Responsável</b>
-----------------	--	-------	--	--------------------------

**Objetivo** *Assegurar o pagamento dos benefícios de caráter indenizatório e de outras pensões gratuitas de responsabilidade da União estabelecidos em Lei*

**Público-alvo** *Beneficiários definidos em Lei*

*Este programa não apresenta indicador.*

**Programa** 0285 Indústria Petroquímica

32000 Ministério de Minas e Energia (MME)

**Órgão Responsável**

**Objetivo** Ampliar a oferta de produtos da indústria petroquímica nacional para atendimento ao mercado

**Público-alvo** Consumidores de produtos petroquímicos

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Participação na Capacidade Instalada de Polietileno (porcentagem)	Petrobras	31/12/2002	7,10	04/2009	98,94	-	Alta	-

Programa	0796 Informações Estatísticas e Geocientíficas	47000	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP)	Órgão Responsável			
<b>Objetivo</b>	<i>Elaborar e disseminar informações de natureza estatística e de natureza geocientífica com vistas ao conhecimento da realidade do país</i>						
<b>Público-alvo</b>	<i>Governo e sociedade</i>						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008	Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice		
<i>Taxa de Divulgação de Pesquisas (porcentagem)</i>	IBGE	-	-	-	-	Muito Baixa	Este indicador foi excluído .
<i>Taxa de Variação de Demanda por Informações Estatística e Geocientíficas (porcentagem)</i>	ibge	3/4/2000	23,00	-	-	Alta	Foi solicitada a exclusão deste indicador para 2010



**Programa** 0496 Informações Integradas para Proteção da Amazônia **Órgão Responsável** 20101 Gabinete da Presidência da República (Presidência da República)

**Objetivo** Integrar informações e gerar conhecimentos atualizados para a articulação, o planejamento e a coordenação das ações globais de governo na Amazônia legal, visando à proteção, à inclusão social e ao desenvolvimento sustentável da região

**Público-alvo** O Governo, em todas as esferas; a sociedade brasileira, em particular os Amazonienses; os organismos internacionais e as organizações não-governamentais com atuação na Região; e os países da América do Sul, prioritariamente os da fronteira amazônica

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa Global de Satisfação das Demandas Meteorologia, Sensoriamento Remoto e Inteligência dos Órgãos Parceiros (%)	Núcleo de Meteorologia / Coord. Operacional / CTO / Coord. Inteligência / CCG Brasília	31/12/2007	70,00	12/2008	99,80	100,00	Alta	-

**Programa** 0515 Infra-Estrutura Hídrica

53000 Ministério da Integração Nacional (MI)

**Órgão Responsável**

**Objetivo** Desenvolver obras estruturantes de infra-estrutura hídrica para o aumento da oferta de água de boa qualidade

**Público-alvo** Populações de regiões com baixa disponibilidade de recursos hídricos, concessionárias de serviços de saneamento e produtores dos setores primário e secundário

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Adução de Água Bruta (milhão de m <sup>3</sup> )	SIH/Ministério da Integração Nacional	1/1/2003	1.570,00	-	-	-	Média	Estão sendo revistos os indicadores.
Reserva de Água em Barramentos e Açudes (milhão de m <sup>3</sup> )	SIH/Ministério da Integração Nacional	1/1/2003	5.495,00	-	-	-	Média	Estão sendo revistos os indicadores.

**Programa** 8025 Inovação Tecnológica em Telecomunicações **Órgão Responsável** 41000 Ministério das Comunicações (MC)

**Objetivo** Pesquisar, desenvolver e difundir inovações tecnológicas voltadas à competitividade de produtos e serviços de telecomunicações

**Público-alvo** Centros de pesquisa, tecnologia, desenvolvimento de recursos humanos, instituições de ensino e pesquisa, no setor de telecomunicações

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Desenvolvimento dos Projetos de Inovação Tecnológica Apoiados pelo Programa (%)	Fundação CPQD, FINEP e BNDDES (Consolidação pelo Ministério das Comunicações)	3/1/2004	21,00	12/2008	17,00	-	Alta	Sem comentários

Programa	0099 Integração das Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda	Órgão Responsável	38000 Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)	Objetivo	Público-alvo	Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
								Data	Índice	Data	Índice			
				Elevar o número de trabalhadores colocados no mercado de trabalho por meio da consolidação do Sistema Público de Emprego, reduzir o tempo de espera do trabalhador por um posto de trabalho adequado a suas habilidades e mitigar o custo social do desemprego	Trabalhador formal dispensado do sistema produtivo ou com contrato de trabalho suspenso, aqueles a procura de postos de trabalho e empregados privados e públicos atendidos pelo abono salarial		CAGED/SPPE/MTE	2/1/2006	7,00	01/2009	6,41	7,42	Média	
						Taxa de Cobertura do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda na (Re)Inserção no Mercado de Trabalho Formal (porcentagem)	CAGED/SPPE/MTE	2/1/2006	14,00	01/2009	15,16	14,28	Alta	<p>O indicador é obtido pela comparação entre o número de trabalhadores (re)colocados no mercado de trabalho por meio das unidades de atendimento do SINE e o número de trabalhadores admitidos no mercado de trabalho formal, segundo registros do CAGED. Assim, um aumento no índice depende de um crescimento da capacidade de colocação do SINE maior que crescimento do mercado de trabalho formal. Em 2008, apesar de um aumento de 8,88% das colocações no âmbito do SINE, houve queda do índice, explicada por um crescimento ainda mais expressivo do emprego no mercado de trabalho formal – um saldo positivo de mais de 1,45 milhão de empregos, segundo o CAGED. Ou seja, o crescimento do SINE não foi capaz de acompanhar o crescimento do mercado de trabalho.</p> <p>Levando em conta que nem todas as vagas que surgem no mercado de trabalho são disponibilizadas ao SINE, e que as vagas que são captadas pelo Sistema não lhe são exclusivas, algumas medidas corretivas podem ser importantes:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- incremento do volume de recursos disponíveis para a manutenção e expansão do SINE; inclusive para investimento, notadamente nas ações de Orientação Profissional e Intermediação de Mão-de-obra e de Habilitação do Trabalhador ao Seguro-desemprego;</li> <li>- criação de novos canais para disponibilização de vagas pelos empregadores;</li> <li>- aprimoramento das ferramentas à disposição dos operadores da intermediação de mão-de-obra, de forma a tornar mais rápido e efetivo o processo de cruzamento entre oferta e demanda por mão-de-obra; e</li> <li>- aumento dos recursos para as ações de qualificação e certificação profissional, de modo a aproximar o perfil do trabalhador que recorre ao SINE àquele requerido pelo empregador.</li> </ul> <p>A baixa disponibilidade orçamentário-financeira aponta para média possibilidade de alcance do índice previsto ao final do PPA.</p>
						Taxa de Captação de Vagas (porcentagem)	CAGED/SPPE/MTE	2/1/2006	14,00	01/2009	15,16	14,28	Alta	<p>A taxa de captação de vagas do SINE cresceu consideravelmente em 2008, impulsionada pelos resultados da economia como um todo, tendo superado o índice previsto ao final do PPA. Entretanto, vale ressaltar que o comportamento do indicador é fortemente sensível à disposição das empresas em contratar. Com a crise econômica mundial, iniciada em 2008 e aprofundada no princípio de 2009, a expectativa é de queda no índice em 2009, e eventual recuperação à medida que os resultados da economia como um todo progredirem.</p>

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

Programa	0099 Integração das Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda	38000	Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)	Órgão Responsável	Objetivo	Público-alvo	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
							Data	Índice	Data	Índice			
					<i>Elevar o número de trabalhadores colocados no mercado de trabalho por meio da consolidação do Sistema Público de Emprego, reduzir o tempo de espera do trabalhador por um posto de trabalho adequado a suas habilidades e mitigar o custo social do desemprego</i>	<i>Trabalhador formal dispensado do sistema produtivo ou com contrato de trabalho suspenso, aqueles a procura de postos de trabalho e empregados privados e públicos atendidos pelo abono salarial</i>							
							2/1/2006	50,00	01/2009	42,00	52,03	Baixa	<p>Influenciado pelo crescimento da economia e da formalização em 2008, aumentou o número de vagas disponibilizadas ao SINE para preenchimento; porém, a capacidade do Sistema em preenchê-las caiu. Esse comportamento revela a necessidade de uma melhor administração da ação de intermediação de mão-de-obra, mas principalmente aponta para o problema de desacomodamento entre o perfil do trabalhador que recorre ao SINE e aquele requerido pelo empregador, devido à baixa qualificação profissional.</p> <p>Algumas medidas que poderiam ter efeitos positivos sobre o comportamento do indicador são:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- aprimoramento das ferramentas à disposição dos operadores da intermediação de mão-de-obra, de forma a tornar mais rápido e efetivo o processo de cruzamento entre oferta e demanda por mão-de-obra;</li> <li>- treinamento e reciclagem de operadores do SINE; e</li> <li>- criação de instrumentos de competição construtiva entre os executores do SINE.</li> </ul> <p>Porém, os efeitos de tais medidas certamente serão marginais se não se alterar o quadro de desacomodamento entre oferta e demanda. As principais medidas corretivas para esse problema ao alcance do Ministério do Trabalho e Emprego dependem do aumento dos recursos para as ações de qualificação e certificação profissional, de modo a aproximar o perfil do trabalhador que recorre ao SINE àquele requerido pelo empregador.</p> <p>Tendo em vista a baixa disponibilidade orçamentário-financeira em 2009 – e parcas perspectivas de mudanças desse quadro tendo em vista o contexto de crise econômica –, combinado com o fato de que ações de qualificação e certificação profissional tenderão a ter resultados apenas no médio e longo prazo, avalia-se como baixa a possibilidade de alcance do índice previsto ao final do PPA.</p> <p>Esse indicador é calculado pela relação entre o número de trabalhadores que receberam o Abono Salarial e o número de trabalhadores identificados com direito ao benefício. Apesar de o índice em 2008 representar 57% do crescimento esperado ao longo de todo o PPA, o valor de 96,33 representa queda de 0,22 em relação à cobertura do abono salarial em 2007.</p> <p>A probabilidade de atingimento do índice previsto ao final do PPA, de 98, é considerada média. A medida corretiva necessária é um maior investimento na divulgação do calendário de pagamento.</p>
							1/1/2007	94,09	01/2009	96,33	98,00	Média	
							1/1/2007	62,77	01/2009	74,25	63,10	Alta	

**Programa** 1036 Integração de Bacias Hidrográficas

53000 Ministério da Integração Nacional (MI)

**Órgão Responsável**

**Objetivo** Aumentar a oferta de água nas bacias com baixa disponibilidade hídrica

**Público-alvo** Comunidades ribeirinhas, pequenos agricultores situados ao longo das várzeas dos rios e açudes, centros industriais e a população urbana

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcanço do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Vazão Média de Água nas Bacias Beneficiadas pela Integração (m³/s)	SIH/MI	1/1/2003	75,00	-	-	-	Média	- Redesenho dos cronogramas das construções para recuperar os atrasos observados com a implantação de turnos extras e novas fontes de serviços. - Composição da estrutura organizacional do Departamento de Projetos Estratégicos, responsável pela condição do Projeto, com a disponibilização dos cargos DAS que estão contemplados em Projeto de Lei que tramita na Câmara dos Deputados.

Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

<b>Programa</b>	0641 Inteligência Federal	<b>Órgão Responsável</b>	20101 Gabinete da Presidência da República (Presidência da República)				
<b>Objetivo</b>	<i>Desenvolver Atividades de inteligência e de Segurança da Informação no interesse do Estado e da Sociedade</i>						
<b>Público-alvo</b>	<i>Presidência da República</i>						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008	Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice				
<i>Taxa de Relatórios de Inteligência emitidos para subsídio do Processo Decisório Nacional (porcentagem)</i>	Agência Brasileira de Inteligência - ABIN	-	-	30,40	-	Alta	-

<b>Programa</b>	1020 Interiorização do Desenvolvimento da Área de Atuação da SUFRAMA	<b>Órgão Responsável</b>	28000 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)				
<b>Objetivo</b>	Contribuir para o desenvolvimento na Amazônia Ocidental e de Macapá e Santarém no Amapá						
<b>Público-alvo</b>	Organizações dos setores industrial, comercial e de serviços e a população dos estados e municípios da Amazônia Ocidental e área de livre comércio de Macapá e Santarém - AP						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008	Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice				
Taxa de Participação do PIB Regional na Composição do PIB Nacional (porcentagem)	IBGE	31/12/2006	1,75	12/2008 1,90	1,80	Alta	-



**Programa** 0168 Livro Aberto **Órgão Responsável** 42000 Ministério da Cultura (MinC)

**Objetivo** Formar leitores em diversos níveis de competência, estimulando o hábito da leitura, facilitando o acesso a bibliotecas, mantendo o controle bibliográfico nacional, e propiciando a produção e a difusão

do conhecimento científico, artístico e literário

**Público-alvo** Sociedade

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Coefficiente de Bibliotecas Públicas (unidade)	Ministério da Cultura, FBN/MinC, IBGE e Instituições voltadas para a produção editorial	31/12/2002	23,00	12/2008	0,41	-	Alta	O índice de referência em 2002 é 0,23 e não 23. O índice apurado em 2008 é 0,41. Da mesma forma, a meta final do PPA, é de 0,32 e não de 32. Os índices previstos para 2009, 2010 e 2011 são respectivamente: 0,41, 0,43 e 0,45; representando 1 biblioteca para cada município de 24.134; 23.188 e 22.066 habitantes. A evolução do indicador, a ferido em 0,41, aponta para a superação da meta prevista.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 0273 Luz para Todos

**Órgão Responsável**

32000 Ministério de Minas e Energia (MIME)

**Objetivo**

Promover o acesso à energia elétrica para famílias de baixo poder aquisitivo e para escolas, postos de saúde e sistemas rurais de bombeamento d'água

**Público-alvo**

População de baixo poder aquisitivo e sem acesso à energia elétrica no meio rural, demandas comunitárias de escolas, postos de saúde, usuários de sistemas de bombeamento d'água e empreendedores nacionais desenvolvedores de equipamentos ou serviços adequados no atendimento elétrico rural

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Número de Unidades Consumidoras Atendidas - Nacional (unidade)	MME	31/12/2006	1.038.580,00	12/2008	1.877.362,00	-	Alta	-
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado de Goiás (%)	MME	31/12/2006	53,81	12/2008	88,04	-	Alta	-
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado de Mato Grosso do Sul (%)	MME	31/12/2006	95,92	12/2008	126,97	-	Alta	-
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado de Mato Grosso (%)	MME	31/12/2006	34,41	12/2008	79,30	-	Alta	-
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado de Alagoas (%)	MME	31/12/2006	64,48	12/2008	105,50	-	Alta	-
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado da Bahia (%)	MME	31/12/2006	38,09	12/2008	83,93	-	Alta	-
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado do Ceará (%)	MME	31/12/2006	55,32	12/2008	103,82	-	Alta	-
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado do Maranhão (%)	MME	31/12/2006	41,04	12/2008	71,94	-	Média	A incidência de chuvas intensas, bem como a demora para a assinatura do 3º contrato que impactou o cumprimento das metas
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado da Paraíba (%)	MME	31/12/2006	52,05	12/2008	89,43	-	Alta	-
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado de Pernambuco (%)	MME	31/12/2006	95,18	12/2008	112,56	-	Alta	-
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado do Piauí (%)	MME	31/12/2006	9,96	12/2008	29,43	-	Muito Baixa	Ações judiciais suspenderam as licitações e contratos, prejudicando o cumprimento das metas.
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado do Rio Grande do Norte (%)	MME	31/12/2006	85,46	12/2008	141,13	-	Alta	-
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado de Sergipe (%)	MME	31/12/2006	63,30	12/2008	168,41	-	Alta	-
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado do Acre (%)	MME	31/12/2006	22,79	12/2008	49,02	-	Média	A incidência de chuvas intensas e a dificuldade de atendimento às famílias isoladas prejudicaram o cumprimento das metas.
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado do Amazonas (%)	MME	31/12/2006	14,03	12/2008	28,59	-	Muito Baixa	A incidência de chuvas intensas e a dificuldade de atendimento às comunidades isoladas, assim como problemas contratuais com empreiteiras, prejudicaram o cumprimento das metas

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 0273 Luz para Todos

**Órgão Responsável**

32000 Ministério de Minas e Energia (MME)

**Objetivo**

Promover o acesso à energia elétrica para famílias de baixo poder aquisitivo e para escolas, postos de saúde e sistemas rurais de bombeamento d'água

**Público-alvo**

População de baixo poder aquisitivo e sem acesso à energia elétrica no meio rural, demandas comunitárias de escolas, postos de saúde, usuários de sistemas de bombeamento d'água e empreendedores nacionais desenvolvedores de equipamentos ou serviços adequados no atendimento elétrico rural

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado do Amapá (%)	MME	-	-	12/2008	28,87	-	Muito Baixa	A inidimplência do agente executor dificultou o cumprimento da meta.
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado do Pará (%)	MME	31/12/2006	37,34	12/2008	88,56	-	Alta	-
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado de Rondônia (%)	MME	31/12/2006	19,95	12/2008	50,06	-	Baixa	Problemas contratuais com empreiteiras e licitações demasiadamente longas prejudicaram o cumprimento da meta
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado de Roraima (%)	MME	31/12/2006	20,77	12/2008	30,87	-	Muito Baixa	A inidimplência do agente executor dificultou o cumprimento da meta.
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado de Tocantins (%)	MME	31/12/2006	41,18	12/2008	76,58	-	Média	A demora na assinatura do 3º Contrato para execução das obras impactou o atingimento das metas.
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado do Espírito Santo (%)	MME	31/12/2006	56,96	12/2008	371,28	-	Alta	-
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado de Minas Gerais (%)	MME	31/12/2006	97,98	12/2008	189,43	-	Alta	-
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado do Rio de Janeiro (%)	MME	31/12/2006	64,13	12/2008	171,44	-	Alta	-
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado de São Paulo (%)	MME	31/12/2006	70,21	12/2008	164,88	-	Alta	-
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado do Paraná (%)	MME	31/12/2006	76,64	12/2008	120,90	-	Alta	-
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado do Rio Grande do Sul (%)	MME	31/12/2006	49,07	12/2008	130,26	-	Alta	-
Índice de Universalização de Energia Elétrica no Estado de Santa Catarina (%)	MME	31/12/2006	75,05	12/2008	208,00	-	Alta	-

---

<b>Programa</b>	0220 Manutenção da Malha Rodoviária Federal	39000	Ministério dos Transportes (MT)
-----------------	---	-------	---------------------------------

**Objetivo**

*Manter a malha rodoviária federal em boas condições operacionais de tráfego*

**Público-alvo**

*Usuários das rodovias federais*

Este programa não apresenta indicador.

**Órgão  
Responsável**

**Programa** 1109 Massificação da Certificação Digital ICP-Brasil

**Órgão Responsável**

20101 Gabinete da Presidência da República (Presidência da República)

**Objetivo**

Garantir as transações e empregados eletrônicos a necessária segurança técnica e jurídica por meio do emprego massificado do uso de certificados digitais ICP-Brasil

**Público-alvo**

Servidores e empregados públicos, órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta dos Poderes Executivo, Legislativo, e Judiciário da União, Estados, DF e Municípios; pessoas naturais e pessoas jurídicas que exercem seus direitos e deveres afins à cidadania brasileira

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Servidores e Funcionários Públicos Federais Usuários de Certificados Digitais ICP-Brasil (%)	Comitê Gestor da ICP-Brasil	-	-	12/2008	20,00	40,00	Alta	o indicador atendeu ao objetivo proposto, mas será elaborado mecanismos para uma melhor aferição em 2009.
Taxa de Empresas Privadas Usuárias de Certificados Digitais ICP-Brasil (%)	Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI	-	-	12/2008	50,00	90,00	Média	o indicador atendeu ao objetivo proposto, mas será elaborado mecanismos para uma melhor aferição em 2009.
Taxa de Usuários da Internet no Brasil (pessoas naturais) Usuários de Certificados Digitais ICP-Brasil (%)	Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI	-	-	12/2008	10,00	40,00	Baixa	o indicador atendeu ao objetivo proposto, mas será elaborado mecanismos para uma melhor aferição em 2009.
Índice Nacional de Cobertura da ICP-Brasil (%)	Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI	31/12/2006	1,00	12/2008	80,00	80,00	Alta	o indicador atendeu ao objetivo proposto, mas será elaborado mecanismos para uma melhor aferição em 2009.

**Programa** 1421 Meteorologia e Mudanças Climáticas

**Órgão Responsável**

24000 Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT)

**Objetivo** Entender os mecanismos que determinam as mudanças climáticas globais e melhorar a capacidade de previsão meteorológica, climática, hidrológica e ambiental

**Público-alvo** Comunidade Científica; tomadores de decisão governamentais; sociedade e usuários nacionais e nas áreas de relações internacionais onde dados e informações, locais, regionais e globais são importantes em saúde pública; desastres naturais e provocados pelo homem; planejamento energético; transportes; e defesa civil

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Acerto da Previsão Numérica de Tempo sobre o Brasil (percentual)	CPTEC/INPE	1/1/2006	89,00	02/2009	50,00	92,00	Média	A melhoria da taxa de acerto depende da implementação de modelos com maior resolução e, ao mesmo tempo, maior capacidade de processamento desses dados que serão viabilizados com a utilização do supercomputador.
Taxa de Acerto da Tendência Climática Sazonal sobre o Brasil (percentual)	CPTEC/INPE	1/1/2006	19,60	02/2009	55,00	62,50	Alta	-

Programa	0390 Metrologia, Qualidade e Avaliação da Conformidade	Órgão Responsável	28000	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)				
<b>Objetivo</b>	<i>Elevar a qualidade dos bens e serviços ofertados ao consumidor e contribuir para o aumento da competitividade nos mercados interno e externo</i>							
<b>Público-alvo</b>	<i>Sector produtivo; sociedade</i>							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Credibilidade do INMETRO Junto à População (porcentagem)	IBOPE	31/12/2003	91,00	04/2009	92,86	89,00	Alta	Alterar índice previsto para o final de PPA: 93,00%.
Taxa de Reconhecimento do INMETRO (porcentagem)	IBOPE	31/12/2003	41,00	04/2009	49,15	42,00	Alta	Alterar índice previsto para o final de PPA: 51,00%.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 1387 Microcrédito Produtivo Orientado **Órgão Responsável** 38000 Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)

**Objetivo** Ampliar o acesso ao crédito bem como apoiar e estimular o segmento de instituições que operam o microcrédito produtivo orientado, com ênfase no fortalecimento do empreendedorismo de pequeno porte, individual ou coletivo, promovendo a inclusão social e o desenvolvimento em âmbito local.

**Público-alvo** Pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte, com renda bruta anual de até R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) determinada pelo Decreto nº 5.288 de 29/11/2004

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Número Índice da Quantidade de Operações de Microcrédito Produtivo Orientado (número índice)	Sistema de Habilitações - PNMPO/MTE	31/12/2006	100,00	12/2008	133,74	209,00	Alta	-
Número Índice do Volume de Crédito Concedido para Microcrédito Produtivo Orientado (número índice)	Relatórios Gerenciais - PNMPO/MTE	31/12/2006	100,00	12/2008	217,24	232,00	Alta	-



**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 0391 Mineração e Desenvolvimento Sustentável

**Órgão Responsável**

32000 Ministério de Minas e Energia (MIME)

**Objetivo** Promover o desenvolvimento socioeconômico e ambiental sustentável da atividade minerária

**Público-alvo** Pequena e média mineração, cooperativas extrativistas minerais e de garimpagem e comunidades e aglomerados populacionais de baixa renda que sobrevivem do aproveitamento econômico dos recursos minerais

Indicador (unidade de medida) (índice numérico)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Número-Índice de Produção Mineral (índice numérico)	DNPM	31/12/2003	100,00	12/2008	121,70	-	Média	<p>Compete advertir que para a construção de cenários e estimativas de indicadores de desempenho do Setor Mineral Brasileiro, no horizonte do PPA 2008-2011, torna-se imperativa a superação das incertezas sobre o giro do crédito internacional, exigindo, portanto, melhor conhecimento sobre os novos contornos da estrutura econômica mundial.</p> <p>Portanto, torna-se razoável antever a necessária revisão dos dados estimativos sobre o desempenho da Economia Mineral do País, ante o ambiente de crise e probabilidade anunciada pela OMC e FMI de uma indesejável recessão na economia mundial.</p> <p>Os projetos de pesquisa mineral cujo capital de giro e valor dos investimentos são dependentes do comportamento do valor de ações, de empresas listadas em bolsas estrangeiras já apresentam dificuldades e redução de investimentos em 2009, tendo em vista a diminuição no valor de suas ações decorrente da queda nos preços das commodities minerais metálicas nas bolsas internacionais por força de restrição de créditos bancários e redução da demanda por insumos materiais de base mineral.</p>
Número-Índice de Pessoa Ocupada na Indústria Extrativa Mineral (índice numérico)	IBGE	31/12/2003	100,00	12/2008	106,70	-	Baixa	<p>Compete advertir que para a construção de cenários e estimativas de indicadores de desempenho do Setor Mineral Brasileiro, no horizonte do PPA 2008-2011, torna-se imperativa a superação das incertezas sobre o giro do crédito internacional, exigindo, portanto, melhor conhecimento sobre os novos contornos da estrutura econômica mundial.</p> <p>Portanto, torna-se razoável antever a necessária revisão dos dados estimativos de emprego ante o ambiente de crise internacional e o arrefecimento da demanda de commodities minerais, que trazem implicações no adiamento de investimentos em novos projetos e até redução dos níveis de produção e corte nos custos operacionais, com reflexos negativos diretos na manutenção e geração de novos postos de trabalho na Mineração Brasileira.</p>
Taxa de regularidade fiscal de empreendimentos do setor mineral (%)	DNPM	-	-	12/2008	91,64	-	Alta	<p>A informatização do processo de arrecadação e a nova classificação das receitas do DNPM possibilitaram a elevação em 2008 do Índice de Regularidade Fiscal (DNPM) que é calculado tomando como referência as informações de regularidade da arrecadação nas receitas: Receita de Exploração de Recursos Minerais (CFEM), Receita de Outorga do Direito de Exploração Mineral (TAH), Serviços de Inspeção e Fiscalização (Vistoria) e Multas Previstas na Legislação Minerária.</p>
Índice Comparativo de Crescimento da Produção Mineral e Arrecadação da Exploração de Recursos Minerais (%)	DNPM/IBGE	-	-	12/2008	38,23	-	Média	<p>A arrecadação da CFEM no ano de 2008 superou em 35% o crescimento do valor da produção mineral no mesmo período. Isso foi possível com a implantação do sistema de arrecadação proveniente da modernização tecnológica e da gestão da instituição, com a implantação de mecanismos de controle para a eficiência dos procedimentos de auditoria e a elevação da eficácia na cobrança de créditos de exercícios anteriores.</p>
Desempenho da Gestão do Patrimônio Mineral - DGP (M)	DNPM	-	-	12/2008	0,00	-	Muito Baixa	<p>O indicador não se mostrou um instrumento de avaliação eficaz, precisando de revisão.</p>

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 0365 Minimização de Riscos no Agronegócio **Órgão Responsável** 22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)

**Objetivo** Minimizar os riscos da atividade agrícola decorrentes da ação de agentes biológicos e climáticos

**Público-alvo** Produtores agrícolas, cooperativas, agentes financeiros de crédito e seguro rural

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa Média de Adesão ao Seguro Rural (porcentagem)	RECOR/BACEN e Comissão Especial de Recursos - CER/PROAGRO	31/7/2002	23,00	12/2008	56,05	52,00	Alta	-
Taxa de Acerto nas Previsões do Tempo (porcentagem)	Instituto Nacional de Meteorologia - INMET	31/12/2002	79,00	12/2008	88,00	95,00	Alta	-
Percentual de Área Segurada (porcentagem)	Secretaria de Política Agropecuária - SPA	30/5/2005	1,90	12/2008	7,35	50,18	Baixa	Embora o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural tenha apresentado um crescimento extraordinário nos últimos anos, atingindo mais de 7% de toda a área plantada no país em apenas 4 anos de existência, acreditamos que houve uma superestimação do valor do índice esperado para 2011. Pretende-se alterar esse número quando da revisão do PPA.
Taxa de Ocorrência de Perdas por Eventos Climáticos dos Empreendimentos Enquadrados no Proagro (porcentagem)	Banco Central do Brasil - BACEN	4/10/2006	16,00	12/2008	8,78	14,00	Alta	-

Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

**Programa** 9989 Mobilidade Urbana **Órgão Responsável** 56000 Ministério das Cidades (MCI) cidades)

**Objetivo** Promover a melhoria da mobilidade urbana, de forma sustentável, favorecendo os deslocamentos não-motorizados e o transporte coletivo, com vistas a reduzir os efeitos negativos da circulação urbana, e contribuindo para a melhoria da prestação de serviços de transporte metro-ferroviários por meio da modernização e expansão dos respectivos sistemas

**Público-alvo** População urbana de municípios com mais de 60 mil habitantes ou integrantes de Regiões Metropolitanas

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Coefficiente de Mobilidade Urbana (viagens ao dia/habitante)	Secretaria Nacional de Transporte e Mobilidade Urbana/Ministério das Cidades	1/1/2002	1,50	-	-	2,00	Média	Para que a medição do índice torne-se viável, é necessário mudá-lo, pois hoje, sua medição depende de pesquisa bastante complexa, o que a dificulta.

Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

**Programa** 8026 Mobilização para Defesa Nacional 52000 Ministério da Defesa (MD) **Órgão Responsável**

**Objetivo** Preparar e, quando necessário, executar a mobilização para a defesa nacional, sob a orientação do Estado

**Público-alvo** Nação brasileira  
Este programa não apresenta indicador.

Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

**Programa** 1353 Modernização da Polícia Federal **Órgão Responsável** 30000 Ministério da Justiça (MJ)

**Objetivo** *Aprimorar a estrutura e os modelos operacional e gerencial, bem como a capacidade executiva do policiamento federal*

**Público-alvo** *Departamento de Polícia Federal*

*Este programa não apresenta indicador.*

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

Programa		0813 Monumenta		42000		Ministério da Cultura (MinC)		Órgão Responsável	
Objetivo		Revitalizar o patrimônio cultural em centros urbanos, criando condições para a sua sustentabilidade							
Público-alvo		População dos municípios brasileiros detentores de sítios urbanos ou conjuntos de monumentos considerados Patrimônio Nacional							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas	
		Data	Índice	Data	Índice				
Taxa de Centros Históricos Conservados de Forma Sustentável (percentagem)	Ministério da Cultura	31/12/2006	47,33	12/2008	74,91	-	Alta	<p>O índice apunado até 2008, de 74,91%, refere-se ao percentual de obras concluídas e em fase de execução nos 26 Centros Históricos atendidos pelo Programa Monumenta. Este índice reflete efetivamente a característica de sustentabilidade uma vez que não houve necessidade de serviços de manutenção das edificações.</p> <p>A vigência do Programa Monumenta vinculado ao contrato de empréstimo com o BID encerra-se em 2010. No entanto algumas de suas ações se desdobrarão para além desse limite, cuja execução dar-se-á exclusivamente com recursos da União. Há previsão de realizações das obras remanescentes do Programa no ano de 2011, bem como previsão orçamentária para aquele ano no âmbito do PPA. Assim, embora apareça no sistema com valor zero, o índice previsto para o final do PPA (2011) é de 100% em relação ao indicador do Programa vinculado ao BID. Porém não podemos perder de vista a perspectiva de continuidade do Programa para além de 2011, haja vista que a matriz de formulação e execução da política de preservação que engloba um sítio histórico na sua perspectiva de desenvolvimento econômico local e sustentável, demonstra a necessidade de permanência como política pública no campo das políticas públicas urbanas do Governo Federal. Tal fato pode ser comprovado pelos compromissos do Programa que não se esgotaram nos 26 municípios conveniados, que ampliaram o escopo das atividades ao longo da implementação, assim como pela pressão legítima exercida por outras cidades que querem fazer parte do Programa.</p>	

**Programa** 0171 Museu Memória e Cidadania **Órgão Responsável** 42000 Ministério da Cultura (MinC)

**Objetivo** Revitalizar os museus brasileiros e fomentar a criação de novos institutos de memória, aumentando o acesso da população a esses produtos culturais nas diversas regiões do país

**Público-alvo** Sociedade Brasileira

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Número de Visitantes a Museus por ano (milhão)	IPHAN	31/12/2006	20,00	01/2009	33,34	-	Alta	Considerando o índice de referência (20 em 12/2006) é alta a probabilidade de alcançar a meta prevista para 2011 que é de 44 milhões.
Taxa de Museus nos Municípios (porcentagem)	IPHAN	31/12/2006	16,00	01/2009	18,33	-	Alta	Considerando o índice de referência (16 em 12/2006) é alta a probabilidade de alcançar a meta prevista para 2011 que é de 24%.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 1078 Nacional de Acessibilidade

2021 Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH)

**Órgão Responsável**

**Objetivo** Promover a acessibilidade aos bens e serviços da comunidade para as pessoas com deficiência e pessoas com mobilidade reduzida

**Público-alvo** Pessoas com deficiência e pessoas com mobilidade reduzida

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcanço do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Municípios com Código de Obras de Acessibilidade ao Meio Físico para a Pessoa com Deficiência (porcentagem)	CORDE/SEDH	12/1/2002	16,89	-	-	-	Baixa	Para a proposta orçamentária de 2010, foi realizada a reformulação desse indicador, propondo-se a sua substituição por "Relatório percentual entre o número de municípios com código de obras contemplando a acessibilidade das pessoas com deficiência e o total de municípios brasileiros com população acima de 60.000 habitantes". A definição do universo como sendo municípios com população acima de 60.000 ocorreu porque, embora não haja a obrigatoriedade de elaboração de Código de Obras, salvo por Lei Orgânica do Município, o recorte de 60.000 é utilizado pelo MCidades como prioridade de enfrentamento, pois esses seriam os municípios que possuem mais problemas decorrentes do processo de urbanização acelerada.
Taxa de Ônibus Urbanos Acessíveis (porcentagem)	Ministério das Cidades	12/1/2002	5,00	-	-	-	Baixa	Este indicador foi reviso no processo de elaboração da proposta orçamentária 2010, propondo-se a sua substituição "Relatório percentual entre o número de ônibus urbano acessíveis e o total de ônibus urbano em circulação". Acredita-se que a especificação do indicador possibilitará aferição mais precisa.
Taxa de Programas de Televisão com Sinalização em Libras/ Siblegendados (porcentagem)	Ministério das Comunicações	-	-	-	-	20,00	Muito Baixa	Tendo em vista a grande dificuldade de se obter os dados necessários a alimentar esse indicador, foi solicitada a sua exclusão no processo de elaboração do PLOA 2010.
Taxa de Sítios Eletrônicos Governamentais Acessíveis as Pessoas com Deficiência (porcentagem)	Ministério do Planejamento	14/8/2003	0,03	-	-	100,00	Baixa	Este indicador foi reviso no processo de elaboração da proposta orçamentária 2010, propondo-se sua substituição por "Relatório percentual entre os sítios eletrônicos governamentais do executivo federal acessíveis e o total de sítios eletrônicos governamentais do executivo federal". Houve a tentativa de limitar o universo de análise, tendo em vista a impossibilidade de que todos os sítios governamentais sejam analisados. Acredita-se que, com esse recorte, o levantamento de dados será facilitado.



**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 0464 Nacional de Atividades Espaciais - PNAE

24000 Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT)

**Órgão Responsável**

**Objetivo** Desenvolver e utilizar tecnologias espaciais em benefício da sociedade brasileira e na solução de problemas nacionais

**Público-alvo** Governo; comunidade científica; e setor produtivo nacional

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Índice de Participação do Setor Empresarial Nacional no PNAE (IPSEN) (percentual)	AEB/DPEI	31/12/2006	37,25	03/2009	40,50	39,50	Alta	O IPSEN busca retratar o grau de participação da indústria nacional no programa espacial brasileiro, como forma de promover, por um lado, a maior capacidade de inovação das empresas nacionais e estimular o surgimento e criação de novas empresas de bases tecnológicas para atender as necessidades do PNAE. Busca-se, assim, construir e estruturar a fôo necessária cadeia produtiva do setor espacial, dela participando uma empresa privada, como "prime contractor" nacional, que reúna condições técnicas e legais necessárias para assumir o papel de contratada principal de projetos de grande porte do PNAE. O índice previsto para 2011 pode, em muito, ser superado, se elevados os investimentos e incentivos para o setor, articulados com uma política de compras governamentais.
Grau de Domínio Tecnológico Nacional na Área Espacial (GDTEC) (%)	AEB/DPEI	31/12/2006	11,00	03/2009	20,00	78,00	Média	O GDTEC busca retratar o avanço do país na capacitação e no domínio de um conjunto de tecnologias consideradas como críticas para o maior avanço do Programa Espacial Brasileiro e que, por sua vez, contribuem, diretamente, para o aumento da capacidade de inovação do país e, em última instância, para a maior autonomia tecnológica nacional. O índice previsto para 2011 é passível de ser alcançado, desde que sejam ampliados os quadros de especialistas nos principais institutos de pesquisa espacial do país, bem como os investimentos necessários para as atividades de pesquisa e desenvolvimento e fortalecimento da infraestrutura laboratorial e de pesquisa.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 1113 Nacional de Atividades Nucleares

**Órgão Responsável**

24000 Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT)

**Objetivo** Assegurar o uso pacífico e seguro da energia nuclear, desenvolver ciência e tecnologia nuclear e correlatas para a medicina, indústria, agricultura, meio ambiente e geração de energia e atender ao mercado de equipamentos, componentes e insumos para indústria nuclear e de alta tecnologia

**Público-alvo** Instalações nucleares e radiativas; comunidade científica; setor produtivo (indústria, agricultura e meio ambiente); instituições médicas; empresas de geração nuclear-elétrica; instituições de ensino

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Produção de Equipamentos para a Indústria Pesada com Apoio do Programa (tonelada)	NUCLEP	31/12/2005	4.749,00	02/2009	4.007,80	-	Média	Esse indicador está diretamente relacionado à implementação do Programa Nuclear Brasileiro e será revisado em função da retomada da construção da usina de Angra 3, e com a previsão de implantação no país de mais 6 reatores nucleares. O Índice previsto para o final do PPA 2011 é de 8 mil toneladas/ano.
Número de Tecnologias Geradas na Área Nuclear (unidade)	CNEN, INB e NUCLEP	31/12/2005	101,00	02/2009	97,00	130,00	Alta	O índice desejado ao final do PPA 2011 é 80 e não 130, após remanêscer pela CNEN. Da mesma forma, o Índice de Referência é de 84, valor de 2007. Em 2008 realmente o valor apurado foi de 97. Não se tem medida corretiva, inclusive porque se espera mesmo que o Índice se reduza em consequência de uma reorientação que vem ocorrendo na condução das atividades de P&D. As equipes estão sendo reorientadas para trabalhar em grandes projetos institucionais, como o Reator Multipropósito Brasileiro, o repositório para rejeitos de baixa e média atividades e a célula protótipo para armazenagem e transporte de elementos combustíveis usados na usina central nuclear Almirante Álvaro Alberto. Esta nova orientação irá concentrar a capacidade de P&D da CNEN em torno de grandes projetos, reduzindo a diversidade e o número de pesquisas, e consequentemente o número de tecnologias desenvolvidas.
Número de Depósitos de Patentes na Área Nuclear (unidade)	CNEN, INB e NUCLEP	31/12/2005	18,00	03/2009	13,00	23,00	Alta	Com a criação do Sistema de Gestão da Inovação na CNEN, juntamente com o aumento da demanda por aplicações da tecnologia nuclear, espera-se um incremento nos resultados alcançados, com perspectiva de superar o índice previsto ao final do PPA. Cabe esclarecer que a CNEN, após nova análise da evolução desse indicador, reduziu a perspectiva do índice previsto para 2011 para 15. Dessa forma, o valor apurado em 2008 se aproxima do esperado. O fato de que o apurado em 2007 ser superior a 2008 e ao s esperado em 2011 tem haver com a fase em que se encontra o Programa ( ou Ações específicas ) dele que não terão reflexos imediatos em termos de depósitos de patentes.
Número de Procedimentos Médicos Viabilizados com Produtos e Técnicas Nucleares (unidade)	CNEN/MCT	31/12/2006	3.000.000,00	02/2009	3.600.000,00	4.250.000,00	Alta	-
Taxa do Ciclo Combustível Nuclear com Processo de Produção Nacional (percentual)	INB/MCT	31/12/2006	60,30	02/2009	62,50	95,00	Alta	Índice sendo alcançado conforme o programado. Com o impulso esperado para o Programa com recursos financeiros adicionais para 2009 e 2010, a produção deve aumentar.
Tempo médio de coleta de rejeitos (dias)	CNEN	31/12/2006	73,00	02/2009	15,45	64,00	Alta	A CNEN vem implementando uma série de melhorias na atividade de recolhimento e armazenamento de rejeitos radioativos que vão desde a certificação de empresas para a realização do transporte de materiais radioativos até a ampliação dos depósitos intermediários operados pela instituição.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 0506 Nacional de Florestas **Órgão Responsável** 44000 Ministério do Meio Ambiente (MMA)

**Objetivo** Promover a sustentabilidade do setor florestal, contemplando a proteção dos ecossistemas, a recuperação de áreas degradadas, a expansão da base florestal plantada, o manejo sustentável de florestas naturais e a ampliação da participação social

**Público-alvo** Comunidades produtoras e consumidoras dos recursos florestais, agricultores familiares e setores produtivos de base florestal

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Área de Florestas Plantadas (ha)	Ministério do Meio Ambiente	31/12/2006	627.000,00	03/2009	600.000,00	1.500.000,00	Alta	-
Área de florestas naturais em regime de manejo sustentável (ha)	IBAMA	31/12/2006	3.000.000,00	03/2009	1.000.000,00	18.000.000,00	Média	Aprimorar os meios de aferição das autorizações de plano de manejo estaduais e federal. O IBAMA está desenvolvendo um sistema para integrar as informações de licenciamento de atividades florestais oriundas dos estados e do governo federal.
Área de florestas com alto valor para conservação protegida (ha)	Ministério do Meio Ambiente - PNF	31/12/2006	600.000,00	03/2009	200.000,00	3.600.000,00	Média	O método de aferição desse indicador depende das informações de áreas sob manejo Florestal. É necessário aprimorar os meios de aferição das autorizações de plano de manejo das esferas estaduais e federal. Para tanto, o IBAMA está desenvolvendo um sistema para integrar as informações de licenciamento de atividades florestais oriundas dos estados e do governo federal.
Áreas degradadas recuperadas (ha)	Ministério do Meio Ambiente e Órgãos Estaduais de Meio Ambiente	31/12/2006	5.000,00	03/2009	16.000,00	100.000,00	Média	Para uma melhor apuração dos resultados dessa ação, é necessário um plano de monitoramento com metas bem definidas e um trabalho integrado entre os setores do MMA.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

Programa	8034 Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem	Objetivo	Público-alvo	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
					Data	Índice	Data	Índice			
		Promover a Reintegração do jovem ao processo educacional, sua qualificação profissional e seu desenvolvimento humano	Jovens que possuem entre 15 e 29 anos	Sistema de Monitoramento e Avaliação do ProJovem.	1/7/2007	0,00	02/2009	60,00	-	Média	Não foram apresentadas medidas corretivas necessárias.
		Taxa de Certificação dos Alunos do ProJovem Urbano (percentual)		Sistema de Monitoramento e Avaliação do ProJovem.	1/7/2007	0,00	-	-	-	Baixa	75% certificados (meta de 163.377 educandos certificados em 2011)
		Taxa de Permanência Anual dos Inscritos no ProJovem Adolescente (percentual)		SNAS	1/7/2007	0,00	-	-	-	Média	Devido a atrasos no desenvolvimento do Sistema de Acompanhamento e Gestão do ProJovem Adolescente - SISJOVEM, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome encontra-se impedido de proceder ao cálculo do indicador desta ação que consta do PPA. As informações sobre vinculação, frequência e desligamento de jovens, relativamente ao ano de 2008, foram coletadas manualmente pelos municípios, e DF, e arquivadas.
		Taxa de Inserção de Jovens no Mercado de Trabalho (percentual)		PNPE Web e CAGED.	1/8/2007	7,89	02/2009	7,89	8,50	Baixa	Não foram apresentadas medidas corretivas necessárias.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** - 1453 Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI      **Órgão Responsável** - 30000 Ministério da Justiça (MJ)

**Objetivo** - Enfrentar a criminalidade e a violência, nas suas raízes sociais e culturais e reduzir de forma significativa seus altos índices em territórios de desceção social

**Público-alvo** - Adolescentes e jovens vítimas da violência, em situação de risco social ou em conflito com a lei, e suas famílias; operadores de segurança pública e as comunidades residentes nos territórios de desceção social

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Homicídios (1/100.000 habitantes)	Ministério da Saúde	1/10/2006	26,00	-	-	12,00	Alta	-
Taxa de Vítimas de Crimes Violentos Contra o Patrimônio nos Territórios de Desceção Social (1/100.000 habitantes)	SENASP	-	-	-	-	-	Alta	-
Índice de Sensação de Segurança nos Territórios de Desceção Social (%)	IBGE	-	-	-	-	-	Alta	-

**Programa** 0286 Oferta de Petróleo e Gás Natural **Órgão** 32000 Ministério de Minas e Energia (MIME) **Responsável**

**Objetivo** Aumentar a oferta de petróleo e gás natural ao mercado, de forma a reduzir a dependência externa, observando os padrões de segurança e as exigências ambientais

**Público-alvo** Consumidores de petróleo, gás natural e derivados de petróleo

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Produção Média de Óleo e Líquido de Gás Natural (mil barris por dia)	Petrobras	31/12/2003	1.540,00	12/2008	1.855,00	-	Média	no Plano de Negócios 2009-2013 foram incluídas ações visando a redução da taxa de declínio dos campos em operação e melhoria do fator de recuperação dos fluidos dos reservatórios.
Produção Média de Gás Natural (milhão de m³ por dia)	Petrobras	31/12/2003	39,83	12/2008	51,10	-	Média	no Plano de Negócios 2009-2013 foram incluídas ações visando a redução da taxa de declínio dos campos em operação e melhoria do fator de recuperação dos fluidos dos reservatórios.
Taxa de Frequência de Acidentamentos com Afastamento - TFCA (porcentagem)	Petrobras	31/12/2003	1,20	12/2008	0,69	-	Alta	-
Volume de Óleo Derramado - VOD (m³)	Petrobras	31/12/2003	49,00	12/2008	10,65	-	Alta	-

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 1120 Paz no Campo **Órgão Responsável** 49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)

**Objetivo** Reduzir a violência no campo com mecanismos de prevenção e mediação de conflitos agrários e garantia dos direitos humanos

**Público-alvo** Famílias no campo nas condições de acampados, assentados, agricultores familiares, as comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas, extrativistas e garimpeiras, e os trabalhadores atingidos por barragens

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Assassinatos decorrentes de conflitos agrários (unidade)	Ouvidoria Agrária Nacional	31/12/2003	42,00	12/2008	9,00	0,00	Média	Implementação do Plano Nacional de Combate à Violência no Campo e celebração de convênios e termos de cooperação com instituições de prevenção e combate à violência no campo, e alocação de novos recursos, pois os níveis atuais estão aquém das necessidades apresentadas pelas instituições.

**Programa** 1161 Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário e Agroindustrial para a Inserção Social **Órgão Responsável** 22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)

**Objetivo** Construir base de conhecimentos científicos e tecnológicos em atividades agropecuárias e agroindustriais voltada aos empreendimentos de pequeno porte

**Público-alvo** Produtores, trabalhadores e comunidades ligadas à produção agropecuária e extrativista de base familiar, assentamentos de reforma agrária, comunidades tradicionais e empreendimentos agropecuários e agroindustriais de pequeno porte, com baixa capacidade de inserção social e econômica

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Número-Índice da Produtividade dos Pesquisadores Envolvidos nos Projetos Financiados pelo Programa (índice numérico)	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa	31/12/2003	100,00	12/2008	105,00	105,00	Alta	Após análise da consistência os resultados medidos por este indicador, apontamos a necessidade de incluímos como atributo deste programa outro(s) indicador(es) que melhor caracterize os esforços da Embrapa no sentido de contribuição para o alcance do objetivo setorial ao qual o programa este vinculado.
Carteira de Projetos Financiados Voltados à Inserção Social (índice numérico)	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa	31/12/2006	100,00	12/2008	100,00	100,00	Alta	Após análise da consistência os resultados medidos por este indicador, apontamos a necessidade de incluímos como atributo deste programa outro(s) indicador(es) que melhor caracterize os esforços da Embrapa no sentido de contribuição para o alcance do objetivo setorial ao qual o programa este vinculado.



**Programa** 1156 Pesquisa e Desenvolvimento para a Competitividade e Sustentabilidade do Agronegócio **Órgão Responsável** 22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)

**Objetivo** *Incrementar a base de conhecimentos científicos e tecnológicos necessária para a manutenção e evolução da capacidade competitiva das cadeias produtivas do agronegócio brasileiro, enfatizando as dimensões relacionadas à sustentabilidade ambiental, à qualidade e à segurança dos seus produtos e processos*

**Público-alvo** *Cadeias produtivas, empreendimentos de produção agropecuária, agroindustrial e atores sociais, políticos e econômicos relacionados ao agronegócio brasileiro e formuladores de políticas para o agronegócio*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Número-Índice da Produtividade dos Pesquisadores Envolvidos nos Projetos Financiados pelo Programa (Índice numérico)	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa	31/12/2003	100,00	12/2008	108,00	108,00	Alta	Após análise da consistência os resultados medidos por este indicador, apontamos a necessidade de incluímos como atributo deste programa outro(s) indicador(es) que melhor caracterize os esforços da Embrapa no sentido de contribuição para o alcance do objetivo setorial ao qual o programa este vinculado.
Carteira de Projetos Financiados Voltados à Sustentabilidade do Agronegócio (número Índice)	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa	31/12/2006	100,00	12/2008	100,00	100,00	Alta	Após análise da consistência os resultados medidos por este indicador, apontamos a necessidade de incluímos como atributo deste programa outro(s) indicador(es) que melhor caracterize os esforços da Embrapa no sentido de contribuição para o alcance do objetivo setorial ao qual o programa este vinculado.

Programa	0480 Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico nas Áreas de Petróleo e Gás Natural	Órgão Responsável	32000	Ministério de Minas e Energia (MME)
<b>Objetivo</b>	<i>Desenvolver tecnologia de processos, produtos e serviços para o segmento de petróleo e gás natural</i>			
<b>Público-alvo</b>	<i>Petrobrás, Universidades e Centros de Desenvolvimento de Tecnologia</i>			
<b>Indicador (unidade de medida)</b>	<b>Fonte</b>	<b>Índice de Referência</b>		<b>Índice alcançado em 2008</b>
<i>Taxa de Incorporação de Tecnologia (porcentagem)</i>	Petrobras	<b>Data</b>	<b>Índice</b>	<b>Data</b>
		31/12/2002	80,00	03/2009
				<b>Índice</b>
				74,00
				<b>Índice Previsto para 2011</b>
				80,00
				<b>Possibilidade Alcançar o Índice Previsto</b>
				Média
				<b>Medidas Corretivas</b>
				Elevado grau de risco da carteira de projetos é necessário, atuando em diversas rotas tecnológicas e em projetos de geração de conhecimento para o pronto atingimento dos resultados do setor

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

Programa	0392 Pólo Industrial de Manaus	Órgão Responsável	28000 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)	Índice alcançado em 2008				Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcanço do Índice Previsto	Medidas Corretivas
				Fonte	Índice	Data	Índice			
<b>Objetivo</b>	Consolidar a estrutura produtiva do Pólo Industrial de Manaus e contribuir para o equilíbrio da balança comercial do modelo									
<b>Público-alvo</b>	Sistema produtivo do Pólo Industrial de Manaus									
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência	Índice alcançado em 2008	Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcanço do Índice Previsto	Medidas Corretivas				
Taxa de Participação na Arrecadação de Tributos Federais na 2ª Região Fiscal (porcentagem)	Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA	64,02	66,97	64,00	Alta	-				
Índice de Mão-de-Obra no Pólo Industrial de Manaus (porcentagem)	SUFRAMA	10,40	8,12	4,00	Alta	Alterar fórmula de cálculo para: $[(\text{Qde. de pessoas empregadas no PIM no ano} - \text{Qde. de pessoas empregadas no PIM no ano anterior}) - 1] \times 100$				
Taxa de Agregação de Valor Local (percentual)	Indicadores de Desempenho do Pólo Industrial de Manaus - SUFRAMA	2,81	2,46	3,00	Alta	-				
Taxa de Variação das Exportações do Pólo Industrial de Manaus (porcentagem)	SUFRAMA	25,05	13,93	29,00	Muito Baixa	Ajustes de metas plurianuais. Ajustar o índice previsto para: 2010: 16,83%, e 2011: 18,51				

Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

**Programa** 8032 Preparo e Emprego Combinado das Forças Armadas **Órgão** 52000 Ministério da Defesa (MD) **Responsável**

**Objetivo** *Desenvolver e garantir a capacidade operacional e o emprego combinado das Forças Armadas no desempenho de suas missões constitucionais e no apoio às comunidades nacional e internacional*

**Público-alvo** *Nação brasileira e a comunidade internacional*

*Este programa não apresenta indicador.*

---

<b>Programa</b>	0621 Preparo e Emprego da Força Aérea	52000	Ministério da Defesa (MD)
-----------------	---------------------------------------	-------	---------------------------

**Órgão Responsável**

**Objetivo** *Preparar a Força Aérea Brasileira para o cumprimento de sua missão constitucional de defender a pátria, garantir os poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer desses, da lei e da ordem*

**Público-alvo** *Nação brasileira*  
Este programa não apresenta indicador.

Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

**Programa** 0620 Preparo e Emprego da Força Terrestre **Órgão** 52000 Ministério da Defesa (MD) **Responsável**

**Objetivo** *Promover o desenvolvimento científico-tecnológico da Força Terrestre, por intermédio da pesquisa, desenvolvimento, avaliação, produção, implantação, manutenção de sistemas e materiais de emprego militar e civil, e capacitação de recursos humanos, de modo a proporcionar a permanente atualização da infra-estrutura militar terrestre para o cumprimento das missões constitucionais do Exército Brasileiro, bem como, contribuir para o fomento da indústria nacional de defesa*

**Público-alvo** *Nação brasileira*  
Este programa não apresenta indicador.

---

<b>Programa</b>	0622 Preparo e Emprego do Poder Naval	<b>Órgão Responsável</b>	52000 Ministério da Defesa (MD)
-----------------	---------------------------------------	--------------------------	---------------------------------

**Objetivo** Preparar o Poder Naval e manter o seu aprestamento para assegurar o cumprimento da missão constitucional de defender a Pátria, garantir os poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem

**Público-alvo** Nação brasileira  
Este programa não apresenta indicador.

Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0566 Prestação Jurisdicional Militar	13000	Justiça Militar da União (Justiça Militar)	Órgão Responsável		
<b>Objetivo</b>	Processar e julgar crimes militares definidos em lei					
<b>Público-alvo</b>	Sociedade brasileira, militares integrantes das Forças Armadas (Marinha, Exército e Aeronáutica)					
<b>Indicador (unidade de medida)</b>	<b>Fonte</b>	<b>Índice de Referência</b> Data	<b>Índice alcançado em 2008</b> Data	<b>Índice Previsto para 2011</b>	<b>Possibilidade Alcançar o Índice Previsto</b>	<b>Medidas Corretivas</b>
Taxa de Julgamento de Processos na Justiça Militar (porcentagem)	Superior Tribunal Militar	31/12/2002 38,00	01/2009 44,00	40,00	Alta	-



**Programa** 0569 Prestação Jurisdicional na Justiça Federal **Órgão Responsável** 12000 Justiça Federal (Justiça Federal)

**Objetivo** Garantir pleno exercício do direito por meio da prestação dos serviços jurisdicionais, observando o disposto nos artigos 108 e 109 da Constituição Federal e legislação complementar

**Público-alvo** Sociedade

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcança do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Julgamento de Processos na Justiça Federal (porcentagem)	Justiça Federal	31/12/2002	18,00	12/2008	25,00	-	Alta	O índice previsto para o final do PPA (2011) é 23%. Ressalta-se que o decréscimo da previsão da taxa de julgamento de processos em relação ao exercício de 2008 decorre da crescente demanda da sociedade pela prestação jurisdicional, sem, no entanto, haver aumento no efetivo de servidores e magistrados. Isso demonstra uma carência de recursos humanos nas unidades da Justiça Federal, que será amenizada com a aprovação do PL 5.829/2004, que autoriza a criação de 230 vagas federais.

<b>Programa</b>	0567 Prestação Jurisdicional no Distrito Federal	<b>Órgão Responsável</b>	16000 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (Justiça do DFT)					
<b>Objetivo</b>	<i>Proporcionar à sociedade do Distrito Federal e dos Territórios o acesso à Justiça e a resolução dos conflitos, por meio de um atendimento de qualidade, promovendo a paz social</i>							
<b>Público-alvo</b>	<i>Sociedade</i>							
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008	Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas	
		Data	Índice					Data
<i>Taxa de solução de processos na Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (%)</i>	Grupo Gestor de 1º e 2º instâncias e Assessoria de Programas e Projetos.	31/12/2006	56,77	12/2008	50,60	60,77	Média	O TJDF está avaliando a mudança do indicador atual para a inclusão de mais de um indicador para o Programa, de modo que reflita com mais precisão o desempenho da JDFT em seus Graus de Jurisdição, objetivando oferecer embasamento para tomada de decisões.

Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

**Programa** 0568 Prestação Jurisdicional no Superior Tribunal de Justiça **Órgão Responsável** 11000 Superior Tribunal de Justiça (STJ)

**Objetivo** Garantir pleno exercício do direito por meio da prestação dos serviços jurisdicionais, processar e julgar ações e demais procedimentos que sejam inerentes à atividade judicial, elencada no artigo 105 da Constituição Federal

**Público-alvo** Sociedade

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Processos Julgados (%)	Superior Tribunal de Justiça	31/12/2006	64,00	12/2008	66,00	69,00	Média	

Espera-se que o procedimento de virtualização dos processos judiciais implicará em melhoria substancial no resultado do indicador do programa.

Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

**Programa** 0565 Prestação Jurisdicional no Supremo Tribunal Federal **Órgão Responsável** 10000 Supremo Tribunal Federal (STF)

**Objetivo** *Processar e julgar as ações diretas de inconstitucionalidade, as ações declaratórias de constitucionalidade, o habeas corpus e os mandatos de injunção e exercer as demais competências estabelecidas na*

*Constituição Federal*

**Público-alvo** *Sociedade*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Julgamento de Processos no Supremo Tribunal Federal (porcentagem)	Supremo Tribunal Federal	26/4/2007	96,00	12/2008	106,60	100,00	Alta	-

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 0571 Prestação Jurisdicional Trabalhista

**Órgão Responsável** 15000 Justiça do Trabalho (Justiça do Trabalho)

**Objetivo** Conciliar e julgar os dissídios individuais e coletivos entre trabalhadores e empregadores, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta dos Municípios, do Distrito Federal, dos Estados e da União, bem como dirimir conflitos das relações trabalhistas

**Público-alvo** Sociedade

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Número de Processos por Magistrado (unidade)	Subsecretaria de Estatística do Tribunal Superior do Trabalho	30/4/2007	2.290,00	04/2009	2.226,00	2.318,00	Alta	O índice apurado, já computados os cargos providos, atingiu, aproximadamente, 97% da meta fixada para 2008 (2.297). O que tem proporcionado o atingimento total ou parcial das metas é o investimento constante da Justiça do Trabalho na qualificação de mão-de-obra e na disponibilização de ferramentas operacionais e técnicas para utilização de seus servidores. Entretanto, devido ao aumento constante da demanda por parte dos jurisdicionados, a comunidade do atingimento das metas depende crucialmente da canalização de recursos para promover a expansão do corpo técnico (magistrados e servidores) e para a melhoria das condições de trabalho por meio da adequação das instalações físicas e do desenvolvimento da tecnologia da informação (softwares e equipamentos).
Tempo Médio de Solução de Processos (dias)	Boletim Estatístico da Vara do Trabalho - Subsecretaria de Estatística do Tribunal Superior do Trabalho	30/4/2007	586,00	04/2009	685,00	600,00	Alta	O número apurado é superior à meta do exercício (590 dias). No entanto, diversos esforços estão sendo feitos para que esse número seja reduzido. Persiste, ainda, em algumas unidades grande necessidade de expansão do corpo técnico, visando a suprir a carência de mão de obra especializada (magistrados e servidores). Por outro lado, por meio de ações como a virtualização dos processos e a implementação de ações de melhoria na área de tecnologia da informação, a Justiça do Trabalho tem buscado a celeridade na tramitação e no julgamento de processos, visando a reduzir o tempo médio gasto para solucionar os processos trabalhistas.
Índice de Recorribilidade (porcentagem)	Subsecretaria de Estatística do Tribunal Superior do Trabalho	30/4/2007	50,72	04/2009	55,64	55,50	Alta	O índice superior, substancialmente, a meta estabelecida para o exercício (51,88) e, até mesmo, a meta para o final do PPA. O número mostra que a grande quantidade de recursos admitidos nas instâncias trabalhistas, em consonância com os princípios constitucionais do Contraditório e da Ampla Defesa, bem como com as normas do Direito Processual pátrio.
Taxa de Solução de Processos (porcentagem)	Subsecretaria de Estatística do Tribunal Superior do Trabalho	30/4/2007	47,35	04/2009	55,72	50,43	Alta	Esse indicador apresenta a melhor performance dentre os utilizados. Superou não só a meta do exercício (48,14), como a própria meta final do PPA. Demonstra que mais da metade dos processos trabalhistas (computando-se, inclusive, o estoque de processos existentes) é solucionada (sentença, acordos, decisões ou despachos da autoridade julgadora). Nota-se, porém, a necessidade de expansão da atividade conciliatória, uma vez que essa tem permitido aumentos consideráveis na solução de dissídios.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 1164 Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro **Órgão Responsável** 30000 Ministério da Justiça (MJ)

**Objetivo** Cortar o fluxo financeiro que mantém as organizações criminosas

**Público-alvo** Autoridades públicas de investigação, Ministério Público e Poder Judiciário

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Índice de Bloqueio de Contas no Exterior (%)	Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional/SNJ	10/8/2007	40,00	03/2009	43,00	60,00	Média	Tem-se buscando uma integração e coordenação com outras ações do PPA que permitam capacitar agências públicas no sentido de se habilitarem a formular pedidos de cooperação para quebra de sigilo no exterior. Com essa medida, estima-se que haja um aumento no número de pedidos dessa natureza
Valor de Ativos Preservados (R\$ mil)	Sistema de Alienação Eletrônica (Leilão.ENCCLA.GOV)	30/4/2007	0,00	03/2009	108.000,00	1.2.500,00	Média	Cabe ressaltar que este número representa o total de recursos indisponibilizados com confirmação da autoridade central estrangeira. Assim, o número não reflete o total de recursos indisponibilizados, já que muitos países concedem o bloqueio sem informar o valor bloqueado. Possibilidade de Alcançar o índice Previsto para 2011 não se aplica.

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011  
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Exercício 2009 - Ano base 2008  
Anexo II

Programa	0503 Prevenção e Combate ao Desmatamento, Queimadas e Incêndios Florestais - Florescer	Órgão Responsável	44000	Ministério do Meio Ambiente (MMA)	Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
							Data	Índice	Data	Índice			
<b>Objetivo</b> <i>Prevenir e combater desmatamentos ilegais, queimadas predatórias e incêndios florestais em todos os biomas brasileiros</i> <b>Público-alvo</b> <i>Sociedade</i>													
Número de Focos de Calor (unidade)						Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia - IPAM	31/12/2002	85.359,00	12/2008	127.166,00	85.359,00	Alta	- Aumentar os investimentos em projetos de educação ambiental para disseminar alternativas quanto ao uso do fogo; - aumentar o contingente de brigadistas, englobando formação e contratação; - projetos e parcerias com outras instituições para sensibilizar os produtores em relação ao uso do fogo; - aumentar o contingente de pessoal para atuar no centro de monitoramento do PREVFOGO. - Concluir e implementar o Programa Nacional de Prevenção, Monitoramento e Combate aos Incêndios Florestais.
Área Anual Desmatada da Amazônia Legal (ha?)						Ministério do Meio Ambiente	31/12/2006	13.100,00	07/2008	11.968,00	7.736,00	Média	Reforço da capacidade de monitoramento do Ibama por satélite e por meio aéreo.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 0156 Prevenção e Enfrentamento da Violência contra as Mulheres

**Órgão Responsável**

20122 Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SEPM)

**Objetivo**

Prevenir e enfrentar, sistematicamente, as diferentes formas de violência contra as mulheres e promover o atendimento integral, humanizado e de qualidade daquelas em situação de violência ou risco.

transmitindo atitudes e valores igualitários em prol da construção de uma cultura de paz

Mulheres, efetiva ou potencialmente, sujeitas a situações de violência

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Evolução do Número de Serviços Especializados de Atendimento à Mulher (percentual)</i>	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres	31/12/2006	14,00	12/2008	3,60	10,00	Média	Os serviços especializados que compõem a Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência são os seguintes: casas-abrigo, centros de referência, delegacias especializadas de atendimento à mulher, defensorias e promotorias especializadas e juzgados e vans especializadas em violência doméstica e familiar contra a mulher. Entre 2008 e 2007, houve um aumento de 3,6% no número de serviços existentes no país (de 666 para 690). Importante mencionar, porém, que com o Pacto o número de serviços apoiados aumentou expressivamente. Este aumento, porém, só poderá ser medido a partir de 2009 quando os serviços apoiados em 2008 começarem a ser inaugurados.
<i>Evolução do Número de Atendimentoos da Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180 (percentual)</i>	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres - Central de Atendimento à Mulher: Ligue 180	31/12/2006	0,00	12/2008	31,70	5,00	Alta	A Central de Atendimento à Mulher é um serviço oferecido diretamente pela SPM, com o objetivo de acolher, orientar e encaminhar para os serviços da Rede mulheres vítimas ou potenciais vítimas de violência, em especial de violência doméstica e familiar. Além da importância de um serviço nacional e gratuito, que pode constituir uma importante porta de entrada na rede de atendimento para as mulheres em situação de violência, a Central tem se revelado bastante útil para o levantamento de informações que subsidiam o desenho e a avaliação dos impactos da política de enfrentamento da violência e para o monitoramento da implementação da Lei Maria da Penha e dos serviços que integram a rede em todo o país. Por meio das informações produzidas, é possível analisar diversos aspectos que se relacionam com a violência e utilizá-las para o aprimoramento dos mecanismos de enfrentamento da violência contra as mulheres. Desde a sua criação, a Central tem apresentado um aumento expressivo no número de atendimentos realizados. Em 2007, foram realizados quase 205 mil atendimentos, número que, em 2008, alcançou 270 mil, o que representa um aumento de 31,7%.
<i>Evolução do Número de Profissionais da Rede de Atendimento à Mulher Vítima de Violência Capacitados (percentagem)</i>	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres	31/12/2006	6,00	12/2008	969,00	17,00	Alta	Uma das estratégias centrais de atuação da SPM no enfrentamento da violência refere-se à capacitação dos agentes dos diferentes serviços da Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência. Com os recursos da ação 6812 do Programa 0156 foram capacitados, em 2007, 1.085 servidores/as. Já em 2008 este valor saltou para 11.600, o que corresponde a uma ampliação de 969%. Este expressivo aumento se deve ao início, em 2008, da implementação do Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres que faz parte da Agenda Social do governo federal e expressa as prioridades do Presidente para o período 2008-2011. Importante ressaltar que este é o número de profissionais capacitados apenas com os recursos da SPM; outros ministérios também investiram recursos na capacitação de profissionais, a exemplo do Ministério da Justiça e do Desenvolvimento Social.
<i>Evolução do Número de Registros de Ocorrência nas Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (percentual)</i>	Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça - Pesquisa sobre Perfil Organizacional das DEAMs.	31/12/2005	-4,25	-	-	10,00	Média	Esta informação é coletada na Pesquisa sobre Perfil Organizacional das DEAMs, promovida anualmente pelo Ministério da Justiça. A pesquisa de 2007, referente ao ano de 2006, contabilizou um total de 316.959 registros de ocorrência. A pesquisa de 2008, porém, cujos dados remetem aos atendimentos realizados por cada delegacia em 2007 ainda não teve seus resultados divulgados, motivo pelo qual não será possível, neste momento, realizar o cálculo deste indicador.



**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 0156 Prevenção e Enfrentamento da Violência contra as Mulheres

**Órgão Responsável** 20122 Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SEPM)

**Objetivo** *Prevenir e enfrentar, sistematicamente, as diferentes formas de violência contra as mulheres e promover o atendimento integral, humanizado e de qualidade àqueles em situação de violência ou risco, transmitindo atitudes e valores igualitários em prol da construção de uma cultura de paz*  
*Mulheres, efetiva ou potencialmente, sujeitas a situações de violência*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Proporção de Atendimento na Ouvidoria da SPM relacionados à Violência Doméstica e Sexual (percentual)</i>	Ouvidoria da Secretaria Especial de Política para as Mulheres	31/12/2006	16,50	12/2008	43,00	20,00	Alta	A Ouvidoria da SPM, criada em março de 2003, é um espaço de escuta qualificada que procura atuar por meio da articulação com outros serviços de ouvidoria do país, encaminhando os casos que chegam para os órgãos competentes nas esferas federal, estadual ou municipal. Também proporciona atendimentos diretos sobre diversos assuntos, inclusive sobre o tema da violência contra as mulheres. Em 2008, a Ouvidoria recebeu um total de 410 casos. Destes, 291 chegaram por meio de e-mails, cartas, fax, telefone e internet, e os demais 119 referem-se a registros de cárcere privado que são encaminhados pela Central de Atendimento à Mulher para análise e atuação por parte da Ouvidoria. Assim, do total de atendimentos realizados, 175, ou 43% deles, foram relacionados à violência doméstica e sexual.
<i>Proporção de Denúncias de Violência Física na Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180 (percentual)</i>	Secretaria Especial de Política para as Mulheres - Central de Atendimento à Mulher: Ligue 180	31/12/2006	68,00	12/2008	57,42	70,00	Alta	Os atendimentos realizados pela Central podem ser classificados em: informações, encaminhamentos para serviços da Rede, reclamações, elogios, sugestões e denúncias/relatos de violência. Estes últimos representam pouco mais de 9% do total de atendimentos realizados em 2008. Foram recebidas, portanto, na Central, 24.253 denúncias das mais diversas naturezas. Dentre elas, 14.080 eram relacionadas à violência física, o que equivale a uma proporção de 57,42%.
<i>Proporção de Denúncias de Violência Psicológica na Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180 (percentual)</i>	Ouvidoria da Secretaria Especial de Política para as Mulheres	31/12/2006	22,70	12/2008	29,47	25,00	Alta	Os atendimentos realizados pela Central podem ser classificados em: informações, encaminhamentos para serviços da Rede, reclamações, elogios, sugestões e denúncias/relatos de violência. Estes últimos representam pouco mais de 9% do total de atendimentos realizados em 2008. Foram recebidas, portanto, na Central, 24.253 denúncias das mais diversas naturezas. Dentre elas, 7.228 eram relacionadas à violência psicológica, o que equivale a uma proporção de 29,47%.
<i>Proporção de Denúncias de Violência Sexual na Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180 (percentual)</i>	Ouvidoria da Secretaria Especial de Política para as Mulheres	31/12/2006	2,50	12/2008	2,00	5,00	Média	Os atendimentos realizados pela Central podem ser classificados em: informações, encaminhamentos para serviços da Rede, reclamações, elogios, sugestões e denúncias/relatos de violência. Estes últimos representam pouco mais de 9% do total de atendimentos realizados em 2008. Foram recebidas, portanto, na Central, 24.253 denúncias das mais diversas naturezas. Dentre elas, 444 eram relacionadas à violência sexual, o que equivale a uma proporção de 2%.

**Programa** 1027 Prevenção e Preparação para Desastres **Órgão Responsável** 53000 Ministério da Integração Nacional (MI)

**Objetivo** *Prevenir danos e prejuízos provocados por desastres naturais e antropogênicos*

**Público-alvo** *Instituições de Defesa Civil*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Taxa de Municípios Preparados para Prevenção e Atendimento a Desastres (porcentagem)</i>	Órgãos Estaduais de Defesa Civil	20/1/2004	62,00	12/2008	78,20	-	Média	Capacitar os municípios, principalmente os com maior prevalência de desastres. Implementar a temática Defesa Civil nos municípios que tiveram troca de gestores no final de 2008. Realizar um maior número de obras preventivas de desastres, com vistas a diminuir os prejuízos com reconstrução e reabilitação de centros.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 0662 Prevenção e Repressão à Criminalidade **Órgão Responsável** 30000 Ministério da Justiça (MJ)

**Objetivo** Reduzir a criminalidade, intensificando o combate às organizações criminosas e aos crimes sob a competência da União

**Público-alvo** Sociedade

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal (porcentagem)	Departamento de Polícia Federal	31/12/2006	63,60	04/2008	66,50	80,00	Baixa	O índice previsto para o final do PPA em relação à Taxa de Conclusão de Inquéritos é de 80%, o índice atingido foi de 66,50%, acima do índice de referência mas abaixo do valor previsto ao final do PPA. As justificativas para os índices, conforme justificado no outro indicador, relacionam-se ao expressivo crescimento do número de inquéritos policiais instaurados bastante superior ao crescimento do número de servidores policiais. Nas avaliações anteriores do PPA, já se previu as dificuldades para atingimento do índice, alertando-se que para correção da situação e atingimento da meta somente com a contratação de novos policiais, na mesma proporção de acréscimo do quantitativo de inquéritos instaurados.
Prazo de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal (dias)	Departamento de Polícia Federal	1/12/2006	79,00	04/2008	88,00	70,00	Média	O índice apontado foi de 88 dias, enquanto o previsto para o final do PPA é de 70 dias. Os valores estão bem próximos do atingido no ano anterior, mas acima do valor previsto para o final do PPA que é de 70 dias. As justificativas para o não atingimento dos índices relacionam-se ao expressivo crescimento do número de inquéritos policiais instaurados bastante superior ao crescimento do número de servidores policiais. Nas avaliações anteriores do PPA, já se previu as dificuldades para atingimento do índice, alertando-se que para correção da situação e atingimento da meta somente com a contratação de novos policiais, na mesma proporção de acréscimo do quantitativo de inquéritos instaurados.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 0086 Previdência Complementar

**Órgão Responsável**

33000 Ministério da Previdência Social (MPS)

**Objetivo** Zelar pela segurança, liquidez e solvência dos planos de benefícios das entidades fechadas de previdência complementar, assegurando aos participantes e assistidos o direito ao benefício contratado e incentivar a expansão do sistema de previdência complementar visando a formação de poupança estável e a socialização do capital

**Público-alvo** Participantes e assistidos atuais e potenciais de entidades fechadas de previdência complementar

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Ativos Totais das Entidades Fechadas de Previdência Privada em Relação ao Produto Interno Bruto (PIB) (porcentagem)	SPC/Ministério da Previdência Social e IBGE/Ministério do Planejamento	31/12/2002	18,00	12/2008	15,30	18,00	Média	<p>A variação observada do presente índice deve ser compreendida à luz das duas variáveis consideradas. A rigor a leitura que se pode fazer é que tanto o PIB, quando os Ativos financeiros dos fundos de pensão variaram positivamente. Todavia, a variação se deu em proporções distintas. A razão da diferença na proporção é que deve ser melhor compreendida.</p> <p>A rigor o PIB mede a variação na produção de bens e serviços do lado real da economia, ao passo que os Ativos das Entidades Fechadas variam em conformidade com o ambiente predominantemente nos mercados financeiro.</p> <p>Considerando que ambos as variáveis cresceram positivamente, resta esclarecer o porque de o PIB ter tido maior expansão.</p> <p>A crise financeira internacional, cujos efeitos começaram a ser sentidos com mais intensidades a partir de setembro de 2008, gerou desvalorização geral dos ativos financeiros, com impacto retardado sobre a economia real.</p> <p>Apesar de a economia brasileira estar assentada sobre fundamentos consistentes, a gravidade da crise produziu impactos também nos mercados financeiros do país. Considerando que o crescimento econômico verificado no ano de 2008 foi bastante significativo nos três primeiros trimestres do ano, a expansão do PIB, que mede o lado real da economia, não foi afetado na mesma intensidade com que foi atingido o lado financeiro da economia.</p> <p>Nesse sentido, os Ativos das EFPCs, basicamente de caráter financeiro, tiveram sua expansão mais afetada, neste momento inicial, do que lado real da economia, medido pela produção de bens e serviços. Por este motivo, o índice em questão apresentou ligeira retração. Nada, porém, que comprometa o sucesso dos objetivos do Programa. Ao contrário, é justamente a disponibilidade de volume tão significativo de ativos de longo prazo que proporcionou mecanismo para amenizar os efeitos da crise no Brasil, bem como constituiu hoje um hábil instrumento para dinamizar o crescimento da economia e fazer o PIB voltar a crescer em ritmo mais adequado ao desenvolvimento econômico e social do país.</p>

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 0083 Previdência Social Básica **Órgão Responsável** 33000 Ministério da Previdência Social (MPS)

**Objetivo** Garantir o reconhecimento dos direitos previdenciários e a regularidade do pagamento dos benefícios

**Público-alvo** Segurados e dependentes do Regime Geral de Previdência Social

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Proteção da População acima de 60 anos pela Previdência (percentual)	INSS/Ministério da Previdência Social	31/12/2006	74,77	12/2008	75,83	77,50	Alta	Atualmente é atendida toda a demanda existente com relação aos requerentes de benefícios com idade acima de 60 anos.
Taxa de Retorno de Segurados Reabilitados para o Mercado de Trabalho (percentual)	INSS/Ministério da Previdência Social	31/12/2006	65,00	12/2008	59,90	70,00	Média	Há a necessidade de incremento do quantitativo de servidores que atuam na atividade de Reabilitação Profissional, sendo esta insuficiente a responsável pelo recuo do indicador da Ação. A previsão de grande número de aposentadorias na área acentua a necessidade de promoção de concurso público para a recomposição do quadro de servidores e o consequente aumento da capacidade de atendimento.
Taxa de Solução de Demandas (percentual)	INSS/Ministério da Previdência Social	31/12/2006	71,57	12/2008	84,20	77,00	Alta	-
Taxa de Solução dos Processos em Estoque no Conselho de Recursos da Previdência Social (percentual)	CRPS/Ministério da Previdência Social	31/12/2006	69,85	12/2008	83,00	85,00	Alta	-

**Programa** 0472 Proantar 52000 Ministério da Defesa (MD)  
**Órgão Responsável**

**Objetivo** *Efêtuar pesquisas conjuntas visando o conhecimento científico dos fenômenos antárticos e manter a presença do Brasil na Antártica*

**Público-alvo** *Sociedade brasileira, especialmente comunidade científica, universidades, empresas nacionais e Instituições da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM) ligadas ao PROANTAR*

Este programa não apresenta indicador.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 1107 Probacias - Conservação de Bacias Hidrográficas **Órgão Responsável** 44000 Ministério do Meio Ambiente (MMA)

**Objetivo** Implementar o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos e promover a recuperação e a conservação de bacias hidrográficas

**Público-alvo** Usuários de recursos hídricos e populações das bacias hidrográficas

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
População Brasileira Beneficiada com a Implementação de Projetos decorrentes da Cobrança pelo Direito de Uso dos Recursos Hídricos (%)	Agência Nacional de Águas	31/12/2006	5,93	12/2008	5,93	14,34	Alta	-
Área do Território Brasileiro com Implementação da Cobrança pelo Direito de Uso de Recurso Hídricos, excluída a Bacia Amazônica (%)	Agência Nacional de Águas	31/12/2006	1,58	12/2008	1,58	16,96	Alta	Os indicadores do Programa refletem o avanço da implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, medidos pela implantação do sistema de cobrança pelo direito de uso de recursos hídricos nas bacias hidrográficas de domínio da União, medida pela área do território nacional e pela respectiva população beneficiada com a implantação de projetos decorrentes da aplicação dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso dos recursos hídricos. Não foi contabilizado avanço no exercício, mais foi incluída a ação de cobrança na bacia do rio São Francisco, com projeção de arrecadação de recursos superiores a R\$ 6 milhões em 2009. No exercício de 2008 foi incluída a ação específica para abrigar os recursos da cobrança pelo direito de uso de recursos na bacia do rio São Francisco. Essa importante bacia hidrográfica representa mais de 90% do indicador do programa para o período do atual Plano Plurianual. O impacto no indicador do programa só será considerado quando da efetiva execução orçamentária no âmbito da ação "86A8 - Desenvolvimento de Ações Priorizadas pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco com Recursos da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos", em 2009.

**Programa** 0647 Produção de Material Bélico 52000 Ministério da Defesa (MD)

**Órgão Responsável**

**Objetivo** Produzir armamentos, cargas para munições e explosivos, para suprir o Exército Brasileiro com os meios necessários à defesa nacional e segurança pública

**Público-alvo** Forças armadas brasileiras e polícias militares

Este programa não apresenta indicador.



**Programa** 0758 Produção de Moeda e Documentos de Segurança **Órgão Responsável** 25000 Ministério da Fazenda (MF)

**Objetivo** Garantir o atendimento pleno das necessidades dos órgãos governamentais por cédulas, moedas, selos fiscais, selos postais e outros documentos de segurança para o setor público

**Público-alvo** Órgãos governamentais e empresas prestadoras de serviços públicos

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa Acumulada de Atendimento da Demanda Anual (porcentagem)	Casa da Moeda do Brasil	31/12/2002	99,20	-	-	100,00	Média	Rever os processos licitatórios e os procedimentos burocráticos, que dificultam e impedem o alcance das metas estabelecidas no Programa e a concretização de contratações e aquisições relacionadas às ações orçamentárias "Manutenção e Adequação da Infra-estrutura operacional - 4105" e de "Modernização do Parque Industrial - 3274", constantes no "Programa 0758 - Produção de Moeda e Documentos de Segurança".

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 1312 Promoção da Capacidade Resolutiva e da Humanização na Atenção à Saúde      **Órgão Responsável** 36000 Ministério da Saúde (MS)

**Objetivo** Garantir a atenção à saúde de grupos populacionais estratégicos e em situações especiais de agravos, de forma equitativa, integral, humanizada e com qualidade

**Público-alvo** Grupos populacionais estratégicos e em situações especiais de agravo

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Coefficiente de Mortalidade Infantil (1/1.000)	IBGE, SIM e SINASC	31/12/2003	27,00	12/2006	20,20	-	Média	Valor Estimado do Coeficiente de Mortalidade Infantil por mil nascidos vivos - Brasil para 2011 é de 15,1 por mil.
Coefficiente de Mortalidade Neonatal (1/1.000)	IBGE, SIM e SINASC	31/12/2003	17,00	12/2006	13,60	-	Média	Valor estimado do Coeficiente de Mortalidade Neonatal (Pós-Neonatal) - Brasil para 2011 é de 11,9 por mil.
Taxa de Participação dos Serviços Extra-Hospitalares de Atenção Psicossocial no Gasto Total com Atenção Psiquiátrica (percentagem)	MS/SAS / SIH-SUS, SIA-SUS	31/12/2005	44,53	12/2007	63,35	75,00	Média	-
Coefficiente de Letalidade Materna Hospitalar no SUS (1/100.000)	MS/SAS/SIH/SUS	31/12/2002	29,80	12/2006	24,60	-	Média	Sugere-se que a meta a ser alcançada em 2011 seja modificada para 10/100.000 internações obstétricas, pois face à regionalização do indicador é necessário mais tempo para enviar esta sugestão.

## Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

**Programa** 1143 Promoção da Ética Pública

**Órgão Responsável** 20101 Gabinete da Presidência da República (Presidência da República)

**Objetivo** Aprimorar a gestão da ética nos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal

**Público-alvo** Alta administração federal, membros das comissões de ética previstas no Decreto 1.171/94, agentes públicos, pessoas físicas ou jurídicas que se relacionam com entidades e órgãos da administração pública e a sociedade brasileira

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Confiança na Conduta dos Agentes Públicos (porcentagem)	Comissão de Ética Pública	-	-	12/2008	50,30	-	Média	Maior divulgação da ética no âmbito da sociedade e da administração pública, de forma a ampliar o grau de confiança na conduta dos agentes públicos, realizando uma fiscalização eficaz, bem como trabalhando a prevenção e educação no âmbito do sistema de gestão da ética e sua rede integrante. Ampliação de contatos com todos os órgãos e entidades responsáveis por zelar pela integridade na esfera pública.

## Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

<b>Programa</b>	1413 Promoção da Justiça e da Cidadania	30000	Ministério da Justiça (MJ)
-----------------	---	-------	----------------------------

**Órgão Responsável**

**Objetivo**

*Promover a formulação, a implementação e o monitoramento de políticas públicas e serviços nacionais e internacionais de justiça e cidadania para a consolidação da democracia*

**Público-alvo**

*Vítimas e potenciais vítimas do tráfico de pessoas e seus familiares e agentes que atuam na prevenção, repressão e assistência às vítimas; estrangeiros no Brasil e comunidades brasileiras no exterior; crianças e adolescentes espectadores e usuários de diversões públicas em geral; entidades sociais; e autoridades requerentes e requeridas no âmbito da cooperação jurídica internacional*

**Este programa não apresenta indicador.**

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcanço do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
			1,10	-	-	1,10	Alta	
Programa	0461 Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico						24000	Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT)
Objetivo	Promover o desenvolvimento científico e tecnológico do País, mediante o fortalecimento da pesquisa e da infra-estrutura técnico-científica existentes e incremento da produtividade dos pesquisadores							
Público-alvo	Instituições de pesquisa; universidades; e empresas nacionais							
Índice de Produtividade Científica dos Pesquisadores Apoiados com Auxílio à Pesquisa Concedido pelo CNPq (índice numérico)	CNPq	31/12/2002	1,10	-	-	1,10	Alta	Embora o índice não tenha sido apurado em 2008, a produtividade científica dos pesquisadores brasileiros tem aumentado significativamente, como já observado no "Número de artigos publicados", deduzindo-se que o índice previsto será atingido em 2011.
Índice de Produtividade Científica dos Pesquisadores das Unidades de Pesquisa do MCT (índice numérico)	Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa	1/12/2006	1,57	02/2009	2,10	1,50	Alta	
Processos e Técnicas Desenvolvidos nas Unidades de Pesquisa do MCT (unidade)	Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa	31/12/2006	670,00	02/2009	1.018,00	710,00	Alta	
Artigos Publicados em Periódicos Científicos Indexados no ISI pelos Pesquisadores Brasileiros (unidade)	Web of Science / ISI Web of Knowledge < <a href="http://portal.isiknowledge.com/portalLegi?DestApp=WOS&amp;Func=Frame&amp;InI=Yes&amp;SID=2ENLFpo@1aFpK7o61d">http://portal.isiknowledge.com/portalLegi?DestApp=WOS&amp;Func=Frame&amp;InI=Yes&amp;SID=2ENLFpo@1aFpK7o61d</a> > acesso em 22/03/2007	31/12/2006	18.423,00	05/2009	30.415,00	29.218,00	Alta	
Número de Instituições Usuárias da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (unidade)	Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP - <a href="http://www.rnp.br/comexao/instituicoes.php?cod=602">http://www.rnp.br/comexao/instituicoes.php?cod=602</a>	28/8/2007	306,00	07/2009	362,00	411,00	Alta	

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 1025 Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais - PROMESO **Órgão Responsável** 53000 Ministério da Integração Nacional (MI)

**Objetivo** Aumentar a sustentabilidade de espaços sub-regionais da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, para a redução das desigualdades inter e intra-regionais

**Público-alvo** Gestores públicos, lideranças sociais, comunidades locais e produtores, com ênfase nos pequenos e médios empreendedores

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Número de Ocupações Geradas na Sub-região da Bacia do Itapopoana (unidade)	CAGED/MTE e SPR/MI	-	-	-	-	-	Média	Já se encontra em estudo um novo indicador para avaliar o impacto do Programa, pois conforme apontado na caracterização do Programa, o indicador, que seria a base das avaliações do Programa, não consegue traduzir a sua realidade.
Número de Ocupações Geradas na Sub-região da Chapada das Mangabeiras (unidade)	CAGED/MTE e SPR/MI	-	-	-	-	-	Média	Já se encontra em estudo um novo indicador para avaliar o impacto do Programa, pois conforme apontado na caracterização do Programa, o indicador, que seria a base das avaliações do Programa, não consegue traduzir a sua realidade.
Número de Ocupações Geradas na Sub-região da Chapada do Araripe (unidade)	CAGED/MTE e SPR/MI	-	-	-	-	-	Média	Já se encontra em estudo um novo indicador para avaliar o impacto do Programa, pois conforme apontado na caracterização do Programa, o indicador, que seria a base das avaliações do Programa, não consegue traduzir a sua realidade.
Número de Ocupações Geradas na Sub-região da Metade Sul do Rio Grande do Sul (unidade)	CAGED/MTE e SPR/MI	-	-	-	-	-	Média	Já se encontra em estudo um novo indicador para avaliar o impacto do Programa, pois conforme apontado na caracterização do Programa, o indicador, que seria a base das avaliações do Programa, não consegue traduzir a sua realidade.
Número de Ocupações Geradas na Sub-região de Aguias Emendadas (unidade)	CAGED/MTE e SPR/MI	-	-	-	-	-	Média	Já se encontra em estudo um novo indicador para avaliar o impacto do Programa, pois conforme apontado na caracterização do Programa, o indicador, que seria a base das avaliações do Programa, não consegue traduzir a sua realidade.
Número de Ocupações Geradas na Sub-região do Alto Solimões (unidade)	CAGED/MTE e SPR/MI	-	-	-	-	-	Média	Já se encontra em estudo um novo indicador para avaliar o impacto do Programa, pois conforme apontado na caracterização do Programa, o indicador, que seria a base das avaliações do Programa, não consegue traduzir a sua realidade.
Número de Ocupações na Sub-região do Bico do Papagaio (unidade)	CAGED/MTE e SPR/MI	-	-	-	-	-	Média	Já se encontra em estudo um novo indicador para avaliar o impacto do Programa, pois conforme apontado na caracterização do Programa, o indicador, que seria a base das avaliações do Programa, não consegue traduzir a sua realidade.
Número de Ocupações na Sub-região do Vale do Riberita e Guaruaçuaba (unidade)	CAGED/MTE e SPR/MI	-	-	-	-	-	Média	Já se encontra em estudo um novo indicador para avaliar o impacto do Programa, pois conforme apontado na caracterização do Programa, o indicador, que seria a base das avaliações do Programa, não consegue traduzir a sua realidade.
Número de Ocupações na Sub-região do Vale do Jequitinhonha e Macuri (unidade)	IBGE e SPR/MI	-	-	-	-	-	Média	Já se encontra em estudo um novo indicador para avaliar o impacto do Programa, pois conforme apontado na caracterização do Programa, o indicador, que seria a base das avaliações do Programa, não consegue traduzir a sua realidade.
Número de Ocupações na Sub-região do Vale do Rio Acre (unidade)	CAGED/MTE e SPR/MI	-	-	-	-	-	Média	Já se encontra em estudo um novo indicador para avaliar o impacto do Programa, pois conforme apontado na caracterização do Programa, o indicador, que seria a base das avaliações do Programa, não consegue traduzir a sua realidade.
Número de Ocupações Geradas na Sub-região do Xingó (unidade)	CAGED/MTE e SPR/MI	-	-	-	-	-	Média	Já se encontra em estudo um novo indicador para avaliar o impacto do Programa, pois conforme apontado na caracterização do Programa, o indicador, que seria a base das avaliações do Programa, não consegue traduzir a sua realidade.

**Programa** 1025 Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais - PROMESO 53000 Ministério da Integração Nacional (MI) **Órgão Responsável**

**Objetivo** Aumentar a sustentabilidade de espaços sub-regionais da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, para a redução das desigualdades inter e intra-regionais

**Público-alvo** Gestores públicos, lideranças sociais, comunidades locais e produtores, com ênfase nos pequenos e médios empreendedores

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Número de Ocupações Geradas na Região Integrada do DF e Entorno (unidade)	CAGED/MTE e SPR/MI	-	-	-	-	-	Média	Já se encontra em estudo um novo indicador para avaliar o impacto do Programa, pois conforme apontado na caracterização do Programa, o indicador, que seria a base das avaliações do Programa, não consegue traduzir a sua realidade.
Número de Ocupações Geradas na Sub-região da Grande Fronteira do Mercosul (unidade)	CAGED/MTE e SPR/MI	-	-	-	-	-	Média	Já se encontra em estudo um novo indicador para avaliar o impacto do Programa, pois conforme apontado na caracterização do Programa, o indicador, que seria a base das avaliações do Programa, não consegue traduzir a sua realidade.
Número de Ocupações no Semi-árido (a definir)		-	-	-	-	-	Média	Já se encontra em estudo um novo indicador para avaliar o impacto do Programa, pois conforme apontado na caracterização do Programa, o indicador, que seria a base das avaliações do Programa, não consegue traduzir a sua realidade.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 0355 Promoção das Exportações

35000 Ministério das Relações Exteriores (MRE)

**Órgão Responsável**

**Objetivo** Ampliar o acesso de empresas brasileiras ao mercado internacional

**Público-alvo** Empresas exportadoras ou com potencial exportador e empresas com potencial para captação de investimento direto estrangeiro

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcanço do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Apoio à Empresas Exportadoras (porcentagem)	Departamento de Promoção Comercial - DPR	21/8/2003	85,00	01/2009	68,00	95,00	Média	Com referência à relação percentual entre o número de empresas apoiadas pelo Programa e o número de empresas efetivamente exportadoras, o índice apurado para o ano de 2008 foi de 68%. Em outras palavras, a BrazilTradeNet - dada sua ampla capilaridade - conta hoje com 13.829 empresas cadastradas, frente a um universo exportador que, de acordo com os dados do MDIC, compreendeu 20.408 empresas efetivamente exportadoras no ano de 2008. Desse modo, a BTN já alcança quase 70% do universo exportador brasileiro. Ressalte-se, entretanto, que o Programa, em função de seus objetivos precípuos, apoia, também, empresas exportadoras não cadastradas na BTN - por meio da organização de missões comerciais, participação em seminários, palestras e atendendo pedidos de informações. A luz do que precede, a BTN alcança um universo mais amplo de exportadores brasileiros. 2. O índice previsto para o final do PPA, de toda forma, deve ser ajustado para 75%. O novo índice espelhará de maneira mais adequada o fôto de que a manutenção do cadastro da BrazilTradeNet implica sua permanente atualização, feita a partir de consultas feitas pelo Departamento de Promoção Comercial diretamente junto às empresas e entidades cadastradas. Tal atualização frequentemente acarreta exclusão de dados sobre empresas que se tornam inválidos com o tempo. A estimativa inicial, de 95%, associava-se à noção de que as próprias cadastradas manteriam atualizados os seus registros, hipótese que não se verificou. 3. Cabe salientar que a confiabilidade das informações disponíveis no cadastro é fundamental para a credibilidade da própria BrazilTradeNet; e que é de interesse do Programa ampliar ao máximo o número de empresas registradas. Sem prejuízo da redução em tela, serão portanto fortalecidos os mecanismos de divulgação do "site" junto a seu universo de usuários, inclusive por meio de encontros de comércio exterior, missões e feiras empresariais e interação com outros órgãos públicos e privados, a exemplo do MDIC, MAPA, APEX e sistema CNI. A esse propósito, cabe acrescentar que, em função de entendimentos com o Banco do Brasil, suas agências no interior do País trabalharão para divulgar a BrazilTradeNet junto a sua carteira de clientes empresariais.



**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 1432 Promoção de Políticas Afirmativas para a Igualdade Racial **Órgão Responsável** 20126 Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR)

**Objetivo** Reduzir as desigualdades raciais e promover uma cultura não-discriminatória, de forma a assegurar à população - independentemente de sua cor ou raça - o exercício pleno de sua cidadania e melhores condições de vida

**Público-alvo** Grupos étnica e racialmente discriminados, com ênfase na população negra

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade de Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Cobertura Estadual dos Organismos Governamentais de Promoção dos Direitos da População Negra (%)	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial	31/12/2006	85,00	12/2009	100,00	100,00	Alta	-
Taxa de Cobertura Municipal dos Organismos Governamentais de Promoção dos Direitos da População Negra (%)	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial	31/12/2006	7,60	12/2009	9,42	11,60	Alta	-
Número de Negros Qualificados para a Cidadania e Gestão Pública (unidade)	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial	31/12/2006	0,00	-	-	6.000,00	Baixa	intensificar as ações nesta área, por intermédio de parcerias com instituições públicas e privadas, e monitorar os resultados.
Evolução do Número de Organismos no FIPTR (%)	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial	31/12/2006	0,00	-	-	44,00	Alta	-

<b>Programa</b>	0120 Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira	<b>Órgão Responsável</b>	53000 Ministério da Integração Nacional (MI)				
<b>Objetivo</b>	<i>Promover o desenvolvimento da faixa de fronteira</i>						
<b>Público-alvo</b>	<i>Gestores públicos, lideranças sociais, investidores potenciais, comunidades locais e produtores, com ênfase nos pequenos e médios empreendedores situados na Faixa de Fronteira</i>						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008	Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice				
<i>Número de Ocupações Geradas nos Arranjos Produtivos Locais na Faixa de Fronteira (unidade)</i>	CAGED/MTE e SPR/MI	-	-	-	-	Média	Como investimentos em arranjos produtivos locais possuem, em média, duração de dois anos e meio a três anos para sua execução e alcance dos objetivos, até o presente momento não puderam ser verificados, prejudicando a mensuração do índice de referência.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 1404 Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa **Órgão Responsável** 20121 Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH)

**Objetivo** Assegurar os direitos da pessoa idosa, enfrentando a violência e a discriminação e propiciando sua inclusão e participação efetiva na sociedade

**Público-alvo** População idosa brasileira

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Estados com Planos de Enfrentamento à Violência contra a Pessoa Idosa (%)	Subsecretaria de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos	31/12/2006	0,00	-	-	100,00	Alta	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Estruturação da equipe do Programa para realização de articulação e mobilização dos estados visando a implementação das redes de proteção e defesa dos direitos da pessoa idosa nos estados;</li> <li>-Implantação do módulo idosos do disque direitos humanos para recebimento e encaminhamento de denúncias de violência contra pessoa idosa;</li> <li>-Realização de estudo para criação de banco de dados referente aos equipamentos existentes para o enfrentamento da violência contra pessoa idosa;</li> <li>-Por meio do registro, encaminhamento e monitoramento das denúncias registradas no DDH – Módulo Idoso, será possível compor um banco de dados capaz de mapear nacionalmente a problemática da violência contra pessoa idosa, bem como as potencialidades e deficiências da rede de atendimento e responsabilização, que servirá como subsídio para gestores estaduais na elaboração de Planos de Enfrentamento à Violência contra a Pessoa Idosa.</li> </ul>

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 1086 Promoção e Defesa dos Direitos de Pessoas com Deficiência **Órgão Responsável** 20121 Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH)

**Objetivo** Assegurar os direitos e combater a discriminação contra pessoas com deficiência, contribuindo para sua inclusão ativa no processo de desenvolvimento do país

**Público-alvo** Pessoas com Deficiência

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Estados Brasileiros com Conselhos de Direitos da Pessoa com Deficiência (percentagem)	CORDE/SEDH	14/8/2003	44,44	12/2008	81,48	100,00	Alta	A previsão para 2011 continua sendo 100% dos estados com Conselhos de Direitos da Pessoa com Deficiência criados em Lei. Faltam Alagoas, Acre, Amazonas e Roraima.
Taxa de Municípios Brasileiros com Conselhos de Direitos da Pessoa com Deficiência (percentagem)	CORDE/SEDH	14/8/2003	1,38	12/2008	5,14	-	Média	A previsão é de se alcançar em 2011 10,00% dos municípios brasileiros com Conselhos de Direitos da Pessoa com Deficiência criados em Lei. Em dezembro de 2008, foram detectados que 286 municípios possuem os referidos Conselhos criados conforme demonstrativo: Região Sul - Total: 60 - PR:18; RS:30; SC:12 Região Sudeste - Total:141 - ES:7; MG:21; RJ:27; SP:86 Região Centro-Oeste - Total:19 - MS:6; MT:3 Região Nordeste - Total:64 - AL:3; BA:12; CE:11; MA:8; PB:2; PE:6; PI:15; RN:5; SE:2 Região Norte - Total:12 - AM:1; RO:1; TO:10 É necessária a atualização do índice final do PPA. Estima-se algo em torno de 10%.
Taxa de Inclusão Escolar (percentagem)	IBGE e Ministério da Educação	14/8/2003	14,86	12/2008	20,91	-	Muito Baixa	Com vistas à utilização das faixas etárias previstas no Censo Demográfico, que é até 19 anos, este indicador deverá sofrer alteração na fórmula de cálculo, ficando relação percentual entre o nº de pessoas com deficiência de 0 a 19 anos, matriculadas no sistema de ensino regular e especial, público e privado e a estimativa de nº de pessoas com deficiência nesta mesma faixa etária. Em 2008, foram computadas 695.699 matriculas de pessoas com deficiência nas escolas brasileiras, sendo que 45,99% em classes especiais e 54,01% em classe comum; 67,14% em escolas públicas e 32,86% em escolas privadas. Seguindo o Censo Demográfico 2000, estimou que 3.327.111 brasileiros na faixa etária de 0 a 19 anos são pessoas com deficiência, portanto, estima-se que 20,91% das pessoas com deficiência nesta faixa etária estavam no ensino regular em 2008. Com as medidas adotadas pelo MEC, prevê-se que, em 2011, 40% das pessoas com deficiência na faixa etária de 0 a 19 anos estejam com acesso à educação regular. Selecionada opção D tem em vista necessidade de adequação da fórmula de cálculo.
Taxa de Efetividade da Reserva de Postos de Trabalho das Pessoas com Deficiência (percentagem)	Ministério do Trabalho e Emprego	-	-	12/2007	50,00	5,00	Alta	Foi definida, de maneira mais precisa, a fórmula de cálculo desse indicador: "Relação percentual entre o número de postos de trabalho ocupados em empresas privadas e o número de postos de trabalho reservados por lei".
Taxa de Efetividade do Cumprimento da Lei de Quotas por Empresas com Mais de 100 Funcionários (percentagem)	Ministério do Trabalho e Emprego	-	-	-	-	100,00	Muito Baixa	Será proposta a exclusão desse indicador no PLOA 2010 em decorrência da dificuldade de lidar com os bancos de dados oficiais que tratam do tema. Ademais, o indicador acima, que foi mantido, provavelmente fornecerá as informações necessárias à avaliação da política voltada à inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho.
Taxa de Inserção de Pessoas com Deficiência no Serviço Público (percentagem)	DGRH/MP, Poder Judiciário e Poder Legislativo	-	-	12/2008	0,90	45,00	Muito Baixa	Melhor desenho do indicador e aperfeiçoamento dos bancos de dados.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 0797 **Prospecção e Avaliação de Políticas Públicas** **Órgão Responsável** 20101 **Gabinete da Presidência da República (Presidência da República)**

**Objetivo** *Contribuir para a qualidade dos processos decisórios de governo, mediante a prestação de suporte técnico à prospecção dos problemas de desenvolvimento, à formulação, monitoramento e avaliação de ações governamentais e ao aperfeiçoamento do planejamento governamental de médio e longo prazos*

**Público-alvo** *Governo e sociedade*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Índice de Avaliação Institucional do Instituto, na Aferição de Desempenho dos Órgãos do Ciclo de Gestão - CGC (proxy de avaliação pelo Governo)</i>	IPEA/MP	4/2/2007	99,00	12/2008	99,00	97,00	Alta	Com o alcance do índice proposto, há a necessidade de buscarmos outros índices que possam definir com mais clareza o alcance dos objetivos do Programa aliado ao Planejamento Estratégico do IPEA.
<i>Taxa de Crescimento dos Acessos aos Sites do IPEA (proxy de avaliação pela sociedade) (percentagem)</i>	IPEA/MP	4/6/2007	1,00	12/2008	2,00	3,00	Alta	O índice proposto pode ser melhorado ao longo das avaliações do PPA para que possamos imprimir nova forma de atuação em consonância ao Planejamento Estratégico proposto.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 0670 Proteção a Pessoas Ameaçadas

**Órgão Responsável**

2021 Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH)

**Objetivo** Garantir proteção especial a testemunhas, defensores de direitos humanos e crianças e adolescentes ameaçados de morte, bem como prestar assistência a vítimas sobreviventes de crimes

**Público-alvo** Testemunhas de crimes, vítimas de violência, defensores de direitos humanos, crianças e adolescentes ameaçados de morte

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Atendimento de Pessoas com Necessidade de Proteção (percentagem)	GAJOP	31/12/2003	100,00	04/2009	100,00	100,00	Alta	CENTRO DE ATENDIMENTO A VÍTIMAS DE CRIMES: Todas as pessoas encaminhadas os Centros de Atendimento a Vítimas de Crimes recebem pronto atendimento de equipe interdisciplinar. 100%.
Taxa de Evolução do Atendimento dos Serviços de Assistência a Vítimas de Crimes (percentual)	Subsecretaria de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos SPDDH/SEDH	-	-	04/2009	0,36	-	Alta	A taxa de evolução do atendimento cresce cada vez mais, pois, à medida que os índices de violência são crescentes e há uma maior divulgação do Serviço de Assistência à Vítima, a demanda tende a ser sempre maior. A meta estabelecida era para atender a 3.500 pessoas, ao passo que os Centros acabaram por atender a 4.500 vítimas. A principal medida corretiva necessária é a definição do índice para 2011, demanda já encaminhada à área responsável.
Tempo Médio de Permanência no Programa (dia/beneficiário)	Coordenação-Geral de Proteção a Testemunhas - CGPT/SEDH	-	-	04/2009	180,00	-	Alta	PROGRAMA DE PROTEÇÃO A VÍTIMAS E TESTEMUNHAS: até dois anos PROGRAMA DE PROTEÇÃO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES AMEAÇADOS DE MORTE: até dois anos CENTRO DE ATENDIMENTO A VÍTIMAS DE CRIMES: até dois anos Diferentemente do programa de Proteção a Testemunhas, nos CEAV's, as pessoas não devem permanecer em atendimento por muito tempo, uma vez que o objetivo dos Centros é realizar o acolhimento e atendimento das vítimas, na perspectiva da informação e da orientação sobre seus deveres e direitos enquanto cidadãos e sobre a legislação que assegura esses direitos. Em ato contínuo, devem realizar o encaminhamento de denúncias sobre discriminação, violência e crimes, para a Defensoria Pública, o Ministério Público, os Conselhos de Direito, as Secretarias de Estados e dos Municípios de Saúde, de Segurança Pública, de Assistência Social, de Justiça e Cidadania, as Comissões de Direitos Humanos das Assembleias Legislativas das Câmaras Municipais; a OAB; as Delegacias Especializadas; as organizações não governamentais que representam as populações vulneráveis da sociedade, entre outros. A principal medida corretiva necessária é a definição do índice para 2011, demanda já encaminhada à área responsável.
Taxa de Jovens Beneficiários Encaminhados para a Escola (%)	Coordenação-Geral de Proteção a Testemunhas - CGPT/SEDH	-	-	04/2009	100,00	-	Alta	A principal medida corretiva necessária é a definição do índice para 2011, demanda já encaminhada à área responsável.
Taxa de Beneficiários Encaminhados para Programas de Capacitação (%)	Coordenação-Geral de Proteção a Testemunhas - CGPT/SEDH	-	-	04/2009	50,00	-	Alta	A principal medida corretiva necessária é a definição do índice para 2011, demanda já encaminhada à área responsável.

Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

**Programa** 0151 Proteção de Terras Indígenas, Gestão Territorial e Etnodesenvolvimento 30000 Ministério da Justiça (MJ) **Órgão Responsável**

**Objetivo** *Garantir e proteger a integridade do patrimônio territorial e ambiental das sociedades indígenas*

**Público-alvo** *Sociedades indígenas*

Este programa não apresenta indicador.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 0150 Proteção e Promoção dos Povos Indígenas

**Órgão Responsável**

30000 Ministério da Justiça (MJ)

**Objetivo** Garantir aos povos indígenas a manutenção ou recuperação das condições objetivas de reprodução de seus modos de vida e proporcionar-lhes oportunidades de superação das assimetrias observadas em

relação à sociedade brasileira em geral

**Público-alvo** Povos Indígenas

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Terras Sem Posse Indígena Plena (percentual)	Funai	1/7/2007	27,20	02/2009	26,00	10,90	Média	A taxa evoluiu em 1,2%, atingindo o índice de 26,000 em 2008, considerando o índice de referência do PPA (27,200). Contudo, o número de terras indígenas conhecidas não é estático, uma vez que altera na medida em que se promove os estudos. Assim, se o índice fosse calculado com relação a situação atual das terras indígenas (jan/09) teríamos o indicativo de 24,500%. Portanto, é necessário considerar fixo o nº terras indígenas conhecidas no decorrer do exercício, além do resultado ao final. Se assim for, temos uma previsão para o final de 2009 em cerca de 23,000%, considerando o índice inicial de 2009 em 24,500, ou seja deverá evoluir em torno de 1,500.
Número de Terras Indígenas Regularizadas (unidade)	Funai	1/7/2007	420,00	02/2009	428,00	542,00	Baixa	Em 2008, 8 terras indígenas (base STI) tiveram os procedimentos de demarcação administrativa concluídos em todas as suas fases, cerca de 33% do previsto de 24 terras. Assim o índice inicial de 420 avançou para 428 terras indígenas regularizadas. Porém, há uma diferença no índice inicial de 2008 que na realidade seria de 417 terras. Dessa forma o número atual seria então (417+8) 425. Portanto, o valor a ser considerado para início de 2009. O indicador evoluiu além do estabelecido devido a carência de servidores que atuam na área fundiária, dificuldades impostas por terceiros contrários ao processo e decisões judiciais que retardam os trabalhos.
Taxa de Aldeias em Situação de Vulnerabilidade (percentual)	Funai e Funasa.	1/7/2007	19,98	-	-	15,98	Muito Baixa	*A Funai ainda não possui um banco de dados capaz de fornecer de forma integrada todas as informações necessárias para proceder a construção do indicador de vulnerabilidade para os Povos Indígenas. As informações acerca das variáveis necessárias para a sua construção encontram-se difusas em vários órgãos federais que implementam políticas indigenistas, fato que impossibilitou a construção de um indicador de vulnerabilidade para o Programa do PPA 0150, com a finalidade de mensurar sua efetividade, eficiência e efetividade. Como medidas corretivas, será necessário a implementação de medidas buscando compilar as informações para a reconstrução do indicador.
Coefficiente de Mortalidade Infantil entre Crianças Indígenas Menores de 1 Ano (1/1.000)	SIASI DESAI/FUNASA/Ministério da Saúde	1/1/2007	48,00	04/2009	44,95	39,00	Média	A redução da mortalidade infantil indígena é uma das prioridades da Funasa. Este indicador apresenta tendência de queda e um dos objetivos estratégicos da instituição é atingir índices compatíveis aos da população não indígena. O gráfico abaixo demonstra a série histórica de mortalidade infantil indígena de 2000 a 2008. (informações recebidas através de mensagem de correio eletrônico da Srª Coordenadora Geral de Planejamento e Avaliação - FUNASA)
Coefficiente de Incidência de Tuberculose Bacilífera na População Indígena (1/100.000)	SIASI DESAI/FUNASA/Ministério da Saúde	1/1/2007	104,10	04/2009	19,40	89,50	Muito Baixa	Dados parciais de 2008 apontam para o registro de 95 casos de tuberculose de todas as formas, o que representa uma incidência de 19,4 por 100.000 habitantes e no que diz respeito à tuberculose pulmonar positiva, identificaram-se 87 casos representando uma incidência de 17,8 por 100.000 habitantes. O conjunto das informações epidemiológicas de 2008 são preliminares (23 dos 34 Dsc), e estão sujeitos a revisão. (informações recebidas através de mensagem de correio eletrônico da Srª Coordenadora Geral de Planejamento e Avaliação - FUNASA)



**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 0150 Proteção e Promoção dos Povos Indígenas **Órgão Responsável** 30000 Ministério da Justiça (MJ)

**Objetivo** Garantir aos povos indígenas a manutenção ou recuperação das condições objetivas de reprodução de seus modos de vida e proporcionar-lhes oportunidades de superação das assimetrias observadas em relação à sociedade brasileira em geral

**Público-alvo** Povos Indígenas

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançe do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Coefficiente de Incidência Parasitária de Malária na População Indígena (1/1.000)	SIASI / DESAI - SISMAL / CENEPI / FUNASA / Ministério da Saúde	1/1/2007	122,43	-	-	50,10	Muito Baixa	Dados parciais apontam para uma diminuição da morbidade e para a redução de 46,7% dos casos de P. falciparum. A mortalidade por esse agravo vem apresentando uma tendência de diminuição progressiva, onde se representa dados preliminares em 2006 de 06 óbitos, em 2007 de 5 óbitos e em 2008, de 02 óbitos. Dentre os fatores associados que contribuíram para essa redução destaca-se a intervenção no ciclo natural de propagação da doença, o uso de novos fármacos, a organização dos serviços, capacitação dos recursos humanos e o tratamento e diagnóstico precoce dos casos. (informações recebidas através de mensagem de correio eletrônico da Srª Coordenadora Geral de Planejamento e Avaliação - FUNASA)

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 1384 Proteção Social Básica **Órgão Responsável** 55000 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)

**Objetivo** Prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários

**Público-alvo** Famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e/ou risco social decorrentes da pobreza, privação, ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, intempérie ou calamidade, fragilização de vínculos de pertencimento social decorrente de discriminação étnica, étnica, de gênero, por orientação sexual, por deficiência, entre outros

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Razão entre o Número de Serviços Operados pela Proteção Social Básica e o Número de Benefícios Pagos (unidade)	SNAS	31/12/2006	0,28	02/2009	0,34	-	Média	O índice previsto para o final do PPA ainda está em apuração.
Taxa de Cobertura de CRAS para Famílias com Renda Familiar Per Capita de até 1/2 Salário Mínimo Co-Financiados com Recursos Federais (%)	Matriz de Informações Sociais	31/12/2006	48,00	02/2009	51,66	100,00	Média	O alcance desta meta depende de disponibilidade orçamentária. Considerando a perspectiva de que parte dos recursos do Piso Básico de Transição sejam direcionados para a oferta do PAIF, em CRAS, há indícios de avanço no índice de cobertura previsto. Contudo, tendo em vista o contexto da crise internacional, o corte e contingenciamento de recursos orçamentários sofridos no ano de 2009, é possível que a meta não seja atingida.
Taxa Anual de Crescimento do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social para Pessoa Idosa (%)	Sistema Integrado de Tratamento Estatístico de Séries Estratégicas	31/12/2006	11,10	02/2009	9,09	6,77	Média	A Taxa Anual de Crescimento do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social para Pessoa Idosa apresentou queda nos últimos três anos. Em 2006, o crescimento registrado foi de 9,98% e estimava-se que em 2008 este percentual fosse de 7,78%. Entretanto, o percentual registrado em 2008 foi de 9,09%. Identifica-se, portanto, uma tendência de queda, embora não exatamente na proporção estimada. Pode-se inferir, portanto, que ao final do PPA o percentual observado pode superar o previsto, que é de 6,77%.
Taxa Anual de Crescimento do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social para Pessoa com Deficiência (%)	Sistema Integrado de Tratamento Estatístico de Séries Estratégicas	31/12/2006	6,76	02/2009	8,28	6,14	Média	A Taxa Anual de Crescimento do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social para Pessoa com Deficiência registrou aumento nos últimos três anos. Em 2006, o crescimento foi de 5,91% e estimava-se para 2008 um percentual de 6,60. Porém, observou-se um índice de 8,28% em 2008. Assim, o índice previsto para o final do PPA, que é de 6,14, provavelmente será superado, isto é, o índice observado poderá ser superior ao previsto.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 1385 Proteção Social Especial **Órgão Responsável** 55000 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)

**Objetivo** *Aumentar o alcance da Seguridade Social brasileira não contributiva, a partir da concretização de atenções sócio-assistenciais de proteção social especial, de modo a promover a redução de risco pessoal e social em decorrência da exposição a situações de extrema vulnerabilidade, tais como abandono, violência física, psíquica e/ou sexual, uso de substâncias psicoativas, situação de rua, entre outras que caracterizam o fenômeno da exclusão social dos indivíduos e famílias que não tiveram seus direitos concretizados, visando a orientação, o convívio e o resgate de vínculos familiares e comunitários*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcança do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Taxa de Implantação dos Serviços de Proteção Social Especial a Indivíduos e Famílias em Municípios com Mais de 100 mil Habitantes (%)</i>	Matriz de Informação Social/MDS; IBGE	1/7/2007	0,00	12/2008	92,00	100,00	Alta	-
<i>Taxa de Cobertura dos Pisos de Proteção Social Especial: Piso de Transição de Média Complexidade; Piso de Alta Complexidade I; e Piso de Alta Complexidade II (%)</i>	MDS/REDESUAS	1/7/2007	38,80	12/2008	31,97	70,00	Alta	-
<i>Porcentagem de Crianças e Adolescentes Institucionalizados por Motivo de Pobreza Reintegradas às suas Famílias (%)</i>	MDS/SISCOM, MDS/SU/ASWEB, Censos Locais e Pesquisa Nacional Realizada pelo IPEA/2004: "O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil"	1/7/2007	0,00	-	-	100,00	Alta	-
<i>Taxa de Reordenamento dos Serviços da Proteção Social Especial (%)</i>	MDS/SU/ASWEB, MDS/SISCON e informação gerencial	1/6/2007	0,00	-	-	100,00	Alta	-

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 1157 Qualidade dos Serviços de Telecomunicações

**Órgão Responsável**

41000 Ministério das Comunicações (MC)

**Objetivo** Garantir condições para o acesso da população às telecomunicações, protegendo o interesse dos consumidores quanto a preço e qualidade

**Público-alvo** Usuários de serviços de telecomunicações

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcanço do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Densidade de Acesso em Telefonia Fixa (%)	ANATEL	31/12/2006	20,70	01/2009	21,18	19,16	Média	Sem necessidade de medidas corretivas.
Densidade de Acesso em Telefonia Móvel (%)	ANATEL	31/12/2006	55,70	01/2009	78,11	86,02	Alta	Sem necessidade de medidas corretivas.
Densidade de Acessos em Banda Larga (%)	ANATEL	31/12/2006	3,20	03/2009	5,97	6,35	Alta	Sem necessidade de medidas corretivas.
Solicitações de Reparo na Telefonia Fixa (%)	ANATEL	31/12/2007	1,50	01/2009	1,28	1,50	Alta	Sem necessidade de medidas corretivas.
Taxa de Reclamações de Usuários de Telefonia Móvel (%)	ANATEL	31/12/2007	1,00	01/2009	0,03	1,00	Alta	Sem necessidade de medidas corretivas.
Taxa de Reclamações de Usuários de TV por Assinatura (%)	ANATEL	31/12/2007	2,00	01/2009	0,06	2,00	Alta	Sem necessidade de medidas corretivas.
Taxa de Solicitações Atendidas no Prazo (%)	ANATEL	31/12/2007	82,00	01/2009	74,55	82,00	Alta	Sem necessidade de medidas corretivas.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 1346 Qualidade Ambiental

**Órgão Responsável**

44000 Ministério do Meio Ambiente (MMA)

**Objetivo** Promover a melhoria da qualidade ambiental por meio do fortalecimento dos instrumentos de gestão, controle de riscos e atendimento às emergências decorrentes de substâncias perigosas e resíduos industriais, controle de emissões de gases de efeito estufa na atmosfera e a definição de medidas de adaptação às mudanças climáticas

**Público-alvo** Sociedade

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Número de empreendimentos de infra-estrutura sem licença de operação (unidade)	IBAMA, órgãos estaduais de meio ambiente, MME e MT	30/6/2004	440,00	01/2009	52,00	10,00	Média	Muito embora o IBAMA já esteja desenvolvendo várias ações para melhorias nas atividades voltadas à regularização ambiental, cabendo destacar a formalização de rotinas técnico-administrativas, a capacitação técnica, a contratação de profissionais por meio da modalidade "produção", e a instauração dos Núcleos de Licenciamento Ambiental no âmbito das Superintendências nos estados, a solução definitiva das questões relacionadas a esse tema é dependente: a). Da reestruturação do IBAMA, dotando a área de licenciamento de melhor estrutura, inclusive voltada a ações específicas como o monitoramento pós-licença e a regularização ambiental; b). Do estabelecimento de um novo modelo de gestão de processos, focado em resultados; c). Da efetivação de novos servidores aprovados em concurso público, minimizando a deficiência atual; d). Da viabilização da contratação de profissionais especializados; e). Da articulação com os empreendedores no sentido de agilizar a elaboração dos estudos e diagnósticos; e f). A continuidade dos trabalhos de reestruturação física e operacional dos Núcleos de Licenciamento Ambiental junto às Superintendências do IBAMA nos Estados, objetivando a consolidação da proposta de desconcentração de licenciamentos ambientais, em particular de processos de regularização ambiental, além dos acompanhamentos pós-licença.
Número de episódios anuais de violação do padrão diário de qualidade do ar para os parâmetros material particulado inalável (PM10) e ozônio (O3) (unidade)		3/12/2006	461,00	01/2009	657,00	250,00	Média	Ocorreram melhorias, tanto no quantitativo do indicador, como nas condições das redes de medição, o que deve servir de incentivo para a continuidade de programas governamentais como o PROCONVE, principalmente para os veículos pesados e na implementação do programa de Manutenção e Inspeção Veicular, como também, nas ações de Fortalecimento dos Órgãos Estaduais para o Licenciamento e Controle das Emissões Industriais.
Consumo Nacional de Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio (CFCs) (tonelada)	Cadastro Técnico Federal do IBAMA	31/12/2003	4.000,00	04/2009	290,00	100,00	Alta	Não há medidas corretivas a implementar
Consumo Nacional de Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio (HCFCs) (tonelada)	Cadastro Técnico Federal do IBAMA	30/4/2007	874,40	04/2009	1.810,00	1.167,70	Alta	Não há medidas corretivas a implementar

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 0375 Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários **Órgão Responsável** 22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)

**Objetivo** *Salvaguardar a produção e a produtividade agropecuária pela garantia de níveis adequados de conformidade e qualidade dos insumos básicos colocados à disposição dos produtores*

**Público-alvo** *Agricultores, estabelecimentos produtores e comerciais, laboratórios, certificadores, reembaladores e armazenadores de insumos agropecuários*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Conformidade de Defensivos Agrícolas (percentagem)	CFA/DDIV/SDA	1/1/2004	15,00	12/2008	96,00	5,00	Muito Baixa	Taxa de Conformidade de Agrotóxicos e Afins e não de Defensivos Agrícolas conforme consta no formulário. Taxa de conformidade definida de forma equivocada. Os valores reais são: 85% e não 15%. Portanto, o índice previsto ao final do PPA 95% e não 5%.
Taxa de Conformidade de Corretivos Agrícolas (percentagem)	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo - SDC	31/12/2006	83,00	12/2008	91,30	94,00	Alta	Não há necessidade de medidas corretivas
Taxa de Conformidade de Fertilizantes Minerais (percentagem)	Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA	31/12/2006	84,00	12/2008	86,00	95,00	Alta	Não há necessidade de medidas corretivas
Taxa de Conformidade de Inoculantes (percentagem)	Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA	1/12/2006	61,00	12/2008	89,50	90,00	Alta	Não há necessidade de medidas corretivas

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 0272 Qualidade do Serviço de Energia Elétrica

**Órgão Responsável**

32000 Ministério de Minas e Energia (MIME)

**Objetivo**

Propiciar condições para que o mercado de energia elétrica se desenvolva, com equilíbrio entre seus agentes, com foco na modicidade tarifária e universalização, qualidade e continuidade dos serviços

**Público-alvo**

Consumidores e agentes setoriais públicos e privados

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008	Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcanço do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice				
Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - DEC (Nacional) (hora)	ANEEL	31/12/2002	18,07	16,63	18,25	Alta	-
Frequência Equivalente de Interrupção Por Unidade Consumidora - FEC (Nacional) (unidade)	ANEEL	31/12/2002	14,84	11,34	15,13	Alta	-
Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - DEC (Região Norte) (hora)	ANEEL	31/12/2002	37,33	60,99	38,35	Alta	-
Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - FEC (Região Norte) (unidade)	MME	31/12/2002	41,71	45,23	37,83	Alta	-
Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - DEC (Região Nordeste) (hora)	ANEEL	31/12/2002	24,21	18,44	26,18	Alta	-
Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - DEC (Região Centro-Oeste) (hora)	ANEEL	31/12/2002	19,74	21,24	22,94	Alta	-
Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - DEC (Região Sudeste) (hora)	ANEEL	31/12/2002	12,51	10,62	11,40	Alta	-
Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - DEC (Região Sul) (hora)	ANEEL	31/12/2002	19,69	15,67	17,24	Alta	-
Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - FEC (Região Nordeste) (unidade)	ANEEL	31/12/2002	17,69	11,15	19,94	Alta	-
Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - FEC (Região Centro-Oeste) (unidade)	ANEEL	31/12/2002	22,44	18,79	22,18	Alta	-
Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - FEC (Região Sudeste) (unidade)	ANEEL	31/12/2002	8,82	6,67	9,18	Alta	-
Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - FEC (Região Sul) (unidade)	ANEEL	31/12/2002	17,71	11,59	14,91	Alta	-

Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011  
Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Exercício 2009 - Ano base 2008  
Anexo II

Programa 0272 Qualidade do Serviço de Energia Elétrica

32000 Ministério de Minas e Energia (MIME)

Órgão Responsável

Objetivo Propiciar condições para que o mercado de energia elétrica se desenvolva, com equilíbrio entre seus agentes, com foco na modernidade tarifária e universalização, qualidade e continuidade dos serviços

Público-alvo Consumidores e agentes setoriais públicos e privados

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Outorga de Geração (mw)	ANEEL	-	-	12/2008	18.938,45	-	Média	Índice previsto para o final do PPA: não registrado. Essa previsão compete ao Poder Concedente, representado pelo Ministério de Minas e Energia.
Outorga de Linhas de Transmissão da Rede Básica (km)	ANEEL	31/12/2003	2.216,00	12/2008	10.507,80	-	Média	Índice previsto para o final do PPA: não registrado. Essa previsão compete ao Poder Concedente, representado pelo Ministério de Minas e Energia.
Índice de Satisfação do Consumidor (unidade)	Superintendência de Regulação da Comercialização da Eletricidade - SRC/Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL	31/1/2005	58,88	10/2008	62,62	-	Média	Índice previsto para o final do PPA: não registrado. Por ser um resultado de pesquisa, existe dificuldade na realização de previsão. Entretanto, pelo histórico dos índices apresentados, prevê-se que esses índices mantenham-se na média dos últimos anos.



**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 0271 Qualidade dos Serviços de Abastecimento de Petróleo, seus Derivados, Gás Natural e Biocombustíveis **Órgão** 32000 Ministério de Minas e Energia (MIME) **Responsável**

**Objetivo** Garantir condições para o atendimento da demanda de petróleo, derivados, gás natural e outros combustíveis, protegendo o interesse dos consumidores quanto a preço e qualidade

**Público-alvo** Consumidores de derivados de petróleo, gás natural, álcool combustível, biodiesel e agêntes da indústria de petróleo

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de incremento da capacidade autorizada para a atividade de produção de biodiesel (porcentagem)	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP	-	-	12/2008	337,00	-	Alta	Necessário definir índice ao final do PPA
Área Total Concedida nas Bacias Sedimentares Brasileiras (km²)	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP	12/12/2006	304.502,00	12/2008	321.291,00	-	Alta	Necessário definir índice ao final do PPA
Reservas de Petróleo (Milhão de barris)	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP	12/12/2006	12.181,62	12/2008	12.801,00	-	Alta	Necessário definir índice ao final do PPA
Reservas de Gás Natural (milhão de m³)	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP	31/12/2006	347.903,01	12/2008	364.199,00	-	Alta	Necessário definir índice ao final do PPA
Grau de Qualidade dos Produtos nos Diversos Agentes Econômicos do Abastecimento (porcentagem %)	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP	31/7/2003	94,00	12/2008	97,90	-	Alta	Necessário definir índice ao final do PPA

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 1463 Qualidade dos Serviços de Transporte

39000 Ministério dos Transportes (MT)

**Órgão Responsável**

**Objetivo** Garantir a qualidade e a modicidade de tarifas e preços na exploração da infraestrutura e na prestação de serviços de transportes

**Público-alvo** Usuários de transporte de carga e de passageiros

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Grau de Satisfação do Usuário do Transporte Aquaviário de Carga (%)</i>	Anaq/MT	-	-	-	-	-	Muito Baixa	Foi desenvolvido o projeto "Metodologia Integrada de Suporte ao Planejamento, Acompanhamento e Avaliação dos Programas de Transportes", em parceria com a Universidade de Brasília - UnB, formulando os indicadores de desempenho dos programas constantes do PPA, no âmbito do Ministério dos Transportes, e que servirá como elemento de auxílio à gestão da política de transportes. No modelo conceitual proposto os indicadores são independentes dos programas e permitirá o acompanhamento contínuo do estado do transporte no país. Está em fase licitatória a contratação dos serviços de coleta de dados para o cálculo dos indicadores e para o desenvolvimento de solução computacional para a estruturação do banco de dados e de ferramenta de análise e visualização. Por este motivo não está sendo possível utilizar os indicadores.
<i>Grau de Satisfação do Usuário do Transporte Rodoviário de Carga (%)</i>	ANTT/MT	-	-	-	-	-	Muito Baixa	Foi desenvolvido o projeto "Metodologia Integrada de Suporte ao Planejamento, Acompanhamento e Avaliação dos Programas de Transportes", em parceria com a Universidade de Brasília - UnB, formulando os indicadores de desempenho dos programas constantes do PPA, no âmbito do Ministério dos Transportes, e que servirá como elemento de auxílio à gestão da política de transportes. No modelo conceitual proposto os indicadores são independentes dos programas e permitirá o acompanhamento contínuo do estado do transporte no país. Está em fase licitatória a contratação dos serviços de coleta de dados para o cálculo dos indicadores e para o desenvolvimento de solução computacional para a estruturação do banco de dados e de ferramenta de análise e visualização. Por este motivo não está sendo possível utilizar os indicadores.
<i>Grau de Satisfação do Usuário do Transporte Rodoviário de Passageiros (%)</i>	ANTT/MT	-	-	-	-	-	Muito Baixa	Foi desenvolvido o projeto "Metodologia Integrada de Suporte ao Planejamento, Acompanhamento e Avaliação dos Programas de Transportes", em parceria com a Universidade de Brasília - UnB, formulando os indicadores de desempenho dos programas constantes do PPA, no âmbito do Ministério dos Transportes, e que servirá como elemento de auxílio à gestão da política de transportes. No modelo conceitual proposto os indicadores são independentes dos programas e permitirá o acompanhamento contínuo do estado do transporte no país. Está em fase licitatória a contratação dos serviços de coleta de dados para o cálculo dos indicadores e para o desenvolvimento de solução computacional para a estruturação do banco de dados e de ferramenta de análise e visualização. Por este motivo não está sendo possível utilizar os indicadores.
<i>Taxa de Conformidade na Prestação de Serviços de Transporte (%)</i>	ANTT/MT e Anaq/MT	-	-	-	-	-	Muito Baixa	Foi desenvolvido o projeto "Metodologia Integrada de Suporte ao Planejamento, Acompanhamento e Avaliação dos Programas de Transportes", em parceria com a Universidade de Brasília - UnB, formulando os indicadores de desempenho dos programas constantes do PPA, no âmbito do Ministério dos Transportes, e que servirá como elemento de auxílio à gestão da política de transportes. No modelo conceitual proposto os indicadores são independentes dos programas e permitirá o acompanhamento contínuo do estado do transporte no país. Está em fase licitatória a contratação dos serviços de coleta de dados para o cálculo dos indicadores e para o desenvolvimento de solução computacional para a estruturação do banco de dados e de ferramenta de análise e visualização. Por este motivo não está sendo possível utilizar os indicadores.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 0085 Qualidade dos Serviços Previdenciários

33000 Ministério da Previdência Social (MPS)

**Órgão Responsável**

**Objetivo** Melhorar a qualidade dos serviços prestados pela Previdência Social, atendendo às necessidades dos cidadãos-usuários conforme as expectativas individuais e coletivas da sociedade.

**Público-alvo** Cidadãos-usuários do Regime Geral de Previdência Social

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
TMC - Tempo Médio de Concessão (dia)	INSS/MPS	30/4/2007	32,00	01/2009	21,00	15,00	Alta	-
Pesquisa de Satisfação do Usuário (nota média 1/10)	INSS/Ministério da Previdência Social	31/12/2006	7,57	11/2008	8,57	9,00	Alta	-
TME - Tempo Médio de Espera (minuto)	SGA - Sistema de Gerenciamento do Atendimento	30/4/2007	50,00	01/2009	36,36	10,00	Média	Implementar gestões para melhoria da qualidade das informações do Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS, para garantir a agilidade no reconhecimento do direito do cidadão e concessão do benefício. Aperfeiçoar os sistemas informatizados e otimizar a velocidade da rede. Contratação de servidores e Médicos Peritos para suprir as necessidades existentes e para substituir os que estão para se aposentar. Expansão da rede de atendimento - está em andamento o Projeto de Expansão da Rede de Atendimento do INSS, que prevê a criação de 720 novas Unidades em municípios com mais de 20 mil habitantes que ainda não contam com Agências da Previdência Social.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 0810 Qualidade e Produtividade do Habitat - PBQP-H **Órgão Responsável** 56000 Ministério das Cidades (MCI) cidades)

**Objetivo** Elevar os padrões da qualidade e produtividade da construção civil, por meio da criação e implantação de mecanismos de modernização tecnológica e gerencial, contribuindo para ampliar o acesso à moradia para a população de menor renda

**Público-alvo** População de baixa renda (beneficiário final), profissionais, empresas e entidades civis e governamentais, públicas e privadas que compõem a cadeia da construção civil

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Empresas Avaliadas no SIAC (porcentagem %)	Banco de Dados PBQP-H - Lista de empresas avaliadas (portal: www.cidades.gov.br/pbqp-h) Banco de Dados do INMETRO IBGE	1/12/2006	3,40	01/2009	5,38	7,30	Alta	-
Índice de Qualificação de Materiais e Componentes da Cesta Básica da Construção Civil (porcentagem)	Banco de Dados do PBQP-H - Lista de PSOs (portal: www.cidades.gov.br/pbqp-h) Entidade setorial de cada produto	1/5/2007	84,00	01/2009	85,31	88,00	Alta	-

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 1448 Qualidade na Escola **Órgão Responsável** 26000 Ministério da Educação (MEC)

**Objetivo** Expandir e melhorar a qualidade da educação básica

**Público-alvo** Alunos e Professores da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio)

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcanço do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Índice de Adequação de Escolaridade da População na Faixa Etária de 11 a 18 anos (número índice)	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira □ INEP / MEC.	29/3/2006	0,85	09/2007	0,80	0,93	Média	Os dados apresentados são referentes a 2007, uma vez que os referentes a 2008 têm previsão de serem publicados apenas em agosto/2009. Nota-se, no entanto, um recuo do indicador, em relação ao índice de referência, tendência essa que o MEC se propõe a reverter por meio da implementação, já em 2010, das tecnologias de correção de fluxo selecionadas e disponibilizadas aos estados e municípios por meio do Guia de Tecnologias.
Número Médio de Séries Concluídas da População na Faixa Etária de 10 a 14 anos (unidade)	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira □ INEP / MEC.	29/3/2006	4,43	09/2007	4,10	5,40	Média	Os dados apresentados são referentes a 2007, uma vez que os referentes a 2008 têm previsão de serem publicados apenas em agosto/2009.
Número médio de séries concluídas da população na faixa etária de 18 a 35 anos (unidade)	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira □ INEP / MEC.	29/3/2006	8,30	09/2007	8,80	9,10	Alta	Os dados apresentados são referentes a 2007, uma vez que os referentes a 2008 têm previsão de serem publicados apenas em agosto/2009.
Taxa de docentes com nível superior atuando na Educação Infantil (%)	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira □ INEP / MEC.	29/3/2006	42,90	05/2008	47,22	70,00	Alta	O último dado obtido aponta para uma ligeira evolução do indicador. É importante salientar que, a partir de 2007, houve uma alteração na metodologia do Educacenso, que substituiu a contagem de "função docente" pela contagem por indivíduo, tornando o dado mais preciso e confiável.
Taxa de docentes com nível superior atuando no Ensino Fundamental (%)	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira □ INEP / MEC.	29/3/2006	71,80	05/2008	71,40	85,80	Média	O último dado obtido aponta para um ligeiro recuo da ordem de 0,4% em relação ao indicador de referência. Essa movimentação pode ser atribuída a uma alteração na metodologia do Educacenso que, a partir de 2007, substituiu a contagem de "função docente" pela contagem por indivíduo.
Taxa de docentes com nível superior atuando no Ensino Médio (%)	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira □ INEP / MEC.	31/12/2006	95,40	05/2008	92,00	100,00	Média	O último dado obtido aponta para um ligeiro recuo da ordem de 3,4% em relação ao indicador de referência. Essa movimentação pode ser atribuída a uma alteração na metodologia do Educacenso que, a partir de 2007, substituiu a contagem de "função docente" pela contagem por indivíduo.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 0101 Qualificação Social e Profissional

36000 Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)

**Órgão Responsável**

**Objetivo**

Promover a qualificação social e profissional, a formação inicial e continuada e ações integradas de certificação e orientação profissional, em articulação com a inserção no mundo do trabalho, ações de elevação de escolaridade e de ações de desenvolvimento sócio-econômico-ambiental, como parte da construção do sistema público de emprego trabalho e renda e do sistema nacional de formação profissional

**Público-alvo** Trabalhadores e trabalhadoras desempregados/as e em risco de desemprego, com ênfase nas populações vulneráveis

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcanço do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Número Índice de Cobertura Relativa da População de Mulheres (número índice)	MTE/SPPE/DEQ	31/12/2005	135,28	01/2009	139,59	136,80	Alta	-
Carga Horária Média por Pessoa Qualificada (hora)	MTE/SPPE/DEQ	31/12/2005	191,52	01/2009	195,53	230,00	Baixa	A carga horária média prevista na Resolução nº575/08 CODEFAT foi alterada para 200 horas, não existindo, portanto, previsto para o aumento dessa carga horária, tendo em vista que, para a maioria das ocupações não técnicas, que requerem menos escolaridade (público prioritário do programa), 200 horas aula é o suficiente para o provimento de cursos de qualificação incluindo conteúdos básicos, específicos e ainda atividades práticas. O índice para 2011 será alterado para 200.
Taxa de Integração das Políticas de Qualificação às Políticas Públicas de Trabalho, Desenvolvimento e Inclusão Social (percentual)	MTE/SPPE/DEQ	31/12/2005	70,00	01/2009	70,21	85,00	Alta	-
Taxa de Encaminhamento Pós-Qualificação ao Mundo do Trabalho (percentagem)	MTE/SPPE/DEQ	31/12/2005	114,79	01/2009	93,00	117,00	Muito Baixa	O valor máximo que pode ser alcançado para este indicador é de 100%, isso porque a melhor situação é se alcançar todos os concluintes desocupados encaminhados ao mundo do trabalho. As medidas corretivas necessárias são: 1) a obrigatoriedade de inscrição para qualificação e, posterior retorno dos trabalhadores qualificados para encaminhamento a postos de trabalho, via SIGAE e Agências de IMO do Sistema Público de Emprego; e 2) a pactuação de índice mínimo de 30% de inserção formal, com a Comissão de Concertação Inpartite para os PlansQs.
Número Índice de Cobertura Relativa da População de Jovens (16 a 24 anos) (número índice)	MTE/SPPE/DEQ	31/12/2005	213,17	01/2009	216,93	216,00	Alta	-
Número Índice de Cobertura Relativa da População de Não Brancos (número índice)	Sistema de Planejamento, Monitoramento e Avaliação do Departamento de Qualificação SPMA-SPPE/MTE/DEQ	31/12/2005	123,74	01/2009	128,54	127,00	Alta	-
Número Índice de Cobertura Relativa da População de Baixa Escolaridade (número índice)	Sistema de Planejamento, Monitoramento e Avaliação do Departamento de Qualificação SPMA-SPPE/MTE/DEQ	31/12/2005	89,20	01/2009	88,16	95,00	Baixa	Existe uma dificuldade de voltar o atendimento das políticas públicas às pessoas de baixa escolaridade. É necessário, portanto, o estabelecimento de parcerias para a questão de elevação de escolaridade dos educandos participantes dos cursos de qualificação.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 0101 Qualificação Social e Profissional **Órgão Responsável** 36000 Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)

**Objetivo** *Promover a qualificação social e profissional, a formação inicial e continuada e ações integradas de certificação e orientação profissional, em articulação com a inserção no mundo do trabalho, ações de elevação de escolaridade e de ações de desenvolvimento sócio-econômico-ambiental, como parte da construção do sistema público de emprego trabalho e renda e do sistema nacional de formação profissional*

**Público-alvo** *Trabalhadores e trabalhadores desempregados/as e em risco de desemprego, com ênfase nas populações vulneráveis*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançe do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Pessoas Qualificadas das Pessoas Atendidas pelo SPETR (porcentagem)	DEQ/SPPE	31/12/2006	6,00	01/2009	2,10	20,00	Muito Baixa	Este indicador apresenta a relação entre o número de pessoas qualificadas (concluintes dos cursos de qualificação) e o número de pessoas inscritas nos postos dos SINEs. Assim, o sucesso deste indicador tem relação direta com o orçamento que é destinado à qualificação, tendo em vista que não está previsto um aumento no orçamento para 2011 que seja possível absorver esta demanda. São cerca de 5,7 milhões de pessoas atendidas pelos SINEs em todo o Brasil.
Taxa de Eficácia das Qualificações (%)	Sistema de Planejamento, Monitoramento e Avaliação do Depto. de Qualificação SPMA-DEQ/SPPE/MTE	31/12/2005	94,00	01/2009	91,15	95,00	Média	Este indicador tem relação direta com o índice de conclusão nos cursos. Como o máximo permitido para evasão é de 10%, pois acima deste valor os valores correspondentes são devolvidos, 5% de evasão é possível, mas não tem uma garantia de que ocorra.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 1137 Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais

**Órgão Responsável** 56000 Ministério das Cidades (MCI) cidades

**Objetivo** Promover a reabilitação urbana e o adensamento de áreas centrais desocupadas em Capitais e municípios integrantes de Regiões Metropolitanas, de forma a otimizar a infra-estrutura instalada, recuperar o estoque habitacional e a dinâmica econômica

**Público-alvo** População residente ou usuária das áreas urbanas centrais de capitais e municípios integrantes de Regiões Metropolitanas

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Domicílios Vagos nas Áreas de Intervenção (percentagem)	Ministério das Cidades	31/12/2003	11,00	-	-	-	Baixa	A metodologia das pesquisas oficiais do IBGE vem sofrendo alterações ao longo do tempo e sua periodicidade não é adequada para a apuração anual do indicador (os dados relativos à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - 2008 têm previsão de divulgação em setembro de 2009). Sugere-se a destinação de recursos para elaboração de metodologia de cálculo de imóveis vazios a partir de setores censitários, visando a construção de uma plataforma on line cuja implementação poderá ser feita pelos municípios. No que tange ao enfrentamento do problema das altas taxas de domicílios vagos em áreas centrais, o Programa de Reabilitação vem desenvolvendo proposta de Serviço de Moradia Social, que visa a provisão habitacional através da locação. Neste sentido, foi solicitada a inclusão da temática no Projeto de Lei Orçamentária 2010 - fase Qualitativa, visando o desenvolvimento de experiências piloto no Rio de Janeiro, Salvador e São Luís, para testar a viabilidade da proposta com vistas à sua inclusão no PPA 2012-2015.
Taxa de Municípios pertencentes a Regiões Metropolitanas, RIDEs ou capitais que aderiram a política de Reabilitação de Centros (%)	Ministério das Cidades	31/12/2006	6,26	01/2009	26,35	62,63	Alta	Diminuição do volume de contingenciamento dos recursos orçamentários do Programa. Cabe destacar que está prevista a realização de ações de capacitação, em especial de cursos à distância em parceria com Universidades Federais, com o objetivo de sensibilizar e capacitar técnicos do poder público, ampliando o número de municípios atendidos a partir da capacitação dos seus técnicos.



Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

**Programa** 0632 Reparelhamento e Adequação da Força Aérea Brasileira **Órgão** 52000 Ministério da Defesa (MD) **Responsável**

**Objetivo** *Reparar e adequar a Força Aérea Brasileira com a finalidade de recuperar e manter a sua capacidade operacional e proporcionar os meios de apoio necessários no cumprimento de sua destinação constitucional. "defender a Pátria, garantir os poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem"*

**Público-alvo** *Nação brasileira*

Este programa não apresenta indicador.

Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

**Programa** 0626 Reparelhamento e Adequação da Marinha do Brasil 52000 Ministério da Defesa (MD) **Órgão Responsável**

**Objetivo** *Reparar e adequar a estrutura da Marinha às necessidades de aplicação do Poder Naval*

**Público-alvo** *Nação brasileira*  
Este programa não apresenta indicador.

Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

**Programa** 0628 Reparelhamento e Adequação do Exército Brasileiro 52000 Ministério da Defesa (MD) **Órgão Responsável**

**Objetivo** *Reparar e adequar a estrutura do Exército para atender às necessidades da defesa do território brasileiro*

**Público-alvo** *Nação brasileira*  
Este programa não apresenta indicador.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 0775 Recuperação de Créditos e Defesa da Fazenda Nacional **Órgão Responsável** 25000 Ministério da Fazenda (MF)

**Objetivo** Aumentar a recuperação de créditos não pagos e reduzir as perdas judiciais da União em matéria fiscal

**Público-alvo** União e contribuintes

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Arrecadação Acumulada da Dívida Ativa da União (R\$ milhão)	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - Relatório SERPRO	31/12/2003	1.926.000.000,00	12/2008	4.026.861.578,88	3.376.568.002,70	Alta	-
Arrecadação Acumulada da Defesa da Fazenda Nacional (R\$ milhão)	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - Relatório SERPRO	31/12/2003	4.898.747.921,20	12/2008	9.296.864.690,66	10.500.901.226,00	Alta	-
Perdas de Recursos da União Evitadas (R\$)	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional	31/12/2003	163.065.047,48	12/2008	2.503.336.877,66	252.393.786,92	Média	Os indicadores vinculados ao Programa governamental foram elaborados com vínculo a Portaria nº 172, de 11/04/2002, com vista ao balizamento dos resultados alcançados no desempenho das atividades e reflexos na eficácia e eficiência. No exercício de 2008, foi constituído o Grupo de Trabalho com a finalidade de atualizar os Indicadores de Desempenho, conforme Portaria PGFN Nº 346, de 09/05/2008.

**Programa** 0474 Recursos do Mar **Órgão Responsável** 52000 Ministério da Defesa (MD)

**Objetivo** *Levantar, compilar e disponibilizar dados oceanográficos e climatológicos e informações relativas ao relevo e aos recursos do mar na plataforma continental brasileira, a fim de atender aos interesses e às necessidades de defesa nacionais, e à exploração comercial desses recursos, gerando dados para o País*

**Público-alvo** *Sociedade brasileira, especialmente comunidade científica, universidades, empresas nacionais e Instituições da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM) ligadas aos recursos do mar*

Este programa não apresenta indicador.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 0104 Recursos Pesqueiros Sustentáveis **Órgão Responsável** 44000 Ministério do Meio Ambiente (MMA)

**Objetivo** Promover o uso sustentável dos recursos pesqueiros, conciliando os interesses da exploração comercial com a necessidade de sua conservação  
**Público-alvo** Pescadores, armadores de pesca, empresários de pesca, aquicultores e sociedade

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Índice de recuperação dos estoques pesqueiros em relação ao nível de sustentabilidade (percentual alcançado)	IBAMA, IBGE, IPEA	15/8/2003	2,00	01/2009	1,80	0,50	Baixa	As análises dos resultados do programa com relação ao indicador foram feitas por meio de avaliação qualitativa e utilizando os boletins de estatística pesqueira dos anos de 2005 e 2006, calculando-se o índice de recuperação de alguns dos principais recursos pesqueiros sobreexplorados. Porém esses dados não refletem de forma fidedigna a recuperação dos estoques pesqueiros, o que será corrigido com a avaliação em 2009, pela equipe técnica do MMA, Ibama e ICMBio, e futura adoção de um novo índice que possua refletir a condição de sustentabilidade de exploração dos estoques. A possibilidade de alcance do índice previsto não é fidedigna, uma vez que o cálculo de recuperação de estoques pesqueiros baseia-se em uma série de variáveis, que são de difícil aferição. Há necessidade de revisão para um índice mais confiável.

**Programa** 0102 Rede de Proteção ao Trabalho

36000 Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)

**Órgão Responsável**

**Objetivo** Garantir o cumprimento das normas legais e convenionadas de proteção ao trabalho

**Público-alvo** População Economicamente Ativa - PEA

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Regularização dos Estabelecimentos Fiscalizados (porcentagem)	SFT/SIT/MTE	31/12/2006	86,46	01/2009	83,54	91,50	Baixa	O índice previsto para 2011 será alterado para 82,75. Desde 2004, o planejamento das ações de fiscalização vem sendo focado em empresas com histórico de irregularidades, tornando-se mais difícil conseguir a regularização durante a ação fiscal. Desta forma, há um acréscimo do número de autos de infração lavrados e, consequentemente, a regularização durante a ação fiscal fica menor, afetando o índice apurado. Historicamente o índice nunca chegou a 90%. A título de ilustração, os índices apurados em anos anteriores: 2007 (86,03%); 2006 (86,46%); 2005 (88,77%); 2004 (87,13%) e 2003 (83,62%).

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 0288 Refino de Petróleo **Órgão Responsável** 32000 Ministério de Minas e Energia (MME)

**Objetivo** Ampliar e modernizar o parque de refino, ofertando derivados de petróleo em conformidade com a demanda e qualidade requeridas pelo mercado, maximizando o uso de matéria-prima nacional.  
**Público-alvo** Consumidores de derivados de petróleo

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcanço do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Capacidade de Processamento de Petróleo Anual Total (milhão de barris de petróleo por dia)	Petrobras	31/12/2002	1,62	12/2008	1,77	-	Alta	-
Capacidade de Processamento de Petróleo Nacional (milhão de barris de petróleo por dia)	Petrobras	31/12/2002	1,26	12/2008	1,38	-	Alta	-
Capacidade de Refino Instalada (milhão de barris de petróleo por dia)	Petrobras	31/12/2002	1,83	12/2008	1,99	-	Alta	-



---

<b>Programa</b>	1083 Reforma do Judiciário	30000	Ministério da Justiça (MJ)
-----------------	----------------------------	-------	----------------------------

**Órgão Responsável**

**Objetivo** Modernizar e promover a transparência das Instituições do Sistema de Justiça e democratizar o acesso à Justiça, com a implementação de políticas públicas e efetivação dos direitos e garantias dos cidadãos

**Público-alvo** Instituições, Operadores do Direito e Sociedade Civil

Este programa não apresenta indicador.

Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	1009 Regimes de Previdência dos Servidores Públicos da União, Estados, Municípios e Distrito Federal	33000	Ministério da Previdência Social (MPS)	Órgão Responsável			
<b>Objetivo</b>	Zelar pela viabilidade econômica e atuarial dos regimes próprios de previdência da União, Estados, Municípios e Distrito Federal						
<b>Público-alvo</b>	Beneficiários dos regimes próprios de previdência da União, Estados, Municípios e Distrito Federal						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008	Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice				
Taxa de Variação da Necessidade de Financiamento dos Regimes Próprios de Previdência (percentagem)	Demonstrativos Previdenciários da União, Estados, Municípios e Distrito Federal	12/12/2003	4,50	-	2,40	Média	Estamos desenvolvendo junto com a DATAPREV sistemas que possam medir este indicador, e até o momento o referido sistema não foi desenvolvido, dificultando a apuração do índice

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 1185 Regulação e Fiscalização da Saúde Suplementar

**Órgão Responsável**

36000 Ministério da Saúde (MS)

**Objetivo**

Contribuir, através do exercício da sua função de regulação para uma Política de Qualificação da qual resulte a construção de um setor de saúde suplementar, cujo principal interesse seja a produção da saúde. Um setor com operadoras sólidas e auto-suficientes, que seja centrado no beneficiário; que realize ações de promoção à saúde e prevenção de doenças; que observe os princípios de quantidade, integridade e resolutividade; que tenha uma concepção incluyente de todos os profissionais de saúde, que respeite o controle social e que esteja adequadamente articulado com o Sistema Único de Saúde

**Público-alvo** Beneficiários de planos de saúde, operadoras de planos de saúde, prestadores de serviços de saúde e Gestores Públicos de Saúde

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcanço do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Desempenho da Saúde Suplementar (%)	Programa de Saúde Suplementar através de seus grupos de trabalho: Executivo e Técnico. Setor responsável pelo cálculo: GEPIN/GGSI/DIDES. Bases de dados: CADOP, DIOPS, FIP, SIB e SIP	30/9/2006	55,10	12/2008	43,00	65,00	Média	A taxa de Desempenho da Saúde Suplementar apresentou resultado um pouco abaixo da meta (86% de alcance), devido às alterações incluídas na terceira fase do Programa de Qualificação de Operadoras, com novos indicadores e novos critérios de pontuação, bem como técnicas estatísticas para correção para pequenas amostras (métodos bayesianos) e padronizações (diretas e indiretas) para permitir a comparabilidade de indicadores entre as operadoras, retirando a influência da distribuição de idade e sexo das populações beneficiárias de diferentes operadoras. Mais importante é o fato de 79,9% dos beneficiários estarem em operadoras nas faixas médias ou superiores do IDSS.
Taxa de Otimização do Relacionamento Institucional entre a ANS e Órgãos de Defesa do Consumidor (%)	Setor responsável pelo cálculo: DIFIS. Bases de dados: SIF	30/6/2007	24,90	12/2008	87,50	100,00	Alta	-
Taxa de Desempenho Institucional (%)	Setor responsável pelo cálculo: GGACI/DIGES. Bases de dados: CADOP, DIOPS, FIP, SIB e SIP	31/12/2006	60,00	12/2008	79,50	70,00	Média	O componente institucional do Programa de Qualificação da Saúde Suplementar está em processo de reformulação, de forma que o processo de acompanhamento e a divulgação dos resultados assumem importância maior do que a medida em si. Os resultados atuais ainda se baseiam no formato anterior do programa.
Taxa de Beneficiários em Operadoras Avaliadas pelo Programa de Qualificação em seu "Componente Operadoras" (%)	Programa de Saúde Suplementar através de seus grupos de trabalho: Executivo e Técnico. Setor responsável pelo cálculo: GEPIN/GGSI/DIDES. Bases de dados: CADOP, DIOPS, FIP, SIB e SIP.	31/12/2006	80,00	12/2008	97,40	85,00	Alta	-
Taxa de Efetividade na Fiscalização (%)	Setor responsável pelo cálculo: DIFIS. Bases de dados: SIF	31/12/2006	8,00	12/2008	65,50	41,70	Alta	-

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 1264 Relações e Negociações do Brasil no Exterior e Atendimento Consular

**Órgão Responsável**

35000 Ministério das Relações Exteriores (MRE)

**Objetivo** Representar o Brasil, negociar interesses brasileiros perante Estados estrangeiros e organizações internacionais e informar o Governo brasileiro sobre a evolução político-econômica internacional, bem como prestar atendimento consular ao público e assistência a cidadãos brasileiros no exterior

**Público-alvo** Governo brasileiro, sociedade brasileira, comunidade internacional, cidadãos brasileiros no exterior e estrangeiros demandantes de atendimento consular brasileiro

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Relacionamento Diplomático com Estados Estrangeiros (porcentagem)	MRE	21/8/2003	9.496,00	04/2009	66,66	100,00	Baixa	O índice apurado em 2008 foi calculado como a razão entre o "número de países onde o Brasil possui representação diplomática" e o "total de países que mantêm atividade diplomática", isto é, o número total de países membros da ONU. Como é baixa a probabilidade de alcançar-se ao final do PPA (2011) o índice 100, considerando-se a série histórica (2006: 57,30; 2007: 59,38; 2008: 66,66), convém reajustar a previsão do índice a ser atingido, de 100 para 70. Com esse reajuste, o indicador refletirá de forma mais acurada os resultados do programa.
Taxa de Representação do Brasil em Organismos Internacionais (%)	MRE	21/8/2003	9.656,00	12/2008	100,00	100,00	Alta	
Coefficiente de Assistência a Brasileiros no Exterior (1/1.000)	Divisão de Assistência Consular	23/8/2003	2,48	12/2008	2,53	4,00	Média	O índice apurado em 2008 foi calculado como a razão entre o "número de cidadãos brasileiros matriculados em repartição consular brasileira" e o "número de atendimentos de assistência consular verificados no ano" (exclusivamente casos de assistência que envolvem dispêndio de recursos públicos em pequenos auxílios e auxílio a desvalidos, repatriação de brasileiros e assistência jurídica). Esse índice foi excluído a partir de 2010, pois não reflete adequadamente o que vem sendo feito pelo MRE em termos de assistência consular, nem a eficiência como essa atividade está sendo desenvolvida, já que o número de casos de assistência depende de fatores imprevisíveis, tais como infortúnios, perdas, prisões, desastres etc envolvendo brasileiros no exterior. A utilização de um índice que a rigor não tem qualquer significado em termos de avaliação de desempenho e resultados, é preferível excluí-lo. O índice atual pode inclusive penalizar a eficiência dos postos no exterior, já que a redução dos indicadores pode ser resultado de boa administração consular, no sentido de prestar assistência adequada sem dispêndio de recursos públicos.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 1401 Reparação de Violações e Defesa dos Direitos Humanos

**Órgão Responsável**

20121 Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH)

**Objetivo**

*Ampliar a capacidade institucional de resposta a violações de direitos humanos, em especial às violações perpetradas por agentes do Estado, e possibilitar a reparação às vítimas de violação das obrigações contratadas pela União por meio da adesão a tratados internacionais de proteção dos direitos humanos*

**Público-alvo**

*Vítimas de violação, autores de denúncias e pessoas que se dispõem a colaborar com o sistema de segurança pública e justiça, especialmente em casos nos quais há um desincentivo à busca dos mecanismos institucionais disponíveis*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Percentual de Encaminhamento de Denúncias Recebidas (taxa)	Secretaria Especial dos Direitos Humanos	-	-	11/2008	100,00	-	Muito Baixa	Considerando que o Disque Direitos Humanos está em fase de estruturação, avaliamos, para esta questão, as denúncias recebidas na Ouvidoria que também se referem a violação de direitos humanos. O fato é que todas as denúncias fundamentadas recebidas foram encaminhadas, ou seja, o índice é de 100%.
Número de Estados com Ouvidorias de Polícia Implantadas (unidade)	Secretaria Especial dos Direitos Humanos.	27/8/2007	14,00	11/2008	17,00	27,00	Muito Baixa	A execução da meta depende de decisão política dos estados.
Número de Estados que Aderiram ao Plano de Ações Integradas de Prevenção e Combate à Tortura (unidade)	Secretaria Especial dos Direitos Humanos.	27/8/2007	11,00	12/2008	13,00	27,00	Alta	-

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 8007 Resíduos Sólidos Urbanos

**Órgão Responsável**

44000 Ministério do Meio Ambiente (MMA)

**Objetivo**

*Ampliar a área de cobertura e eficiência dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos, com ênfase no encerramento de lixões, na redução, no reaproveitamento e na reciclagem de materiais, por meio da inclusão socioeconômica de catadores*

**Público-alvo**

*População localizada em áreas de maior concentração de pobreza do país e/ou de fragilidade físico-ambiental, em municípios de pequeno e médio portes, nas periferias de grandes centros e de regiões metropolitanas*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Municípios com Destino Final Adequado de Resíduos Sólidos (percentagem)	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD	7/1/2000	29,00	-	-	47,00	Baixa	A fonte indicada para apuração do índice (PNAD) não é adequada para o que se deseja obter. O índice de 2000 está baseado na Pesquisa Nacional em Saneamento Básico - PNSB/2000, na qual se considera aterro controlado como disposição adequada, o que não procede. Os municípios com destinação adequada seriam de 13% e não 29%. Por outro lado, a PNSB é realizada em datas que não coincidem com os períodos necessários. Dessa forma sugere-se a alteração do indicador para TAXA DE DESTINO FINAL ADEQUADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS, tendo como fonte o SNIS ou os OEMAS (Órgãos licenciadores nos estados) e como fórmula de cálculo a especificação da massa de resíduos sólidos urbanos destinada de forma adequada a empreendimentos regularmente licenciados.
Taxa de Cobertura de Coleta de Resíduos Sólidos Urbanos (percentagem)	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD	1/7/2000	91,10	-	-	94,02	Alta	Apesar do indicador não ter sido apurado, pode-se considerar alta a possibilidade de alcance do índice previsto para 2011 dado o processo histórico de crescimento das coletas de resíduos. Tanto o indicador quanto a fonte não são adequados.

## Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

**Programa** 1029 Resposta aos Desastres e Reconstrução **Órgão Responsável** 53000 Ministério da Integração Nacional (MI)

**Objetivo** Promover o socorro e a assistência às pessoas afetadas por desastres, o restabelecimento das atividades essenciais e a recuperação dos danos causados, especialmente nos casos de situação de emergência e estado de calamidade pública reconhecidos pelo Governo Federal

**Público-alvo** Pessoas afetadas por desastres, especialmente os estratos populacionais menos favorecidos

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Resposta aos Desastres e Desastres nos Municípios em Emergência ou Estado de Calamidade Pública (porcentagem)	SEDEC/MI e Órgãos Estaduais de Defesa Civil	1/1/2004	40,00	-	-	-	Alta	Aumento do preparo dos órgãos municipais de Defesa Civil. A falta de preparo desses órgãos reflete diretamente na prontidão do atendimento aos municípios afetados por desastres e na qualidade desse atendimento.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 1305 Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental

**Órgão Responsável** 44000 Ministério do Meio Ambiente (MMA)

**Objetivo** Revitalizar as principais bacias hidrográficas nacionais em situação de vulnerabilidade ambiental, efetivando sua recuperação, conservação e preservação

**Público-alvo** Usuários dos recursos hídricos das bacias dos rios São Francisco, Araguaia, Tocantins, Paraíba do Sul, Alto Paraguaçu e Parnaíba

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Variação da Melhoria da Qualidade da Água (porcentagem)	Codevasf/Ministério da Integração Nacional	-	-	-	-	-	Baixa	Os recursos de monitoramento da qualidade da água estão sendo investidos na compra de equipamentos para estruturação da rede de monitoramento hidrológico. Os recursos estão sendo repassados aos órgãos estaduais (IGAM em Minas Gerais e Ingt na Bahia), em sistema de co gestão com a Agência Nacional de Águas, para a estruturação de rede hidrológica. Apenas após o término desse processo, o índice relacionado a esse indicador poderá ser apurado.
Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Santa Branca na Bacia do Rio Paraíba do Sul (mg/l)	MMA e ANA	31/12/2002	15,00	-	-	10,00	Baixa	Não existem medições sistemáticas de DBO, pela Agência Nacional de Águas – ANA. Os índices, quando apurados, refletem uma situação momentânea e dependem, portanto do número de medições para terem representatividade. Além disto, tal aferição é bastante complexa e sua priorização exigiria uma estruturação tanto da ANA quanto dos órgãos estaduais envolvidos no processo. Como resultado dos trabalhos da oficina de validação do modelo lógico deste Programa, realizado em maio de 2008, os indicadores estão em processo de reavaliação e poderão ser substituídos.
Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Rio Paraíba do Sul (mg/l)	ANA e MMA	31/12/2002	2,00	-	-	1,00	Baixa	Não existem medições sistemáticas de DBO, pela Agência Nacional de Águas – ANA. Os índices, quando apurados, refletem uma situação momentânea e dependem, portanto do número de medições para terem representatividade. Além disto, tal aferição é bastante complexa e sua priorização exigiria uma estruturação tanto da ANA quanto dos órgãos estaduais envolvidos no processo. Como resultado dos trabalhos da oficina de validação do modelo lógico deste Programa, realizado em maio de 2008, os indicadores estão em processo de reavaliação e poderão ser substituídos.
Concentração de Sólidos em Suspensão na Estação Santa Branca na Bacia do Rio Paraíba do Sul (mg/l)	ANA e MMA	31/12/2002	23,00	07/2008	6,45	-	Média	O índice apurado em 2008, valor de 6,45 mg/L, refere-se a uma média de 3 amostragens realizadas em mar/2008, jul/2008 e outubro/2008 (conforme dados enviados pela ANA). No ano de 2007, o índice apurado obteve o valor de 35,85 mg/L (baseado em uma média de duas amostragens realizadas em maio/2007 e setembro/2007). Mais uma vez fica evidenciado o problema relacionado ao indicador. Muito provavelmente, nas amostragens realizadas no ano de 2008, não houve interferência de precipitação. De maneira oposta, os dados apurados em 2007, evidenciam que o corpo de água devia estar submetido a "estresse", em função de aumento de carga sólida propiciado por eventos de precipitação. A medida corretiva necessária seria o aumento das aferições de maneira a tornar realmente representativa a amostragem, ou alterar o indicador devido à complexidade de aferição.
Concentração de Sólidos em Suspensão na Estação Rio Paraíba do Sul (mg/l)	ANA e MMA	31/12/2002	19,00	-	-	-	Baixa	Não existem medições sistemáticas de DBO, pela Agência Nacional de Águas – ANA. Os índices, quando apurados, refletem uma situação momentânea e dependem, portanto do número de medições para terem representatividade. Além disto, tal aferição é bastante complexa e sua priorização exigiria uma estruturação tanto da ANA quanto dos órgãos estaduais envolvidos no processo. Como resultado dos trabalhos da oficina de validação do modelo lógico deste Programa, realizado em maio de 2008, os indicadores estão em processo de reavaliação e poderão ser substituídos.
Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Rio São Francisco (mg/l)	ANA e MMA	31/12/2002	2,00	-	-	1,00	Baixa	Não existem medições sistemáticas de DBO, pela Agência Nacional de Águas – ANA. Os índices, quando apurados, refletem uma situação momentânea e dependem, portanto do número de medições para terem representatividade. Além disto, tal aferição é bastante complexa e sua priorização exigiria uma estruturação tanto da ANA quanto dos órgãos estaduais envolvidos no processo. Como resultado dos trabalhos da oficina de validação do modelo lógico deste Programa, realizado em maio de 2008, os indicadores estão em processo de reavaliação e poderão ser substituídos.



**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

Programa	1305 Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental	Órgão Responsável	44000	Ministério do Meio Ambiente (MMA)	Medidas Corretivas	Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto
						Data	Índice		
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência	Data	Índice	Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Índice alcançado em 2008		
							Data	Índice	
Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Rio São Francisco (a jusante da Foz do Rio Pará) (mg/l)	ANA e MMA	2,00	-	-	1,00	Baixa	Não existem medições sistemáticas de DBO, pela Agência Nacional de Águas – ANA. Os índices, quando apurados, refletem uma situação momentânea e dependem, portanto do número de medições para terem representatividade. Além disto, tal aferição é bastante complexa e sua priorização exigiria uma estruturação tanto da ANA quanto dos órgãos estaduais envolvidos no processo. Como resultado dos trabalhos da oficina de validação do modelo lógico deste Programa, realizado em maio de 2008, os indicadores estão em processo de reavaliação e poderão ser substituídos.		
Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Rio São Francisco (foz do Rio das Velhas) (mg/l)	ANA e MMA	2,00	-	-	1,00	Baixa	Não existem medições sistemáticas de DBO, pela Agência Nacional de Águas – ANA. Os índices, quando apurados, refletem uma situação momentânea e dependem, portanto do número de medições para terem representatividade. Além disto, tal aferição é bastante complexa e sua priorização exigiria uma estruturação tanto da ANA quanto dos órgãos estaduais envolvidos no processo. Como resultado dos trabalhos da oficina de validação do modelo lógico deste Programa, realizado em maio de 2008, os indicadores estão em processo de reavaliação e poderão ser substituídos.		
Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Hidrológica "Ponte Raul Soares" na Bacia do Rio São Francisco (mg/l)	ANA e MMA	19,00	-	-	13,00	Baixa	Não existem medições sistemáticas de DBO, pela Agência Nacional de Águas – ANA. Os índices, quando apurados, refletem uma situação momentânea e dependem, portanto do número de medições para terem representatividade. Além disto, tal aferição é bastante complexa e sua priorização exigiria uma estruturação tanto da ANA quanto dos órgãos estaduais envolvidos no processo. Como resultado dos trabalhos da oficina de validação do modelo lógico deste Programa, realizado em maio de 2008, os indicadores estão em processo de reavaliação e poderão ser substituídos.		
Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Verde Grande na Bacia do Rio São Francisco (mg/l)	ANA e MMA	3,00	-	-	1,00	Baixa	Não existem medições sistemáticas de DBO, pela Agência Nacional de Águas – ANA. Os índices, quando apurados, refletem uma situação momentânea e dependem, portanto do número de medições para terem representatividade. Além disto, tal aferição é bastante complexa e sua priorização exigiria uma estruturação tanto da ANA quanto dos órgãos estaduais envolvidos no processo. Como resultado dos trabalhos da oficina de validação do modelo lógico deste Programa, realizado em maio de 2008, os indicadores estão em processo de reavaliação e poderão ser substituídos.		
Concentração de Sólidos em Suspensão na Estação Rio São Francisco (foz do Rio Pará) (mg/l)	ANA e MMA	73,00	-	-	50,00	Baixa	Não existem medições sistemáticas de DBO, pela Agência Nacional de Águas – ANA. Os índices, quando apurados, refletem uma situação momentânea e dependem, portanto do número de medições para terem representatividade. Além disto, tal aferição é bastante complexa e sua priorização exigiria uma estruturação tanto da ANA quanto dos órgãos estaduais envolvidos no processo. Como resultado dos trabalhos da oficina de validação do modelo lógico deste Programa, realizado em maio de 2008, os indicadores estão em processo de reavaliação e poderão ser substituídos.		
Concentração de Sólidos em Suspensão na Estação Rio São Francisco (foz do Rio Pará) (mg/l)	ANA e MMA	59,00	-	-	-	Baixa	Não existem medições sistemáticas de DBO, pela Agência Nacional de Águas – ANA. Os índices, quando apurados, refletem uma situação momentânea e dependem, portanto do número de medições para terem representatividade. Além disto, tal aferição é bastante complexa e sua priorização exigiria uma estruturação tanto da ANA quanto dos órgãos estaduais envolvidos no processo. Como resultado dos trabalhos da oficina de validação do modelo lógico deste Programa, realizado em maio de 2008, os indicadores estão em processo de reavaliação e poderão ser substituídos.		

Revitalizar as principais bacias hidrográficas nacionais em situação de vulnerabilidade ambiental, efetivando sua recuperação, conservação e preservação

Usuários dos recursos hídricos das bacias dos rios São Francisco, Araguaia, Tocantins, Paraíba do Sul, Alto Paraguaçu e Paranaíba

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

Programa	1305 Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental	Órgão Responsável	44000	Ministério do Meio Ambiente (MMA)	Medidas Corretivas	Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar Índice Previsto
						Data	Índice		
<b>Objetivo</b>	<i>Revitalizar as principais bacias hidrográficas nacionais em situação de vulnerabilidade ambiental, efetivando sua recuperação, conservação e preservação</i>								
<b>Público-alvo</b>	<i>Usuários dos recursos hídricos das bacias dos rios São Francisco, Araguaia, Tocantins, Paratiba do Sul, Alto Paraguai e Parnaíba</i>								
<b>Indicador (unidade de medida)</b>	<b>Fonte</b>	<b>Índice de Referência</b>	<b>Data</b>	<b>Índice</b>	<b>Índice Previsto para 2011</b>	<b>Possibilidade Alcançar Índice Previsto</b>			
<i>Concentração de Sólidos em Suspensão na Estação Rio São Francisco (fz do Rio das Velhas) (mg/l)</i>	ANA e MMA	52,00	-	-	-	Baixa	Não existem medições sistemáticas de DBO, pela Agência Nacional de Águas - ANA. Os índices, quando apurados, refletem uma situação momentânea e dependem, portanto do número de medições para terem representatividade. Além disto, tal aferição é bastante complexa e sua priorização exigiria uma estruturação tanto da ANA quanto dos órgãos estaduais envolvidos no processo. Como resultado dos trabalhos da oficina de validação do modelo lógico deste Programa, realizado em maio de 2008, os indicadores estão em processo de reavaliação e poderão ser substituídos.		
<i>Concentração de Sólidos em Suspensão na Estação Ponte Raul Soares na Bacia do Rio São Francisco (mg/l)</i>	ANA e MMA	235,00	-	-	-	Baixa	Não existem medições sistemáticas de DBO, pela Agência Nacional de Águas - ANA. Os índices, quando apurados, refletem uma situação momentânea e dependem, portanto do número de medições para terem representatividade. Além disto, tal aferição é bastante complexa e sua priorização exigiria uma estruturação tanto da ANA quanto dos órgãos estaduais envolvidos no processo. Como resultado dos trabalhos da oficina de validação do modelo lógico deste Programa, realizado em maio de 2008, os indicadores estão em processo de reavaliação e poderão ser substituídos.		
<i>Concentração de Sólidos em Suspensão na Estação Verde Grande na Bacia do Rio São Francisco (mg/l)</i>	ANA e MMA	21,00	-	-	13,00	Baixa	Não existem medições sistemáticas de DBO, pela Agência Nacional de Águas - ANA. Os índices, quando apurados, refletem uma situação momentânea e dependem, portanto do número de medições para terem representatividade. Além disto, tal aferição é bastante complexa e sua priorização exigiria uma estruturação tanto da ANA quanto dos órgãos estaduais envolvidos no processo. Como resultado dos trabalhos da oficina de validação do modelo lógico deste Programa, realizado em maio de 2008, os indicadores estão em processo de reavaliação e poderão ser substituídos.		

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 1287 Saneamento Rural **Órgão Responsável** 36000 Ministério da Saúde (MS)

**Objetivo** Ampliar a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços de saneamento ambiental em áreas rurais

**Público-alvo** População rural dispersa, residente em assentamentos da reforma agrária e em localidades de até 2.500 habitantes e as minorias étnico-raciais como quilombolas, população indígena e outros povos da floresta

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Cobertura de Abastecimento de Água em Áreas Rurais (percentagem)	Pesquisa Nacional de Amostras de Domicílios - PNAD/IBGE	31/12/2002	16,00	02/2009	28,00	-	Média	Análise e justificativa: Os indicadores apurados referem-se ao percentual de moradores atendidos por rede de abastecimento de água, não incluindo outras formas de abastecimento de água. Cabe destacar que algumas alternativas técnicas relacionadas ao abastecimento de água, como por exemplo, sistema para captação de água de chuva, poço raso, etc. apesar de serem financiadas pela Funasa, não entram na PNAD/IBGE como rede de abastecimento e sim como outras formas de abastecimento, ou seja, não interferem na taxa de cobertura do indicador em questão. O índice apurado em 2008 tem como fonte a PNAD/IBGE 2007. Essa informação merece destaque, pois os mesmos referem-se ao ano de 2007. Cabe ressaltar que a execução das obras de saneamento com recursos da Funasa/PAC é realizada pelos Municípios e Estados, exigindo a celebração de Termo de Compromisso/TC, apresentação e análise da documentação técnica exigida legalmente. Considerando que todo esse processo que antecede a execução das obras, demanda tempo, ou seja, geralmente as obras programadas em um exercício são realizadas em exercícios seguintes.
Taxa de Cobertura de Esgotamento Sanitário em Áreas Rurais (%)	Pesquisa Nacional de Amostras de Domicílios - PNAD/IBGE	31/12/2002	22,70	02/2009	23,70	-	Média	Os indicadores apurados referem-se ao percentual de moradores de atendidos por rede de esgotamento sanitário e por fossa séptica. O índice apurado em 2008 tem como fonte a PNAD/IBGE 2007. Essa informação merece destaque, pois os mesmos referem-se ao ano de 2007. Cabe ressaltar que a execução das obras de saneamento com recursos da Funasa/PAC é realizada pelos Municípios e Estados, exigindo a celebração de Termo de Compromisso/TC, apresentação e análise da documentação técnica exigida legalmente. Considerando que todo esse processo que antecede a execução das obras, demanda tempo, ou seja, geralmente as obras programadas em um exercício são realizadas em exercícios seguintes.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 1287 Saneamento Rural

**Órgão Responsável**

36000 Ministério da Saúde (MS)

**Objetivo** Ampliar a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços de saneamento ambiental em áreas rurais

**Público-alvo** População rural dispersa, residente em assentamentos da reforma agrária e em localidades de até 2.500 habitantes e as minorias étnico-raciais como quilombolas, população indígena e outros povos da floresta

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Cobertura de Abastecimento de Água em Áreas Indígenas (porcentagem)	MS/FUNASA - SISABI	18/7/2005	26,00	02/2009	64,12	-	Baixa	<p>A partir da análise dos índices apurados, verifica-se que a meta não foi alcançada em sua totalidade, em função de três fatores: 1) aumento na demanda de serviços para melhoria dos sistemas de abastecimento de água existentes; 2) aumento do número de aldeias; 3) deficiências de recursos humanos e de infraestrutura das Coordenações Regionais.</p> <p>Os indicadores apurados referem-se ao percentual de aldeias indígenas beneficiadas com implantação de novos sistemas de abastecimento de água. Contudo, destaca-se o fato de que em 2007 e 2008 existiu um aumento significativo na demanda para a realização de melhorias nos sistemas existentes, representando 53,14% e 38,4% dos recursos empenhados em 2007 e 2008, respectivamente.</p> <p>Quanto ao incremento no número de aldeias, verifica-se que em 2007 existiam 3.739 aldeias, crescendo para 4.263 na data atual. Esses valores representam um aumento de 14,01% no número de aldeias, o que contribui para a diminuição do alcance da meta estabelecida. Soma-se a isso, o fato de algumas etnias apresentarem características nomádes, e tendendo a abandonar áreas já contempladas com sistemas de abastecimento de água e requerendo novas implantações.</p> <p>As ações de saneamento em áreas indígenas realizadas pela Funasa são executadas pelas Coordenações Regionais, sendo que a mesma elabora projetos e licita as obras, opera e mantém os sistemas. Recentemente, vêm apresentando sérias dificuldades quanto a disponibilidade de recursos humanos e infraestrutura. Dessa forma, o não alcance do índice previsto para o ano de 2008, com relação a esse fator, deve-se aos seguintes aspectos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Retardo na descentralização de orçamento para as coordenações regionais iniciarem processo licitatório;</li> <li>• Morosidade em processos licitatórios;</li> <li>• Todas as obras são por administração indireta;</li> <li>• Quadro técnico das coordenações regionais e infraestrutura logística deficitários para elaboração de projetos e acompanhamento das obras;</li> </ul> <p>As obras licitadas no exercício tem sua execução praticamente no exercício seguinte.</p>

<b>Programa</b>	0639 Segurança da Navegação Aquaviária		52000		Ministério da Defesa (MD)		<b>Órgão Responsável</b>
<b>Objetivo</b>	Prover a segurança da navegação em águas sob jurisdição brasileira						
<b>Público-alvo</b>	Operadores de transportes aquaviários e de embarcações em geral, e seus usuários						
<b>Indicador (unidade de medida)</b>	<b>Fonte</b>	<b>Índice de Referência</b>	<b>Índice alcançado em 2008</b>		<b>Índice Previsto para 2011</b>	<b>Possibilidade Alcançar o Índice Previsto</b>	<b>Medidas Corretivas</b>
		<b>Data</b>	<b>Data</b>	<b>Índice</b>			
<i>Coefficiente de Acidentes Náuticos (1/1.000)</i>	Diretoria de Portos e Costas	31/12/2002	12/2008	1,60	-	Alta	-

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 0357 Segurança da Sanidade na Agropecuária

**Órgão Responsável**

22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)

**Objetivo** Minimizar o risco de introdução e disseminação de pragas e doenças que afetam a produção agropecuária, atendendo às exigências de padrões fitossanitários dos mercados internos e externos

**Público-alvo** Produtores, consumidores, exportadores, importadores, transportadores, inclusive passageiros, armazéns e demais integrantes da cadeia produtiva agropecuária

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcanço do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Conformidade no Controle de Fronteiras (porcentagem)	Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA	31/12/2002	90,00	12/2008	95,00	95,00	Alta	-
Área Declarada Livre de Febre Afiosa com Vacinação (km²)	Organização Mundial de Sanidade Animal - OIE	31/12/2007	1.350.461,71	12/2008	4.944.883,46	8.419.530,42	Alta	-
Área Declarada Livre de Febre Afiosa sem Vacinação (km²)	Organização Mundial de Sanidade Animal - OIE	31/12/2007	95.346,18	12/2008	9.534,00	95.346,18	Alta	-
Número de Ocorrências da Peste Suína Clássica (unidade)	Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA	1/12/2006	7,00	12/2008	1,00	0,00	Alta	-
Plantéis Avícolas Certificados pelo Programa Nacional de Sanidade Avícola (unidade)	Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA	1/8/2007	1.600,00	12/2008	1.561,00	2.700,00	Média	Intensificação das atividades de certificação dos plantéis avícolas.
Incidência da Praga "Cydia Pomonella" (município)	Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA	1/7/2007	3,00	12/2008	0,00	1,00	Alta	-
Taxa de Incidência da Doença "Cancro Citrico" (%)	Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA	1/7/2007	0,30	-	-	0,20	Média	Necessidade de revisão dos dados apresentados.
Incidência da Praga "Mosca da Carambola" (município)	Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA	1/7/2007	10,00	12/2008	8,00	8,00	Alta	-
Número de Estabelecimentos Certificados como Livres ou Monitorados para Brucelose e Tuberculose Bovina e Bubalina (unidade)	Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA	8/1/2004	0,00	12/2008	95,00	2.500,00	Muito Baixa	Necessidade de revisão dos dados apresentados.
Número de Ocorrências de Raiva Bovina (unidade)	Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA	1/12/2006	2.454,00	12/2008	1.160,00	1.610,00	Alta	-
Número de Ocorrências de Casos da Doença da Vacca Louca (unidade)	Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA	1/12/2001	0,00	12/2008	0,00	0,00	Alta	-

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 0623 Segurança de Voo e Controle do Espaço Aéreo Brasileiro **Órgão Responsável** 52000 Ministério da Defesa (MD)

**Objetivo** Proporcionar circulação segura e eficiente no tráfego aéreo civil e militar no espaço aéreo sob a jurisdição do Brasil

**Público-alvo** Empresas aéreas, operadores de aeronaves civis e militares, pilotos civis e militares, unidades aéreas das Forças Armadas, usuários ou assinantes dos serviços e sistemas de telecomunicações aeronáuticas, de informações aeronáuticas, de meteorologia aeronáutica, de busca e salvamento e de investigação e prevenção de acidentes aeronáuticos

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Espaço Aéreo Monitorado (porcentagem)	DEPV/CISCEA - Cmdo. da Aeronáutica - Min. da Defesa	-	-	12/2008	95,00	-	Alta	Medidas Corretivas Necessárias: Devido à especificidade e a grande variedade de Ações que compõem o Programa foi criado no DECEA uma comissão para definir os indicadores devido a importância do assunto O Diretor Geral, o Gerente do Programa e demais autoridades estão empenhadas no tema.
Índice de Acidentes Aeronáuticos (porcentagem)	CENIPA - Cmdo. da Aeronáutica - Min. da Defesa	-	-	12/2008	1,06	-	Média	Medidas Corretivas Necessárias: Devido à especificidade e a grande variedade de Ações que compõem o Programa foi criado no DECEA uma comissão para definir os indicadores devido a importância do assunto O Diretor Geral, o Gerente do Programa e demais autoridades estão empenhadas no tema.

## Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

Programa	0660 Segurança e Educação de Trânsito: Direito e Responsabilidade de Todos	Órgão Responsável	Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
			Data	Índice			
<b>Objetivo</b>	<i>Reduzir a mortalidade, a gravidade e o número de acidentes de trânsito no País</i>	56000 Ministério das Cidades (MCI) cidades)					
<b>Público-alvo</b>	<i>Sociedade</i>						
<b>Indicador (unidade de medida)</b>	<b>Fonte</b>		<b>Índice de Referência</b>	<b>Índice alcançado em 2008</b>	<b>Índice Previsto para 2011</b>	<b>Possibilidade Alcançar o Índice Previsto</b>	<b>Medidas Corretivas</b>
<i>Índice de acidentes com vítimas por 10.000 veículos (%)</i>	Anuário Estatístico do DENATRAN	31/12/2005	91,10	75,30	91,10	Alta	-
<i>Índice de acidentes com vítimas fatais por 10.000 veículos (%)</i>	Anuário Estatístico do DENATRAN	31/12/2005	6,30	6,80	6,30	Alta	-



**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

Programa	0356 Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas	Objetivo	Público-alvo	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
					Data	Índice	Data	Índice			
		<i>Assegurar a qualidade e inocuidade de alimentos, bebidas e correlatos ofertados aos consumidores</i>	<i>Produtores, indústrias, cereais, armazenistas, estabelecimentos comerciais, bolsas de mercadorias e consumidores</i>								
		<i>Número de Estabelecimentos de Produção de Alimentos e Bebidas com Controle Sanitário (unidade)</i>	Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal - DIPOA/SDA	28/2/2004	3.800,00	12/2008	3.800,00	3.800,00	Média	Não existem medidas corretivas a serem implementadas, visto que o índice apurado em 2008 deverá ser mantido igual ao previsto no PPA até 2011.	
		<i>Número de Estabelecimentos com Sistema de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC) (unidade)</i>	Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal - DIPOA/SDA	15/8/2003	250,00	12/2008	250,00	300,00	Média	Não existem medidas corretivas a serem implementadas, visto que o índice apurado em 2008 atingiu a meta prevista.	
		<i>Índice de Conformidade de Produtos de Origem Animal e Vegetal (número índice)</i>	Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA/DIPOV/DIPOA	12/1/2005	0,74	12/2008	0,73	0,85	Média	Nenhuma medida corretiva a ser implantada, perspectivas futuras favoráveis à meta prevista até 2011.	
		<i>Índice de Qualificação da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários (Índice numérico)</i>	Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA, Coordenação-Geral de Apoio Laboratorial - CGAL/SDA	1/7/2007	0,00	12/2008	0,25	0,70	Média	Não existem medidas corretivas já que o índice é crescente além do previsto.	

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 1184 Segurança e Saúde no Trabalho

36000 Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)

**Órgão Responsável**

**Objetivo** *Proteger a vida, promover a segurança, saúde e bem estar do trabalhador e produzir e difundir conhecimento sobre Segurança e Saúde do Trabalho*

**Público-alvo** *Trabalhadores formais e informais*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcanço do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Coefficiente de Acidentes Decorrentes do Trabalho (1/1.000)</i>	Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho	31/12/2006	15,63	12/2007	13,93	12,50	Média	Medidas Corretivas Necessárias: Existe no país, de forma significativa, uma cultura de não-notificação de acidentes de trabalho à Previdência Social, especialmente de acidentes que não levam à morte ou lesões graves. Essa atitude vem sendo combatida por diversos órgãos públicos. A redução dessa subnotificação leva, obviamente, ao aumento do número de acidentes apurados. Por outro lado, fatores econômicos e sociais também refletem-se nesse índice, que tende a crescer em momentos de grande aceleração da atividade econômica, por exigências excessivas de produtividade, mas também cresce em momentos de crise, quando trabalhadores aceitam empregos precários, que os expõem a riscos à sua vida e empregadores resistem a investir na promoção de ambientes de trabalho seguros. O indicador é, portanto, sujeito a variações que não dependem das ações do MTE.
<i>Coefficiente de Doenças Relacionadas ao Trabalho (1/10.000)</i>	Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho	31/12/2006	12,00	12/2007	53,64	12,00	Muito Baixa	Medidas Corretivas Necessárias: Os dados de doenças relacionadas ao trabalho utilizados para esse indicador são os da Previdência Social. O órgão alterou sua metodologia de caracterização de doenças relacionadas ao trabalho, por meio da introdução do Nexo Epidemiológico. Com a alteração, muitas doenças que eram consideradas doenças comuns, passaram a ser consideradas doenças relacionadas ao trabalho, provocando um crescimento de mais de 500% no número de casos. O número de referência teria de ser corrigido.
<i>Coefficiente de Mortalidade por Acidentes de Trabalho (1/100.000)</i>	Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho	31/12/2006	10,75	12/2007	9,41	8,76	Alta	-
<i>Coefficiente de Trabalhadores Alcançados pela Inspeção de Segurança e Saúde (1/1.000)</i>	Sistema Federal de Inspeção do Trabalho	31/12/2006	770,00	12/2007	656,37	890,00	Baixa	Medidas Corretivas Necessárias: A inspeção do trabalho está passando por uma mudança em sua metodologia de trabalho, buscando uma atuação mais estratégica, mais direcionada à prevenção de acidentes e doenças do trabalho, e de melhor qualidade. A proposta seria a de se criar um novo indicador que correlacione melhor o número de trabalhadores, ou de estabelecimentos alcançados, o número de ações de inspeção e o risco da atividade econômica alcançada. Ou seja, não é importante apenas que a inspeção alcance grande número de trabalhadores; é tanto, ou mais, importante que a inspeção alcance trabalhadores expostos a riscos graves à sua vida e saúde.
<i>Taxa de Acidentes Fatais Investigados (porcentagem)</i>	Sistema Federal de Inspeção do Trabalho	31/12/2006	22,45	12/2007	24,00	40,00	Média	Medidas Corretivas Necessárias: Com a priorização das análises de acidentes, esperase que haja um incremento nesse tipo de atividade, fundamental para a prevenção. Entretanto, os cortes sistemáticos de recursos financeiros que têm ocorrido pode prejudicar o alcance dos índices desejados.
<i>Número de produção científica dos pesquisadores da FUNDACENTRO (unidade)</i>	Relatório de atividades anual da FUNDACENTRO	1/12/2006	15,00	12/2008	25,00	35,00	Média	Abertura de concurso público para aumento do quadro de pesquisadores e tecnólogos e reposição dos servidores que se aposentaram em 2007 e 2008 e que se aposentaram em 2009, 2010 e 2011.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 0663 Segurança Pública nas Rodovias Federais **Órgão Responsável** 30000 Ministério da Justiça (MJ)

**Objetivo** *Aumentar a segurança pública nas rodovias federais, mediante a prevenção e repressão de ações delituosas, e reduzir os acidentes de trânsito*  
**Público-alvo** *Usuários das rodovias e estradas federais e pessoas que residem às margens das rodovias federais*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais (unidade)</i>	Departamento de Polícia Rodoviária Federal	2/1/2007	27,20	12/2008	25,47	25,50	Média	Apesar do bom resultado alcançado no exercício 2008, o cenário onde opera a PRF aponta para a dificuldade de manutenção dos números, pois a atualização do efetivo e a composição do orçamento não tem acompanhado o aumento da malha policiada, da frota nacional e do fluxo de veículos. Portanto é mister a liberação de concurso público para o provimento dos 3000 novos cargos criados e para a complementação do efetivo já anteriormente previsto, bem como a majoração do orçamento para 466.873.133,00, nos termos dos levantamentos efetuados pela área de administração do órgão.
<i>Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais (unidade)</i>	Departamento de Polícia Rodoviária Federal	2/1/2007	1,51	12/2008	1,26	1,35	Média	Apesar do bom resultado alcançado no exercício 2008, o cenário onde opera a PRF aponta para a dificuldade de manutenção dos números, pois a atualização do efetivo e a composição do orçamento não tem acompanhado o aumento da malha policiada, da frota nacional e do fluxo de veículos. Portanto é mister a liberação de concurso público para o provimento dos 3000 novos cargos criados e para a complementação do efetivo já anteriormente previsto, bem como a majoração do orçamento para 466.873.133,00, nos termos dos levantamentos efetuados pela área de administração do órgão.
<i>Sensação de Segurança (%)</i>	Pesquisa de opinião	1/1/2007	65,00	02/2009	72,20	80,00	Média	Apesar do bom resultado alcançado no exercício 2008, o cenário onde opera a PRF aponta para a dificuldade de manutenção dos números, pois a atualização do efetivo e a composição do orçamento não tem acompanhado o aumento da malha policiada, da frota nacional e do fluxo de veículos. Portanto é mister a liberação de concurso público para o provimento dos 3000 novos cargos criados e para a complementação do efetivo já anteriormente previsto, bem como a majoração do orçamento para 466.873.133,00, nos termos dos levantamentos efetuados pela área de administração do órgão.

**Programa** 1291 Segurança Transfusional e Qualidade do Sangue e Hemoderivados **Órgão Responsável** 36000 Ministério da Saúde (MS)

**Objetivo** Assegurar a qualidade e auto-suficiência em sangue, componentes e derivados sanguíneos, e garantir a assistência aos portadores de doenças de coagulação sangüínea e de má formação das hemácias

**Público-alvo** Pacientes portadores de hemofilia e da anemia falciforme, e demais pessoas que necessitem de transfusão de sangue

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcanço do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Índice de Desempenho do Ciclo do Sangue (unidade)	MS/SAS	31/12/2006	0,55	-	-	2,00	Muito Baixa	No decorrer da apuração desse indicador verificou-se equívoco na sua concepção, portanto, desde o exercício de 2007 este índice não é informado. Para o exercício de 2010 foi solicitada a exclusão do referido indicador.
Taxa de Doação de Sangue (%)	Sistema de Informações Ambulatoriais do Sistema Único de Saúde - SIA/SUS e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.	31/12/2006	2,00	12/2008	2,10	2,00	Alta	-

Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

**Programa** 0637 Serviço de Saúde das Forças Armadas 52000 Ministério da Defesa (MD) **Órgão Responsável**

**Objetivo** Prestar assistência médico-hospitalar e odontológica ao pessoal militar das Forças Armadas, ativo e inativo, e a seus dependentes

**Público-alvo** Militares das Forças Armadas e seus dependentes

Este programa não apresenta indicador.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 0122 Serviços Urbanos de Água e Esgoto **Órgão Responsável** 56000 Ministério das Cidades (MCI) cidades)

**Objetivo** Ampliar a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços públicos urbanos de abastecimento de água e esgotamento sanitário

**Público-alvo** População urbana de menor nível socioeconômico, e a residente em áreas de habitação subnormal, em periferias de grandes centros e em municípios de pequeno porte

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcanço do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Cobertura dos Serviços Urbanos de Abastecimento de Água (percentagem)	Pesquisa Nacional de Amostras de Domicílios - PNAD/IBGE	31/12/2005	82,30	11/2007	83,30	86,00	Alta	-
Taxa de Cobertura dos Serviços Urbanos de Coleta de Esgoto (percentagem)	Pesquisa Nacional de Amostras de Domicílios - PNAD/IBGE	31/12/2005	48,20	11/2007	51,33	55,00	Alta	-
Índice de Esgoto Tratado referido à Água Consumida (percentagem)	SNIS - Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento	31/12/2005	35,30	11/2007	32,50	43,96	Alta	Mesmo com a análise da evolução histórica do indicador, considera-se que a meta pode ser alcançada, principalmente em virtude dos expressivos investimentos do PAC em esgotamento sanitário (cerca de 40% do total investido). Não é possível estimar o impacto no tratamento dos esgotos com as obras concluídas até 2011, uma vez que diversos investimentos são destinados à ampliação da rede de coleta. Correção: índice referência 31/12/2005: 31,70%

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 0153 Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente **Órgão Responsável** 2021 Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH)

**Objetivo** Consolidar o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente e assegurar sua atuação de acordo com o marco legal vigente  
**Público-alvo** Atores do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Conselhos Tutelares e Conselhos de Direitos Capacitados (%)	SEDH/PR	31/1/2007	50,00	05/2009	67,38	100,00	Alta	O objetivo do Programa é implantar as Escolas de Conselhos em todos os estados brasileiros. Seus princípios e linhas devem contrapor o caráter "eventístico e descontínuo" das capacitações comumente realizadas, estabelecendo o desenvolvimento de ações formativas diferenciadas para os diversos estágios em que se encontram os conselheiros dos direitos e tutelares. A capacitação deve prever modalidades presenciais, a distância e mista, além de desenvolver metodologias criativas, sintonizadas com as realidades locais, com o objetivo de capacitar os conselheiros na sua tarefa de assegurar direitos às crianças e aos adolescentes. A implementação e continuidade dos Núcleos de Formação Continuada de Conselheiros dos Direitos e Conselheiros Tutelares - "Escola de Conselhos" - fortalece no país o Sistema de Garantia de Direitos e a ação mais qualificada dos conselheiros. Para garantir, até 2011, a implementação e continuidade das Escolas de Conselho nos 26 Estados e no DF, uma medida corretiva importante corresponde à ampliação de recursos orçamentários na ação 6247 do Programa 0153.
Taxa de Municípios com Implantação de Conselhos Tutelares e de Direitos da Criança e do Adolescente (%)	SPDCA/SEDH/PR	30/9/2006	88,00	05/2009	91,00	96,00	Alta	A SPDCA e o Comando Assinaram Termo de Cooperação Técnica com o Ministério Público Federal para articulação junto aos Municípios onde ainda não existem conselhos, visando à sua implantação em 100% dos municípios brasileiros. Foi firmado Convênio, ainda, para atualização do cadastro de Conselhos dos Direitos e Conselhos Tutelares, o qual será de grande utilidade para os diversos agentes que operam os direitos da criança e do adolescente no país. Por meio do cadastro, o Programa terá indicadores atualizados do número exato de conselhos dos direitos e conselhos tutelares existentes no país. De acordo com os índices da pesquisa Conhecendo a Realidade, a região com o maior índice de conselhos implantados é a Sudeste (60%) e a com o menor índice é a região Nordeste (39%). A meta é atingir até 2011 a totalidade dos municípios brasileiros, sendo a atuação do Programa fundamental para mobilizar os municípios que ainda não possuem Conselho Tutelar e Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 0152 Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei - Pró-SINASE **Órgão Responsável** 20121 Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH)

**Objetivo** Fortalecer a implementação do SINASE, visando a efetividade das medidas socioeducativas

**Público-alvo** Adolescentes em conflito com a lei

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Municipalização das Medidas Socioeducativas de Meio Aberto nas Grandes Cidades (%)	Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente SP/DCA/ SEDH	31/12/2005	40,00	12/2008	100,00	100,00	Alta	Em avaliação realizada pelo I Mapeamento Nacional das Medidas Socioeducativas em Meio Aberto, realizado em parceria com o Ilanud, a SEDH concluiu que a implementação dos programas de atendimento em meio aberto (Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade) não terão a cobertura descrita inicialmente para os 5.564 municípios brasileiros. Entretanto, foi possível a ampliação para as metrópoles, cidades de grande e médio porte, em parceria com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Assim sendo, entende-se que as grandes cidades (com mais de 50 mil habitantes) já foram atendidas em 100%. É possível dizer que os investimentos do Governo Federal e a ampliação desta rede de atendimento em meio aberto já vem impactando as medidas socioeducativas privativas de liberdade, que tiveram no último ano a menor taxa de crescimento (2%) da história do sistema.
Deficit de Vagas nas Unidades Socioeducativas de Meio Fechado (unidade)	Levantamento Nacional do Atendimento Socioeducativo/SPDCA/SEDH	31/8/2006	3.396,00	-	-	810,00	Média	O Mapeamento Nacional da situação dos adolescentes privados de liberdade encerrado em 2008 aos estados, em parceria com o IPEA, deveria ter fornecido os dados necessários para alimentar esse indicador. No entanto, os dados, até o presente momento, estão sendo compilados para fazer essa avaliação. Ainda é a fonte mais segura para avaliar o déficit de vagas.
Taxa de Formação dos Operadores do Sistema de Atendimento Socioeducativo (%)	Levantamento Nacional do Atendimento socioeducativo/SPDCA/SEDH	31/12/2005	12,70	-	-	50,00	Média	O programa, em 2008, favoreceu a construção de matrizes unificadas de formação socioeducativa, por meio da constituição do Comitê Nacional de Estudos Avançados de Justiça Juvenil. Com a conclusão desse trabalho, serão firmados convênios com os centros de formação socioeducativa e aí sim promovidas as formações aos profissionais do sistema. O Comitê apresentou uma matriz preliminar de formação em meio aberto, que subsidiou a elaboração dos critérios de financiamento em 2009.
Razão entre Adolescentes Cumprindo Medida em Meio Aberto e em Meio Fechado (%)	Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente SP/DCA/SEDH	-	-	12/2008	0,33	-	Média	Em dez/08, foi feita um atualização dos dados dos adolescentes no sistema sócio-educativo, produzindo informações quantitativas atualizadas sobre execução da internação provisória e das medidas socioeducativas de internação e semiliberdade existentes no país. Em 2008, o número total de internos no sistema socioeducativo de meio fechado no Brasil é de 16.868 adolescentes, sendo 11.734 na internação, 3.715 na internação provisória e 1.419 em semiliberdade. A taxa de crescimento do sistema de 2007 para 2008 foi de 2,17%. Vale ressaltar que essa mesma taxa foi de 28% entre os anos de 2002-2006, de 4,41% entre 2006-2007. No que tange às medidas em meio aberto (liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade), em função do novo delineamento da política nacional com o co-financiamento do MDS, não foi possível a atualização dos dados. No entanto, cabe registrar que a Comissão Intersectorial de Implementação do SINASE está aguardando a publicação do censo CREAS pelo MDS. Estima-se que há cerca de 60 mil adolescentes no sistema socioeducativo, sendo 44 mil em cumprimento de medidas em meio aberto e 16 mil em meio fechado.



**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 1127 Sistema Único de Segurança Pública - SUSP **Órgão Responsável** 30000 Ministério da Justiça (MJ)

**Objetivo** Ampliar a eficiência, eficácia e a efetividade do Sistema de Segurança Pública e Defesa Civil mediante a reestruturação, integração e modernização de suas organizações em todo o território nacional para a prevenção e o controle da criminalidade

**Público-alvo** Toda a sociedade brasileira e em especial os Operadores de Segurança Pública

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Índice de Implantação do Sistema Único de Segurança Pública (%)	SENASP	1/7/2007	0,00	01/2009	33,95	100,00	Média	A nossa meta para 2011 vem sendo reduzida continuamente devido ao contingenciamento de recursos. A SENASP vem se esforçando continuamente para aumentar a efetividade de suas ações e desta forma alcançar a meta prevista com menos recursos. No entanto, a garantia plena do alcance da meta depende fundamentalmente da liberação total do recurso do Programa.
Índice de Gestão da SENASP (%)	SENASP	1/7/2007	0,00	01/2009	51,60	100,00	Média	A nossa meta para 2011 vem sendo reduzida continuamente devido ao contingenciamento de recursos. A SENASP vem se esforçando continuamente para aumentar a efetividade de suas ações e desta forma alcançar a meta prevista com menos recursos. No entanto, a garantia plena do alcance da meta depende fundamentalmente da liberação total do recurso do Programa.
Índice de Segurança Pública (%)	SENASP	1/7/2007	0,00	01/2009	48,15	100,00	Média	A nossa meta para 2011 vem sendo reduzida continuamente devido ao contingenciamento de recursos. A SENASP vem se esforçando continuamente para aumentar a efetividade de suas ações e desta forma alcançar a meta prevista com menos recursos. No entanto, a garantia plena do alcance da meta depende fundamentalmente da liberação total do recurso do Programa.

Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

**Programa** 0627 Tecnologia de Uso Aeroespacial 52000 Ministério da Defesa (MD) **Órgão Responsável**

**Objetivo** *Promover a capacitação tecnológica da Aeronáutica e da indústria aeroespacial brasileira*

**Público-alvo** *Nação Brasileira*  
Este programa não apresenta indicador.

---

<b>Programa</b>	0629 Tecnologia de Uso Naval	52000	Ministério da Defesa (MD)
-----------------	------------------------------	-------	---------------------------

**Órgão  
Responsável**

**Objetivo** Desenvolver e implementar tecnologia e infra-estrutura científica no âmbito da Marinha do Brasil que possibilitem o desenvolvimento do Poder Naval

**Público-alvo** Marinha do Brasil e utilizadores nacionais de produtos de tecnologia nuclear e engenharia naval

Este programa não apresenta indicador.

Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008

**Programa** 0642 Tecnologia de Uso Terrestre **Órgão** 52000 Ministério da Defesa (MD) **Responsável**

**Objetivo** *Pesquisar, desenvolver, avaliar, produzir, implantar e manter sistemas e materiais de emprego militar e civil, assim como capacitar recursos humanos na área científico-tecnológica de interesse do Exército*

**Público-alvo** *Exército Brasileiro e utilizadores nacionais de tecnologia militar*

**Este programa não apresenta indicador.**

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 1335 Transferência de Renda com Condicionalidades - Bolsa Família **Órgão Responsável** 55000 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)

**Objetivo** Contribuir para a redução da fome, da pobreza, da desigualdade e de outras formas de privação vividas pelas famílias mais excluídas, considerando três dimensões: o nível imediato da pobreza, por meio da transferência de renda diretamente às famílias pobres e extremamente pobres; a contribuição para a redução da pobreza da geração seguinte, por meio do reforço do direito de acesso aos serviços de saúde e de educação, com o cumprimento das condicionalidades nessas áreas; e a articulação de ações complementares, de forma a desenvolver as capacidades das famílias beneficiárias

**Público-alvo** Famílias em situação de pobreza com renda per capita mensal de R\$ 60,00 a 120,00 e extrema pobreza com renda per capita mensal de até R\$ R\$ 60,00

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Grau de focalização do PBF (%)	IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios)	5/5/2007	74,00	-	-	80,00	Muito Baixa	Este indicador deverá ser excluído por não haver como mensurá-lo. Primeiramente porque o IBGE não disponibilizou na última PNAD (2007) os dados de domicílios beneficiários do programa e, em 2006, ocorreu uma sub-enumeração dos beneficiários, decorrente de vários fatores, entre os quais o desenho amostral e o atraso na entrega de cartões. Ademais, mesmo que tenhamos disponíveis dados da PNAD sobre famílias beneficiárias, a divulgação da PNAD é feita do ano seguinte a sua coleta. Por fim, tal indicador incide em um grave erro, pois não leva em consideração o fato do programa contar com público fixo e as mudanças demográficas (crescimento populacional e diminuição no tamanho dos domicílios) O exercício a seguir demonstra esse erro: Em 2008, tínhamos uma população de 185 milhões e 52 milhões de domicílios (3,56 pessoas por domicílio). Assim para que tivéssemos 75% dos domicílios do primeiro quarto com famílias beneficiárias, esse contingente seria de 9,75 milhões. Já, em 2011, considerando um crescimento de 2,0% ao ano e queda no tamanho dos domicílios para 3,46, a população será de 196,3 milhões, com 56,7 milhões de domicílios. Para atendermos aos 80% precisaríamos, então, ter população de beneficiários de 11,3 milhões, maior do que o público ora contemplado.
Taxa de Atendimento às Famílias Pobres (porcentagem)	SENARC/MDS e IBGE	1/7/2007	100,00	11/2008	100,00	100,00	Alta	-
Taxa de Acompanhamento das Condicionalidades de Educação (%)	Sistema de Condicionalidades - SENARC/MDS	1/12/2006	70,23	11/2008	84,80	95,00	Média	Podem ser considerada média a possibilidade de alcance da meta para 2011 haja vista que o Ministério da Educação estabelece para 2009 o acompanhamento de 90% da taxa de acompanhamento da frequência escolar.
Taxa de Acompanhamento das Condicionalidades de Saúde (%)	Sistema de Condicionalidades - SENARC/MDS	1/3/2006	33,40	11/2008	58,20	80,00	Baixa	Foi criado um Grupo de Trabalho Interministerial (Portaria Interministerial), com a participação do Ministério do Desenvolvimento Social e do Ministério da Saúde, responsáveis pelo acompanhamento da agenda de saúde dos beneficiários do PBF, conforme estabelece o Decreto 5209/04. O grupo tem o objetivo de identificar as principais dificuldades para a realização e o registro do acompanhamento da agenda de saúde, bem como aperfeiçoar o modelo vigente ou propor novas ações. No entanto, tendo em vista que o acompanhamento é semestral e muitas das mudanças devem ser realizadas alterações na base tecnológica do acompanhamento serão empregadas a médio e longo prazo. É necessário ainda uma articulação mais eficaz no âmbito da saúde para a sensibilização e mobilização dos atores estaduais e municipais para essa atividade.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 0290 Transporte de Petróleo, Derivados, Gás Natural e Biocombustíveis **Órgão** 32000 Ministério de Minas e Energia (MIME) **Responsável**

**Objetivo** *Prover infra-estrutura de armazenamento e transporte de petróleo, derivados e biocombustíveis adequada ao aumento da demanda e às exigências ambientais*

**Público-alvo** *Consumidores de petróleo e derivados*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcanço do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Taxa de Participação da Frota de Navios Próprios da Petrobras no Transporte de Petróleo e Derivados (porcentagem)</i>	Petrobras	31/12/2002	48,00	12/2008	35,60	-	Muito Baixa	O índice previsto para 2011 ainda não foi definido.
<i>Taxa de participação do transporte marítimo no transporte de petróleo e derivados (%)</i>	Petrobras Transporte.	-	-	-	-	-	Muito Baixa	Este indicador não foi apurado em 2008, pois não temos as informações necessárias para o seu cálculo, visto que o Sistema Petrobras não dispõe mais do monopólio no transporte de petróleo e derivados. Há outros agentes que atuam no mercado. Solicitamos a exclusão deste indicador deste a última avaliação do PPA 2004/2007.
<i>Capacidade da Rede de Dutos para o Transporte de Óleo e Derivados (milhão de m³.km)</i>	Petrobras	31/12/2002	47.545,00	-	-	-	Muito Baixa	O Indicador acima não foi medido em 2008, pois não temos as informações necessárias para o seu cálculo. Desde a última avaliação do PPA (2004/2007), solicitamos a substituição pelo Indicador: Capacidade Máxima de Movimentação dos Dutos Longos da Petrobras
<i>Extensão da malha de oleodutos de transporte da Petrobras (km)</i>	Petrobras Transporte	31/12/1996	7.011,00	12/2008	7.033,00	-	Muito Baixa	O índice previsto para 2011 ainda não foi definido.
<i>Taxa de Participação do Transporte Diuturno no Transporte de Petróleo e Derivados (porcentagem)</i>	Petrobras	31/12/2004	18,00	-	-	-	Muito Baixa	Não foi medido em 2008, pois não temos as informações necessárias para o seu cálculo. Solicitamos sua exclusão.
<i>Capacidade Máxima de Movimentação dos Dutos Longos da Petrobras (milhão de m³ por dia)</i>	Petrobras Transportes S.A. - Transporto	31/12/2006	10,05	12/2008	13,78	-	Muito Baixa	O índice previsto para 2011 ainda não foi definido.



**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 0257 **Universalização dos Serviços de Telecomunicações** **Órgão Responsável** 41000 **Ministério das Comunicações (MC)**

**Objetivo** *Promover a universalização do acesso à infra-estrutura de telecomunicações*

**Público-alvo** *Estabelecimentos de ensino, bibliotecas públicas, instituições de saúde, unidades de segurança pública, instituições do serviço público em áreas remotas e de fronteira, instituições de atenção a pessoas com deficiência, pessoas com deficiência carentes, unidades rurais isoladas, cooperativas, assentamentos agrários, pessoas em localidades com menos de 100 habitantes, população em comunidades de baixo poder aquisitivo e telecentros comunitários*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Taxa de Acessos de Telefonia em Operação no Público-alvo Elegível (porcentagem (%))	Agência Nacional de Telecomunicações	-	-	01/2009	0,07	-	Muito Baixa	Medidas corretivas dependem do Ministério das Comunicações.
Taxa de Acessos a Redes Digitais em Banda Larga em Operação no Público-alvo Elegível (porcentagem (%))	Agência Nacional de Telecomunicações	-	-	01/2009	0,00	-	Muito Baixa	Medidas corretivas dependem do Ministério das Comunicações.



**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

Programa	1128 Urbanização, Regularização Fundiária e Integração de Assentamentos	Precários	Órgão Responsável	56000	Ministério das Cidades (MCI) cidades	Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
								Data	Índice	Data	Índice			
Objetivo	Melhorar as condições de habitabilidade de assentamentos humanos precários mediante sua urbanização e regularização fundiária, integrando-os ao tecido urbano da cidade	Público-alvo	Famílias de baixa renda moradoras de assentamentos humanos precários	Índice alcançado em 2008	Índice Previsto para 2011	Taxa de domicílios em assentamentos subnormais nas áreas urbanas (%)	IPEA/IBGE com base nos microdados da PNAD mais recente	31/12/2005	4,20	12/2007	4,08	2,23	Muito Baixa	Índice apurado segundo Relatório Intermediário sobre Déficit Habitacional no Brasil 2007 que trata da atualização das estimativas do déficit habitacional e da adequação dos domicílios, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios PNAD 2007. Tabela 9.2.1 - Domicílios particulares permanentes e distribuição percentual, por situação do domicílio, segundo regiões geográficas, unidades da federação e regiões metropolitanas - Brasil - 2007 Tabela 9.2.5 - Domicílios em Aglomerados Subnormais e percentual em relação ao total de domicílios, por situação do domicílio, segundo regiões geográficas, unidades da federação e regiões metropolitanas - Brasil - 2007
						Taxa de domicílios urbanos em processos de regularização fundiária ocupados por famílias com renda de até 5 salários mínimos (%)	IPEA/IBGE com base nos microdados da PNAD mais recente (ano 2000)	31/12/2006	2,24	-	11,12	Baixa	Índice não apurado em 2007. Importante registrar que esse indicador é sabidamente subestimado.	
						Taxa de domicílios em assentamentos subnormais sem infra-estrutura urbana adequada (%)	IPEA/IBGE com base nos microdados da PNAD mais recente	31/12/2005	31,20	12/2007	28,50	16,30	Baixa	Índice apurado segundo Relatório Intermediário sobre Déficit Habitacional no Brasil 2007 que trata da atualização das estimativas do déficit habitacional e da adequação dos domicílios, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios PNAD 2007.
						Taxa de domicílios em assentamentos subnormais com adensamento excessivo (%)	IPEA/IBGE com base nos microdados da PNAD mais recente	31/12/2005	10,50	12/2007	9,80	1,50	Muito Baixa	Índice apurado segundo Relatório Intermediário sobre Déficit Habitacional no Brasil 2007 que trata da atualização das estimativas do déficit habitacional e da adequação dos domicílios, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios PNAD 2007.
						Taxa de domicílios urbanos com irregularidade fundiária ocupados por famílias com renda até 5 salários mínimos (%)	IPEA/IBGE com base nos microdados da PNAD mais recente	31/12/2002	6,00	-	-	-	Baixa	A determinação do indicador para o ano de 2007 refere-se ao total de domicílios com inadequação fundiária em relação ao total de municípios (todas as rendas) e monta a 3,9% (Tabela 6.2 - Evolução inadequação fundiária em domicílios urbanos, segundo regiões geográficas, unidades da federação e regiões metropolitanas - Brasil - 2004/2006-2007). Não há dados que permitam o cálculo nessa faixa de renda especificada. Fonte: Relatório Intermediário sobre Déficit Habitacional no Brasil 2007 que trata da atualização das estimativas do déficit habitacional e da adequação dos domicílios, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios PNAD 2007.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcanço do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<b>Programa</b> 1456 Vetor Logístico Amazônico	<b>Órgão Responsável</b> 39000 Ministério dos Transportes (MT)							
<b>Objetivo</b> Promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região dos estados do AC, AM, RR e RO e oeste dos estados do PA e MT								
<b>Público-alvo</b> Usuários de transporte nos Estados do Acre, Amazonas, Roraima, Rondônia, Mato Grosso e Pará								
Frete Unitário no Vetor Logístico Amazônico (R\$/t.x.km)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	Muito Baixa	Foi desenvolvido o projeto "Metodologia Integrada de Suporte ao Planejamento, Acompanhamento e Avaliação dos Programas de Transportes", em parceria com a Universidade de Brasília - UnB, formulando os indicadores de desempenho dos programas constantes do PPA, no âmbito do Ministério dos Transportes, e que servirá como elemento de auxílio à gestão da política de transportes. No modelo conceitual proposto os indicadores são independentes dos programas e permitirá o acompanhamento contínuo do estado do transporte no país. Está em fase licitatória a contratação dos serviços de coleta de dados para o cálculo dos indicadores e para o desenvolvimento de solução computacional para a estruturação do banco de dados e de ferramenta de análise e visualização. Por este motivo não está sendo possível utilizar os indicadores.
Tarifa Unitária no Vetor Logístico Amazônico (R\$/t.x.km)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	Muito Baixa	Foi desenvolvido o projeto "Metodologia Integrada de Suporte ao Planejamento, Acompanhamento e Avaliação dos Programas de Transportes", em parceria com a Universidade de Brasília - UnB, formulando os indicadores de desempenho dos programas constantes do PPA, no âmbito do Ministério dos Transportes, e que servirá como elemento de auxílio à gestão da política de transportes. No modelo conceitual proposto os indicadores são independentes dos programas e permitirá o acompanhamento contínuo do estado do transporte no país. Está em fase licitatória a contratação dos serviços de coleta de dados para o cálculo dos indicadores e para o desenvolvimento de solução computacional para a estruturação do banco de dados e de ferramenta de análise e visualização. Por este motivo não está sendo possível utilizar os indicadores.
Índice de Cobertura no Vetor Logístico Amazônico (número-índice)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	Muito Baixa	Foi desenvolvido o projeto "Metodologia Integrada de Suporte ao Planejamento, Acompanhamento e Avaliação dos Programas de Transportes", em parceria com a Universidade de Brasília - UnB, formulando os indicadores de desempenho dos programas constantes do PPA, no âmbito do Ministério dos Transportes, e que servirá como elemento de auxílio à gestão da política de transportes. No modelo conceitual proposto os indicadores são independentes dos programas e permitirá o acompanhamento contínuo do estado do transporte no país. Está em fase licitatória a contratação dos serviços de coleta de dados para o cálculo dos indicadores e para o desenvolvimento de solução computacional para a estruturação do banco de dados e de ferramenta de análise e visualização. Por este motivo não está sendo possível utilizar os indicadores.
Tempo Médio de Percorso no Vetor Logístico Amazônico (h/km)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	Muito Baixa	Foi desenvolvido o projeto "Metodologia Integrada de Suporte ao Planejamento, Acompanhamento e Avaliação dos Programas de Transportes", em parceria com a Universidade de Brasília - UnB, formulando os indicadores de desempenho dos programas constantes do PPA, no âmbito do Ministério dos Transportes, e que servirá como elemento de auxílio à gestão da política de transportes. No modelo conceitual proposto os indicadores são independentes dos programas e permitirá o acompanhamento contínuo do estado do transporte no país. Está em fase licitatória a contratação dos serviços de coleta de dados para o cálculo dos indicadores e para o desenvolvimento de solução computacional para a estruturação do banco de dados e de ferramenta de análise e visualização. Por este motivo não está sendo possível utilizar os indicadores.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 1456 Vetur Logístico Amazônico **39000** Ministério dos Transportes (MT) **Órgão Responsável**

**Objetivo** Promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região dos estados do AC, AM, RR e RO e oeste dos estados do PA e MT  
**Público-alvo** Usuários de transporte nos Estados do Acre, Amazonas, Roraima, Rondônia, Mato Grosso e Pará

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Tempo Médio de Transbordo Unitário no Vetur Logístico Amazônico (minuto/h)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	Muito Baixa	Foi desenvolvido o projeto "Metodologia Integrada de Suporte ao Planejamento, Acompanhamento e Avaliação dos Programas de Transportes", em parceria com a Universidade de Brasília - UnB, formulando os indicadores de desempenho dos programas consustantes do PPA, no âmbito do Ministério dos Transportes, e que servirá como elemento de auxílio à gestão da política de transportes. No modelo conceitual proposto os indicadores são independentes dos programas e permitirá o acompanhamento contínuo do estado do transporte no país. Está em fase licitatória a contratação dos serviços de coleta de dados para o cálculo dos indicadores e para o desenvolvimento de solução computacional para a estruturação do banco de dados e de ferramenta de análise e visualização. Por este motivo não está sendo possível utilizar os indicadores.
Tempo Médio de Espera para Transbordo no Vetur Logístico Amazônico (hora)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	Muito Baixa	Foi desenvolvido o projeto "Metodologia Integrada de Suporte ao Planejamento, Acompanhamento e Avaliação dos Programas de Transportes", em parceria com a Universidade de Brasília - UnB, formulando os indicadores de desempenho dos programas consustantes do PPA, no âmbito do Ministério dos Transportes, e que servirá como elemento de auxílio à gestão da política de transportes. No modelo conceitual proposto os indicadores são independentes dos programas e permitirá o acompanhamento contínuo do estado do transporte no país. Está em fase licitatória a contratação dos serviços de coleta de dados para o cálculo dos indicadores e para o desenvolvimento de solução computacional para a estruturação do banco de dados e de ferramenta de análise e visualização. Por este motivo não está sendo possível utilizar os indicadores.
Flaco Máximo de Veículos por Rodovia no Vetur Logístico Amazônico (carro/h/jaixa)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	Muito Baixa	Foi desenvolvido o projeto "Metodologia Integrada de Suporte ao Planejamento, Acompanhamento e Avaliação dos Programas de Transportes", em parceria com a Universidade de Brasília - UnB, formulando os indicadores de desempenho dos programas consustantes do PPA, no âmbito do Ministério dos Transportes, e que servirá como elemento de auxílio à gestão da política de transportes. No modelo conceitual proposto os indicadores são independentes dos programas e permitirá o acompanhamento contínuo do estado do transporte no país. Está em fase licitatória a contratação dos serviços de coleta de dados para o cálculo dos indicadores e para o desenvolvimento de solução computacional para a estruturação do banco de dados e de ferramenta de análise e visualização. Por este motivo não está sendo possível utilizar os indicadores.
Capacidade de Carga dos Terminais no Vetur Logístico Amazônico (1000 t)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	Muito Baixa	Foi desenvolvido o projeto "Metodologia Integrada de Suporte ao Planejamento, Acompanhamento e Avaliação dos Programas de Transportes", em parceria com a Universidade de Brasília - UnB, formulando os indicadores de desempenho dos programas consustantes do PPA, no âmbito do Ministério dos Transportes, e que servirá como elemento de auxílio à gestão da política de transportes. No modelo conceitual proposto os indicadores são independentes dos programas e permitirá o acompanhamento contínuo do estado do transporte no país. Está em fase licitatória a contratação dos serviços de coleta de dados para o cálculo dos indicadores e para o desenvolvimento de solução computacional para a estruturação do banco de dados e de ferramenta de análise e visualização. Por este motivo não está sendo possível utilizar os indicadores.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 1457 Vetor Logístico Centro-Norte **Órgão** 39000 Ministério dos Transportes (MT) **Responsável**

**Objetivo** Promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região dos estados do AP, MA e TO e leste dos estados do PA e MT  
**Público-alvo** Usuários de transporte nos Estados do Mato Grosso, Pará, Amapá, Maranhão e Tocantins

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcanço do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Capacidade de Carga dos Terminais no Vetor Logístico Centro-Norte (1000t)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	Muito Baixa	Foi desenvolvido o projeto "Metodologia Integrada de Suporte ao Planejamento, Acompanhamento e Avaliação dos Programas de Transportes", em parceria com a Universidade de Brasília - UnB, formulando os indicadores de desempenho dos programas constantes do PPA, no âmbito do Ministério dos Transportes, e que servirá como elemento de auxílio à gestão da política de transportes. No modelo conceitual proposto os indicadores são independentes dos programas e permitirá o acompanhamento contínuo do estado do transporte no país. Está em fase licitatória a contratação dos serviços de coleta de dados para o cálculo dos indicadores e para o desenvolvimento de solução computacional para a estruturação do banco de dados e de ferramenta de análise e visualização. Por este motivo não está sendo possível utilizar os indicadores.
Fluxo Máximo de Veículos por Rodovia no Vetor Logístico Centro-Norte (carro/h/jávia)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	Muito Baixa	Foi desenvolvido o projeto "Metodologia Integrada de Suporte ao Planejamento, Acompanhamento e Avaliação dos Programas de Transportes", em parceria com a Universidade de Brasília - UnB, formulando os indicadores de desempenho dos programas constantes do PPA, no âmbito do Ministério dos Transportes, e que servirá como elemento de auxílio à gestão da política de transportes. No modelo conceitual proposto os indicadores são independentes dos programas e permitirá o acompanhamento contínuo do estado do transporte no país. Está em fase licitatória a contratação dos serviços de coleta de dados para o cálculo dos indicadores e para o desenvolvimento de solução computacional para a estruturação do banco de dados e de ferramenta de análise e visualização. Por este motivo não está sendo possível utilizar os indicadores.
Tempo Médio de Espera para Transbordo no Vetor Logístico Centro-Norte (hora)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	Muito Baixa	Foi desenvolvido o projeto "Metodologia Integrada de Suporte ao Planejamento, Acompanhamento e Avaliação dos Programas de Transportes", em parceria com a Universidade de Brasília - UnB, formulando os indicadores de desempenho dos programas constantes do PPA, no âmbito do Ministério dos Transportes, e que servirá como elemento de auxílio à gestão da política de transportes. No modelo conceitual proposto os indicadores são independentes dos programas e permitirá o acompanhamento contínuo do estado do transporte no país. Está em fase licitatória a contratação dos serviços de coleta de dados para o cálculo dos indicadores e para o desenvolvimento de solução computacional para a estruturação do banco de dados e de ferramenta de análise e visualização. Por este motivo não está sendo possível utilizar os indicadores.
Tempo Médio de Transbordo Unitário no Vetor Logístico Centro-Norte (minuto)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	Muito Baixa	Foi desenvolvido o projeto "Metodologia Integrada de Suporte ao Planejamento, Acompanhamento e Avaliação dos Programas de Transportes", em parceria com a Universidade de Brasília - UnB, formulando os indicadores de desempenho dos programas constantes do PPA, no âmbito do Ministério dos Transportes, e que servirá como elemento de auxílio à gestão da política de transportes. No modelo conceitual proposto os indicadores são independentes dos programas e permitirá o acompanhamento contínuo do estado do transporte no país. Está em fase licitatória a contratação dos serviços de coleta de dados para o cálculo dos indicadores e para o desenvolvimento de solução computacional para a estruturação do banco de dados e de ferramenta de análise e visualização. Por este motivo não está sendo possível utilizar os indicadores.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

Programa	1457 Vetor Logístico Centro-Norte	39000	Ministério dos Transportes (MT)	Órgão Responsável	Índice alcançado em 2008				Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
					Fonte	Data	Índice	Data			
<b>Público-alvo</b>	<p>Promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região dos estados do AP, MA e TO e leste dos estados do PA e MT</p> <p>Usuários de transporte nos Estados do Mato Grosso, Pará, Amapá, Maranhão e Tocantins</p>										
<b>Indicador (unidade de medida)</b>	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-	Muito Baixa	<p>Foi desenvolvido o projeto "Metodologia Integrada de Suporte ao Planejamento, Acompanhamento e Avaliação dos Programas de Transportes", em parceria com a Universidade de Brasília - UnB, formulando os indicadores de desempenho dos programas consustantes do PPA, no âmbito do Ministério dos Transportes, e que servirá como elemento de auxílio à gestão da política de transportes. No modelo conceitual proposto os indicadores são independentes dos programas e permitirá o acompanhamento contínuo do estado do transporte no país. Está em fase licitatória a contratação dos serviços de coleta de dados para o cálculo dos indicadores e para o desenvolvimento de solução computacional para a estruturação do banco de dados e de ferramenta de análise e visualização. Por este motivo não está sendo possível utilizar os indicadores.</p>	
<b>Tempo Médio de Percorso no Vetor Logístico Centro-Norte (h/km)</b>	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-	Muito Baixa	<p>Foi desenvolvido o projeto "Metodologia Integrada de Suporte ao Planejamento, Acompanhamento e Avaliação dos Programas de Transportes", em parceria com a Universidade de Brasília - UnB, formulando os indicadores de desempenho dos programas consustantes do PPA, no âmbito do Ministério dos Transportes, e que servirá como elemento de auxílio à gestão da política de transportes. No modelo conceitual proposto os indicadores são independentes dos programas e permitirá o acompanhamento contínuo do estado do transporte no país. Está em fase licitatória a contratação dos serviços de coleta de dados para o cálculo dos indicadores e para o desenvolvimento de solução computacional para a estruturação do banco de dados e de ferramenta de análise e visualização. Por este motivo não está sendo possível utilizar os indicadores.</p>	
<b>Índice de Cobertura no Vetor Logístico Centro-Norte (número-índice)</b>	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-	Muito Baixa	<p>Foi desenvolvido o projeto "Metodologia Integrada de Suporte ao Planejamento, Acompanhamento e Avaliação dos Programas de Transportes", em parceria com a Universidade de Brasília - UnB, formulando os indicadores de desempenho dos programas consustantes do PPA, no âmbito do Ministério dos Transportes, e que servirá como elemento de auxílio à gestão da política de transportes. No modelo conceitual proposto os indicadores são independentes dos programas e permitirá o acompanhamento contínuo do estado do transporte no país. Está em fase licitatória a contratação dos serviços de coleta de dados para o cálculo dos indicadores e para o desenvolvimento de solução computacional para a estruturação do banco de dados e de ferramenta de análise e visualização. Por este motivo não está sendo possível utilizar os indicadores.</p>	
<b>Tarifa Unitária no Vetor Logístico Centro-Norte (R\$(1 x km))</b>	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-	Muito Baixa	<p>Foi desenvolvido o projeto "Metodologia Integrada de Suporte ao Planejamento, Acompanhamento e Avaliação dos Programas de Transportes", em parceria com a Universidade de Brasília - UnB, formulando os indicadores de desempenho dos programas consustantes do PPA, no âmbito do Ministério dos Transportes, e que servirá como elemento de auxílio à gestão da política de transportes. No modelo conceitual proposto os indicadores são independentes dos programas e permitirá o acompanhamento contínuo do estado do transporte no país. Está em fase licitatória a contratação dos serviços de coleta de dados para o cálculo dos indicadores e para o desenvolvimento de solução computacional para a estruturação do banco de dados e de ferramenta de análise e visualização. Por este motivo não está sendo possível utilizar os indicadores.</p>	
<b>Frete Unitário no Vetor Logístico Centro-Norte (R\$(1 x km))</b>	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-	Muito Baixa	<p>Foi desenvolvido o projeto "Metodologia Integrada de Suporte ao Planejamento, Acompanhamento e Avaliação dos Programas de Transportes", em parceria com a Universidade de Brasília - UnB, formulando os indicadores de desempenho dos programas consustantes do PPA, no âmbito do Ministério dos Transportes, e que servirá como elemento de auxílio à gestão da política de transportes. No modelo conceitual proposto os indicadores são independentes dos programas e permitirá o acompanhamento contínuo do estado do transporte no país. Está em fase licitatória a contratação dos serviços de coleta de dados para o cálculo dos indicadores e para o desenvolvimento de solução computacional para a estruturação do banco de dados e de ferramenta de análise e visualização. Por este motivo não está sendo possível utilizar os indicadores.</p>	

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 1461 Votor Logístico Centro-Sudeste

39000 Ministério dos Transportes (MT)

**Órgão Responsável**

**Objetivo** Promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região dos estados de SP, PR e MS e sudoeste do estado de GO  
**Público-alvo** Usuários de transporte nos Estados de São Paulo, Paraná, Mato Grosso do Sul e Goiás

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcanço do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Capacidade de Carga dos Terminais no Votor Logístico Centro-Sudeste (1000 t)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	Muito Baixa	Foi desenvolvido o projeto "Metodologia Integrada de Suporte ao Planejamento, Acompanhamento e Avaliação dos Programas de Transportes", em parceria com a Universidade de Brasília - UnB, formulando os indicadores de desempenho dos programas constantes do PPA, no âmbito do Ministério dos Transportes, e que servirá como elemento de auxílio à gestão da política de transportes. No modelo conceitual proposto os indicadores são independentes dos programas e permitirá o acompanhamento contínuo do estado do transporte no país. Está em fase licitatória a contratação dos serviços de coleta de dados para o cálculo dos indicadores e para o desenvolvimento de solução computacional para a estruturação do banco de dados e de ferramenta de análise e visualização. Por este motivo não está sendo possível utilizar os indicadores.
Fluxo Máximo de Veículos por Rodovia no Votor Logístico Centro-Sudeste (carro/h/faixa)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	Muito Baixa	Foi desenvolvido o projeto "Metodologia Integrada de Suporte ao Planejamento, Acompanhamento e Avaliação dos Programas de Transportes", em parceria com a Universidade de Brasília - UnB, formulando os indicadores de desempenho dos programas constantes do PPA, no âmbito do Ministério dos Transportes, e que servirá como elemento de auxílio à gestão da política de transportes. No modelo conceitual proposto os indicadores são independentes dos programas e permitirá o acompanhamento contínuo do estado do transporte no país. Está em fase licitatória a contratação dos serviços de coleta de dados para o cálculo dos indicadores e para o desenvolvimento de solução computacional para a estruturação do banco de dados e de ferramenta de análise e visualização. Por este motivo não está sendo possível utilizar os indicadores.
Tempo Médio de Espera para Transbordo no Votor Logístico Centro-Sudeste (hora)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	Muito Baixa	Foi desenvolvido o projeto "Metodologia Integrada de Suporte ao Planejamento, Acompanhamento e Avaliação dos Programas de Transportes", em parceria com a Universidade de Brasília - UnB, formulando os indicadores de desempenho dos programas constantes do PPA, no âmbito do Ministério dos Transportes, e que servirá como elemento de auxílio à gestão da política de transportes. No modelo conceitual proposto os indicadores são independentes dos programas e permitirá o acompanhamento contínuo do estado do transporte no país. Está em fase licitatória a contratação dos serviços de coleta de dados para o cálculo dos indicadores e para o desenvolvimento de solução computacional para a estruturação do banco de dados e de ferramenta de análise e visualização. Por este motivo não está sendo possível utilizar os indicadores.
Tempo Médio de Transbordo Unitário no Votor Logístico Centro-Sudeste (minuto/t)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	Muito Baixa	Foi desenvolvido o projeto "Metodologia Integrada de Suporte ao Planejamento, Acompanhamento e Avaliação dos Programas de Transportes", em parceria com a Universidade de Brasília - UnB, formulando os indicadores de desempenho dos programas constantes do PPA, no âmbito do Ministério dos Transportes, e que servirá como elemento de auxílio à gestão da política de transportes. No modelo conceitual proposto os indicadores são independentes dos programas e permitirá o acompanhamento contínuo do estado do transporte no país. Está em fase licitatória a contratação dos serviços de coleta de dados para o cálculo dos indicadores e para o desenvolvimento de solução computacional para a estruturação do banco de dados e de ferramenta de análise e visualização. Por este motivo não está sendo possível utilizar os indicadores.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 1461 Vetor Logístico Centro-Sudeste **Órgão** 39000 Ministério dos Transportes (MT) **Responsável**

**Objetivo** Promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região dos estados de SP, PR e MS e sudoeste do estado de GO  
**Público-alvo** Usuários de transporte nos Estados de São Paulo, Paraná, Mato Grosso do Sul e Goiás

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Tempo Médio de Percurso no Vetor Logístico Centro-Sudeste (h/km)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	Muito Baixa	Foi desenvolvido o projeto "Metodologia Integrada de Suporte ao Planejamento, Acompanhamento e Avaliação dos Programas de Transportes", em parceria com a Universidade de Brasília - UnB, formulando os indicadores de desempenho dos programas consuntivos do PPA, no âmbito do Ministério dos Transportes, e que servirá como elemento de auxílio à gestão da política de transportes. No modelo conceitual proposto os indicadores são independentes dos programas e permitirá o acompanhamento contínuo do estado do transporte no país. Está em fase licitatória a contratação dos serviços de coleta de dados para o cálculo dos indicadores e para o desenvolvimento de solução computacional para a estruturação do banco de dados e de ferramenta de análise e visualização. Por este motivo não está sendo possível utilizar os indicadores.
Índice de Cobertura no Vetor Logístico Centro-Sudeste (número-índice)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	Muito Baixa	Foi desenvolvido o projeto "Metodologia Integrada de Suporte ao Planejamento, Acompanhamento e Avaliação dos Programas de Transportes", em parceria com a Universidade de Brasília - UnB, formulando os indicadores de desempenho dos programas consuntivos do PPA, no âmbito do Ministério dos Transportes, e que servirá como elemento de auxílio à gestão da política de transportes. No modelo conceitual proposto os indicadores são independentes dos programas e permitirá o acompanhamento contínuo do estado do transporte no país. Está em fase licitatória a contratação dos serviços de coleta de dados para o cálculo dos indicadores e para o desenvolvimento de solução computacional para a estruturação do banco de dados e de ferramenta de análise e visualização. Por este motivo não está sendo possível utilizar os indicadores.
Tarifa Unitária no Vetor Logístico Centro-Sudeste (R\$/t x km)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	Muito Baixa	Foi desenvolvido o projeto "Metodologia Integrada de Suporte ao Planejamento, Acompanhamento e Avaliação dos Programas de Transportes", em parceria com a Universidade de Brasília - UnB, formulando os indicadores de desempenho dos programas consuntivos do PPA, no âmbito do Ministério dos Transportes, e que servirá como elemento de auxílio à gestão da política de transportes. No modelo conceitual proposto os indicadores são independentes dos programas e permitirá o acompanhamento contínuo do estado do transporte no país. Está em fase licitatória a contratação dos serviços de coleta de dados para o cálculo dos indicadores e para o desenvolvimento de solução computacional para a estruturação do banco de dados e de ferramenta de análise e visualização. Por este motivo não está sendo possível utilizar os indicadores.
Frete Unitário no Vetor Logístico Centro-Sudeste (R\$/t x km)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	Muito Baixa	Foi desenvolvido o projeto "Metodologia Integrada de Suporte ao Planejamento, Acompanhamento e Avaliação dos Programas de Transportes", em parceria com a Universidade de Brasília - UnB, formulando os indicadores de desempenho dos programas consuntivos do PPA, no âmbito do Ministério dos Transportes, e que servirá como elemento de auxílio à gestão da política de transportes. No modelo conceitual proposto os indicadores são independentes dos programas e permitirá o acompanhamento contínuo do estado do transporte no país. Está em fase licitatória a contratação dos serviços de coleta de dados para o cálculo dos indicadores e para o desenvolvimento de solução computacional para a estruturação do banco de dados e de ferramenta de análise e visualização. Por este motivo não está sendo possível utilizar os indicadores.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

Programa	1458	Vetor Logístico Leste	39000	Ministério dos Transportes (MT)	Órgão Responsável	
<b>Objetivo</b>	Promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região do DF, dos estados de MG, ES e RJ e nordeste do estado de GO					
<b>Público-alvo</b>	Usuários de transporte no Distrito Federal e nos Estados de Goiás, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro					
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice			
Frete Unitário no Vetor Logístico Leste (R\$/t x km)	SEGES/MT	-	-	-	Muito Baixa	Foi desenvolvido o projeto "Metodologia Integrada de Suporte ao Planejamento, Acompanhamento e Avaliação dos Programas de Transportes", em parceria com a Universidade de Brasília - UnB, formulando os indicadores de desempenho dos programas constantes do PPA, no âmbito do Ministério dos Transportes, e que servirá como elemento de auxílio à gestão da política de transportes. No modelo conceitual proposto os indicadores são independentes dos programas e permitirá o acompanhamento contínuo do estado do transporte no país. Está em fase licitatória a contratação dos serviços de coleta de dados para o cálculo dos indicadores e para o desenvolvimento de solução computacional para a estruturação do banco de dados e de ferramenta de análise e visualização. Por este motivo não está sendo possível utilizar os indicadores.
Tarifa Unitária no Vetor Logístico Leste (R\$/t x km)	SEGES/MT	-	-	-	Muito Baixa	Foi desenvolvido o projeto "Metodologia Integrada de Suporte ao Planejamento, Acompanhamento e Avaliação dos Programas de Transportes", em parceria com a Universidade de Brasília - UnB, formulando os indicadores de desempenho dos programas constantes do PPA, no âmbito do Ministério dos Transportes, e que servirá como elemento de auxílio à gestão da política de transportes. No modelo conceitual proposto os indicadores são independentes dos programas e permitirá o acompanhamento contínuo do estado do transporte no país. Está em fase licitatória a contratação dos serviços de coleta de dados para o cálculo dos indicadores e para o desenvolvimento de solução computacional para a estruturação do banco de dados e de ferramenta de análise e visualização. Por este motivo não está sendo possível utilizar os indicadores.
Índice de Cobertura no Vetor Logístico Leste (número-índice)	SEGES/MT	-	-	-	Muito Baixa	Foi desenvolvido o projeto "Metodologia Integrada de Suporte ao Planejamento, Acompanhamento e Avaliação dos Programas de Transportes", em parceria com a Universidade de Brasília - UnB, formulando os indicadores de desempenho dos programas constantes do PPA, no âmbito do Ministério dos Transportes, e que servirá como elemento de auxílio à gestão da política de transportes. No modelo conceitual proposto os indicadores são independentes dos programas e permitirá o acompanhamento contínuo do estado do transporte no país. Está em fase licitatória a contratação dos serviços de coleta de dados para o cálculo dos indicadores e para o desenvolvimento de solução computacional para a estruturação do banco de dados e de ferramenta de análise e visualização. Por este motivo não está sendo possível utilizar os indicadores.
Tempo Médio de Percorso no Vetor Logístico Leste (h/km)	SEGES/MT	-	-	-	Muito Baixa	Foi desenvolvido o projeto "Metodologia Integrada de Suporte ao Planejamento, Acompanhamento e Avaliação dos Programas de Transportes", em parceria com a Universidade de Brasília - UnB, formulando os indicadores de desempenho dos programas constantes do PPA, no âmbito do Ministério dos Transportes, e que servirá como elemento de auxílio à gestão da política de transportes. No modelo conceitual proposto os indicadores são independentes dos programas e permitirá o acompanhamento contínuo do estado do transporte no país. Está em fase licitatória a contratação dos serviços de coleta de dados para o cálculo dos indicadores e para o desenvolvimento de solução computacional para a estruturação do banco de dados e de ferramenta de análise e visualização. Por este motivo não está sendo possível utilizar os indicadores.



**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

Programa	1458 Vetor Logístico Leste	1458 Vetor Logístico Leste	39000	Ministério dos Transportes (MT)	Órgão Responsável	Índice alcançado em 2008				Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançe do Índice Previsto	Medidas Corretivas
						Fonte	Índice de Referência Data	Índice Data	Índice			
<b>Objetivo</b>	Promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região do DF, dos estados de MG, ES e RJ e nordeste do estado de GO											
<b>Público-alvo</b>	Usuários de transporte no Distrito Federal e nos Estados de Goiás, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro											
<b>Indicador (unidade de medida)</b>												
Tempo Médio de Transbordo Unitário no Vetor Logístico Leste (minuto/h)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-	-	Muito Baixa	Foi desenvolvido o projeto "Metodologia Integrada de Suporte ao Planejamento, Acompanhamento e Avaliação dos Programas de Transportes", em parceria com a Universidade de Brasília - UnB, formulando os indicadores de desempenho dos programas consantes do PPA, no âmbito do Ministério dos Transportes, e que servirá como elemento de auxílio à gestão da política de transportes. No modelo conceitual proposto os indicadores são independentes dos programas e permitirá o acompanhamento contínuo do estado do transporte no país. Está em fase licitatória a contratação dos serviços de coleta de dados para o cálculo dos indicadores e para o desenvolvimento de solução computacional para a estruturação do banco de dados e de ferramenta de análise e visualização. Por este motivo não está sendo possível utilizar os indicadores.	
Tempo Médio de Espera para Transbordo no Vetor Logístico Leste (hora)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-	-	Muito Baixa	Foi desenvolvido o projeto "Metodologia Integrada de Suporte ao Planejamento, Acompanhamento e Avaliação dos Programas de Transportes", em parceria com a Universidade de Brasília - UnB, formulando os indicadores de desempenho dos programas consantes do PPA, no âmbito do Ministério dos Transportes, e que servirá como elemento de auxílio à gestão da política de transportes. No modelo conceitual proposto os indicadores são independentes dos programas e permitirá o acompanhamento contínuo do estado do transporte no país. Está em fase licitatória a contratação dos serviços de coleta de dados para o cálculo dos indicadores e para o desenvolvimento de solução computacional para a estruturação do banco de dados e de ferramenta de análise e visualização. Por este motivo não está sendo possível utilizar os indicadores.	
Flaco Máximo de Veículos por Rodovia no Vetor Logístico Leste (carro/h/faixa)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-	-	Muito Baixa	Foi desenvolvido o projeto "Metodologia Integrada de Suporte ao Planejamento, Acompanhamento e Avaliação dos Programas de Transportes", em parceria com a Universidade de Brasília - UnB, formulando os indicadores de desempenho dos programas consantes do PPA, no âmbito do Ministério dos Transportes, e que servirá como elemento de auxílio à gestão da política de transportes. No modelo conceitual proposto os indicadores são independentes dos programas e permitirá o acompanhamento contínuo do estado do transporte no país. Está em fase licitatória a contratação dos serviços de coleta de dados para o cálculo dos indicadores e para o desenvolvimento de solução computacional para a estruturação do banco de dados e de ferramenta de análise e visualização. Por este motivo não está sendo possível utilizar os indicadores.	
Capacidade de Carga das Terminais no Vetor Logístico Leste (1000 t)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-	-	Muito Baixa	Foi desenvolvido o projeto "Metodologia Integrada de Suporte ao Planejamento, Acompanhamento e Avaliação dos Programas de Transportes", em parceria com a Universidade de Brasília - UnB, formulando os indicadores de desempenho dos programas consantes do PPA, no âmbito do Ministério dos Transportes, e que servirá como elemento de auxílio à gestão da política de transportes. No modelo conceitual proposto os indicadores são independentes dos programas e permitirá o acompanhamento contínuo do estado do transporte no país. Está em fase licitatória a contratação dos serviços de coleta de dados para o cálculo dos indicadores e para o desenvolvimento de solução computacional para a estruturação do banco de dados e de ferramenta de análise e visualização. Por este motivo não está sendo possível utilizar os indicadores.	

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 1460 **Vetor Logístico Nordeste Meridional** **Órgão Responsável** 39000 **Ministério dos Transportes (MT)**

**Objetivo** Promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região dos estados da BA e SE  
**Público-alvo** Usuários de transporte nos Estados da Bahia e Sergipe

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcanço do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Frete Unitário no Vetor Logístico Nordeste Meridional (R\$/1x km)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	Muito Baixa	Foi desenvolvido o projeto "Metodologia Integrada de Suporte ao Planejamento, Acompanhamento e Avaliação dos Programas de Transportes", em parceria com a Universidade de Brasília - UnB, formulando os indicadores de desempenho dos programas constantes do PPA, no âmbito do Ministério dos Transportes, e que servirá como elemento de auxílio à gestão da política de transportes. No modelo conceitual proposto os indicadores são independentes dos programas e permitirá o acompanhamento contínuo do estado do transporte no país. Está em fase licitatória a contratação dos serviços de coleta de dados para o cálculo dos indicadores e para o desenvolvimento de solução computacional para a estruturação do banco de dados e de ferramenta de análise e visualização. Por este motivo não está sendo possível utilizar os indicadores.
Tarifa Unitária no Vetor Logístico Nordeste Meridional (R\$/1x km)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	Muito Baixa	Foi desenvolvido o projeto "Metodologia Integrada de Suporte ao Planejamento, Acompanhamento e Avaliação dos Programas de Transportes", em parceria com a Universidade de Brasília - UnB, formulando os indicadores de desempenho dos programas constantes do PPA, no âmbito do Ministério dos Transportes, e que servirá como elemento de auxílio à gestão da política de transportes. No modelo conceitual proposto os indicadores são independentes dos programas e permitirá o acompanhamento contínuo do estado do transporte no país. Está em fase licitatória a contratação dos serviços de coleta de dados para o cálculo dos indicadores e para o desenvolvimento de solução computacional para a estruturação do banco de dados e de ferramenta de análise e visualização. Por este motivo não está sendo possível utilizar os indicadores.
Índice de Cobertura no Vetor Logístico Nordeste Meridional (número-índice)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	Muito Baixa	Foi desenvolvido o projeto "Metodologia Integrada de Suporte ao Planejamento, Acompanhamento e Avaliação dos Programas de Transportes", em parceria com a Universidade de Brasília - UnB, formulando os indicadores de desempenho dos programas constantes do PPA, no âmbito do Ministério dos Transportes, e que servirá como elemento de auxílio à gestão da política de transportes. No modelo conceitual proposto os indicadores são independentes dos programas e permitirá o acompanhamento contínuo do estado do transporte no país. Está em fase licitatória a contratação dos serviços de coleta de dados para o cálculo dos indicadores e para o desenvolvimento de solução computacional para a estruturação do banco de dados e de ferramenta de análise e visualização. Por este motivo não está sendo possível utilizar os indicadores.
Tempo Médio de Percorso no Vetor Logístico Nordeste Meridional (h/km)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	Muito Baixa	Foi desenvolvido o projeto "Metodologia Integrada de Suporte ao Planejamento, Acompanhamento e Avaliação dos Programas de Transportes", em parceria com a Universidade de Brasília - UnB, formulando os indicadores de desempenho dos programas constantes do PPA, no âmbito do Ministério dos Transportes, e que servirá como elemento de auxílio à gestão da política de transportes. No modelo conceitual proposto os indicadores são independentes dos programas e permitirá o acompanhamento contínuo do estado do transporte no país. Está em fase licitatória a contratação dos serviços de coleta de dados para o cálculo dos indicadores e para o desenvolvimento de solução computacional para a estruturação do banco de dados e de ferramenta de análise e visualização. Por este motivo não está sendo possível utilizar os indicadores.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 1460 Votor Logístico Nordeste Meridional **Órgão** 39000 Ministério dos Transportes (MT) **Responsável**

**Objetivo** Promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região dos estados da BA e SE  
**Público-alvo** Usuários de transporte nos Estados da Bahia e Sergipe

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Tempo Médio de Transbordo Unitário no Votor Logístico Nordeste Meridional (minuto/t)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	Muito Baixa	Foi desenvolvido o projeto "Metodologia Integrada de Suporte ao Planejamento, Acompanhamento e Avaliação dos Programas de Transportes", em parceria com a Universidade de Brasília - UnB, formulando os indicadores de desempenho dos programas consantes do PPA, no âmbito do Ministério dos Transportes, e que servirá como elemento de auxílio à gestão da política de transportes. No modelo conceitual proposto os indicadores são independentes dos programas e permitirá o acompanhamento contínuo do estado do transporte no país. Está em fase licitatória a contratação dos serviços de coleta de dados para o cálculo dos indicadores e para o desenvolvimento de solução computacional para a estruturação do banco de dados e de ferramenta de análise e visualização. Por este motivo não está sendo possível utilizar os indicadores.
Tempo Médio de Espera para Transbordo no Votor Logístico Nordeste Meridional (hora)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	Muito Baixa	Foi desenvolvido o projeto "Metodologia Integrada de Suporte ao Planejamento, Acompanhamento e Avaliação dos Programas de Transportes", em parceria com a Universidade de Brasília - UnB, formulando os indicadores de desempenho dos programas consantes do PPA, no âmbito do Ministério dos Transportes, e que servirá como elemento de auxílio à gestão da política de transportes. No modelo conceitual proposto os indicadores são independentes dos programas e permitirá o acompanhamento contínuo do estado do transporte no país. Está em fase licitatória a contratação dos serviços de coleta de dados para o cálculo dos indicadores e para o desenvolvimento de solução computacional para a estruturação do banco de dados e de ferramenta de análise e visualização. Por este motivo não está sendo possível utilizar os indicadores.
Flaco Máximo de Veículos por Rodovia no Votor Logístico Nordeste Meridional (carro/h/jaixa)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	Muito Baixa	Foi desenvolvido o projeto "Metodologia Integrada de Suporte ao Planejamento, Acompanhamento e Avaliação dos Programas de Transportes", em parceria com a Universidade de Brasília - UnB, formulando os indicadores de desempenho dos programas consantes do PPA, no âmbito do Ministério dos Transportes, e que servirá como elemento de auxílio à gestão da política de transportes. No modelo conceitual proposto os indicadores são independentes dos programas e permitirá o acompanhamento contínuo do estado do transporte no país. Está em fase licitatória a contratação dos serviços de coleta de dados para o cálculo dos indicadores e para o desenvolvimento de solução computacional para a estruturação do banco de dados e de ferramenta de análise e visualização. Por este motivo não está sendo possível utilizar os indicadores.
Capacidade de Carga dos Terminais no Votor Logístico Nordeste Meridional (1000 t)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	Muito Baixa	Foi desenvolvido o projeto "Metodologia Integrada de Suporte ao Planejamento, Acompanhamento e Avaliação dos Programas de Transportes", em parceria com a Universidade de Brasília - UnB, formulando os indicadores de desempenho dos programas consantes do PPA, no âmbito do Ministério dos Transportes, e que servirá como elemento de auxílio à gestão da política de transportes. No modelo conceitual proposto os indicadores são independentes dos programas e permitirá o acompanhamento contínuo do estado do transporte no país. Está em fase licitatória a contratação dos serviços de coleta de dados para o cálculo dos indicadores e para o desenvolvimento de solução computacional para a estruturação do banco de dados e de ferramenta de análise e visualização. Por este motivo não está sendo possível utilizar os indicadores.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 1459 Votor Logístico Nordeste Setentrional **Órgão** 39000 Ministério dos Transportes (MT) **Responsável**

**Objetivo** Promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região dos estados do PI, CE, RN, PB, PE e AL  
**Público-alvo** Usuários de transporte nos Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcanço do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Capacidade de Carga dos Terminais no Votor Logístico Nordeste Setentrional (1000 t)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	Muito Baixa	Foi desenvolvido o projeto "Metodologia Integrada de Suporte ao Planejamento, Acompanhamento e Avaliação dos Programas de Transportes", em parceria com a Universidade de Brasília - UnB, formulando os indicadores de desempenho dos programas constantes do PPA, no âmbito do Ministério dos Transportes, e que servirá como elemento de auxílio à gestão da política de transportes. No modelo conceitual proposto os indicadores são independentes dos programas e permitirá o acompanhamento contínuo do estado do transporte no país. Está em fase licitatória a contratação dos serviços de coleta de dados para o cálculo dos indicadores e para o desenvolvimento de solução computacional para a estruturação do banco de dados e de ferramenta de análise e visualização. Por este motivo não está sendo possível utilizar os indicadores.
Fluxo Máximo de Veículos por Rodovia no Votor Logístico Nordeste Setentrional (carro/h/faixa)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	Muito Baixa	Foi desenvolvido o projeto "Metodologia Integrada de Suporte ao Planejamento, Acompanhamento e Avaliação dos Programas de Transportes", em parceria com a Universidade de Brasília - UnB, formulando os indicadores de desempenho dos programas constantes do PPA, no âmbito do Ministério dos Transportes, e que servirá como elemento de auxílio à gestão da política de transportes. No modelo conceitual proposto os indicadores são independentes dos programas e permitirá o acompanhamento contínuo do estado do transporte no país. Está em fase licitatória a contratação dos serviços de coleta de dados para o cálculo dos indicadores e para o desenvolvimento de solução computacional para a estruturação do banco de dados e de ferramenta de análise e visualização. Por este motivo não está sendo possível utilizar os indicadores.
Tempo Médio de Espera para Transbordo no Votor Logístico Nordeste Setentrional (hora)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	Muito Baixa	Foi desenvolvido o projeto "Metodologia Integrada de Suporte ao Planejamento, Acompanhamento e Avaliação dos Programas de Transportes", em parceria com a Universidade de Brasília - UnB, formulando os indicadores de desempenho dos programas constantes do PPA, no âmbito do Ministério dos Transportes, e que servirá como elemento de auxílio à gestão da política de transportes. No modelo conceitual proposto os indicadores são independentes dos programas e permitirá o acompanhamento contínuo do estado do transporte no país. Está em fase licitatória a contratação dos serviços de coleta de dados para o cálculo dos indicadores e para o desenvolvimento de solução computacional para a estruturação do banco de dados e de ferramenta de análise e visualização. Por este motivo não está sendo possível utilizar os indicadores.
Tempo Médio de Transbordo Unitário no Votor Logístico Nordeste Setentrional (minuto/t)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	Muito Baixa	Foi desenvolvido o projeto "Metodologia Integrada de Suporte ao Planejamento, Acompanhamento e Avaliação dos Programas de Transportes", em parceria com a Universidade de Brasília - UnB, formulando os indicadores de desempenho dos programas constantes do PPA, no âmbito do Ministério dos Transportes, e que servirá como elemento de auxílio à gestão da política de transportes. No modelo conceitual proposto os indicadores são independentes dos programas e permitirá o acompanhamento contínuo do estado do transporte no país. Está em fase licitatória a contratação dos serviços de coleta de dados para o cálculo dos indicadores e para o desenvolvimento de solução computacional para a estruturação do banco de dados e de ferramenta de análise e visualização. Por este motivo não está sendo possível utilizar os indicadores.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 1459 Vetor Logístico Nordeste Setentrional **Órgão Responsável** 39000 Ministério dos Transportes (MT)

**Objetivo** Promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região dos estados do PI, CE, RN, PB, PE e AL  
**Público-alvo** Usuários de transporte nos Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Tempo Médio de Percurso no Vetor Logístico Nordeste Setentrional (h/km)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	Muito Baixa	Foi desenvolvido o projeto "Metodologia Integrada de Suporte ao Planejamento, Acompanhamento e Avaliação dos Programas de Transportes", em parceria com a Universidade de Brasília - UnB, formulando os indicadores de desempenho dos programas consuntivos do PPA, no âmbito do Ministério dos Transportes, e que servirá como elemento de auxílio à gestão da política de transportes. No modelo conceitual proposto os indicadores são independentes dos programas e permitirá o acompanhamento contínuo do estado do transporte no país. Está em fase licitatória a contratação dos serviços de coleta de dados para o cálculo dos indicadores e para o desenvolvimento de solução computacional para a estruturação do banco de dados e de ferramenta de análise e visualização. Por este motivo não está sendo possível utilizar os indicadores.
Índice de Cobertura no Vetor Logístico Nordeste Setentrional (número-índice)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	Muito Baixa	Foi desenvolvido o projeto "Metodologia Integrada de Suporte ao Planejamento, Acompanhamento e Avaliação dos Programas de Transportes", em parceria com a Universidade de Brasília - UnB, formulando os indicadores de desempenho dos programas consuntivos do PPA, no âmbito do Ministério dos Transportes, e que servirá como elemento de auxílio à gestão da política de transportes. No modelo conceitual proposto os indicadores são independentes dos programas e permitirá o acompanhamento contínuo do estado do transporte no país. Está em fase licitatória a contratação dos serviços de coleta de dados para o cálculo dos indicadores e para o desenvolvimento de solução computacional para a estruturação do banco de dados e de ferramenta de análise e visualização. Por este motivo não está sendo possível utilizar os indicadores.
Tarifa Unitária no Vetor Logístico Nordeste Setentrional (R\$/t x km)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	Muito Baixa	Foi desenvolvido o projeto "Metodologia Integrada de Suporte ao Planejamento, Acompanhamento e Avaliação dos Programas de Transportes", em parceria com a Universidade de Brasília - UnB, formulando os indicadores de desempenho dos programas consuntivos do PPA, no âmbito do Ministério dos Transportes, e que servirá como elemento de auxílio à gestão da política de transportes. No modelo conceitual proposto os indicadores são independentes dos programas e permitirá o acompanhamento contínuo do estado do transporte no país. Está em fase licitatória a contratação dos serviços de coleta de dados para o cálculo dos indicadores e para o desenvolvimento de solução computacional para a estruturação do banco de dados e de ferramenta de análise e visualização. Por este motivo não está sendo possível utilizar os indicadores.
Frete Unitário no Vetor Logístico Nordeste Setentrional (R\$/t x km)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	Muito Baixa	Foi desenvolvido o projeto "Metodologia Integrada de Suporte ao Planejamento, Acompanhamento e Avaliação dos Programas de Transportes", em parceria com a Universidade de Brasília - UnB, formulando os indicadores de desempenho dos programas consuntivos do PPA, no âmbito do Ministério dos Transportes, e que servirá como elemento de auxílio à gestão da política de transportes. No modelo conceitual proposto os indicadores são independentes dos programas e permitirá o acompanhamento contínuo do estado do transporte no país. Está em fase licitatória a contratação dos serviços de coleta de dados para o cálculo dos indicadores e para o desenvolvimento de solução computacional para a estruturação do banco de dados e de ferramenta de análise e visualização. Por este motivo não está sendo possível utilizar os indicadores.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

Programa	1462 Vetor Logístico Sul	39000	Ministério dos Transportes (MT)	Órgão Responsável	Índice alcançado em 2008		Índice de Referência		Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
					Data	Índice	Data	Índice		
<b>Objetivo</b>	Promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região dos estados de SC e RS									
<b>Público-alvo</b>	Usuários de transporte nos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul									
<b>Indicador (unidade de medida)</b>	<b>Fonte</b>	<b>Data</b>	<b>Índice</b>	<b>Data</b>	<b>Índice</b>	<b>Índice</b>	<b>Índice</b>	<b>Índice</b>	<b>Índice</b>	<b>Índice</b>
Frete Unitário no Vetor Logístico Sul (R\$/t x km)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-	Muito Baixa	Foi desenvolvido o projeto "Metodologia Integrada de Suporte ao Planejamento, Acompanhamento e Avaliação dos Programas de Transportes", em parceria com a Universidade de Brasília - UnB, formulando os indicadores de desempenho dos programas constantes do PPA, no âmbito do Ministério dos Transportes, e que servirá como elemento de auxílio à gestão da política de transportes. No modelo conceitual proposto os indicadores são independentes dos programas e permitirá o acompanhamento contínuo do estado do transporte no país. Está em fase licitatória a contratação dos serviços de coleta de dados para o cálculo dos indicadores e para o desenvolvimento de solução computacional para a estruturação do banco de dados e de ferramenta de análise e visualização. Por este motivo não está sendo possível utilizar os indicadores.
Tarifa Unitária no Vetor Logístico Sul (R\$/t x km)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-	Muito Baixa	Foi desenvolvido o projeto "Metodologia Integrada de Suporte ao Planejamento, Acompanhamento e Avaliação dos Programas de Transportes", em parceria com a Universidade de Brasília - UnB, formulando os indicadores de desempenho dos programas constantes do PPA, no âmbito do Ministério dos Transportes, e que servirá como elemento de auxílio à gestão da política de transportes. No modelo conceitual proposto os indicadores são independentes dos programas e permitirá o acompanhamento contínuo do estado do transporte no país. Está em fase licitatória a contratação dos serviços de coleta de dados para o cálculo dos indicadores e para o desenvolvimento de solução computacional para a estruturação do banco de dados e de ferramenta de análise e visualização. Por este motivo não está sendo possível utilizar os indicadores.
Índice de Cobertura no Vetor Logístico Sul (número-índice)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-	Muito Baixa	Foi desenvolvido o projeto "Metodologia Integrada de Suporte ao Planejamento, Acompanhamento e Avaliação dos Programas de Transportes", em parceria com a Universidade de Brasília - UnB, formulando os indicadores de desempenho dos programas constantes do PPA, no âmbito do Ministério dos Transportes, e que servirá como elemento de auxílio à gestão da política de transportes. No modelo conceitual proposto os indicadores são independentes dos programas e permitirá o acompanhamento contínuo do estado do transporte no país. Está em fase licitatória a contratação dos serviços de coleta de dados para o cálculo dos indicadores e para o desenvolvimento de solução computacional para a estruturação do banco de dados e de ferramenta de análise e visualização. Por este motivo não está sendo possível utilizar os indicadores.
Tempo Médio de Percursão no Vetor Logístico Sul (h/km)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	-	-	Muito Baixa	Foi desenvolvido o projeto "Metodologia Integrada de Suporte ao Planejamento, Acompanhamento e Avaliação dos Programas de Transportes", em parceria com a Universidade de Brasília - UnB, formulando os indicadores de desempenho dos programas constantes do PPA, no âmbito do Ministério dos Transportes, e que servirá como elemento de auxílio à gestão da política de transportes. No modelo conceitual proposto os indicadores são independentes dos programas e permitirá o acompanhamento contínuo do estado do transporte no país. Está em fase licitatória a contratação dos serviços de coleta de dados para o cálculo dos indicadores e para o desenvolvimento de solução computacional para a estruturação do banco de dados e de ferramenta de análise e visualização. Por este motivo não está sendo possível utilizar os indicadores.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 1462 Vetor Logístico Sul **Órgão Responsável** 39000 Ministério dos Transportes (MT)

**Objetivo** Promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região dos estados de SC e RS  
**Público-alvo** Usuários de transporte nos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
Tempo Médio de Transbordo Unitário no Vetor Logístico Sul (minuto/h)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	Muito Baixa	Foi desenvolvido o projeto "Metodologia Integrada de Suporte ao Planejamento, Acompanhamento e Avaliação dos Programas de Transportes", em parceria com a Universidade de Brasília - UnB, formulando os indicadores de desempenho dos programas consustantes do PPA, no âmbito do Ministério dos Transportes, e que servirá como elemento de auxílio à gestão da política de transportes. No modelo conceitual proposto os indicadores são independentes dos programas e permitirá o acompanhamento contínuo do estado do transporte no país. Está em fase licitatória a contratação dos serviços de coleta de dados para o cálculo dos indicadores e para o desenvolvimento de solução computacional para a estruturação do banco de dados e de ferramenta de análise e visualização. Por este motivo não está sendo possível utilizar os indicadores.
Tempo Médio de Espera para Transbordo no Vetor Logístico Sul (hora)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	Muito Baixa	Foi desenvolvido o projeto "Metodologia Integrada de Suporte ao Planejamento, Acompanhamento e Avaliação dos Programas de Transportes", em parceria com a Universidade de Brasília - UnB, formulando os indicadores de desempenho dos programas consustantes do PPA, no âmbito do Ministério dos Transportes, e que servirá como elemento de auxílio à gestão da política de transportes. No modelo conceitual proposto os indicadores são independentes dos programas e permitirá o acompanhamento contínuo do estado do transporte no país. Está em fase licitatória a contratação dos serviços de coleta de dados para o cálculo dos indicadores e para o desenvolvimento de solução computacional para a estruturação do banco de dados e de ferramenta de análise e visualização. Por este motivo não está sendo possível utilizar os indicadores.
Fluxo Máximo de Veículos por Rodovia no Vetor Logístico Sul (carro/h/faixa)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	Muito Baixa	Foi desenvolvido o projeto "Metodologia Integrada de Suporte ao Planejamento, Acompanhamento e Avaliação dos Programas de Transportes", em parceria com a Universidade de Brasília - UnB, formulando os indicadores de desempenho dos programas consustantes do PPA, no âmbito do Ministério dos Transportes, e que servirá como elemento de auxílio à gestão da política de transportes. No modelo conceitual proposto os indicadores são independentes dos programas e permitirá o acompanhamento contínuo do estado do transporte no país. Está em fase licitatória a contratação dos serviços de coleta de dados para o cálculo dos indicadores e para o desenvolvimento de solução computacional para a estruturação do banco de dados e de ferramenta de análise e visualização. Por este motivo não está sendo possível utilizar os indicadores.
Capacidade de Carga das Terminais no Vetor Logístico Sul (1000 t)	SEGES/MT	-	-	-	-	-	Muito Baixa	Foi desenvolvido o projeto "Metodologia Integrada de Suporte ao Planejamento, Acompanhamento e Avaliação dos Programas de Transportes", em parceria com a Universidade de Brasília - UnB, formulando os indicadores de desempenho dos programas consustantes do PPA, no âmbito do Ministério dos Transportes, e que servirá como elemento de auxílio à gestão da política de transportes. No modelo conceitual proposto os indicadores são independentes dos programas e permitirá o acompanhamento contínuo do estado do transporte no país. Está em fase licitatória a contratação dos serviços de coleta de dados para o cálculo dos indicadores e para o desenvolvimento de solução computacional para a estruturação do banco de dados e de ferramenta de análise e visualização. Por este motivo não está sendo possível utilizar os indicadores.

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

Programa	1289 Vigilância e Prevenção de Riscos Decorrentes da Produção e do Consumo de Bens e Serviços	Órgão Responsável	36000	Ministério da Saúde (MS)	Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar Índice Previsto	Medidas Corretivas
							Data	Índice	Data	Índice			
<b>Objetivo</b>	<i>Desenvolver ações que buscam prevenir e controlar os riscos à saúde da população, oriundos da produção e consumo de bens e serviços, por meio da regulação, proporcionando a ampliação do acesso, adaptação e segurança dos produtos, serviços e ambientes</i>												
<b>Público-alvo</b>	<i>Sociedade</i>												
	<i>Coefficiente de notificação de reação adversa grave a medicamentos (Índice numérico)</i>	Notivisa (Sistema Nacional de Notificações para a Vigilância Sanitária)/ANVISA	31/12/2006	2,65	12/2008	5,55	7,00	Alta	A meta foi superada em 2008.				
	<i>Densidade de incidência de sepses neonatal por cateter venoso central (1/1.000)</i>	Sinais/ANVISA	30/6/2004	6,38	12/2008	0,63	3,30	Muito Baixa	Índice apurado em 2008: 0,63 Houve baixa adesão dos hospitais-sentinelá a transmissão de dados sobre infecções neonatais pelo Sistema Nacional de Informação para o Controle de Infecções em Serviços de Saúde (Sinais). Este indicador foi reavaliado e será encaminhado ao Ministério da Saúde a proposta de um novo indicador.				
	<i>Taxa de inspeções sanitárias em hospitais (%)</i>	SINA VISA/ANVISA e CNES/MS	31/12/2006	63,00	-	-	80,00	Média	Índice não apurado em 2008. A partir da Portaria MS/GM 1998/07, que estabeleceu novo processo de pactuação em Vigilância Sanitária entre os entes federados, as informações sobre inspeções não estão sendo repassadas pelos estados, prejudicando a obtenção de resultados para este indicador. Deverá ser discutida, ainda em 2009, a pactuação para o acompanhamento desta meta com estados e municípios.				
	<i>Taxa de inspeções sanitárias em indústrias de medicamentos (%)</i>	SINA VISA/ANVISA	31/12/2006	46,00	-	-	65,00	Média	Índice não apurado em 2008. A partir da Portaria MS/GM 1998/07, que estabeleceu novo processo de pactuação em Vigilância Sanitária entre os entes federados, as informações sobre inspeções não estão sendo repassadas pelos estados, prejudicando a obtenção de resultados para este indicador. Deverá ser discutida, ainda em 2009, a pactuação para o acompanhamento desta meta com estados e municípios.				



**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

**Programa** 1444 Vigilância, Prevenção e Controle de Doenças e Agravos **Órgão** 36000 Ministério da Saúde (MS) **Responsável**

**Objetivo** *Prevenir e/ou controlar agravos de/do doenças transmissíveis e não transmissíveis, surtos, epidemias, calamidades públicas e emergências epidemiológicas de maneira oportuna*

**Público-alvo** *Sociedade*

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			
<i>Taxa de Cobertura Vacinal de Hepatite B em Menores de 1 Ano (%)</i>	SI-API; SMS/ SES/MS - CGPNI / SYS	31/12/2006	96,75	12/2008	89,63	95,00	Alta	-
<i>Taxa de Cura da Tuberculose (%)</i>	SYS/MS	31/12/2005	62,73	04/2009	76,00	85,00	Alta	-
<i>Taxa de Cura da Hanseníase (%)</i>	SINAN/MS	30/1/2007	75,25	12/2008	81,10	90,00	Alta	-
<i>Incidência Parasitária Anual de Malária na Amazônia Legal - IPA (1/1.000)</i>	Ministério da Saúde	31/12/2006	26,60	12/2008	12,50	15,70	Alta	-
<i>Taxa de Incidência de Aids (1/100.000)</i>	Ministério da Saúde	31/12/2006	18,70	12/2008	17,80	17,30	Alta	-
<i>Proporção de Casos Notificados Encerrados Oportunamente (%)</i>	SVS/MS	31/12/2006	74,60	12/2008	72,70	80,00	Alta	Destaque-se que sobre o indicador - Proporção de Casos Notificados Encerrados Oportunamente - o MS considera factível o alcance do índice de 80% previsto para 2011. Isto se deve ao fato de que, em 2008, a Secretária de Vigilância em Saúde - SVS/MS pressionou assessoria técnica às Unidades da Federação que apresentavam dificuldades no uso do novo aplicativo para a transferência dos dados do Sinan para o MS, solucionando os problemas apresentados. O resultado desse trabalho foi o alcance de 74,6% do indicador, já atualizado, próximo da meta anual de 76%. Cabe esclarecer que, casos notificados no ano anterior podem ser encerrados dentro dos prazos estabelecidos como oportunos, no ano seguinte.

**Programa** 8028 Vivência e Iniciação Esportiva Educacional - Segundo Tempo **Órgão Responsável** 51000 Ministério do Esporte (ME)

**Objetivo** Democratizar o acesso ao esporte educacional de qualidade, como forma de inclusão social, ocupando o tempo ocioso de crianças, adolescentes e jovens

**Público-alvo** Crianças, adolescentes e jovens que participam ou não do sistema de ensino regular, prioritariamente os que se encontram em situação de vulnerabilidade social

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice	Data	Índice			

**Programa** 8028 Vivência e Iniciação Esportiva Educacional - Segundo Tempo **Órgão Responsável** 51000 Ministério do Esporte (ME)

**Objetivo** Democratizar o acesso ao esporte educacional de qualidade, como forma de inclusão social, ocupando o tempo ocioso de crianças, adolescentes e jovens

**Público-alvo** Crianças, adolescentes e jovens que participam ou não do sistema de ensino regular, prioritariamente os que se encontram em situação de vulnerabilidade social

Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas																																																						
		Data	Índice	Data	Índice																																																									
Taxa de Atendimento do Segundo Tempo a Crianças, Adolescentes e Jovens (percentual)	SNEED/ME - IBGE/PNAD	31/12/2005	0,01	12/2008	1,10	0,09	Baixa	<p>Conforme exposto acima, o ME tem consciência da dificuldade em atingir os índices previstos de atendimento. Sendo assim, entende-se que somente poderemos nos aproximar das metas considerando o universo de crianças, adolescentes e jovens brasileiros quando for possível associar à política esportiva educacional à política de educação.</p> <p>Cabe ressaltar ainda que o ME tem buscado diversificar as fontes de financiamento de forma a ampliar o investimento no Esporte Educacional, como a captação de recursos possibilitada pela Lei de Incentivo ao Esporte. Além disso, tem buscado ampliar o orçamento por meio da articulação com parlamentares visando a aprovação de emendas individuais e de bancadas para o PST.</p> <p>1. De acordo com a tela Caracterização campo Indicadores, entende-se que a unidade de medida corresponde à Percentual, portanto os índices apurados em 2008 foram multiplicados por 100, enquanto que os índices de referência indicados para 2008, 2009, 2010 e 2011 não estão apresentados em percentual e sim na forma de índice, assim sendo solicitamos análise e providências que se fizerem cabíveis de acordo com o exposto abaixo, considerando ainda os itens 2 e 3.</p> <p>Taxa de atendimento do Segundo Tempo a Crianças, Adolescentes e Jovens</p> <table border="1"> <tr> <td>Ano</td> <td>Índice de referência atual</td> <td>Índice multiplicado por 100</td> </tr> <tr> <td>2008</td> <td>0,01</td> <td>1,00</td> </tr> <tr> <td>2009</td> <td>0,08</td> <td>8,00</td> </tr> <tr> <td>2010</td> <td>0,09</td> <td>9,00</td> </tr> <tr> <td>2011</td> <td>0,09</td> <td>9,00</td> </tr> <tr> <td>Final do PPA 2008/2011</td> <td>0,09</td> <td>9,00</td> </tr> </table> <p>Taxa de atendimento do Segundo Tempo a Municípios Brasileiros</p> <table border="1"> <tr> <td>Ano</td> <td>Índice de referência atual</td> <td>Índice multiplicado por 100</td> </tr> <tr> <td>2008</td> <td>0,11</td> <td>11,00</td> </tr> <tr> <td>2009</td> <td>0,13</td> <td>13,00</td> </tr> <tr> <td>2010</td> <td>0,14</td> <td>14,00</td> </tr> <tr> <td>2011</td> <td>0,15</td> <td>15,00</td> </tr> <tr> <td>Final do PPA 2008/2011</td> <td>0,15</td> <td>15,00</td> </tr> </table> <p>Taxa de atendimento do Segundo Tempo a Municípios com Mais de 50 mil Habitantes e Regiões Metropolitanas</p> <table border="1"> <tr> <td>Ano</td> <td>Índice de referência atual</td> <td>Índice multiplicado por 100</td> </tr> <tr> <td>2008</td> <td>0,29</td> <td>29,00</td> </tr> <tr> <td>2009</td> <td>0,31</td> <td>31,00</td> </tr> <tr> <td>2010</td> <td>0,33</td> <td>33,00</td> </tr> <tr> <td>2011</td> <td>0,35</td> <td>35,00</td> </tr> <tr> <td>Final do PPA 2008/2011</td> <td>0,35</td> <td>35,00</td> </tr> </table> <p>2. Aplicada a forma correta, os índices apurados no final de 2008, são inferiores aos índices de</p>	Ano	Índice de referência atual	Índice multiplicado por 100	2008	0,01	1,00	2009	0,08	8,00	2010	0,09	9,00	2011	0,09	9,00	Final do PPA 2008/2011	0,09	9,00	Ano	Índice de referência atual	Índice multiplicado por 100	2008	0,11	11,00	2009	0,13	13,00	2010	0,14	14,00	2011	0,15	15,00	Final do PPA 2008/2011	0,15	15,00	Ano	Índice de referência atual	Índice multiplicado por 100	2008	0,29	29,00	2009	0,31	31,00	2010	0,33	33,00	2011	0,35	35,00	Final do PPA 2008/2011	0,35	35,00
Ano	Índice de referência atual	Índice multiplicado por 100																																																												
2008	0,01	1,00																																																												
2009	0,08	8,00																																																												
2010	0,09	9,00																																																												
2011	0,09	9,00																																																												
Final do PPA 2008/2011	0,09	9,00																																																												
Ano	Índice de referência atual	Índice multiplicado por 100																																																												
2008	0,11	11,00																																																												
2009	0,13	13,00																																																												
2010	0,14	14,00																																																												
2011	0,15	15,00																																																												
Final do PPA 2008/2011	0,15	15,00																																																												
Ano	Índice de referência atual	Índice multiplicado por 100																																																												
2008	0,29	29,00																																																												
2009	0,31	31,00																																																												
2010	0,33	33,00																																																												
2011	0,35	35,00																																																												
Final do PPA 2008/2011	0,35	35,00																																																												

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

Programa	8028	Vivência e Iniciação Esportiva Educacional - Segundo Tempo	51000	Ministério do Esporte (ME)	Órgão Responsável		
<b>Objetivo</b>	Democratizar o acesso ao esporte educacional de qualidade, como forma de inclusão social, ocupando o tempo ocioso de crianças, adolescentes e jovens						
<b>Público-alvo</b>	Crianças, adolescentes e jovens que participam ou não do sistema de ensino regular, prioritariamente os que se encontram em situação de vulnerabilidade social						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência		Índice alcançado em 2008	Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcançar o Índice Previsto	Medidas Corretivas
		Data	Índice				
							<p>referência para o ano em questão, exceto o indicador Taxa de Atendimento do Segundo Tempo a Crianças, Adolescentes e Jovens. Porém quando tratamos do índice previsto para o final do PPA registra-se, com base nos índices apurados de 2007 e 2008, a possibilidade de alcance é baixa. Assim faz-se necessário a correção da Questão de nº 3 – Possibilidade de Alcançar o Índice Previsto para 2011, referente ao Indicador Taxa de Atendimento do Segundo Tempo a Municípios Brasileiros e Taxa de Atendimento do Segundo Tempo a Municípios com mais de 50 mil habitantes e regiões metropolitanas como “Baixa” e não como consta “Alta”.</p> <p>3. Em 21 de maio de 2009, encaminhamos a CGPAG as alterações dos índices de referência dos indicadores já existentes com base nos resultados apurados em 2007 e 2008, de acordo com o exposto abaixo, visando o equilíbrio entre os índices de referência e os índices a serem apurados nos demais anos.</p> <p>Taxa de Atendimento do Segundo Tempo a Crianças, Adolescente e Jovem.</p> <p>Unidade de Medida: Percentual                      Previsão para os índices:                      2010 = 1,50                      2011 = 1,60                      2012 = 1,60                      2013 = 1,70</p> <p>Fonte: SNEED/ME – IBGE/PNAD                      Periodicidade: Anual                      Base Geográfica: Nacional                      Justificativa: As previsões dos índices de 2010, 2011, 2012 e 2013 foram revisadas com base nos números apurados no exercício de 2007 (1,55) e 2008 (1,10) e ainda considerando o montante dos recursos orçamentários aprovados na LOA de 2009 destinados a ação 4377 de funcionamento de núcleos de esporte educacional.</p> <p>Taxa de Atendimento do Segundo Tempo a Municípios Brasileiros                      Unidade de Medida: Percentual                      Previsão para os índices:                      2010 = 8,00                      2011 = 8,50                      2012 = 8,50                      2013 = 9,00</p> <p>Fonte: SNEED/ME – IBGE                      Periodicidade: Anual                      Base Geográfica: Nacional                      Justificativa: As previsões dos índices de 2010, 2011, 2012 e 2013 foram revisadas com base no número apurado no exercício 2008 (7,13) e ainda considerando o volume de recursos orçamentários aprovados na</p>

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

Programa	8028 Vivência e Iniciação Esportiva Educacional - Segundo Tempo	Órgão Responsável	51000	Ministério do Esporte (ME)			
<b>Objetivo</b>	Democratizar o acesso ao esporte educacional de qualidade, como forma de inclusão social, ocupando o tempo ocioso de crianças, adolescentes e jovens						
<b>Público-alvo</b>	Crianças, adolescentes e jovens que participam ou não do sistema de ensino regular, prioritariamente os que se encontram em situação de vulnerabilidade social						
Indicador (unidade de medida)	Fonte	Índice de Referência Data	Índice alcançado em 2008 Índice Data	Índice Previsto para 2011	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Medidas Corretivas	
						LOA de 2009 destinados a ação 4377 de funcionamento de núcleos de esporte educacional.	
						Taxa de Atendimento do Segundo Tempo a Municípios com mais de 50 mil habitantes e regiões Metropolitanas	
						Unidade de Medida: Percentual Previsto para os índices: 2010 = 9,50 2011 = 10,00 2012 = 10,00 2013 = 10,50	
						Fonte: SNEED/IBGE Periodicidade: Anual Base Geográfica: Nacional	
						Justificativa: As previsões dos índices de 2010, 2011, 2012 e 2013 foram revistas com base no número apurado no exercício 2008 (9,05) e ainda considerando o volume de recursos orçamentários aprovados na LOA de 2009 destinados a ação 4377 de funcionamento de núcleos de esporte educacional.	
Taxa de Atendimento do Segundo Tempo a Municípios Brasileiros (percentual)	SNEED/ME- IBGE	31/12/2006	0,11	12/2008	7,13	0,15	Alta
Taxa de Atendimento do Segundo Tempo a Municípios com Mais de 50 Mil Habitantes e Regiões Metropolitanas (percentual)	SNEED/ME- IBGE	31/12/2007	0,29	12/2008	9,05	0,35	Alta

**Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2008 - 2011**  
**Em conformidade com o disposto nos Incisos III e IV do artigo 19 da Lei 11.653 de 7 de abril de 2008**

**Exercício 2009 - Ano base 2008**  
**Anexo II**

Programa	0512 Zoneamento Ecológico-Econômico	Órgão Responsável	44000	Ministério do Meio Ambiente (MMA)	Possibilidade Alcance do Índice Previsto	Índice alcançado em 2008		Índice Previsto para 2011	Medidas Corretivas
						Data	Índice		
<b>Objetivo</b>	<b>0512 Zoneamento Ecológico-Econômico</b>	<b>Órgão Responsável</b>	<b>44000</b>	<b>Ministério do Meio Ambiente (MMA)</b>	<b>Possibilidade Alcance do Índice Previsto</b>	<b>Data</b>	<b>Índice</b>	<b>Índice Previsto para 2011</b>	<b>Medidas Corretivas</b>
<b>Público-alvo</b>	<i>Promover o zoneamento ecológico-econômico para planejar e organizar, de forma sustentável, o processo de uso e ocupação, subsidiando o planejamento territorial do País</i> <i>Agentes de planejamento e gestão ambiental (loais, regionais, nacionais) e agentes econômicos e sociais (segmentos produtivos, agências de controle e de fomento, investidores, trabalhadores)</i>								
<i>Taxa de Zoneamento do Território Nacional (porcentagem)</i>	Ministério do Meio Ambiente					31/12/2003	16,00	225,00	<p>Necessidade de revisão da apuração do Índice nos últimos anos e na previsto para 2011. A previsão correta para o final do PPA (2011) é que cerca de 2/3 do território nacional (67%) possua Zoneamentos com a fase de Prognóstico concluída. Estabelecida esta revisão, consideramos a possibilidade de alcance MÉDIA, indicando as seguintes medidas corretivas:</p> <p>1- AMPLIAR OS RECURSOS FINANCEIROS DO PROGRAMA. A meta associada ao indicador se refere ao Zoneamento Ecológico-Econômico-ZEE realizado em diferentes escalas espaciais e níveis administrativos. Seu alcance depende do esforço de cooperação, parceria e compartilhamento de responsabilidades entre a União, Estados e municípios. No entanto, é baixa a capacidade financeira da maioria dos zoneamentos na dependência de convênios com os órgãos federais responsáveis pelas ações do programa. 2- ARTICULAR A PARTICIPAÇÃO DE MAIS MINISTÉRIOS NO PROGRAMA. Dado o caráter vinculante do ZEE em relação às políticas públicas, os ministérios, notadamente aqueles cuja as ações tem maior impacto territorial, devem participar da gestão do Programa inserindo ações e recursos financeiros voltados para o apoio à projetos de zoneamento que contribuam para o alcance dos seus respectivos objetivos setoriais. 3- REALIZAR GESTÃO PARA LIBERAÇÃO DE EMENDAS ORÇAMENTÁRIAS. O Congresso Nacional tem aprovado emendas orçamentárias para o Programa ZEE. No entanto, no período deste e no PPA anterior, praticamente nenhuma emenda foi efetivamente incorporada e executada. Só em 2008, cerca de 9 milhões de reais de emenda não foram liberados. Em 2009, está aprovada uma emenda de 12 milhões. 4- FORTALECER O CONSÓRCIO ZEE BRASIL. A implementação dos Acordos de Cooperação que a coordenação do programa celebra com Estados e municípios depende muito da produção de informações e colaboração técnica das instituições que compõem o Consórcio ZEE Brasil. No entanto, para cumprir tais funções, estas instituições necessitam aportes do programa, principalmente na forma de equipamentos, passagens e diárias, além da complementação da força de trabalho que não pode ser mobilizada internamente a cada um delas. Outro aspecto desse fortalecimento passa pelo grau de prioridade que os gestores máximos dessas instituições atribuem ao ZEE. Nem sempre esta prioridade é verificada, indicando a necessidade de uma medida voltada para o estreitamento do diálogo dos gestores do programa com os dirigentes das instituições do consórcio. 5- FORTALECER O ZEE NO NORDESTE E CENTRO-SUL DO PAÍS. O ZEE tem sido mais efetivo na Amazônia em função de uma percepção que o associa à possibilidade ainda dada de ordenamento do processo de sua ocupação e uso. Porém, frente o agravamento da crise socioambiental, notadamente num cenário de mudanças do clima, sua utilização como instrumento de formulação de estratégias adaptativas e mitigatórias tem se generalizado. Atualmente, além dos 09 estados da Amazônia, os estados de São Paulo, Paraná, Rio de Janeiro, Sergipe, Espírito Santo, Piauí, Bahia, Goiás, e Mato Grosso do Sul estão executando projetos de zoneamento. Assim, a medida aqui proposta visa ampliar a cooperação com estes estados como via para efetivar a meta estabelecida para 2011.</p>